



PRODUTO 01
PLANO DE TRABALHO

**REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO, ECONÔMICO E
SOCIAL DE GUARULHOS**

GUARULHOS – SP / 2011





Ambiens Sociedade Cooperativa

Fone: (41) 3013-2160 / Fax (41) 3013-2161

Rua Treze de Maio, 778, cj 14 São Francisco

Curitiba - PR

CEP 80510 - 030

Página Internet: www.coopere.net

E-mail: ambiens@coopere.net

Plano de Trabalho: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos – SP.

Angela Pilotto, Tomás Antonio Moreira Alexandre Pedrozo, Artur Coelho, Bruno Meirinho, Fernando Boari, Josias Rickli Neto, Ramon José Gusso. Curitiba: Ambiens, 2011.

Curitiba. Ambiens 2011. (Plano de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos-SP) 1. Metodologia da Elaboração da Revisão do Plano Diretor; 2. Processo Participativo; 3. Etapas de Trabalho; 4. Cronograma; 5. Anexos.

EQUIPE AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA

COORDENAÇÃO GERAL

Angela Pilotto I Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Tomás Antonio Moreira I Arquiteto e Urbanista, Ph.D. em Estudos Urbanos

EQUIPE

Alexandre Pedrozo I Arquiteto e Urbanista, especialista em Gestão do Solo Urbano.

Artur Coelho I Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Bruno Meirinho I Advogado, mestrando em Geografia.

Fernando Boari I Arquiteto e Urbanista.

Josias Rickli Neto I Biólogo, mestrando em planejamento urbano e regional.

Ramon José Gusso I Sociólogo, mestrando em Sociologia-Política.

Débora Furlan I Estagiária de arquitetura e urbanismo.

CONSULTORES

Alan Cannell I Engenheiro, Mestre em Transportes.

Cássio Freitas Almeida I Estatístico, Mestre em Estatística.

Juliana Seixas Pilotto I Engenheira Civil, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental

LISTA DE SIGLAS

AEIS	Área Especial de Interesse Social
CA	Comissão de Acompanhamento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CG	Coordenação Geral
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CTM	Cadastro Territorial Multifinalitário
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GTI	Grupo de Trabalho Intersecretarias
GTP	Grupo de Trabalho Permanente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PD	Plano Diretor
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UPR	Unidades de Planejamento Territorial
ZEIS	Zona Especiais de Interesse Social

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESQUEMA PROCESSO DE PLANEJAMENTO	24
FIGURA 2 - FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	27
FIGURA 3 - MAPA UPR – UNIDADES DE PLANEJAMENTO REGIONAL.....	57
FIGURA 4 - CRONOGRAMA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS	63
FIGURA 5 - OFICINAS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR: RESPOSTAS DAS TARJETAS DOS GRUPOS DE TRABALHO	130

ÍNDICE DE QUADRO

QUADRO 1 - BASES CARTOGRÁFICAS CATALOGADAS.....	124
---	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. OBJETO E OBJETIVO	9
2. CONTEXTO DA REVISÃO PLANO DIRETOR	10
2.1. ESTATUTO DA CIDADE: AVANÇO DEMOCRÁTICO PARA A REFORMA URBANA BRASILEIRA.....	10
2.2. A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE E O ESTATUTO DA CIDADE	11
2.3. ESTATUTO DA CIDADE + 10: REFLEXÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA LEI	17
2.3.1. <i>Estatuto da Cidade + 10: reflexão sobre o acesso a terra urbanizada</i>	20
2.3.2. <i>Estatuto da Cidade + 10: reflexão sobre o acesso ao saneamento</i>	20
2.3.3. <i>Estatuto da Cidade + 10: reflexão para o momento da revisão dos Planos Diretores</i>	21
3. METODOLOGIA.....	23
4. PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.....	30
4.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA	30
4.1.1. <i>Participação e deliberação</i>	31
4.2. PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS.....	33
4.3. INSTÂNCIAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS.....	35
4.3.1. <i>Instâncias de participação</i>	36
4.3.2. <i>Espaços de Participação</i>	38
4.4. PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.....	38
4.4.1. <i>Estratégia de Comunicação</i>	39
4.4.2. <i>Estratégias de Mobilização</i>	40
5. ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS	42
5.1. ETAPA 01 PLANEJAMENTO	42
5.1.1. <i>Atividades Etapa 01 Planejamento</i>	42
5.1.2. <i>Eventos Etapa 01 Planejamento</i>	44
5.2. ETAPA 02 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL.....	44
5.2.1. <i>Atividades Etapa 02 Análise da Situação Atual</i>	44
5.2.1. <i>Eventos Etapa 02 Análise da Situação Atual</i>	58
5.3. ETAPA 03 PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO	58
5.3.1. <i>Atividades Etapa 03 Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão</i>	59
5.3.1. <i>Eventos Etapa 03 Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão</i>	59
5.4. ETAPA 04 ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.	60
5.4.1. <i>Atividades Etapa 04 Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano</i>	
Diretor.	60
5.4.1. <i>Eventos Etapa 04 Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano</i>	
Diretor.	61
6. CRONOGRAMA	62
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
8. ANEXO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 01 PLANEJAMENTO.....	67
8.1. ATIVIDADE 1 – CONSTITUIÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL	68
8.2. ATIVIDADE 2 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SETORES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO	
MUNICIPAL	70
8.3. ATIVIDADE 3 – EVENTO PARA A DIVULGAÇÃO DO INÍCIO DOS TRABALHOS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR	
.....	70
8.4. ATIVIDADE 4 – PLANEJAMENTO PRELIMINAR DAS ATIVIDADES E METODOLOGIAS A SEREM UTILIZADAS NAS	
OFICINAS PARTICIPATIVAS.....	71
8.4.1. <i>Identificação de Atores</i>	71
8.4.2. <i>Detalhamento dos Eventos Participativos</i>	73
8.4.3. <i>Orientações para Avaliação das Oficinas/Audiências</i>	79
8.4.4. <i>Reunião técnica – 20 de outubro de 2011</i>	79
8.4.5. <i>Reunião técnica – 21 de outubro de 2011</i>	87
8.4.6. <i>Reunião CMDU – 03 de novembro de 2011</i>	95

8.4.7.	<i>Reunião técnica – 29 de novembro de 2011: Planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo.</i>	103
8.5.	ATIVIDADE 5 - ANÁLISE PRÉVIA E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E MATERIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.	113
8.6.	ATIVIDADE 6 – AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO PLANO DIRETOR.	128
8.6.1.	<i>Sistematização das atividades de avaliação</i>	128
8.6.2.	<i>Atas, apresentações, fotos e listas de presença das Oficinas de Avaliação</i>	133
8.6.3.	<i>Reunião técnica – 16 de novembro de 2011</i>	133
8.6.4.	<i>Oficinas – dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011</i>	139
8.7.	ATIVIDADE 7 – CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO JUNTO À COORDENAÇÃO	146
8.8.	OUTRAS REUNIÕES E ATIVIDADES DA ETAPA 01.	158
8.9.	QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO	159
8.9.1.	<i>Modelo questionários de avaliação 01</i>	159
8.9.2.	<i>Modelo questionários de avaliação 02</i>	166
8.9.3.	<i>Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário CMDU</i>	170
8.9.4.	<i>Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário Prefeitura</i>	177

APRESENTAÇÃO

Este documento é referente ao primeiro produto do contrato administrativo nº 006001/2011, celebrado entre a Prefeitura de Guarulhos e a Ambiens Sociedade Cooperativa. A Ambiens foi a equipe vencedora da licitação na modalidade Pregão (presencial) nº 267/2011 regida pelo edital nº 267/11-DCC. O objeto deste contrato é a prestação de serviços técnicos para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social, instituído pela Lei Municipal nº 6.055, de 30 de dezembro de 2004.

O presente relatório intitulado “Plano de Trabalho” refere-se ao produto da Etapa 01 – Planejamento da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social que teve como objetivo construir a metodologia a ser utilizada no trabalho dispondo sobre os conceitos, os princípios, o processo de elaboração, as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos do trabalho contratado. O produto está estruturado da seguinte forma:

1. Plano de Trabalho propriamente dito, que se inicia com a descrição do objeto e objetivos do trabalho, passa por uma problematização com relação ao contexto de revisão dos planos diretores no Brasil, segue com a metodologia para a revisão do Plano Diretor, a concepção do processo participativo, a descrição das etapas de trabalho e o cronograma;
2. Anexo, traz o relatório das atividades desenvolvidas na Etapa 01, que possibilitaram o desenvolvimento deste produto.

Cabe ressaltar que, para dar continuidade ao processo de Revisão do Plano Diretor, torna-se imprescindível o pleno conhecimento deste documento pela equipe técnica da Prefeitura Municipal e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

1. OBJETO E OBJETIVO

O objeto do presente trabalho é a prestação de serviços técnicos para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos - SP, instituído pela Lei Municipal nº 6.055, de 30 de dezembro de 2004.

Com 1.221.979 habitantes (IBGE, 2010), Guarulhos é a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, tendo crescido a taxa anual de 1,33% entre 2000 e 2010 (SEADE, 2011). Integra a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com 6,21% de seus 19.672.582 habitantes (IBGE, 2010). Destaca-se não só pela dinâmica populacional, mas também por seu papel na economia brasileira, sua localização estratégica e pelas enormes transformações socioespaciais por que passou nos últimos anos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social foi aprovado em 2004 e passa agora por um momento de REVISÃO, que é o objetivo geral deste trabalho. Tem-se como objetivos específicos:

- Construção de diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos no período 2004-2010;
- Estudo da dinâmica socioterritorial;
- Identificação de vetores de crescimento urbano e dinâmica populacional;
- Compatibilização de Planos Diretores Setoriais;
- Construção de cenários para o período 2011-2021;
- Diretrizes para o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

2. CONTEXTO DA REVISÃO PLANO DIRETOR

Os municípios brasileiros encontram-se, como é o caso do município de Guarulhos, numa nova fase de planejamento e gestão após 10 anos do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, que instituiu a elaboração de Planos Diretores para municípios com população superior a 20 mil habitantes, integrantes de Regiões Metropolitanas e integrantes de áreas de interesses turísticos nacionais. Assiste-se, no momento presente, a necessidade de construir novos questionamentos sobre os processos territoriais constituídos na última década, bem como pautar os efeitos (positivos e negativos) do atual Plano Diretor. Assiste-se, também, a necessidade de elaboração de novos parâmetros e planos de desenvolvimento social, econômico e ambiental de cunho participativo. Esta fase se institui por meio da revisão dos Planos Diretores municipais.

2.1. Estatuto da Cidade: avanço democrático para a reforma urbana brasileira

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, as cidades brasileiras adquiriram maior reconhecimento para a promoção de políticas urbanas voltadas para garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade, da distribuição social dos serviços públicos e equipamentos urbanos por meio da gestão democrática.

O Estatuto da Cidade contemplou diversas medidas que possibilitaram o desenvolvimento da política urbana, da aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras. Apresenta como matérias básicas as diretrizes gerais da política urbana, os instrumentos jurídicos e urbanísticos para a execução da política urbana, bem como os mecanismos para implementar a gestão democrática das cidades. Entre as diretrizes gerais, previstas no artigo 2º do Estatuto da Cidade, cabe destacar as seguintes:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos, o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, bem como a recuperação dos investimentos do poder público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando-se a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Coube aos municípios aplicarem as diretrizes gerais, de acordo com as suas especificidades e realidade local, devendo para tanto constituir uma ordem legal urbana própria e específica tendo como instrumentos fundamentais a Lei Orgânica Municipal e o Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional depois de onze anos de tramitação, representou um passo fundamental para dar aos municípios brasileiros instrumentos capazes de regular o uso do solo urbano, na perspectiva de combater a retenção de imóveis ociosos e de criar condições para planejar seu crescimento.

Nos anos 80, quando se vivia o clima de redemocratização do país, um amplo leque de entidades e movimentos sociais se mobilizou para elaborar uma agenda de reforma urbana para as cidades brasileiras, na perspectiva de garantir o direito à habitação e meios eficazes para planejar cidades mais justas e eficientes. Em 1987, este movimento gerou uma emenda de iniciativa popular para a Constituição, assinada por cerca de trezentos mil eleitores. A mais importante proposta da Emenda da Reforma Urbana, como ficou conhecida, previa a criação de instrumentos para garantir a função social da propriedade urbana.

Na Assembleia Nacional Constituinte, as avançadas propostas da Reforma Urbana sofreram duro combate dos conservadores. A redação final da nova Constituição transferiu o conflito e o debate sobre este tema para os municípios, ao determinar que caberia ao Plano Diretor estabelecer quando uma propriedade urbana não cumpre sua função social, sujeitando-a a um cardápio de penalidades, como a edificação compulsória e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, para punir os que especulam com a cidade.

Quando os municípios começaram a elaborar seus Planos Diretores, movidos pela nova Carta, a aplicação dos instrumentos de Reforma Urbana esbarrou numa interpretação de que estes precisavam ser regulamentados por uma lei ordinária, a ser aprovada no Congresso Nacional. Esta lei, o Estatuto da Cidade, fundamental para regular o desenvolvimento urbano na perspectiva da justiça social, levou mais de uma década para ser aprovada, período em que os problemas urbanos se agravaram de forma dramática no Brasil, aprofundando a dívida social sem que o governo federal tivesse tomado qualquer iniciativa significativa para ordenar as cidades.

Depois de tanto retardamento, o presidente da República teve a oportunidade de demonstrar alguma sensibilidade para a questão urbana ao sancionar o Estatuto da Cidade e, ato contínuo, instalar o Conselho Nacional de Política Urbana, previsto na lei, assegurando a participação popular na gestão da ação do governo federal na política urbana.

Naquele momento o Plano Diretor ganha enorme importância e passa a ser peça chave da Reforma Urbana e do futuro das cidades. Nele deveriam estar consignadas as condições para que os imóveis cumpram sua função social. Muitos instrumentos urbanísticos ali regulamentados, como os direitos de preempção e de edificação e parcelamento compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e o usucapião especial podem ser utilizados no Plano Diretor e em outras intervenções urbanas. A formulação do Plano Diretor em cada município, embora envolva necessariamente aspectos técnicos, resultou de um amplo debate com a comunidade local, fazendo desse processo uma oportunidade única de mobilização social e de negociação política voltadas para o futuro das cidades.

Desse modo, o Estatuto da Cidade pode constituir-se num marco de um novo período das cidades brasileiras.

2.2. A função social da cidade e da propriedade e o Estatuto da Cidade

Na sociedade brasileira em que há brutal concentração de renda e terras, analfabetismo generalizado, condições inumanas de salário e habitação, desemprego, entre outras, a discussão sobre a função social da propriedade urbana e da cidade tem de ser feita em meio à inexistência de reformas estruturais e de conjunto, tão necessárias e

ausentes ao mesmo tempo, não bastando o Estado possuir uma Constituição como panaceia salvadora (LEAL, 1998).

1988 é certamente uma marca histórica nos estudos sobre a função social da propriedade. A partir deste momento, ela adquire uma nova concepção: o interesse individual deve ficar subordinado ao interesse coletivo, ao bem comum de todos os cidadãos. Pensar a função social da propriedade significa pensar na limitação ao direito absoluto de propriedade. É a Constituição Federal Brasileira que trás em seu seio esta nova concepção, menos restritiva e fundada no princípio do valor social público e não mais no valor social privado (COSTA, 2000). Ela definiu limites para o direito de propriedade em benefício da coletividade (SOMEKH, 2001), isto é, ela procurou garantir o direito de propriedade desde que este atenda sua função social. Espera-se que esta nova concepção não seja mais regulamentada como uma série de normas jurídicas conservadoras, que visavam manter o status quo dominante, concentrador de riqueza e poder até então vigente no país.

Na compreensão sobre a função social da propriedade, há que salientar que a base jurídica da função social da propriedade, até 1988, estava dada pelo Código Civil Brasileiro de 1916¹, que considerava o direito de propriedade como absoluto. Isto é, o proprietário poderia usar a terra como bem lhe coubesse. Esse entendimento do direito de propriedade foi o que regulou a propriedade urbana e toda a legislação urbana do país durante muito tempo. É importante lembrar que em 1916, apenas 10% da população brasileira morava em cidades (DI SORNA, 2001). Com o desenrolar dos tempos, o código permaneceu o mesmo. O país cada vez mais urbano ainda se via moldado por códigos antigos, que mereciam revisão, em face às transformações que ocorreram.

O Estatuto da Cidade propõe uma mudança de olhar, de paradigma conceitual de compreensão e interpretação, substituindo o princípio individualista do Código Civil pelo princípio da função social da propriedade.

Há divergências sobre este tema como apresenta José Alfonso da Silva. Segundo ele, existe uma corrente de estudos que acredita que a propriedade da terra é direito civil subjetivo e outros que acreditam que seja direito público subjetivo (SILVA, 1996). A principal diferença entre estes seria na percepção da função social da propriedade e como ela deve ser regida juridicamente no país. Para ele a inserção do princípio da função social deveria ser prevista unicamente como instituição do direito econômico, o qual contempla uma visão mais ampla e complexa sobre o direito da propriedade e, que se sobrepõe as anteriores. A função social se manifesta na própria configuração estrutural do direito de propriedade, pondo-se concretamente como elemento qualificante na predeterminação dos modos de aquisição, gozo e utilização dos bens (SILVA, 1996).

É evidente que depois de prevalecer durante anos o preceito da propriedade privada no país que sua mudança seja questionada. A propriedade, na sua abordagem privada, coletiva e pública, figura na formação da cultura jurídica como um dos institutos mais protegidos de toda a produção normativa do Direito, de que agora se tem notícia (LEAL, 1998). Foram anos de Imperialismo, República, Estado Novo e Ditadura Militar que favoreceram a propriedade privada e os grandes latifúndios. Não é para menos que o Brasil é conhecido como um país de grandes propriedades, em mãos de poucos, e que a questão da reforma agrária seja, até hoje, um entrave para o desenvolvimento do país. Nem mesmo os novos governos, após a Constituição de 1988, chegaram, na prática, a mostrar sinais de mudanças para este quadro. Resultado evidente são os movimentos organizados dos sem-terra no Brasil, na luta pela terra rural e apoio ao financiamento para o desenvolvimento

¹ O Direito Civil traz, historicamente, toda uma postura com relação ao uso da propriedade pelo particular. Em primeiro momento, a propriedade podia ser usada como seu dono bem o quisesse. Ser proprietário significava ser dono absoluto, sem qualquer direito de intervenção. Já em

agrícola, os quais têm tido uma grande repercussão na mídia brasileira e internacional pelas dificuldades de conquista e mudança do quadro fundiário rural a partir de suas ocupações.

Estas constituições marcaram o Brasil², mas somente a última procurou mudar o princípio fundamental sobre a propriedade da terra. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a instituição da propriedade privada e a sua função social como princípio da ordem econômica (art. 170, II e III). Além disso, inscreveu o princípio da função social da propriedade, com conteúdo definido em relação à propriedade urbana e rural, com sanções para o caso de não ser observado (art. 182, 184 e 186) (SILVA, 1996).

O direito privado, portanto, não pode extrapolar o interesse público; há restrições à propriedade privada. As inovações na Constituição tangem também a política urbana, que aparece definida pela primeira vez nos artigos 182 e 183 da Carta Magna de 1988. O primeiro determina que, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, a política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes (Constituição Federal, 1988).

O segundo artigo estabelece que aquele que possuir sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, num período de cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o domínio da propriedade, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (Constituição Federal, 1988). Este artigo, por meio da usucapião urbana possibilita a regularização de extensas áreas ocupadas por favelas, invasões ou loteamento clandestino. Fator que contribuiria para alterar a paisagem brasileira, onde a formação de moradias irregulares e ilegais é quase uma “lei”.

Apesar de constarem em lei federal, essas diretrizes só teriam validade se regulamentadas para e em nível municipal. Para tanto se fazia necessário a aprovação do Estatuto da Cidade, lei nacional, que regulamentaria os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, relativo à Política Urbana. Somente após esta regulamentação os municípios poderiam se incumbir de aplicá-las.

Ao longo das duas décadas anteriores a aprovação do Estatuto da Cidade, houve diversos projetos e anteprojetos de lei nacional que procuravam dispor sobre o desenvolvimento urbano. Entre outros, houve o projeto de Lei nº 775, de 1983, do Poder Executivo, que buscava instituir mecanismos jurídicos para o combate à especulação imobiliária. Este projeto não vingou, mas foi objeto de intenso debate, difundindo a ideia consagrada na Constituição Federal de 1988 da figura do parcelamento, edificação ou subutilização compulsórios de terrenos vagos.

Houve também o Projeto de Lei nº 2.191, de 1989, de autoria do Deputado Raul Ferraz, que instituiu, nos termos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento e de expansão urbana, suas diretrizes gerais, seus objetivos e instrumentos básicos. Em 1989, após promulgação da nova Constituição Federal, oito projetos foram apresentados na Câmara dos Deputados instituindo a política de desenvolvimento urbano (Projetos de Lei 2.587/89, 2.937/89, 4004/89, 4.019/89, 4.024/89, 4.024/89, 4.285/89 e 4.310/89), sendo sete apensados ao Projeto do Deputado Raul Ferraz.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 5788, aprovado inicialmente em 1990, tramitou na Câmara dos Deputados durante dez anos e foi aprovado no ano de 2001, em forma de substitutivo. Durante todo este período a discussão sobre esta lei foi marcada por resistência e incompreensão a despeito da necessidade de dotar o país de uma legislação

² Constituição de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988. Alguns estudiosos no tema, interpretam que se poderia considerar a existência de 8 constituições. Isto porque o AI5, de 1969, alterou tanto a constituição vigente que poderia ser considerada como nova.

sistemática. Negociações quanto ao conteúdo da norma e o adiamento de sua aprovação foram marcas constantes necessárias para a sanção do Estatuto da Cidade.

No processo de negociação diversas organizações, entidades e instituições da sociedade civil tiveram papel fundamental na luta pela aprovação desta lei. Elas participaram das audiências públicas, seminários, grupos de trabalho bem como fóruns ocorridos durante aqueles anos, nas comissões da Câmara dos Deputados, visando contribuir para o aprimoramento do projeto original³.

Como se sabe, durante treze anos pouco pode ser feito para validar as diretrizes constitucionais e alterar o quadro urbano. Ao contrário, durante esse período, os problemas urbanos se agravaram, aprofundando ainda mais a desigualdade social.

Alguns municípios brasileiros chegaram a incorporar as regulamentações da Constituição, mas poucos tiveram êxito. Isto porque, muitas vezes, as ações municipais eram inviabilizadas pelo poder judiciário. Este argumentava a não existência de lei nacional que definisse a obrigatoriedade do cumprimento das regulamentações da Constituição em nível municipal. Somente com o Estatuto da Cidade as regulamentações municipais teriam validade. Ele abriria possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana que enfrentasse os problemas urbanos e sociais, com respaldo no campo da legalidade.

³ A lei aprovada em 10 de julho de 2001 não corresponde precisamente ao projeto inicial de lei nacional. Ela sofreu diversas alterações. Originalmente foi apresentada no Senado Federal pelo Senador Pompeu de Souza. Procurando fixar parâmetros para a aplicação do capítulo constitucional da Política Urbana, esta lei definiu princípios e objetivos, inerentes à política urbana, através de uma série de requisitos que deveriam ser observados para o cumprimento da função social de propriedade. As mudanças ocorridas, ao longo daquela década, foram justamente em relação aos requisitos apresentados ou a falta de.

Diversos projetos de lei foram apensados ao Estatuto da Cidade, são eles: 2.191/89 do Deputado Raul Ferraz, 6.119/90 da Deputada Lurdinha Savignon e do Deputado Eduardo Jorge, 273/91 do Deputado Ricardo Izar, 856/91 do Deputado José Carlos Coutinho, 1.882/91 do Deputado Magalhães Teixeira, 3.624/93 da deputada Benedita da Silva, 1.734/96 do Deputado Nilmário Miranda, 2.807/97 do Deputado Augusto Carvalho, 3.196/97 do Deputado Carlos Nelson e 3.663/97 do Deputado Fernando Lopes. Dentre eles foram examinados, para o projeto substitutivo, como constitucional os Projetos de Lei 2.191/89, 6.119/90, 273/91, 856/91, 1.882/91 e 1.734/96. As mudanças principais ocorridas no Estatuto dizem respeito aos seguintes instrumentos e diretrizes: (i) Requisição urbanística, reurbanização consorciada, solo criado e transferência do direito de construir e os crimes em matéria urbanística dispostos no Projeto de Lei 2.191, do Deputado Raul Ferraz. O PL 2.191/89 de autoria deste deputado diferencia-se por incluir tais instrumentos apesar de apresentar, em linhas gerais, preocupações similares às proposições iniciais. Até então o Estatuto da Cidade regulamentava apenas o direito de preempção; (ii) Usucapião especial urbano, nos termos do artigo 183 da Constituição Federal apresentado pelo Projeto de Lei 856/91 de autoria do Deputado José Carlos Coutinho; (iii) Normas para a elaboração e execução do Plano Diretor, apresentada no PL 1.882/91 do Deputado Magalhães Teixeira; (iv) Diretrizes gerais de política urbana e a definição de instrumentos urbanísticos conforme o PL 1.734/96 do Deputado Nilmário Miranda.

Ademais destas complementações houve alguns questionamentos bem como anteprojetos que não foram incluídos ou foram retificados ou retirados: (i) fundo para construção de moradias bem como a instituição de um Conselho Nacional de Moradia Popular apresentado, em 1991, no anteprojeto de lei 271, de iniciativa popular; (ii) aquisição de imóveis públicos por usucapião apresentado no PL 1.734/96 de autoria da Deputada Benedita da Silva; (iii) os artigos 33 (usucapião especial), 37 (autorização da União para modificar a vigência de suas normas), 49 (detalhamento da composição e identificação de grupos de representantes da comunidade bem como direito à voz e quorum para deliberação), 56 a 63 (tratam de região metropolitana), 64 a 69 (transformação de órgão integrante do poder executivo) bem como o 70 (referente à Lei 6.766 que dispõe sobre parcelamento do solo urbano e 6.803 que dispõe sobre zoneamento industrial) do projeto inicial foram considerados inconstitucionais; (iv) o artigo 35 do inciso 2 fixa quorum para a aprovação na Câmara Municipal do Plano Diretor e suas alterações (Câmara dos Deputados Federais, 2000).

Foram 13 anos de lutas para que o Estatuto da Cidade fosse aprovado e com ele o reconhecimento de que os municípios brasileiros pudessem adquirir um maior peso para a promoção de suas políticas urbanas, voltadas para a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade, da distribuição social dos serviços públicos e equipamentos urbanos, bem como da consolidação de gestão urbana participativa (BONDUKI, 2001; GUEDES, 2001).

Estes anos resultaram em muitos debates, muitos conflitos de interesses, intensos processos de negociação para a instituição desta lei. Resultado significativo deste processo é, sem dúvida, o fato das diretrizes e os instrumentos de política urbana terem sido regulamentados com base nas experiências de política urbana, habitacional, da regularização fundiária e da participação popular vivenciadas em diversas cidades brasileiras, na década de 1990. Exemplos concretos foram averiguados nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Diadema, Mauá, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo (Câmara dos Deputados – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior et alli, 2001). Estas cidades procuraram disciplinar o exercício individual da propriedade urbana através do conjunto de normas de direito público existente, estabelecidas com base no interesse público.

Havia esperança de que o Estatuto pudesse reverter o abandono a que foram relegadas as cidades nos últimos anos. Foi sobre esta ótica que a luta dos movimentos populares, intelectuais, políticos e ONGs, entre outros segmentos da sociedade civil, perdurou durante aquela década. Para estes a aprovação do Estatuto da Cidade seria o reconhecimento da melhoria da qualidade de vida urbana. O Estatuto contribuiria para constituir uma nova ordem legal urbana no Brasil. Atender às necessidades das cidades seria cuidar da maior parte dos brasileiros que hoje vivem em cidades, mais de 80%.

O processo da irregularidade urbana poderia ser alterado com a implantação dos instrumentos urbanísticos aprovados pela Lei do Estatuto da Cidade, em julho de 2001. A aplicação dos institutos desta lei pode contribuir para amenizar a irregularidade social. Isso porque, muitas vezes a irregularidade habitacional fundiária não permite ao indivíduo possuir identificação de endereço. Sem isso, não há carteira de trabalho e crédito a bancos, os quais permitiriam, por sua vez, financiamento para compra de casa própria ou terreno, ou ainda participação em programas de financiamento habitacional.

Após os 13 anos de tramitação no âmbito federal, o Estatuto da Cidade colocou à disposição dos prefeitos, enfim, grande número de ferramentas para a gestão urbana (PITTA, 2001). Acredita-se que ele permitiu ao poder público reduzir o abismo das desigualdades sociais enfrentadas em cada localidade. O combate à ociosidade da terra urbana, à especulação imobiliária bem como a gestão participativa, além do respeito às possibilidades ambientais e a parceria com a iniciativa privada pode proporcionar uma melhoria das condições de vida daqueles que vivem nas cidades. Para Mauro Miranda, o estatuto funcionaria como uma espécie de *lei de responsabilidade social* (MIRANDA, 2001), proporcionando os recursos operacionais e as diretrizes de desenvolvimento urbano que os dirigentes municipais precisavam para enfrentar o desafio de organizar as cidades, recolocando no cerne da questão da terra no Brasil a função social da propriedade.

Esta lei tem seus primórdios nos anos 80, quando se vivia no país um clima de redemocratização. Durante a Vigésima Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em 1982, tirou-se um documento intitulado: solo urbano e ação pastoral, que evocava a solo urbano e sua apropriação anti-social (CASTILHOS, 2000, MARICATO, 2001). Este documento teve grande repercussão e foi objeto de muitos debates nos anos que se seguiram. O documento sobre o solo urbano contribuiu para a agenda de reforma urbana na perspectiva de garantir o direito à moradia e meios eficazes para planejar cidades mais justas. O resultado deste processo foi a elaboração da emenda de iniciativa popular sobre a reforma urbana para a Constituição (BONDUKI, 2001).

O Estatuto da Cidade, ao regulamentar as exigências constitucionais, reuniu normas relativas à ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Bem da verdade, como a função social é mais que um instituto de direito urbanístico, um princípio constitucional, sua realização permeia quase toda a lei (SAULE JUNIOR, 2001).

Segundo Raquel Rolnik, os princípios básicos que norteiam a política urbana situam-se em três campos: (1) novos instrumentos de natureza urbanística, voltados para induzir as formas de uso e ocupação do solo, (2) nova estratégia de gestão, que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade, e (3) a ampliação das possibilidades de regularização das pessoas urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal⁴. Estes três campos tratam de elaborar políticas urbanas visando a função social da propriedade urbana, o combate à especulação imobiliária, de maneira a garantir o direito de acesso à moradia, à terra urbanizada, aos serviços e a distribuição justa dos investimentos da cidade.

A nova lei avançava na compreensão de que a cidade é um espaço social e que a decisão sobre a sua função deve ser partilhada entre técnicos, legisladores, executivos e a sociedade civil organizada. Do ponto de vista do cidadão comum, a prática da participação passa a ser a chave da estratégia na definição dos rumos da cidade que livra o cidadão da tutela do Estado.

O Princípio norteador do Estatuto da Cidade é o Plano Diretor – obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes. É através deste que a maioria das diretrizes poderia ser regulamentada em nível municipal. O Plano Diretor ganha enorme importância e passa a ser peça chave da reforma urbana e do futuro das cidades. Ele deveria, portanto, estar voltado para a definição das exigências fundamentais de ordenação da cidade (ROLNIK, 2001, CYMBALISTA, 2001).

Um dos seus intuitos fundamentais é o de identificar quais propriedades urbanas estão cumprindo ou não com o princípio constitucional da função social da propriedade, e principalmente, definir, por meio do desenvolvimento de uma política urbana, quais são as medidas e instrumentos aplicáveis para o efetivo cumprimento das funções sociais da propriedade privada bem como da cidade. Assim, no Plano Diretor deverá estar consignada a condição para que os imóveis cumpram sua função social.

Muitos instrumentos urbanísticos, agora regulamentados, como o direito de preempção, o de edificação, o de parcelamento compulsório, o IPTU progressivo no tempo (DE VILLA, 2001) e a usucapião especial (LOMAR, 2001) puderam ser utilizados em Planos Diretores. Mais do que nunca, a formulação de um Plano Diretor deve ser resultado de um amplo debate com a comunidade local, fazendo desse processo uma oportunidade única de mobilização social e de negociação política voltadas para o futuro das cidades (MOREIRA, 2001). O Estatuto da Cidade apresenta a importância da participação popular em decisões de política urbana com a realização de debates, audiência e consultas públicas, além de referendos e plebiscito, de acordo com a diretriz de gestão democrática (Câmara dos Deputados – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior *et alli*, 2001).

Dentre as diretrizes do Estatuto da Cidade, algumas, especificamente, podem contribuir mais diretamente para o cumprimento da função social da propriedade. De forma sucessiva, o parcelamento ou edificação compulsórios, o imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública servem para que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova o seu adequado aproveitamento, de modo que a propriedade urbana atenda a sua função social.

⁴ web.caixa.gov.br/urbanização/caixacidade/gestão_urbana_links.asp#perg8, 2001

O Estatuto da Cidade foi um começo para a busca e a conquista de uma sociedade mais justa. A instância cidadã é fundamental. Ela é o quarto poder, juntamente com o executivo, legislativo e judiciário, que dá vida e organização a sociedade e a cidade.

Há de se considerar também para a relativização do Estatuto da Cidade no que tange o poder dos municípios de interferir sobre os processos de urbanização e sobre o mercado imobiliário. As ações correlatas a esta interferência podem mexer com as práticas e os privilégios, até então jamais tocados, e muito arraigados no Brasil. Os grandes proprietários urbanos sofrerão com estas ações e serão os primeiros a questioná-las. O que pode acarretar em ações judiciais, pressões políticas, negociações a fim de não perder seus privilégios (CYMBALISTA, 2001).

O Estatuto da Cidade revela uma compreensão profunda dos processos e conflitos em jogo na questão da política urbana e procura dar ao poder público a possibilidade concreta de mediá-los. Por outro lado, persiste - persistirá sempre - a possibilidade de sua instrumentalização para fins excludentes e populistas. Há que ser sóbrios, e não incorrer novamente no erro de acreditar que a existência de dispositivo jurídico vá garantir uma melhora no nosso ambiente urbano. Pelo contrário, as forças que se opõe à democratização do acesso à terra continuam presentes e atuantes e permanecem com um acesso privilegiado aos canais de decisão, significando que se trata de uma luta sem descanso por mais igualdade em nossa realidade urbana. É exatamente esse o papel da política e o Estatuto da Cidade prevê um espaço em que ela se efetive.

Respeitando a Constituição no que diz respeito ao exercício da cidadania e ao princípio da participação popular no planejamento municipal, o Estatuto da Cidade contém um capítulo específico sobre a gestão democrática da cidade estabelecendo os instrumentos que o poder público deve assegurar aos cidadãos, tais como órgãos colegiados de política urbana, audiências e consultas públicas, conferências, iniciativa popular, plebiscito, referendo e orçamento participativo. Por certo não cabe tão-somente ao Estado a responsabilidade por pensar e estruturar melhor a apropriação da propriedade urbana e da cidade. Todos os atores sociais devem contribuir para pensar e agir sobre o tema.

2.3. Estatuto da Cidade + 10: reflexão sobre a efetividade da lei

Durante a última década foram elaborados estudos de avaliação sobre os Planos Diretores, os quais apontaram diversos conflitos no que tange formulações e implementação. Estes apontaram que muitos dos planos não foram implementados corretamente e em alguns casos representaram cópias de modelos inadequados ou mesmo são totalmente retóricos, uma vez que mesmo incorporando formalmente diversas diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade não fizeram com que os princípios e os instrumentos fossem devidamente territorializados nas cidades. Destaca-se também que muitos dos planos, elaborados nesta última década têm sido distorcidos por mudanças legislativas casuísticas e de interesses políticos e, sobretudo, que não passaram por processos participativos adequados (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011).

Estes apontamentos retomam várias colocações feitas durante o período de pré-aprovação do Estatuto da Cidade e de início de elaboração dos Planos Diretores no início de século. Já naquele momento não havia como se iludir com o Estatuto da Cidade. Este dispositivo era apenas uma condição necessária para que os municípios tivessem mecanismos para implementar uma política urbana. Contudo, ele seria e se mostrou absolutamente insuficiente tendo em vista o resultado dos Planos Diretores. Todos os institutos contidos no Estatuto da Cidade poderiam se constituir em belos discursos, aparentemente democráticos, como o foi, de acordo com o estudo de avaliação dos Planos Diretores, implementado pelo Ministério das Cidades.

O grande desafio sempre foi de transformá-los em realidade. Sem dúvida, os institutos, por si só, não garantiriam a efetivação da função social da propriedade e da cidade. Eis que os fatores políticos, econômicos e sociais influenciaram diretamente o tema, razão pela qual se faz necessário o compromisso político em sua efetivação. Compromisso no qual a sociedade civil, consciente de suas prerrogativas, deve buscar participar. A população pode ganhar visibilidade pública em suas ações, pode amparar seus direitos junto aos poderes que decidem o destino da cidade e dos que nela moram.

Grande parte da população não soube como reivindicar e exigir direitos diante da lei e do poder constituído. Ademais, os movimentos sociais estavam numa nova fase de luta pelo Estatuto da Cidade. Não estavam mais lutando por sua sanção, mas por sua regulamentação em nível municipal. Este momento foi de grande dificuldade. Antes estavam unidos na luta pela aprovação em nível federal, depois cada movimento teve que lutar localmente para garantir esses direitos. Os movimentos locais mais organizados levaram vantagem nesta luta.

Todos os espaços de participação encontraram e têm encontrado grandes dificuldades para cumprir o papel democratizante. A multiplicação e a desarticulação entre estes espaços acentuam as dificuldades de que o poder público e a sociedade possam ocupá-los com qualidade, produzindo deliberações capazes de efetivar uma nova forma política, eficaz e realmente política. Estes limites desafiam fortemente os governos e a sociedade civil comprometidos com estes princípios a investirem seus esforços para garantir que os novos espaços possam realmente significar a possibilidade de gestão democrática das cidades. Tornar o poder público mais transparente e permeável à participação cidadã é um dos principais desafios que se colocam para os governos, ainda mais neste momento de revisão dos Planos Diretores, após 10 anos do Estatuto da Cidade. Adequar a administração pública à gestão democrática e participativa implica profundas reformas administrativas⁵.

Uma das constatações observadas pelos autores sobre a avaliação dos Planos Diretores da Rede de Avaliação e Capacitação para a implementação dos Planos Diretores Participativos (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011) foi que, diante da Resolução nº 34/2005⁶, os Planos Diretores editados previram, de forma precária, os institutos para implementação do desenvolvimento urbano como: zonas especiais de interesse social, operações urbanas, outorga onerosa de direito de construir, IPTU progressivo no tempo, entre outros. Constatou-se que a razão desta precariedade estaria relacionada à baixa capacidade técnica dos municípios, o que significa uma atenção especial dos governos estaduais e federal.

No entendimento dos autores, um dos avanços que poderiam ajudar os municípios brasileiros seria a estruturação do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) cujas diretrizes foram fixadas pela Portaria nº 511/2009. O CTM seria uma ferramenta potente que ajudaria os municípios a reunir e atualizar dados de seu território, integrando informações de outros cadastros, o que contribuiria sobremaneira com a elaboração e implementação do Plano Diretor.

No tocante a questão habitacional, os autores constataram que a maior parte dos Planos Diretores incorporou definições relativas à política de habitação, faltando, contudo, a previsão quanto aos elementos necessários à efetividade dos instrumentos que asseguram o direito de moradia. Em sua grande maioria, os Planos Diretores remetem à

⁵ Texto base para a plataforma Direito à Cidade e Reforma Urbana – I Congresso Nacional pelo Direito à Cidade, 2001

⁶ A Resolução nº 34, de 01 de julho 2005 do Conselho das Cidades emitiu um conjunto de orientações e recomendações relativas ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, em especial exigindo critérios para caracterizar imóveis que não cumprem sua função social entre outros detalhes relativos a instrumentos urbanísticos e processo participativo.

regulamentação posterior a aplicabilidade deste direito, o que contraria a Resolução nº 34, pois de acordo com esta, a previsão deveria estar no Plano Diretor para posterior incorporação a legislação municipal. O mesmo se aplica as Zonas Especiais de Interesse Social mesmo sendo o instrumento mais utilizado junto aos Planos Diretores, sua previsão não é autoaplicável, necessitando detalhamentos e regulamentação posteriores.

Com relação à política de saneamento ambiental nos Planos Diretores, verificou-se que em grande maioria dos municípios há previsão deste tema, entretanto, de maneira frágil. Existem contra sensos, pois há expresse reconhecimento das necessidades de construção de cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, havendo contudo, pouca previsão quanto à política de saneamento ambiental como política de desenvolvimento municipal. Tal assertiva ganha sustentação ao se verificar as dificuldades dos municípios ao gerenciar tais serviços, sendo repassados em geral a concessionárias estaduais ou empresas privadas.

Outra questão analisada pelos autores é a mobilidade urbana. Restou constatado que os Planos Diretores prevêm melhorar, estimular além de priorizar o transporte público. Ao contrario senso, não há previsão de modalidades alternativas de deslocamento. A utilização de bicicletas ao invés de ser tratado como modalidade de transporte, acaba sendo vinculado à questão ambiental, como alternativa não poluente de transporte. Assim, ao concluir-se que os Planos Diretores prevêm a política de mobilidade da mesma forma não são autoaplicáveis.

O tema ambiental é tratado nos Planos Diretores de forma não homogênea e sem mecanismos capazes de dar efetividade à política ambiental. Uma questão que chamou a atenção dos avaliadores foi a quase inexistência da necessidade de obtenção do licenciamento ambiental para empreendimentos causadores de impacto ambiental e na estrutura urbana. O tema ambiental, ao invés de ser tratado de forma integral, é apresentado de forma segmentada, não se criando uma política urbana-ambiental.

A questão metropolitana também é analisada pelos autores. Verificou-se uma tendência a articulação horizontal com os estados e a União. Contudo, não há uma gestão compartilhada com os municípios da região metropolitana por meio da previsão de consórcios públicos envolvendo compromissos e ações que tratem dos sistemas de saneamento ambiental, dos sistemas de transporte e da gestão das bacias hidrográficas.

Da mesma forma, inobstante a previsão de processos de participação pública na elaboração e revisão dos Planos Diretores, essas demandas nem sempre fizeram parte integrante destes. O estudo demonstrou que a participação popular para traçar diretrizes do Plano Diretor está aquém do previsto, afastando-se a efetividade dos canais de participação democrática das cidades.

Como desafios os autores trazem a utilização do Plano Diretor como uma ferramenta aplicável a ser utilizada pelas cidades e seus gestores, visando identificar os problemas urbanos e traçar metas para sua melhoria. Sem a participação popular não se tem um diagnóstico da cidade real, vivida pelos seus habitantes.

De fato, restou confirmado pelos autores que os institutos bem como os sistemas políticos urbanos previstos junto ao Estatuto da Cidade são tratados de forma segmentada, não havendo “conversa” entre estes, acrescido fato de que o Plano Diretor passa a ser mera consulta e não ordenamento a ser observado.

Os autores trazem como desafios para os novos governantes e para a nova fase de revisão dos Planos Diretores, exatamente a implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade de forma autoaplicável e imediata, visando efetivação das políticas urbanas.

2.3.1. Estatuto da Cidade + 10: reflexão sobre o acesso a terra urbanizada

Em relação aos planos diretores aprovados após o Estatuto da Cidade havia uma prerrogativa que o foco se concentraria na possibilidade de intervenção pública no processo de desenvolvimento urbano, especialmente no que se refere à promoção do acesso à moradia. Porém, os novos Planos Diretores foram pouco objetivos e não favoreceram mudanças nas formas de apropriação social da cidade, nem enfatizam a promoção do acesso à moradia.

O cumprimento da função social da propriedade pode aparecer associado à ocupação dos vazios urbanos, ao combate à especulação imobiliária por meio dos instrumentos do Estatuto, à promoção do acesso à moradia e à cidade, ao atendimento em geral das exigências da coletividade, à utilização racional da infraestrutura e dos equipamentos e serviços urbanos, à preservação da qualidade de vida ou do meio ambiente, à segurança, à saúde, ao combate à apropriação privada de lucros fundiários gerados coletivamente, entre outras especificações.

Diversos Planos Diretores apontaram as referências à submissão da função social da propriedade ao ordenamento territorial, definindo no Plano Diretor como orienta a Constituição Federal. Entretanto, muitas vezes foram orientações indiretas relacionadas à priorização de usos específicos para determinadas áreas da cidade.

Quanto à diretriz de ordenação e controle do uso e ocupação do solo de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos, alguns relatórios sobre os Planos Diretores indicaram que a diretriz específica não esteve enfatizada ou explicitada nos planos, bem como a instituição dos instrumentos de parcelamento, edificação, utilização compulsória e IPTU progressivo no tempo.

O tratamento das normas urbanísticas se mostrou insuficiente para determinação do potencial construtivo atribuído às diferentes parcelas do território, definidas no macrozoneamento ou no zoneamento urbano. As condições objetivas para a regulação do solo urbano foram remetidas para a legislação específica de uso, ocupação e parcelamento do solo.

A grande maioria dos Planos Diretores prevê a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Área Especial de Interesse Social (AEIS). Mas mesmo tendo sido denominadas em alguns planos, nem sempre elas são delimitadas e poucos planos as regulamentam ou dão orientações para a sua regulamentação posterior. A maioria dos Planos delimita as ZEIS ou AEIS em áreas já ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda, favelas, vilas, loteamentos irregulares e clandestinos etc. para regularização fundiária e urbanística. São previstas ZEIS em áreas vazias ou subutilizadas para a implantação de baixa renda em um número expressivo de planos, os relatórios analisados registram claramente apenas os casos de delimitação de ZEIS vazias em 41 planos paulistas em seis casos em outros estados. A eficácia das ZEIS como instrumento indutor da promoção da democratização do acesso a terra urbanizada, bem localizada e próxima dos centros de emprego e serviços deixou a desejar. A reserva de área para habitação popular em áreas cobiçadas para outros usos, mais lucrativos, implica disputas e conflitos que na luta política e econômica não foram sequer enfrentados no processo de elaboração dos Planos Diretores, daí a raridade das ZEIS em áreas vazias ou subutilizadas no Brasil.

2.3.2. Estatuto da Cidade + 10: reflexão sobre o acesso ao saneamento

A obra Projeto Rede de Avaliação de Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos adequados (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011) forneceu informações de como estão sendo pensados e organizados os Planos Diretores nos municípios das diversas Regiões do País.

O levantamento de dados colhidos nas diferentes regiões mostra a situação precária dos municípios e a dificuldade em se implementar, por exemplo, o saneamento ambiental, pois na esmagadora maioria dos municípios não está clara nos Planos Diretores como esta prestação de serviços será feita, ou seja, se vai ser pela prefeitura, por companhias estaduais ou por empresas terceirizadas.

Pelos números levantados na pesquisa, as regiões Sul e Sudeste têm melhores índices de população com acesso ao saneamento e demais serviços, mas ao aprofundar a questão em pequenos municípios dos estados, a situação é precária ou inexistente investimento e preocupação, tendo a população que conviver com falta de água tratada, sem rede de esgoto e sem coleta de lixo. Até existe uma preocupação, mas não uma política de universalização dos serviços de saneamento básico, não há instrumentos de ampliação de acesso da população aos serviços de saneamento, que deve incluir, obrigatoriamente, o conceito de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitários, manejo de águas pluviais urbanas e manejo de resíduos sólidos. O que há é um verdadeiro abandono, por parte dos municípios na gestão das políticas de saneamento, pois com saneamento adequado, os serviços de saúde, por exemplo, seriam menos demandados, pois esta questão está diretamente ligada à saúde pública.

Os estudos feitos de forma bastante aprofundada, levaram à conclusão de que o saneamento ambiental ainda não tem o respaldo dos dirigentes públicos, numa questão que é de tão suma importância, desta forma, com bastante clareza, percebe-se que planos diretores reconhecem a importância da universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental e assinalam esta diretiva como essencial para a construção de cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, mas poucos conseguem formular uma política municipal de saneamento como uma política local de desenvolvimento urbano.

2.3.3. Estatuto da Cidade + 10: reflexão para o momento da revisão dos Planos Diretores

2.3.3.1. *Compreendendo os fracos resultados dos processos participativos*

Frente à observação e apontamentos dos fracos resultados dos processos participativos dos Planos Diretores, destaca-se que:

- O poder dos grupos privados sobre a produção do espaço e a apropriação da cidade não se altera somente com um chamamento à participação de todos os segmentos sociais;
- A precariedade dos diagnósticos que orientaram a elaboração dos Planos Diretores também foram fatores que contribuíram para a não explicitação e explicação dos conflitos;
- A baixa compreensão dos mecanismos de apropriação privada da cidade e dos instrumentos de reforma urbana inscritos no Estatuto da Cidade são pouco perceptíveis.

2.3.3.2. *Compreendendo os resultados positivos dos processos participativos*

Frente à observação e apontamentos dos resultados positivos dos processos participativos dos Planos Diretores, ressalta-se que:

- O processo de elaboração foi fundamental para a criação do Conselho Municipal da Cidade ou de Desenvolvimento Urbano;
- Grande parte dos Planos Diretores incorporou outros mecanismos de participação, como as audiências públicas e as conferências;
- Foram disseminados debates sobre as cidades em contexto de total ausência de diálogo sobre as políticas urbanas.

2.3.3.3. Compreendendo os temas pouco abordados dos processos participativos

Frente à observação e apontamentos dos diversos temas tratados nos Planos Diretores alguns foram pouco abordados, destacando:

- Os processos de aglomeração e metropolização urbana;
- As possíveis relações com os planos setoriais que seriam elaborados e implementados posteriormente a elaboração e aprovação dos Planos Diretores.

Por fim, tais considerações devem balizar e orientar o processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos, de forma a avançar com relação às dificuldades verificadas em plano nacional.

3. METODOLOGIA

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos estabelece

(...) diretrizes e normas para o seu desenvolvimento, orientando os agentes públicos e privados que atuam na construção e gestão da cidade, com o propósito de melhorar a qualidade de vida de seus moradores e usuários, promover o progresso urbano, econômico e social para todos, pautando-se pelos princípios, normas e instrumentos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica do Município. (GUARULHOS, 2004, p.1)

É um marco de referência para a política urbana municipal que busca direcionar o modo de produção do espaço, com base na gestão democrática. Foi concebido a partir dos princípios da Reforma Urbana, presentes no Estatuto da Cidade, conforme já descrito. Tais princípios se evidenciam na forma de leitura da realidade para elaboração do Plano Diretor e também nas propostas presentes na lei.

A Revisão do Plano Diretor de Guarulhos está inserida, portanto, em um processo de planejamento que se iniciou com a elaboração do Plano entre 2002 e 2004, desdobrou-se na Lei do Plano Diretor (nº 6.055/2004) e que, num momento seguinte, passou pela implementação do plano, entre 2005 e 2011. Este processo de planejamento é compreendido tanto do ponto de vista de seu conteúdo técnico/político, quanto do processo de participação popular que vem acontecendo desde 2002, com destaque para as Conferências da Cidade e a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

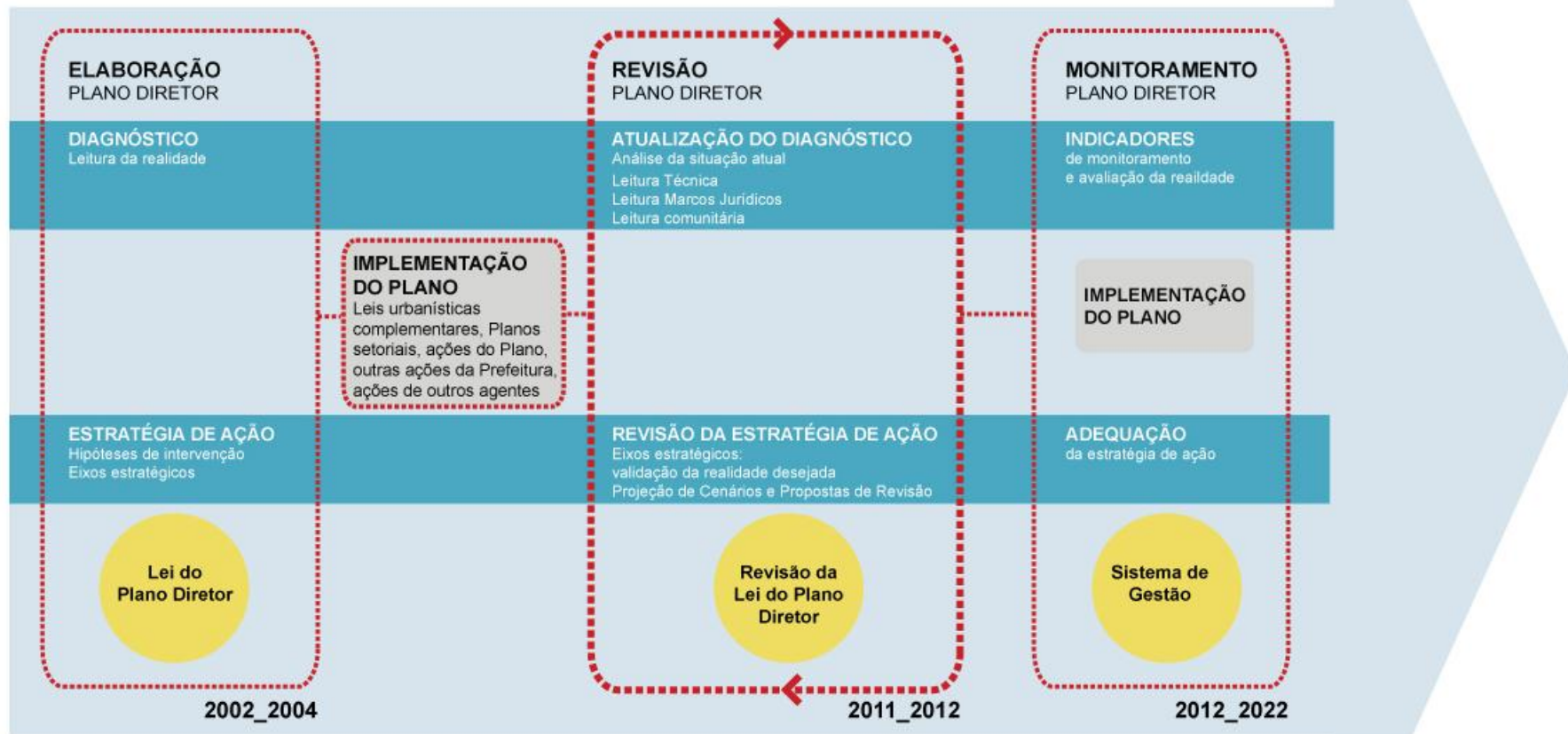
Além do processo de planejamento e suas normas, a dinâmica de produção do espaço urbano também compreende as ações, projetos e intervenções concretas, promovidas por agentes públicos e privados, com seus diferentes interesses, e que transformam o espaço urbano frente às condições físico-territoriais do mesmo.

Nesse sentido, a Revisão do Plano Diretor pressupõe, necessariamente, uma avaliação das mudanças territoriais que ocorreram no período compreendido entre o diagnóstico do Plano Diretor e o momento atual. Além disso, a avaliação também deve possibilitar compreender se as estratégias e ações programadas foram realizadas ou não, se tiveram sucesso ou não, e por que fracassaram ou tiveram sucesso. Ou seja, deve-se atualizar o diagnóstico e revisar as estratégias de ação, para chegar a uma revisão da Lei do Plano Diretor adequada às mudanças verificadas e aos novos projetos acordados. Esta revisão deve possibilitar também um efetivo monitoramento do Plano Diretor no momento seguinte, com a constante avaliação da realidade e adequação dos projetos aos objetivos formulados.

O esquema da Figura 1 sintetiza esta compreensão sobre os diferentes momentos do processo de planejamento de Guarulhos:

FIGURA 1 - ESQUEMA PROCESSO DE PLANEJAMENTO

PROCESSO DE PLANEJAMENTO
PLANO DIRETOR DE GUARULHOS - SP



Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa

Tendo em vista esta concepção mais ampla sobre o processo de planejamento relacionado ao Plano Diretor de Guarulhos, é necessário ainda explicitar a metodologia para os trabalhos específicos de Revisão do Plano Diretor.

Para isso, cabe questionar qual o sentido do planejamento. Na clássica passagem da fábula de Lewis Carroll, “Alice no País das Maravilhas”. Ao encontrar o Gato, Alice pergunta: “O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho devo tomar para sair daqui?”. O Gato responde: “Isso depende muito de para onde você quer ir”. Alice retruca: “Não me importo muito para onde...” e o Gato prontamente afirma: “Então não importa o caminho que você escolha”. O dilema de Alice é o mesmo dilema do planejamento: qual caminho se deve tomar? Mas para responder a esta questão é necessário, antes de tudo, saber aonde se quer chegar.

Planejar, portanto, é estabelecer um processo racional de definição de objetivos (fins) determinando: (i) formas, ações e instrumentos (meios) e (ii) modos de organização (métodos) para atingi-los de forma eficiente e eficaz. Neste processo não se pode admitir qualquer meio para atingir os fins estabelecidos. Todo o planejamento municipal deve constituir-se a partir de uma *práxis* que permita viabilizar as transformações necessárias, ou seja, um de seus fundamentos é e está na transformação da realidade.

Em outras palavras, o que se quer dizer é que o agente público não pode realizar qualquer ação e nem usar qualquer meio para atingir os fins estabelecidos. Ou seja, os fins não justificam os meios, pois o ato de planejar está delimitado por uma ética que contém: 1) os princípios de uma sociedade desejada, 2) as explicações (teoria) sobre o funcionamento desta sociedade e 3) um projeto de sociedade⁷ (VARGAS DE FARIA, 2006).

De modo que os planos se estruturam, de forma geral, em três momentos principais: (i) o diagnóstico, baseado em uma interpretação da realidade que supõe determinados valores (os princípios da sociedade desejada); (ii) as estratégias de ação, que definem o caminho de saída da situação atual para a situação desejada; e, (iii) um modo de implementação.

Tratando-se de um processo de Revisão do Plano Diretor, tais momentos constituem-se em pontos de avaliação-planejamento: (i) atualização do diagnóstico para o período analisado, considerando as mudanças que ocorreram (aqui chamada de “análise da situação atual”); (ii) revisão das estratégias de ação com a construção de um novo cenário desejado, a partir da realidade existente; e, (iii) modo de implementação que incorpore a experiência (sucessos e fracassos) do período anterior. Além disso, compreende-se que os princípios da sociedade desejada, aqueles valores e desejos que balizam a interpretação da realidade e a formulação das estratégias de ação, foram pactuados no processo participativo de construção do Plano Diretor e estão expressos nos objetivos e eixos estratégicos da Lei do Plano (art. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.055/2004), com destaque para:

- Eixo Estratégico 1: Cidade para todos;
- Eixo Estratégico 2: Desenvolvimento social;
- Eixo Estratégico 3: Desenvolvimento econômico e emprego;
- Eixo Estratégico 4: Qualidade e mobilidade urbana;
- Eixo Estratégico 5: Financiamento da cidade;
- Eixo Estratégico 6: Participação cidadã;
- Eixo Estratégico 7: Articulação metropolitana.

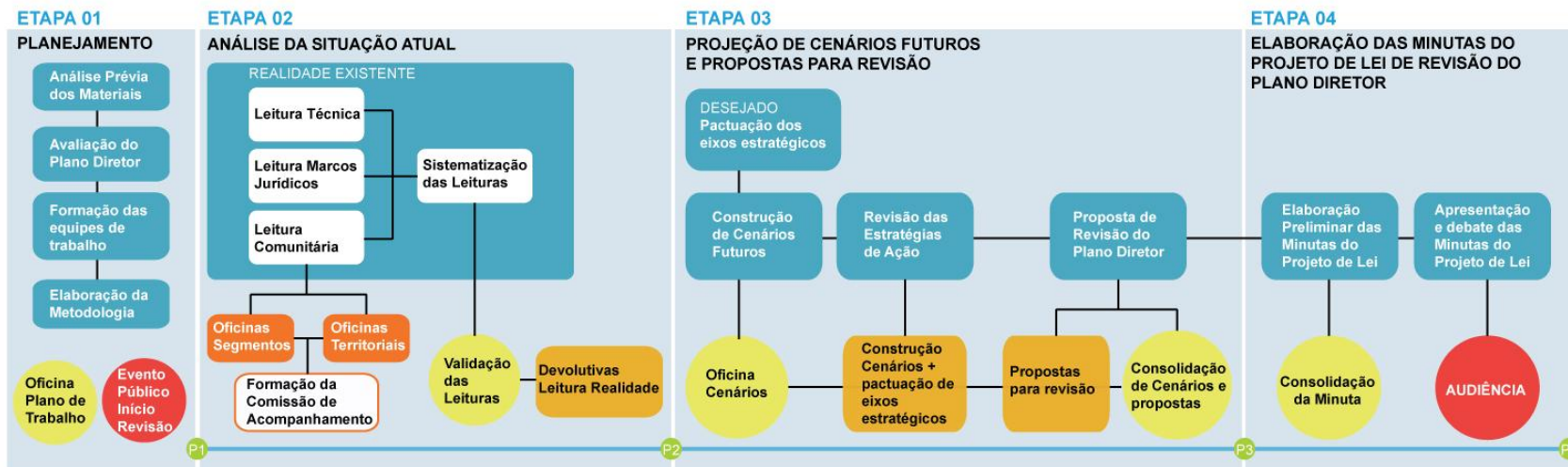
⁷ Baseado em DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Desta forma, esta definição da sociedade/futuro desejado, também chamado de “marco referencial”, é o eixo de ligação entre a elaboração do plano em 2004 e sua atual revisão.

A figura a seguir representa de forma esquemática o fluxograma metodológico da Revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Todo o processo de revisão se fundamenta na concepção do planejamento participativo, que pressupõe a participação social nos momentos decisórios da Revisão do Plano Diretor. Tal concepção é mais bem explicada no Item 4 - Processo Participativo.

FIGURA 2 - FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO,
ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS-SP
FLUXOGRAMA METODOLÓGICO



LEGENDAS

- AUDIÊNCIA
- OFICINAS PÚBLICAS
- OFICINAS INTERNAS (CG, GTP, GTI, CMDU)
- OFICINAS C.A. + CMDU
- P1 PLANO DE TRABALHO
- P2 RELATÓRIO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL
- P3 RELATÓRIO DE CENÁRIOS PROJETADOS E PROPOSTAS CONSOLIDADAS E APROVADAS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
- P4 MINUTA DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E RELATÓRIO DE MEMÓRIA TÉCNICA

Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa.

Como se pode observar no fluxograma metodológico, a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos está organizada em quatro etapas, de acordo com o Termo de Referência: Etapa 01 | Planejamento; Etapa 02 | Análise da Situação Atual; Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; e, Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor ⁸.

A **Etapa 01 | Planejamento** corresponde ao planejamento das atividades, com a elaboração da metodologia, que se concretiza neste Plano de Trabalho. Em seguida inicia-se a **Etapa 02 | Análise da Situação Atual**, em que se faz a leitura da realidade. Conforme exposto acima, esta análise consiste em uma atualização do diagnóstico do Plano Diretor e está balizada pelas seguintes questões:

- Que mudanças ocorreram no período 2004 a 2011? E por quê?
- Qual a relação destas com os objetivos e eixos estratégicos do Plano?
- O que (não) foi implementado? E por quê?

Observa-se que a leitura da realidade é realizada tendo em vista os eixos estratégicos já definidos, ou seja, os valores que constituem referência para análise da situação atual são aqueles definidos nos eixos. Vale destacar também que a leitura da cidade real, aqui chamada de “análise da situação atual”, fundamenta a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento urbano. Esta leitura é realizada pela ótica da produção do espaço, identificando os conflitos e agentes que atuam nesta construção. Tal concepção se afasta da ficção tecnocrática dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, baseados numa leitura restrita a cidade formal, que tudo prometiam, mas não possuíam instrumentos para induzir a implementação do modelo idealizado proposto (VARGAS DE FARIA, 2006).

A leitura da realidade se divide em três formas: leitura técnica; leitura comunitária (por meio de oficinas por segmentos e territoriais) e leitura dos marcos jurídicos. As três ocorrem simultaneamente e são finalizadas com a sistematização das leituras e validação com a sociedade.

Na análise da situação atual está prevista a identificação e elaboração de indicadores e variáveis que possibilitem compreender a realidade, monitorá-la e, posteriormente, projetar os cenários desejados. Parte desses indicadores será identificada no próprio Plano Diretor e nos Planos Setoriais desenvolvidos recentemente.

Tendo em vista diminuir a distância entre a realidade atual de Guarulhos e o que foi estabelecido nos eixos estratégicos (situação desejada), a Revisão do Plano Diretor segue com a **Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão**. Aqui será necessário rever as estratégias de ação, hipóteses de intervenção, formuladas no Plano Diretor, tendo em vista as seguintes questões:

- Quais as demandas futuras? E as tendências de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico?
- Quais as novas propostas, a partir da realidade atual e do cenário pactuado?
- O que deve ser implementado?

Neste momento a sociedade representada nas instâncias de participação da Revisão do Plano Diretor repactua os eixos estratégicos e, a partir deles e das mudanças verificadas

⁸ O detalhamento de cada etapa, com seus objetivos, atividades, eventos e produtos, está apresentado no item 5 deste produto.

na realidade, formula o cenário desejado⁹ para Guarulhos 2022. Ou seja, a projeção de cenários será realizada tendo em vista de um lado a leitura da realidade e de outro o conjunto de valores expressos nos eixos estratégicos. Estes princípios da sociedade desejada correspondem a uma construção atemporal, sem horizonte definido, mas que serve de referencial para o cenário desejado, que necessita ser plausível. Este deve considerar restrições e potencialidades internas e externas que condicionam o desenvolvimento de Guarulhos, como, por exemplo, o cenário econômico nacional.

A análise histórica da realidade, e a percepção de seus movimentos, são essenciais para identificar as tendências do futuro. Assim, a formulação de cenário tem o sentido de definir prioridades e orientar a ação a partir das situações projetadas, de futuros alternativos. Os cenários reafirmam, portanto, o papel do planejamento ao evidenciar as diferentes situações futuras com relação a diferentes comportamentos do ponto de vista da gestão pública.

A negociação e a disputa de interesses entre os diferentes atores emergem na construção coletiva do cenário desejado, que envolve a escolha de alternativas em torno de objetivos e projetos coletivos. Daí o caráter técnico e político do processo de planejamento.

Vale destacar que os cenários devem conter metas e indicadores, articulados a leitura da realidade, e que possibilitem a integração com o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento. As metas e indicadores devem possibilitar monitorar em que medida se está avançando em relação a cada eixo estratégico.

Com base na construção de cenários e propostas da Etapa 03, são formuladas as propostas para Revisão do Plano Diretor. Tais propostas culminam na **Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor** que deve passar por um processo de consulta pública, em audiência. Os indicadores verificados na Etapa 02 devem ser utilizados para a definição das propostas e ações na Etapa 03 e possibilitam a formulação das diretrizes para o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

Por fim, destaca-se a necessidade de construir a Revisão do Plano Diretor por meio de uma parceria entre prefeitura e Ambiens, possibilitando ao máximo a participação direta da sociedade. Nesse sentido, são criados os grupos de trabalho descritos no Item 4 - Processo Participativo. Vale destacar que os momentos de diálogos entre poder público e sociedade devem ser liderados pela prefeitura contando com a assessoria direta da equipe consultora. Ainda neste sentido, tais momentos devem ser precedidos de uma reunião interna (corpo técnico/político da prefeitura) com o objetivo de tornar homogêneos os conceitos e definir a forma e conteúdo dos debates.

⁹ Segundo BUARQUE (2003) é possível diferenciar dois grandes conjuntos de cenários: os cenários exploratórios e o cenário desejado ou normativo. Os cenários exploratórios, mais utilizados para estratégias empresariais, têm conteúdo técnico e busca “apreender para onde, provavelmente, estará evoluindo a realidade estudada, para que os decisores possam escolher o que fazer e possam se posicionar positivamente naquela situação”. Já o cenário desejado ou normativo, utilizado para o planejamento governamental, “tem uma conotação política e deve ser, ao mesmo tempo, tecnicamente plausível e politicamente sustentável. Tal cenário procura administrar o destino com base no desejo, ajustando-o às probabilidades e às circunstâncias. Dessa forma, pode exercer um papel importante na orientação da ação dos atores para intervir e transformar o futuro provável no desejado, expressando o espaço da construção da liberdade dentro das circunstâncias”. (BUARQUE, 2003, p.23).

4. PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

O processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos tem como pressuposto o planejamento participativo, segundo o qual se entende que além de construir coletivamente o conjunto de regras para a produção do espaço municipal, o plano deve conter os princípios fundamentais para este processo de transformação da realidade. Trata-se de um processo participativo que deve propor e apontar objetivamente os caminhos e mecanismos para o desenvolvimento do município.

Esta forma de planejamento não se restringe a execução, mas alcança a delimitação de prioridades segundo as demandas percebidas por todos os segmentos da população. Esta participação ocorre na definição de objetivos compartilhados pelos sujeitos sociais envolvidos, e na leitura da realidade existente de modo que todos possam conhecer os diferentes aspectos da sociedade em que vivem e escolher os melhores meios de ação. Requer, por isso, a criação de espaços e oportunidades de diálogo que garantam: (i) que os diferentes segmentos sociais tenham real condição de defesa dos seus interesses específicos, (ii) que todos os participantes se comprometam com o processo estabelecido sendo corresponsáveis sobre suas definições e resultados. Finalmente, cabe ressaltar que ao entender o planejamento como um processo, é necessário definir também as formas democráticas de avaliação e monitoramento do plano, como conselhos municipais, audiências, consultas e conferências públicas.

Neste processo é fundamental firmar um acordo com base nos distintos desejos e vontades políticas que devem orientar a gestão municipal, isto é, um projeto político traduzido em estratégias e instrumentos. Este plano/acordo deve ser firmado entre as diversas organizações sociais de Guarulhos as quais também serão responsáveis pelo controle e gestão do plano.

Desta forma, o Plano Diretor é compreendido como um processo de construção coletiva das estratégias e instrumentos de produção do espaço municipal. Enquanto processo de discussão, é retratado na Lei do Plano Diretor, marco definidor da política urbana municipal. Entretanto, não se resume à lei, mas sim a um processo contínuo de discussão acerca das políticas públicas municipais. Por fim, não tem o objetivo de dirimir as disputas de interesses levando ao consenso, mas deve funcionar como um “livro de regras” para estas disputas, um pacto estabelecido entre distintos segmentos sociais inseridos no processo participativo de revisão do plano.

4.1. Democracia participativa, gestão democrática e processos de construção coletiva

O processo de redemocratização do Brasil a partir do final da década de 1970 foi marcado pela ampliação das formas de organização social, e por reivindicação por maior participação da sociedade em processo de gestão e de decisão política. Os movimentos sociais formados neste período tiveram papel fundamental para a ampliação de espaços democráticos no país, uma vez que foram capazes, em muitos casos, de encaminhar propostas e influenciar nas deliberações da Assembléia Nacional Constituinte. Neste sentido, o conteúdo da Constituição Federal de 1988 reflete em muito as lutas por direitos fundamentais e de cidadania, apontando ainda para uma série de instrumentos de gestão democrática. Ou seja, a Carta de 1988 possui como elemento substancial a democracia participativa.

Com este novo aparato jurídico, iniciou-se a partir da década de 1990 um amplo processo de descentralização política que tem possibilitado uma série de experiências e práticas participativas no âmbito dos governos municipais. Estas experiências refletem,

sobretudo, a criação de espaços institucionais para o exercício da democracia, como fóruns de debates, audiências, plebiscitos, projetos de lei de iniciativa popular, orçamento participativo, conferências e conselhos. Estes últimos ligados, principalmente, à discussão de políticas setoriais como saúde, assistência social, educação e direitos da criança e do adolescente, etc. A abertura destes institutos de participação tem como objetivo promover o controle social da gestão pública através da fiscalização, ampliação do debate, monitoramento e deliberação sobre a destinação dos recursos públicos. Ou seja, busca-se construir políticas públicas que sejam mais eficientes e incluídas. Sérgio de Azevedo (2004) entende que a institucionalização da democracia passa, sobretudo, pelo poder local, pois cada município possui diferentes projetos políticos que refletem em uma maior autonomia para se criarem espaços que propiciem ou restrinjam as condições para o exercício da democracia.

4.1.1. Participação e deliberação

A gestão democrática não possui como objetivo a substituição da democracia representativa ou das instâncias legislativas, mas sim promover uma complementação dos déficits do sistema representativo. Nesse sentido, as principais defesas da democracia participativa partem da crítica à capacidade das democracias de modelo liberal, baseadas na representação competitiva pelo voto do cidadão de criarem um debate político mais amplo. Para eles as democracias liberais apresentam três grandes falhas ou déficits democráticos: (i) crise de responsabilidade - o sistema representativo afasta o cidadão comum das decisões e ao delegar a outrem a tomada de decisão resulta num enfraquecimento das “habilidades” democráticas dos cidadãos, ou seja, as pessoas ao confiarem demasiadamente nos representantes perdem a responsabilidade e se abstêm da participação política; (ii) igualdade - o modelo de representação trouxe por meio do sufrágio universal o princípio da igualdade (uma pessoa um voto), porém não há a mesma igualdade ao se competir pelos votos nas eleições, quem possui maior recurso tem mais oportunidades políticas para competir pelo voto; (iii) autonomia política - o sistema de representação não permite que as pessoas vivam de acordo com regras criadas coletivamente, os representantes definem as regras. Diante desses três déficits é que os teóricos da democracia participativa, muitas vezes classificados de teóricos da democracia radical, irão apresentar suas propostas para aperfeiçoar a democracia de forma geral.

O projeto radical-democrático de Archon, Fung e Joshua Cohen (2007) busca romper com a estrutura de “barganha” que organiza a agregação de interesses na democracia representativa. Segundo os autores, esse projeto está fundamentado em duas tradições de pensamento. A primeira, inspirada em Rousseau, pretende ampliar a participação dos cidadãos nas decisões políticas e que esses se engajem em discussões políticas substanciais. A segunda tradição é atribuída a Habermas e enfatiza a deliberação e o processo de decisão política produzida pela força da razão ou pela construção do melhor argumento. O projeto radical-democrático aposta na ampliação dos espaços de participação e deliberação. Contudo, alertam que participação e deliberação não são termos sinônimos, podendo se apresentar até como processos concorrentes. Para os autores, a deliberação seria realizada em espaços livres que permitam por meio de procedimentos transparentes a todos a produção de uma discussão racional, em que são debatidos e produzidos os melhores argumentos. Tais espaços contariam com a participação de cidadão em iguais condições, motivados por princípio de justiça, igualdade e bem comum que usariam da argumentação racional (ação comunicativa) para defender a melhor proposta. Já participação é o envolvimento das pessoas em processos de discussão pública, que não necessariamente produzem deliberação, apesar de ambas estarem ancoradas em princípios democráticos. Para Archon, Fung e Joshua Cohen, a combinação de participação e deliberação pode aperfeiçoar a democracia, pois seriam mecanismos mais eficientes para resolução de problemas, uma vez que conseguiriam tanto identificar como solucionar mais facilmente as situações adversas. Contudo, apresentam alguns pontos de tensões entre

participação e deliberação. Entre eles destacam que a própria expansão da participação pode ser um impedimento à deliberação. O problema aí é justamente o tamanho da participação: um grande número de pessoas ou de temas de discussão pode levar a uma discussão infinita ou a impossibilidade de se gerarem processos racionais de discussão, não havendo, portanto, deliberação. Da mesma forma, quando não há comprometimento por parte dos organizadores ou quando as regras do debate não estão claras, reduz-se a capacidade de deliberação.

Outro ponto apresentado diz respeito ao conhecimento necessário para se deliberar. Ou seja, a qualidade deliberativa está associada à capacidade dos participantes em argumentar racionalmente ou de apresentarem os melhores argumentos. Nesse sentido, um dos limites para a ampliação dos processos deliberativos se dá pela distribuição desigual de capital cultural, sendo necessário, portanto, investir também em etapas anteriores de formação técnica e política.

Para Archon, Fung e Joshua Cohen (2007) a possibilidade de um projeto radical-democrático depende também do cenário institucional, da abertura ou reforma do Estado que possibilite as duas formas. Lüchmann e Borba (2007) destacam ainda que o acesso à estrutura institucional está condicionado à receptividade das autoridades político-institucionais às reivindicações de atores sociais, refletida no desenho institucional - regras, espaços e natureza jurídica - das diversas instituições do Estado. Este pode estar ora mais organizado a receber estas demandas, o que gera menores custos à participação, ora se organizar para ocasionar justamente maiores barreiras à participação, ocasionando assim “oportunidades diferenciadas para a participação” e inclusão de atores políticos menos “favorecidos” (LÜCHMANN, BORBA, 2009, p.18 a 20). Igualmente, Silva e Zanata (2009) indicam que tais mudanças político-institucionais também influenciam na configuração das hierarquias de posição sociopolítica, a mudança no cenário institucional pode valorizar determinados grupos demandantes, que verão isso, como uma oportunidade de pautar demandas. Porém, outros grupos que antes eram valorizados, interpretarão o próprio evento como uma restrição, ameaça e elevação custos de sua participação.

Por fim, Archon e Fung apontam que a possibilidade do projeto radical-democrático também depende da capacidade das organizações da sociedade civil de impor a sua racionalidade ao Estado, transformando-o. Apostam na democratização da sociedade civil como caminho para democratizar o Estado e as demais esferas em que a ação não comunicativa é predominante.

Da mesma forma, Habermas (1995) contribui para esse debate a partir da concepção procedimental de política deliberativa. Esse modelo aponta que para a concretização de processos deliberativos é fundamental estabelecer normativas, regras, procedimentos e garantias individuais, além de um processo político que permita a formação de opinião e da vontade coletiva. Assim, o modelo deliberativo de Habermas se dá por meio de uma teoria do discurso que cria um novo modelo centrado em um procedimento ideal de deliberação e de tomada de decisão. Dessa forma, a opinião gerada comunicativamente se tornaria uma decisão institucionalizada por meio do Direito, sendo passível de ser utilizada nas instâncias administrativas do Estado.

Tanto a projeto radical-democrático como a proposta habermasiana são modelos normativos de democracia, que apontam para um dever ser, estando muitas vezes distantes das práticas cotidianas de democracia participativa ou deliberativa. Estes modelos pecam muitas vezes em confiar demasiadamente na capacidade da razão comunicativa como caminho para uma maior democratização. Da mesma forma, apresentam uma sociedade civil extremamente virtuosa, sem interesses corporativos (RIZEK, 2007), ou desigualdades, opressão, poder e hierarquias. Nesses modelos todos estariam em iguais condições para a construção de “vontade geral” por meio da ação comunicativa.

Contudo, compreendidos os limites destas propostas, tais modelos servem justamente como horizontes a serem construídos e experimentados pelas práticas de gestão

democrática. Sendo necessário, portanto, atentar para diversas estruturas de oportunidades ou restrições políticas, refletidas pelo desenho institucional ou pelas diversas regras que regem esses processos, que podem ser mais abertas ou fechadas à participação da sociedade civil. Assim, outro elemento fundamental destacado se direciona a capacidade de mobilização de atores da sociedade civil para a produção de reivindicações e para ocuparem de forma autônoma e crítica os espaços de participação que são abertos. Portanto, caso se tenha estruturas mobilizadoras frágeis, haverá pouca capacidade para agir diante de oportunidades criadas para a participação e a deliberação. Nesse sentido, outro princípio apontado pelos autores refere-se às condições de participação de atores sociais, que apresentam condições socioeconômicas, intelectuais e políticas diferenciadas, assim como projetos políticos distintos ou mesmo antagônicos, necessitando, portanto, assegurar por meio de regras e procedimentos, iguais condições para que esses grupos compreendam o processo, argumentem e cheguem a deliberações.

4.2. Participação na revisão do Plano Diretor de Guarulhos

O Estatuto da Cidade aprovado em 2001 estabeleceu o Plano Diretor como um instrumento obrigatório para a política urbana em municípios com mais de vinte mil habitantes ou que fazem parte de regiões metropolitanas. Esta obrigatoriedade, aliada às políticas e programas dos governos federal e estaduais para incentivar os municípios a elaborarem seus planos, promoveu uma grande disseminação de experiências de planejamento por todo o país, cujos resultados, porém, ainda não podem ser completamente dimensionados (PILOTTO, VARGAS DE FARIA, ARAÚJO, 2009). Nesse cenário, a participação da sociedade na elaboração de planos diretores é pré-requisito para sua elaboração, envolvendo os processos deliberativos e a aprovação do plano, bem como o seu posterior monitoramento. Ou seja, não basta um bom plano técnico, este deve ser elaborado conjuntamente com a população, que será alvo direta ou indiretamente do planejamento. Isto significa reconhecer que a sociedade não é um todo orgânico, mas que há grupos com interesses diversos. Portanto, o processo participativo durante a elaboração de Planos Diretores deverá explicitar publicamente os conflitos e os diferentes interesses que estão em jogo, para assim propiciar possíveis acordos sobre o projeto político para as cidades. Dessa forma, evita-se a realização de processos participativos que possuem um caráter meramente informativo, que não passam de instâncias de apresentação de cartas de intenções ou de projetos, que muito pouco se aproximariam de espaços verdadeiramente de construção coletiva e de democracia, em que ideias, propostas e divergências são apresentadas, contrapostas, costurando-se acordos para possíveis diretrizes ou ações.

Como forma de criar procedimentos mínimos para os eventos participativos vinculados à política urbana, o Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES)¹⁰ publicou em 18 de março de 2005 a Resolução nº. 25, que define os aspectos que devem ser observados na durante a elaboração ou revisão de Planos Diretores. Os principais aspectos podem ser resumidos nos seguintes artigos:

- Art. 3º - A elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação do poder público e da sociedade civil, em todas as fases do processo.

¹⁰ Órgão de natureza deliberativa e consultiva constituído por 71 delegados, sendo 41 representantes da sociedade civil e 30 do poder público (federal, estadual e municipal), com mandato de três anos, eleitos através do processo de Conferências das Cidades, reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais. Tem a função de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

- Art. 4º - Deverá ser garantida a publicidade do processo, por meio de comunicação pública, em linguagem acessível, dar ciência do cronograma e dos locais das reuniões, a apresentação de estudos ou propostas com no mínimo 15 dias de antecedência.
- Art. 5º - Deverá ser garantida a diversidade nas realizações de debates, por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais.
- Art.6º - O processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser articulado e integrado ao processo participativo de elaboração do orçamento.
- Art.7º - A promoção das ações de sensibilização, mobilização e capacitação devem ser voltadas, preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados.
- Art. 8º - As audiências públicas devem atender aos seguintes requisitos: ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local, ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população, garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença, serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.
- Art.10 - A proposta do Plano Diretor a ser submetida à Câmara Municipal deve ser aprovada em uma conferência ou evento similar.

Neste sentido é importante definir o papel da Prefeitura Municipal de Guarulhos para a concretização destes princípios da gestão democrática durante a revisão do Plano Diretor. Com base na resolução do CONCIDADES, sugerem-se cinco linhas de ação listadas e descritas a seguir:

- **SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO** – No papel de organização promotora da revisão do Plano Diretor, cabe à Prefeitura Municipal instigar a participação de diversos segmentos sociais e organizações, de estratégias de mobilização e comunicação, promovendo, quando necessária, atividades voltadas à sensibilização e convencimentos acerca do processo.
- **COMUNICAÇÃO** – Participar não é só informar. É também assumir a parte que cabe a todos na construção da cidade, é explicitar a cidade como produto de seus sujeitos e, portanto, responsabilidade dos mesmos. Para o processo participativo efetivo, devem ser criados espaços para propiciar a comunicação entre o Poder Executivo Municipal e a sociedade civil. Em relação aos espaços para informação, a Prefeitura Municipal, através da sua Assessoria de Imprensa ou órgão similar, deve se utilizar de meios de comunicação variados, como a internet, jornal, rádio, carro de som, cartazes em terminais de ônibus etc. A variedade e a frequência destes meios garantem que diversos setores da sociedade se informem dos temas e do processo de revisão do Plano Diretor. Atenção especial deve ser dada à publicização do calendário dos eventos, bem como dos seus resultados.
- **ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO** – É necessário disponibilizar espaços de fácil acesso à população, com infraestrutura adequada para realização dos debates e sistematização das propostas feitas pelos grupos. A prefeitura deve ainda disponibilizar recursos humanos que devem estar cientes do formato e conteúdos a serem debatidos ao longo destes eventos. Neste sentido é fundamental o treinamento do corpo técnico que atuará no processo de revisão do Plano Diretor.
- **ARTICULAÇÃO** – Para que o item acima possa ser bem desenvolvido e que não ocorra uma sobrecarga de funções em poucos técnicos, é importante que a estrutura administrativa da prefeitura esteja articulada. Em outras palavras, uma vez que a

revisão do Plano Diretor irá tratar de assuntos que perpassam várias secretarias, espera-se que as mesmas, assim como os técnicos que as compõem, estejam disponíveis a contribuir para a revisão do plano. Isto ajudará a fortalecer não somente o processo de planejamento, mas, sobretudo, criar vínculos de debate e trocas de experiências entre as secretarias.

- **DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO** - Para a qualificação do debate e das propostas a serem retiradas durante o processo participativo de revisão do Plano Diretor, a prefeitura deve promover a disseminação de conhecimentos sobre as questões que serão objeto dos debates. Para isso, é fundamental que ocorra a democratização do acesso à informação sobre a realidade do município. No entanto, estas informações não podem se restringir aos dados da cidade, significa, também, disponibilizar o conhecimento necessário para interpretação desta realidade possibilitando a ação eficiente no sentido da elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento municipal.

Neste sentido, ressalta-se que o processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos faz parte de um processo contínuo de gestão democrática vinculado ao desenvolvimento da cidade. Ou seja, não se trata da elaboração de um plano que nasce do zero, mas sim da continuidade de um processo de participação amplo que inclui outras estruturas participativas a serem mobilizadas para a revisão do plano, como o Conselho de Desenvolvimento Urbano, os conselheiros de outras temáticas próximas ou interligadas à política urbana, os conselhos do orçamento participativo, os segmentos participantes das Conferências da Cidade de Guarulhos e dos diversos processos participativos relacionados à elaboração dos planos setoriais. Esses, além de participarem em eventos específicos vinculados ao processo participativo de revisão do Plano, serão responsáveis por comunicar seus segmentos como mobilizar propostas oriundas da sociedade civil. Da mesma forma, tais atores serão fundamentais para avaliar e sugerir propostas acerca do formato da estrutura de implementação e controle do planejamento.

É importante destacar também que o processo de elaboração do Plano Diretor de 2004 cumpriu as diretrizes e objetivos esperados para um Plano Diretor participativo. Envolveu diversos segmentos sociais, sendo realizados mais de 72 eventos participativos¹¹, entre reuniões, oficinas de leitura comunitária e audiências que mobilizaram cerca de duas mil pessoas entre 2002 e 2003. De acordo como os questionários aplicados aos membros do CMDU e técnicos da prefeitura que participaram da elaboração do Plano ¹², o processo participativo foi indicado como positivo, apontando que entre suas falhas estavam a grande concentração de exposições durante os eventos participativos, o que ocasionava em pouco tempo para o debate e resolução ou pactuação de conflitos. Como continuidade desse processo, a atual revisão do Plano Diretor irá incorporar nos seus eventos participativos, diversas organizações que estiveram envolvidas com a elaboração do Plano Diretor de 2004.

4.3. Instâncias e espaços de participação na revisão do plano diretor de Guarulhos

De acordo com os princípios apresentados, a revisão do Plano Diretor de Guarulhos deverá ser realizada de forma participativa, envolvendo diversos segmentos e organizações da sociedade civil. O principal objetivo que se espera alcançar com a participação é incorporar as diferentes visões sobre a cidade, construindo coletivamente as propostas e diretrizes do plano, portanto, a própria a revisão do plano diretor. Da mesma forma, espera-

¹¹ C.F lista das entidades participantes da elaboração do Plano Diretor, no Anexo.

¹² C.F. atividade 6, descrita no Anexo.

se que o processo participativo permita um efetivo controle social sobre a construção desta política pública.

O processo de revisão possui diversos espaços de participação, cada um deles se refere a uma etapa específica com diferentes objetivos a serem cumpridos. Da mesma forma, vários desses espaços possuem públicos diversificados, *a priori*. Portanto, cada evento participativo deverá estabelecer métodos e ferramentas que facilitem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os eventos. Igualmente, esses deverão ser democráticos, possibilitando não só a livre manifestação do público, mas a exposição de ideias e de interesses, a inserção de pautas específicas, o debate entre segmentos, a mediação e resolução de possíveis conflitos¹³.

Além disso, o processo de revisão está estruturado por meio de instâncias de participação (grupos de trabalho e decisão). As instâncias são organizadas a partir da formação de grupos internos e externos à prefeitura, que representam diferentes interesses, afinidades técnicas ou políticas.

Deste modo, as instâncias internas de participação são formadas por: Coordenação Geral (CG); Grupo de Trabalho Permanente (GTP); e, Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI).

Os grupos externos são representados pelo: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU); Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor (CA).

Os espaços estão estruturados em: Evento Público; Oficinas Públicas; e, Audiência Pública.

4.3.1. Instâncias de participação

Instâncias Internas¹⁴:

A **COORDENAÇÃO GERAL**, formada pelos Secretários Municipais, possui as seguintes atribuições:

- Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- Acompanhar todas as etapas;
- Participar do processo participativo;
- Mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

O **GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE**, formado por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, possui as seguintes atribuições:

- Disponibilizar informações e documentos;
- Acompanhar todas as etapas da revisão do plano;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos;

¹³ O detalhamento das metodologias para cada evento participativo é apresentado no Anexo.

¹⁴ Os membros de cada uma das instâncias estão descritos no relatório anexo.

- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.
- Aprovar os produtos da consultoria.

O **GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS**, formado pelos técnicos da secretarias SDU, Meio Ambiente, Habitação, SAAE, Desenvolvimento Econômico, Serviços Públicos, Obras e Trânsito, possui as seguintes atribuições:

- Acompanhar todas as etapas da revisão do Plano;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- Disponibilizar informações e documentos;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

Instâncias Externas:

Com relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são formadas pelo **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, que tem como objetivos:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da elaboração da revisão do Plano Diretor sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos na elaboração da revisão do Plano;
- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar da revisão do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão do Plano Diretor;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do Plano Diretor.

E pela **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**¹⁵ com os seguintes objetivos:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão do Plano Diretor sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos na elaboração da revisão do Plano;

¹⁵ A Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor será formada nas Oficinas de Leitura Comunitária que acontecerão na Etapa 02.

- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar da revisão do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão do Plano Diretor;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Acompanhar e fiscalizar as atividades de revisão do Plano Diretor.

4.3.2. Espaços de Participação

Os espaços estão estruturados em:

EVENTO PÚBLICO

- Espaço participativo de caráter informativo, voltado a dar publicidade sobre o cronograma das etapas, metodologia de revisão a ser utilizada, estratégia e método para a efetivação do processo participativo.
- N° de eventos: 01 - Evento de Lançamento do processo de Revisão do Plano.

OFICINAS PÚBLICAS

- Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo, voltados à construção de propostas, ações, cenários futuros e avaliação sobre os demais conteúdos produzidos.
- N° de eventos: 16;
- 13 oficinas de leitura comunitária; 01 oficina de devolutiva da leitura comunitária; 01 oficina de construção de cenários futuros; 01 oficina de pactuação de cenários.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo, voltados à construção de propostas, ações, cenários futuros e avaliação sobre os demais conteúdos produzidos e aprovação acerca da proposta de minuta da Lei de Revisão do Plano Diretor.
- N° de eventos: 01 – Aprovação da minuta de Lei de Revisão do Plano.

4.4. Plano de comunicação para o processo de revisão do Plano Diretor

Grande parte do sucesso ou insucesso na realização de eventos e processos participativos deve-se a forma como esses são divulgados. Nesse sentido, a comunicação é uma atividade estratégica e permanente que deve fomentar a participação de atores nos eventos específicos, mas também fornecer informações acerca do andamento do Plano Diretor, seus cronogramas de atividades e de eventos participativos, bem como disponibilizar dados e os resultados dos debates, fornecendo também subsídios para uma participação mais qualificada dos atores nos eventos.

Nesse sentido, serão desenvolvidos dois caminhos convergentes voltados para a publicização dos trabalhos. O primeiro deles pode caracterizar-se por estratégias de comunicação e o segundo por ações voltadas à mobilização de atores. Ressalta-se que

ambas as estratégias são permanentes, devendo ser também avaliadas rotineiramente, a fim de aprimorar ações e corrigir possíveis erros.

Para a execução do plano de comunicação e mobilização, deve-se estabelecer internamente à prefeitura uma comissão de comunicação e mobilização para estas atividades, que tem a função de “assessoria de imprensa”, sendo responsável por animar o processo. Essa comissão tem diversas funções, tais como:

- Criar uma marca visual para a revisão do Plano Diretor, presente em todos dos documentos e informações divulgados no decorrer da revisão;
- Criar uma frase de identidade para o processo de revisão, presente em todos dos documentos e informações divulgados no decorrer da revisão;
- Articular veículos de comunicação, a fim de inserir pautas relativas à revisão do Plano;
- Produzir pautas, notícias, artigos;
- Divulgar cronograma e datas relativas aos eventos participativos;
- Cadastrar endereços (*mailing*) para correspondência virtual ou impressa;
- Estabelecer mecanismos de relacionamento com público em geral para esclarecimento de dúvidas e disponibilização de informações;
- Disseminar informações;
- Realizar "clipagem" e relatórios sobre a divulgação de notícias relativas à revisão do Plano Diretor.
- Estabelecer relações com fornecedores para o cumprimento de prazos relativos aos materiais utilizados para comunicar a revisão do Plano Diretor.

4.4.1. Estratégia de Comunicação

Para as estratégias de comunicação sugerem-se as seguintes ações:

- Criar um canal de comunicação por meio da internet - *Guarulhos 2022* (página prefeitura, redes sociais como Facebook e/ou Twitter), para a disponibilização de cronogramas de atividades, notícias sobre a realização de eventos (locais e horários dos eventos, fotos e síntese dos debates), divulgação de dados e informações produzidas para a revisão do Plano Diretor;
- Divulgar datas, locais e pautas dos eventos por meio de cartas (e-mails e folders) direcionadas para organizações, segmentos sociais, imprensa e atores sociais relevantes;
- Produzir cartazes divulgando datas, locais e pautas dos eventos, disponibilizados em locais de grande circulação de pessoas, tais como equipamentos públicos, transporte coletivo, associações comunitárias, universidades, supermercados, etc. Sobretudo para os eventos de lançamento, oficinas territoriais e audiência da minuta de Lei da revisão do Plano Diretor;
- Produzir faixas ou *banner* indicando o local e a data do evento;
- Produzir *outdoor* para divulgar o evento de encerramento da revisão do plano;
- Produzir vinheta para carro de som, especialmente para as oficinas por território;
- Inserir pautas sobre a revisão do Plano Diretor em rádios e jornais locais, informando o andamento do processo;

- Publicar informativo (meio impresso) divulgando o andamento da revisão do plano, bem como seu cronograma, locais e pautas dos eventos participativos;

Para a efetiva estratégia de comunicação, deverão ser elencados os canais de comunicação a serem utilizados para divulgar o processo de revisão, bem como, a inserção de notícias e informações. Da mesma forma, deverão ser elencados os locais em que serão inseridos cartazes, faixas, *outdoors*. Outra ação importante a ser realizada pela comissão de comunicação e mobilização é relativa ao estabelecimento de metas, prazos e quantidades para a produção dos materiais de divulgação.

4.4.2. Estratégias de Mobilização

As estratégias de mobilização partem de um pressuposto de que diversos grupos e atores estão inseridos em redes sociais (*netness*) que possuem diferentes formas (tempo e espaço), exercendo também funções diversas e funcionam como pilares que ajudam a coordenar e canalizar esforços em processos de mobilização. Nesse sentido, a intersecção entre essas diversas redes pode ser caracterizada como estruturas mobilizadoras, que são os vínculos coletivos construídos formal e informalmente, por meio dos quais pessoas se engajam e se mobilizam em ações coletivas. Incluem, assim, tanto grupos com certo grau de organização como sindicatos, grupos de ajuda técnica, associações profissionais, clubes, movimentos sociais e grupos mais informais de vizinhos, redes de parentesco, associações voluntárias, redes de amigos formados em locais de trabalho ou no interior de igrejas (MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1999). Da mesma forma, essas diversas estruturas de mobilização têm sido fortalecidas pela crescente articulação entre organizações no campo de ação da sociedade civil, permitindo, por exemplo, que organizações associativistas locais, informais e com pautas comunitárias e cotidianas, se insiram em articulações nacionais ou internacionais, como forma de dar visibilidade às suas reivindicações ou reconhecimento do seu modo de vida. Igualmente, têm-se fortalecido e ampliado articulações interorganizacionais, entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos, fóruns, redes empresariais como uma importante estratégia de mobilização, de articulação, troca de informações e de disseminação de projetos políticos (SCHERER-WARREN, 2006).

Partindo dessa abordagem, a mobilização de atores para o processo de revisão do Plano Diretor deve atuar junto aos diversos nós que compõe a rede da sociedade civil em Guarulhos. Para tanto, o passo inicial desse processo está em identificar atores-chave, capazes de replicar as informações e conteúdos produzidos pelo plano. Tal processo de identificação foi produzido por meio da construção de listagem de organizações a partir da indicação realizada primeiramente pelos membros da CG, GTI e GTP, repetindo o processo para os membros do CMDU. Após a realização dessa listagem, dá-se o processo de mobilização dos atores indicados para participarem da revisão do plano e de seus eventos participativos.

Constituído esse mapeamento, ocorrem as estratégias de mobilização para a revisão do plano. Contudo, tais não se constituem em atividades isoladas, mas sim complementares, buscando não somente publicizar o processo, mas produzir convencimentos sobre a importância desses atores para a produção da revisão do Plano Diretor. Da mesma forma, esses atores, após serem convencidos, poderão mobilizar e informar outros atores.

Entre as atividades que compõe a estratégia de mobilização destacam-se:

- O envio de cartas (e-mail e meio impresso) para os atores identificados, informando sobre a revisão, bem como convidá-los para a participarem dos eventos participativos;
- A realização de telefonemas para atores-chave, buscando informá-los acerca do processo participativo;

- A realização de reuniões (conversas) com atores-chave no intuito de sensibilizá-los acerca do processo.

5. ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS

A Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos está dividida em quatro etapas: (i) Planejamento; (ii) Análise da Situação Atual; (iii) Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; e, (iv) Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor. Para cada etapa são apresentados os objetivos, atividades a serem desenvolvidas, eventos participativos¹⁶ e produto a ser entregue.

5.1. ETAPA 01 | Planejamento

A Etapa 01 | Planejamento, com duração de dois meses, tem como objetivo construir a metodologia a ser utilizada dispendo sobre os conceitos, os princípios, o processo de elaboração, as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos do trabalho contratado. Para realização das atividades previstas na Etapa 01, foram realizadas diversas reuniões de trabalho entre a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) e a equipe da Ambiens Cooperativa, de forma a definir o conteúdo das atividades desta Etapa e construir o Plano de Trabalho¹⁷.

Além disso, a primeira etapa também prevê a constituição dos grupos de trabalho da Prefeitura Municipal, que terão diferentes responsabilidades ao longo do trabalho e a sensibilização destes grupos para a Revisão do Plano Diretor.

Para a execução da Etapa 01, foram previstas sete atividades, apresentadas a seguir.

5.1.1. Atividades Etapa 01 | Planejamento¹⁸

5.1.1.1. Atividade 1 – Constituição da Coordenação Geral

Atividade sob responsabilidade da SDU que visa instituir as equipes e grupos de trabalho internos à Prefeitura Municipal para a Revisão do Plano Diretor, quais sejam:

- Coordenação Geral [CG]
- Grupo de Trabalho Permanente [GTP]
- Grupo de Trabalho Intersecretarias [GTI]

5.1.1.2. Atividade 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.

Realização de reuniões e diálogos com diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal para definição e consolidação dos componentes de Revisão do Plano

¹⁶ O detalhamento dos eventos participativos está apresentado no Anexo.

¹⁷ A descrição sucinta das reuniões se encontra no Anexo.

¹⁸ O relatório completo das atividades desenvolvidas na Etapa 01 | Planejamento compõe o Anexo deste Produto.

Diretor e definição dos alcances e estratégias dos processos participativos, também sob responsabilidade da SDU.

5.1.1.3. Atividade 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.

Realização de um evento para dar publicidade ao processo de Revisão do Plano Diretor e mobilizar atores sociais para participação na Revisão. No evento, deve ser apresentado um panorama histórico da Política Urbana e dos seus instrumentos de gestão, os princípios e diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos, panorama do desenvolvimento urbano em Guarulhos e a importância do processo de revisão.

5.1.1.4. Atividade 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.

Consiste no planejamento do processo participativo de Revisão do Plano Diretor a partir de diálogos com os grupos de trabalho (CG, GTP, GTI e CMDU) sobre as concepções, metodologia e estratégias para o trabalho. A atividade envolve também a identificação de atores sociais a serem envolvidos no processo de Revisão do Plano Diretor.

5.1.1.5. Atividade 5 - Análise Prévia e Consolidação dos Dados e materiais existentes no município.

A atividade cinco envolve a análise preliminar de dados e materiais existentes no município, com objetivo de fazer levantamento prévio do material e verificar sua consistência, de forma a subsidiar a elaboração deste Plano de Trabalho.

5.1.1.6. Atividade 6 – Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.

Tendo em vista se tratar de um processo de Revisão do Plano Diretor, é necessária a análise crítica da Lei do Plano Diretor, de forma a estabelecer o primeiro momento de avaliação do Plano. Conforme descrito na metodologia, a avaliação do Plano Diretor é parte integrante da Revisão em curso e, desta forma, será retomada nas etapas seguintes.

5.1.1.7. Atividade 7 – Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação.

Após o desenvolvimento das atividades anteriores, foi elaborado o Plano de Trabalho, aqui apresentado, que passou por uma consolidação em Oficina de Trabalho junto à Coordenação Geral, Grupo de Trabalho Permanente e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

5.1.2. Eventos Etapa 01 | Planejamento

OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ¹⁹

DATA: 06 de dezembro de 2011

OBJETIVO: Aprovar o Plano de Trabalho para a Revisão do Plano Diretor

PÚBLICO ALVO: CG, GTP, CTI, CMDU.

CARÁTER: Propositivo

DURAÇÃO: 3 horas

EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

DATA: janeiro de 2012

OBJETIVO: Tornar público o processo de Revisão do Plano Diretor e mobilizar atores para participação do Plano

PÚBLICO ALVO: Aberto à Sociedade

CARÁTER: Informativo.

DURAÇÃO: 3 horas

PRODUTO 01 | Plano de Trabalho

5.2. ETAPA 02 | Análise da Situação Atual

Construir o diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos para o período 2004-2010, no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, considerando os eixos estratégicos e objetivos aprovados na Lei do Plano Diretor, é o objetivo da Etapa 02 | Análise da Situação Atual. Esta etapa consiste na leitura da realidade e se divide em três grandes leituras, a saber: (i) Leitura Técnica; (ii) Leitura dos Marcos Jurídicos; e, (iii) Leitura Comunitária.

Para a execução da Etapa 02, estão previstas cinco atividades, apresentadas a seguir.

5.2.1. Atividades Etapa 02 | Análise da Situação Atual

5.2.1.1. Atividade 8 – Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.

Com o objetivo facilitar a compreensão da realidade do município e a organização da Leitura Técnica foram estabelecidas quatro dimensões de análise: inserção no espaço metropolitano; dinâmica socioeconômica; produção e apropriação do espaço; e, sistema de gestão do planejamento. No entanto, para não se perder a coerência e a consistência das análises e das propostas, alguns pontos devem ser observados: (i) esta categorização não

¹⁹ Resultado deste evento está apresentado no Anexo.

pode implicar em uma análise desvinculada das questões abordadas pelo plano, devendo haver uma interação contínua entre as dimensões, especialmente na formulação de conclusões; (ii) nas atividades críticas e nos momentos de decisão deve-se promover uma visão de inter-relação e interdependência entre os diversos temas; (iii) em nenhum momento deve-se perder de vista a dinâmica da produção do espaço nas suas diversas esferas (regional, urbana e rural).

O detalhamento sobre o conteúdo previsto para cada dimensão, aspectos a serem analisados, indicadores a serem utilizados, fontes de dados e informações, bem como a pertinência com relação aos Eixos Estratégicos do Plano Diretor estão explicados a seguir. Vale destacar que as informações obtidas serão sistematizadas e armazenadas em banco de dados eletrônico que se articulará com o sistema de gestão do plano. Destaca-se a necessidade de identificar e/ou formular indicadores e variáveis que possibilitem avaliar a realidade e monitorar os resultados do processo de planejamento.

Para obter melhores resultados na atividade de Leitura Técnica e garantir uma análise integrada e intersetorial serão realizadas oficinas internas com técnicos da prefeitura das secretarias e de órgãos relacionados aos temas das oficinas, que seguirão os temas das dimensões aqui definidas. Sugere-se, inicialmente, oficinas com os seguintes temas: (i) inserção no espaço metropolitano; (ii) dinâmica populacional e vetores de crescimento; (iii) uso e ocupação do solo e mobilidade urbana; (iv) uso e ocupação do solo e qualidade ambiental urbana; (v) sistema de gestão; (vi) instrumentos do plano diretor. Os temas das oficinas serão acordados no início da Etapa 02, junto à Coordenação Geral e Grupo de Trabalho Permanente.

DIMENSÕES DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A. Inserção no espaço metropolitano

Por integrar a malha da Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos deve ser compreendida como resultado, mas, principalmente, como componente das forças que estruturam ativamente a produção do espaço e a economia metropolitana. Não apenas por conter em seu território equipamentos, vias, unidades produtivas e outros fatores de interesse regional e nacional, mas por constituir, juntamente com os demais municípios, fóruns de decisão e conflito sobre os planos e projetos estratégicos que influenciam a esfera metropolitana.

Desta forma pretende-se adotar o Plano Diretor revisado como instrumento orientador da participação dos diferentes segmentos sociais na gestão metropolitana. Conforme o art. 45 do Estatuto da Cidade: “Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.” (Lei Federal nº 10.257/2001).

O tema da produção do espaço metropolitano, no que diz respeito ao presente processo de revisão do Plano Diretor deve, portanto, focar nos aspectos, políticas e projetos de interesse comum dos municípios que compõe a RMSP. Se por um lado existem estratégias e condicionantes planejadas na esfera nacional, estadual e metropolitana, que devem orientar a revisão do Plano Diretor, por outro, também é válido afirmar que o Plano Diretor deve evidenciar e defender o posicionamento dos gestores municipais e da sociedade civil de Guarulhos frente as estratégias que interferem no espaço municipal. Neste sentido, o tempo de revisão do plano deve ser compreendido como momento de diálogo metropolitano e fortalecimento da participação cooperativa de Guarulhos nas instituições e projetos de influência regional.

No desenvolvimento dos trabalhos serão abordados os aspectos mais relevantes no que diz respeito ao desenvolvimento de Guarulhos como integrante do espaço metropolitano, em especial, relativos ao fortalecimento do município como co-gestor das estratégias de interesse comum: políticas de gestão de recursos hídricos, política de mobilidade e circulação e grandes equipamentos e projetos metropolitanos.

Esta abordagem deve considerar tanto a relação de Guarulhos como integrante do conjunto da Região Metropolitana, mas também como integrante dos diferentes subconjuntos municipais (Alto Tiete, porção nordeste, entre outras composições) e, de forma mais abrangente, sua participação na “macrometrópole paulista” (EMPLASA, 2011).

Como temas focais de interesse do município devem ser analisadas as estratégias do município de São Paulo que influenciam mais diretamente o espaço contíguo em Guarulhos, como por exemplo, as propostas de desenvolvimento das “centralidades polares” mais próximas da malha municipal (Itaim Paulista, São Miguel, Jacu-Pêssego, Ermelino Matarazzo, Penha, Vila Maria, Tucuruvi e Jaçanã) e a operação urbana Rio Verde-Jacu.

Além destes aspectos e temas focais, outras dimensões específicas do Plano Diretor no âmbito municipal devem considerar as relações de produção na esfera metropolitana, como por exemplo, as desigualdades sociais e necessidades habitacionais, mobilidade, saneamento ambiental, entre outros que exigem uma compreensão regional, tanto para leitura da realidade, quanto na elaboração de cenários e proposição de estratégias e instrumentos de gestão.

O principal indicador a ser utilizado é a participação, aderência e influência do município relativa a políticas de interesse comum na Região Metropolitana oficialmente constituída em 2011. Esta abordagem que combina estratégias territoriais do município, confrontadas com as estratégias metropolitanas e o fortalecimento institucional nos espaços de gestão metropolitana pretende qualificar o posicionamento dos gestores que devem integrar o Conselho de Desenvolvimento da região.

Para o desenvolvimento dos trabalhos serão aprofundados os principais projetos e planos metropolitanos, por meio de investigações específicas nos organismos estaduais responsáveis pelas políticas setoriais supracitadas, além de oficina específica que deve contar com convidados destas instituições.

É com base nesta abordagem e nas informações disponibilizadas e análises realizadas a partir deste diálogo institucional que serão desenvolvidos cenários e propostas relativas ao desenvolvimento de Guarulhos na região metropolitana. Desta forma pretende-se qualificar e desenvolver o eixo estratégico 7, vigente no atual Plano Diretor, segundo o qual Guarulhos deve “promover a articulação, cooperação, consorciação e gestão conjunta dos municípios da região metropolitana ou de interesse de municípios mais próximos, integrando-se nestes objetivos com as instituições do governo estadual, do governo federal e a sociedade civil”.

B. Dinâmica socioeconômica

A dinâmica socioeconômica da leitura da realidade consiste na produção de uma análise que contemple aspectos vinculados a dinâmica social e econômica, que influenciam ou são influenciados pela produção do espaço e pela dinâmica urbana, implicando também condicionantes para o desenvolvimento do município. Nesse sentido, essa dinâmica traz consequências diferenciadas para sua população, bem como para a adequação de políticas públicas, que podem ser orientadas de distintas formas objetivando minimizar ou equacionar diferenças socioeconômicas.

Para a produção do diagnóstico será realizado levantamento de dados e informações provenientes de fontes secundárias. Os diferentes dados coletados serão sistematizados em forma de tabelas, mapas e outras representações gráficas que permitam identificar as

características da população e do município em diferentes aspectos procurando identificando os movimentos nas características demográficas, bem como os processos vinculados ao crescimento econômico.

Os indicadores utilizados têm como objetivo apreciar aspectos da realidade socioeconômica do município de forma integrada, abordando medidas relativas ao desenvolvimento econômico municipal; ao desenvolvimento humano e ao movimento demográfico. Assim, as seguintes temáticas deverão compor o quadro de análise socioeconômica: (i) renda e emprego; (ii) dinâmica demográfica e caracterização populacional; (iii) desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; (iv) indicadores de concentração de renda; (v) localização e abrangência de equipamentos sociais; (vi) características estruturais da economia local; (vii) níveis de crescimento das atividades econômicas. Sempre que possível as análises serão espacializadas de forma a compreender a distribuição da população no território e as diferentes características do espaço urbano.

Para a produção do diagnóstico serão utilizados diversos documentos e planos setoriais produzidos pelo poder público municipal, tais como os relatórios elaborados durante a elaboração do Plano Diretor de 2004, o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Guarulhos, PDITS, informações sobre a localização de investimentos públicos, montantes investidos e previstos no PPA, LDO e LOA do Município.

Da mesma forma, serão analisadas fontes de pesquisa que disponibilizam informações sociais e econômicas desagregáveis até o nível municipal e, em certos casos, intramunicipal, como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

Por fim, a dimensão socioeconômica de análise se insere de forma transversal em relação aos eixos estratégicos do Plano Diretor, subsidiando, dessa forma, as escolhas relativas às propostas e ações decorrentes da pactuação sobre o rumo defendido para o município.

C. Produção e apropriação do espaço

A dimensão da produção e apropriação do espaço se divide em quatro sub-dimensões, para facilitar a análise, mas que devem se inter-relacionar: fragilidades físico-territoriais, uso e ocupação do solo urbano, infraestrutura social e urbana e qualidade ambiental urbana. Estes temas serão analisados em escala municipal e, quando possível, a partir das Unidades de Planejamento Territorial (UPR).

C.1. Fragilidade físico-territoriais

Os aspectos físico-territoriais são concebidos enquanto à constituição do território que sustenta a produção da cidade, assim como também o que limita a expansão, desta forma serão tratados através da avaliação das fragilidades físico-territoriais. São denominadas fragilidades físico-territoriais a vulnerabilidade natural do ambiente, como também, esta constituição vulnerável associada aos graus de proteção que os diferentes tipos de uso e cobertura vegetal exercem. Ou seja, a leitura da produção do espaço urbano e rural será focada em áreas que apresentam maior fragilidade físico-territorial para a expansão da ocupação, como questões de formação geomorfológica, bacia hidrográfica versus a tipologia de uso e ocupação.

Para compreensão da fragilidade físico-territorial do Município de Guarulhos serão analisados os aspectos de (i) áreas risco de ocupação; (ii) áreas alagáveis e inundáveis; (iii) áreas de encostas; (iv) conflitos de ocupação. Como indicadores serão utilizados: (i) risco; (ii) conservação ambiental; (iii) uso do solo e (iv) conflitos.

As informações disponibilizadas que serão base da presente leitura, encontram-se nos seguintes documentos: (i) Plano de Drenagem; (ii) Lei nº 6798/2010 que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande; (iii) Atlas Geoambiental da região Cabuçu Tanque Grande; (iv) Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos; (v) Plano Diretor de 2004; e (vi) Zoneamento Urbano.

As fontes utilizadas para a pesquisa são de origem secundária, de trabalhos e levantamentos já desenvolvidos pelas secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) e Universidades.

Em relação à fragilidade físico-territorial será avaliado o desenvolvimento do Eixo 01 – Cidade para todos, já que a função social está vinculada, também, aos tipos de uso dados a diferentes partes do espaço produzido.

C.2. Uso e ocupação do solo urbano

O uso e ocupação do solo é resultado de um “acúmulo desigual de tempos” (SANTOS, 1982), em outras palavras, o espaço urbano, em constante transformação, expressa a histórica desigualdade de poder político e desigualdade de condições materiais entre os diferentes segmentos sociais que se apropriam da cidade. Guarulhos, como parte de um fenômeno metropolitano: “(...) onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está deste modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. (...) Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo buscar uma interpretação abrangente” (SANTOS, 1993).

Para interpretação deste tema o processo de revisão do Plano Diretor deve considerar o uso e ocupação do solo como resultante desta desigual distribuição de benefícios e das oportunidades da urbanização, da desigual capacidade de acesso a mercadoria terra urbanizada, dos impactos desta desigualdade sobre o território de Guarulhos e sobre a capacidade governamental de garantir infraestrutura social e urbana digna para suas comunidades.

Desta forma, embora a leitura do uso e ocupação do solo deva atualizar informações basilares sobre diversidade e complexidade de atividades econômicas, concentração e dispersão de usos, grandes equipamentos (aeroporto, por exemplo) e, em especial, a qualidade e necessidades habitacionais, não deve estar dissociada da análise das diferentes qualidades da infraestrutura, dos serviços urbanos e, portanto, preço dos imóveis e segregação socioespacial.

É na combinação destas variáveis – relacionando a dimensão “uso e ocupação do solo” com “infraestrutura social e urbana” – que devem ser constituídos indicadores específicos que respondem ao cumprimento ou não da função social da cidade. Como resultado, espera-se avançar na compreensão e monitoramento do primeiro eixo estratégico, segundo o qual a gestão municipal deve “garantir as funções sociais da cidade e da propriedade, visando assegurar, de modo cada vez mais universal, aos que vivem ou atuam no município, os benefícios e os direitos trazidos pelo progresso humano, propiciando-lhes qualidade urbana, ambiental e social em todas as regiões e locais de moradia”.

Dos materiais disponibilizados, os relatórios elaborados durante a elaboração do Plano Diretor de 2004, os estudos para reformulação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, as análises iniciais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal para compreender a dinâmica imobiliária e os dados de cadastro imobiliário compõem a base essencial de dados para leitura técnica.

Como aspecto essencial e constituinte da temática do uso e ocupação do solo, as questões habitacionais merecem foco específico. Por um lado, percebe-se no Município de Guarulhos, especialmente nos últimos anos, intenso crescimento do setor imobiliário, com a construção de inúmeros empreendimentos verticais, principalmente na Macrozona de Urbanização Consolidada e na Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana. Por outro lado, pode-se verificar a permanência e crescimento de assentamentos precários em todo município, com destaque para a Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento e a Macrozona de Uso Rural e Urbano.

Os assentamentos precários constituem-se como única alternativa de moradia para a população de baixa renda, que sem uma intervenção pública na questão fundiária e a falta de políticas públicas para a questão da habitação, vê-se obrigada a ocupar terrenos públicos e privados sem uso. Essa condição gera uma situação de precariedade habitacional e urbana, na qual faltam infraestruturas urbanas, como redes de energia, água e esgoto, a falta de equipamentos públicos e coletivos, precariedade de infraestruturas do sistema viário que, por sua vez, gera carências na mobilidade urbana dessa população. Em muitos casos os assentamentos precários, para além das carências habitacionais e de infraestruturas, encontram-se em áreas de risco, encostas, próximos ou sobre córregos, ou ainda em áreas sujeitas a inundações.

Contudo, nos últimos anos verificou-se alguma inversão na atuação do poder público na questão habitacional. No âmbito federal, o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2004, retoma o planejamento habitacional no sentido de garantir a habitação digna, urbanizada e integrada à cidade. Também foram criados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e FNHIS, respectivamente. O primeiro agrupa os programas e projetos para habitação de interesse social e o segundo constitui os recursos para seu desenvolvimento. Outros dois programas federais foram lançados nos últimos anos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que retoma investimentos em habitação e infraestruturas e o programa *Minha Casa, Minha Vida*, que alarga o mercado formal da habitação para a população que ganha até 10 salários mínimos e introduz importantes subsídios para a população de baixa renda, até 03 salários mínimos. No âmbito municipal, como desdobramento do Plano Diretor, desenvolveu-se, em 2011, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Este pretende definir princípios, diretrizes e objetivos para estabelecimento de uma política habitacional municipal que atenda ao déficit habitacional e carências de infraestrutura urbana do município. Dessa forma, procura articular recursos e programas para desenvolvimento dessa política.

Ainda que se tenha verificado maior atuação do poder público na questão habitacional e de infraestruturas, a intervenção pública na questão fundiária ainda é baixa. Muitos dos instrumentos do Estatuto da Cidade não foram implementados apesar de aparecerem como diretrizes e objetivos do Plano Diretor e do PLHIS, assim o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda ainda é dificultada, contribuindo para manutenção das desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, a revisão do Plano Diretor deve levar em consideração terrenos vagos e imóveis subutilizados para provisão habitacional em áreas consolidadas de forma a potencializar a utilização, com adensamento adequado, das infraestruturas existentes.

Também deve ser considerada na revisão a adequação das densidades geradas pelos novos empreendimentos imobiliários em relação às infraestruturas existentes e mesmo em relação à capacidade de ampliação dessas infraestruturas. Como dito, a atual

política habitacional promove a expansão do mercado imobiliário com fortes impactos para o município.

A articulação desses fatores, assentamentos precários, dinâmica imobiliária, acesso a terra e terrenos vagos e imóveis subutilizados, relacionados à questão habitacional, devem ser analisados na perspectiva da redução das desigualdades socioespaciais em conformidade com os eixos do Plano Diretor.

Dentre os indicadores a serem utilizados para análise da realidade e projeção de cenários estão: o déficit habitacional, atualizado com o Censo 2010, para novas unidades habitacionais e para inadequação habitacional; caracterização dos assentamentos precários, utilizado no PLHIS; receita orçamentária do município para habitação; índices de vacância imobiliária; índices de capacidade de suporte das infraestruturas existentes em confronto com o adensamento populacional.

Os materiais e bases de dados disponíveis para desenvolvimento da análise são o Plano Nacional de Habitação, o Plano Local de Habitação de Interesse Social, dados do IBGE, Fundação João Pinheiro, Cebrap e Centro de Estudos da Metrópole, além do próprio material disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos. A partir desses indicadores pretende-se avaliar e desenvolver os eixos 1 - Cidade para todos, 2 - Desenvolvimento social, 4 - Qualidade e mobilidade urbana, 5 - Financiamento da cidade, e 6 - Participação cidadã.

C.3. Infraestrutura social e urbana

Segundo publicação recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), não existe “uma definição precisa do conceito de infraestrutura social e urbana, sendo inúmeros os conceitos encontrados na literatura”. Entretanto, o instituto destaca características comuns a todas as definições de infraestrutura social e urbana: componentes que “correspondem a um bem de capital ou a um bem ou serviço público que gera forte externalidades positivas e colabora para o aumento do bem-estar social e o desenvolvimento econômico”.

Os autores da publicação justificam desta forma a adoção do seguinte conceito: “A infraestrutura social e urbana envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos.” (IPEA, 2010)

Neste sentido, a leitura dos diferentes componentes que conferem políticas setoriais específicas a partir do Plano Diretor, deve reafirmar princípios constitucionais, em especial, da equidade e dos efeitos concretos na condição de vida da população de Guarulhos e, portanto, garantia e exercício cotidiano dos direitos fundamentais.

No caso da mobilidade, como um dos componentes essenciais da revisão do Plano Diretor, a leitura deve considerar em caráter estratégico, a relação existente entre (i) condição atual e projeção do uso e ocupação do solo, (ii) sistemas de transporte e (iii) sistema viário. Esta leitura estratégica é base para qualificar e colaborar com os procedimentos, planos e projetos específicos em elaboração ou já implantados. Para isto, é fundamental considerar os princípios que devem reger a política setorial de mobilidade segundo orientações do Governo Federal (BRASIL, 2007):

1. Diminuir a necessidade de viagens motorizadas;
2. Repensar o desenho urbano, planejando o sistema viário como suporte da política de mobilidade, com prioridade para a segurança e a qualidade de vida dos moradores em detrimento da fluidez do tráfego de veículos;
3. Repensar a circulação de veículos;

4. Desenvolver os meios não motorizados de transporte;
5. Reconhecer a importância do deslocamento dos pedestres;
6. Reduzir os impactos ambientais da mobilidade urbana;
7. Propiciar mobilidade às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
8. Priorizar o transporte público coletivo;
9. Promover a integração dos diversos modos de transporte;
10. Estruturar a gestão local.

Como conceito e compreensão do tema no âmbito do Plano Diretor, também são fundamentais duas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional das Cidades, em sua Resolução n. 34/2005 (BRASIL, 2007): “Garantir a diversidade das modalidades de transporte, respeitando as características das cidades, priorizando o transporte coletivo, que é estruturante, sobre o individual, os modos não motorizados e valorizando o pedestre” e “Garantir o controle da expansão urbana, a universalização do acesso à cidade, a melhoria da qualidade ambiental, e o controle dos impactos no sistema de mobilidade gerados pela ordenação do uso do solo”.

Considerando tais princípios e diretrizes, que orientam o desenvolvimento de um plano específico de mobilidade, o processo de revisão do Plano Diretor deve manter foco na estruturação viária local, na conexão regional, no sistema de transporte coletivo, sistema cicloviário, nós intermodais e na circulação e segurança dos pedestres, pessoas com deficiência e restrição de mobilidade.

Em relação aos equipamentos vinculados a políticas setoriais de saúde, educação, lazer, cultura, entre outros temas, a revisão do Plano Diretor deve se ater aos aspectos da distribuição espacial de investimentos frente a demanda, em especial da leitura e compreensão das desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade social.

No caso da mobilidade os principais indicadores devem combinar qualidade das vias, frequência e capacidade dos diferentes modais frente a demanda atual e projetada no momento de elaboração dos cenários.

No caso dos equipamentos e políticas setoriais, os indicadores adotados devem combinar variáveis de localização, complexidade do equipamento/serviço e demanda atual e projetada.

Para o desenvolvimento da leitura relativa a mobilidade serão trabalhadas as informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, em especial, relativas a linhas de transporte coletivo, sistema de gestão, qualidade das vias, projetos especiais, planos específicos de estruturação viária (finalizados ou em elaboração) além de observações de campo e oficina temática específica.

Em relação ao saneamento ambiental, o enfoque deve compreender os serviços, infraestruturas e instalações operacionais de (i) abastecimento de água, (ii) esgotamento sanitário, (iii) manejo de resíduos sólidos urbanos, (iv) manejo de águas pluviais urbanas, (v) controle de vetores, sempre relacionados a ocupação e uso do solo, a fim de destacar indicadores concretos das condições de vida urbana e qualidade ambiental no município de Guarulhos.

Tais aspectos analisados pretendem a verificação quantitativa e qualitativa do sistema de saneamento ambiental desde seu aspecto de política pública até a execução no atendimento ao público. Enquanto indicadores serão utilizados (i) políticas de saneamento; (ii) água; (iii) esgoto; (iv) resíduos e (v) drenagem.

As informações disponibilizadas, que serão base da presente leitura, encontram-se nos seguintes documentos: (i) Plano de Resíduos Sólidos; (ii) Plano de Saneamento; (iii) Plano de Drenagem; (iv) Lei n° 6798/2010 que dispõem sobre a criação da Área de

Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande; (v) Atlas Geoambiental da região Cabuçu Tanque Grande; (vi) Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos; e (vii) Plano Diretor de 2004.

As fontes utilizadas para a pesquisa são de origem secundária, de trabalhos já desenvolvidos pelas secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), outras publicações e Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos.

Em relação ao saneamento ambiental será avaliado o desenvolvimento do eixo 01 - Cidade para todos e o eixo 07 - Articulação metropolitana, já que além das questões de referentes a salubridade urbana inserida na função social, ainda existem questões referente a integração metropolitana deste serviço.

C.4 A qualidade ambiental urbana

A qualidade ambiental urbana refere-se a aspectos de mudanças e/ou manutenção de “serviços ambientais” básicos como a qualidade da água, qualidade do ar e quantidade e qualidade das áreas verdes. No *Glossary of Environment Statistics* (1997), qualidade ambiental é entendida enquanto o estado das condições do meio ambiente, expressas em termos de indicadores ou índices relacionados com os padrões de qualidade ambiental. Tal questão é importante para verificação da intensidade de modificações na produção e o resultado deste aspecto no meio ambiente e qualidade de vida.

Os aspectos analisados, para elaboração do presente tema, são a relação da produção do espaço urbano e a transformação ambiental, com isso a produção de “externalidades”, como é o caso do aumento da poluição das águas e do ar, a ocorrência de ilhas de calor e a diminuição de áreas verdes no município de Guarulhos.

As informações disponibilizadas, que serão a base da presente leitura, encontram-se nos seguintes documentos: (i) Plano de Drenagem; (ii) Lei nº 6798/2010 que dispõem sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande; (iii) Atlas Geoambiental da região Cabuçu Tanque Grande; (iv) Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos; e (v) Plano Diretor de 2004.

As fontes utilizadas para a pesquisa são de origem secundária, de trabalhos e levantamentos já desenvolvidos pelas secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), publicações e o Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos.

Em relação à qualidade ambiental será avaliado o desenvolvimento do Eixo 01 – Cidade para todos, sendo que o atingimento do desenvolvimento da função social urbana consiste, também, na boa conservação da qualidade ambiental.

D. Sistema de gestão do planejamento

A dimensão do sistema de gestão do planejamento busca integrar as leituras sobre: orçamento público; unidades de planejamento; e, regulamentação do plano diretor e seus instrumentos. Se articula, portanto, ao Título X do Plano Diretor, onde se estabelece que o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento tem como objetivos: *I - articular políticas, estratégias, ações e investimentos públicos; II - instaurar um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização, revisão e monitoramento das diretrizes, instrumentos e normas previstas no Plano Diretor; III - atuar no acompanhamento dos*

instrumentos de aplicação e dos programas e projetos aprovados; IV - incorporar a comunidade na definição e gestão das políticas públicas através de um sistema democrático de participação.

D.1 Orçamento público

O orçamento é o instrumento legal que deve integrar todo planejamento direcionador da alocação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, para as grandes ações da gestão municipal, de forma planejada e integrada, seja na manutenção das atividades, e/ou execução dos projetos que visem atender as necessidades públicas. O orçamento municipal apresenta-se como instrumento essencial de apoio à implementação de ações propostas pelo Plano Diretor e justifica-se diante das inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na ocupação do solo municipal nos últimos anos.

Em virtude deste fato, pretende-se também avaliar aspectos orçamentários relativos à imposição da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa análise mostra-se relevante por verificar se a gestão municipal precisa ou não adequar-se a orientação de gestão de recursos, com respaldo na legislação, implementando modernos sistemas de planejamento e controle, a fim de cumprir com sua finalidade maior que é de satisfazer as necessidades públicas com eficiência e eficácia.

Desta forma, a preocupação com a geração de recursos e a contenção de gastos está implícita nas determinações da LRF, e deve constituir a preocupação básica de todo gestor público que realmente esteja preocupado com o crescimento de seu município, face às inúmeras pressões de natureza econômica, social e fiscal que interferem no equilíbrio financeiro da gestão administrativa municipal.

É válido ressaltar que o processo orçamentário tem absoluta influência sobre a própria dimensão da gestão municipal, em última análise, o orçamento tem como função ordenar e coordenar sistematicamente os meios necessários à satisfação das necessidades públicas, além da regulação econômica e social local.

A análise será embasada na composição das receitas e despesas públicas que são o melhor indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, uma vez que ela influencia de forma direta a circulação financeira e produtiva no município. Para essa análise serão utilizados os conceitos de Andrade (1981) que aponta a receita como o conjunto de recursos que o município auferir de todas as suas fontes produtivas para com elas fazer face às despesas públicas, e de Kohama (1996), que conceitua a despesa pública, os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais bem como à satisfação dos compromissos da dívida pública.

Verifica-se, a partir dos conceitos a importância da receita pública na determinação do sucesso de uma gestão municipal, e das despesas geralmente indexadas às receitas arrecadadas como o fator de constante restrição orçamentária.

Será analisado também o indicador de responsabilidade fiscal e orçamentária usado para avaliar a gestão dos municípios calculados a partir dos dados disponibilizados anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dados contábeis do município com base na disponibilidade de caixa e obrigações financeiras, que se apresentar resultado positivo expressa um excesso de disponibilidades sobre as obrigações; e quando negativo, reflete uma

Insuficiência financeira para cobrir os restos a pagar e outras obrigações, além de atuar como importante inibidor de inversões da gestão municipal. As variáveis a serem analisadas serão divididas por categorias e grupos de despesas quais sejam: CATEGORIAS ECONÔMICAS - receitas primárias, receitas tributárias e receitas próprias; despesas

financeiras, despesas primárias e despesas de pessoal, bem como transferências e investimentos.

A base de dados disponível para essa análise será aquela publicada em institutos de pesquisa como: IBGE, FIPE, IPEA, bem como os balanços municipais e dados sistematizados e disponibilizados anualmente pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) por meio dos arquivos “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, conhecido como Finbra. Essa análise se insere de forma transversal em relação aos eixos estratégicos 2 - Desenvolvimento social, 3 - Desenvolvimento econômico e emprego e 5 - Financiamento da cidade devido as suas implicações sobre a oferta de infra-estrutura urbana, inversão em projetos de ampliação das atividades econômicas e financeiras da gestão municipal.

D.2 Unidades de Planejamento

A revisão do Plano Diretor deve considerar a instituição das 11 Unidades de Planejamento Regional (UPR) em 2008, que define escalas sub-municipais de planejamento e gestão urbana e que no momento da elaboração do Plano não estavam definidas. As UPRs serão, portanto, a referência socioespacial do sistema de gestão, podendo se apresentar dados desagregados quando necessário para análise de variáveis selecionadas. Este item se insere de forma transversal ao conjunto das dimensões de análise da situação atual.

Ressalta-se que o melhor funcionamento do sistema de gestão pressupõe a adoção de unidades de planejamento integradas entre os diversos órgãos e secretarias. Tal aspecto será devidamente abordado durante a leitura da realidade e definição de cenários e propostas.

D.3 Regulamentação do Plano diretor e seus instrumentos

O Plano Diretor e seu texto legal contêm a estratégia de longo prazo para a gestão urbana de uma cidade, oportunizando a aplicação de regras e instrumentos como forma de alcançar os objetivos lançados pelos eixos. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, novos instrumentos de gestão urbana foram trazidos para a administração pública, e instrumentos já existentes foram aperfeiçoados e regulamentados.

Mesmo assim, muitos Planos Diretores elaborados sob a determinação legal e constitucional – que obrigou diversos municípios a aprovarem ou revisarem seus planos diretores municipais sob novas diretrizes, especialmente com a garantia da participação popular – não avançaram na aplicação efetiva dos instrumentos previstos pela legislação federal.

A obrigação de elaborar o Plano Diretor não é sempre entendida como a obrigação de se realizar o efetivo planejamento urbano da cidade. Existe o risco de se assumir a tarefa como uma obrigação estritamente formal, da qual resultaria uma lei denominada Plano Diretor. Sob diversos aspectos, a mera realização deste comando formal é inútil para a gestão urbana, tão dependente de marcos legais objetivos.

Mas não se deve desprezar a complexidade do planejamento urbano, especialmente diante da complexidade da própria cidade. Tornar efetivos os instrumentos legais de gestão urbana depende de uma série de variáveis, entre as quais se encontra a aprovação da legislação. Apenas aprovar uma lei é totalmente insuficiente para se instalar o efetivo planejamento urbano.

São condições fundamentais para a concretização da obrigação de planejar as cidades, entre outras: 1) a efetiva participação da sociedade e a legitimação das propostas contidas no planejamento, 2) condições institucionais de estrutura e corpo técnico; e 3) a

coerência entre o planejamento urbano proposto e as dinâmicas sociais e econômicas que incidem no município.

Por esta razão, o fato de muitos Planos Diretores não resultarem em efetivo planejamento urbano nas cidades, e, especialmente, o fato de não tornarem efetivos os instrumentos previstos pela legislação federal, não deve ser visto como uma omissão exclusivamente legislativa. Ainda que assegurado o conteúdo dos instrumentos em lei, sua concretização dependerá das demais condicionantes.

Mas diante da importância dos marcos legais para a gestão urbana, a oportunidade de elaboração ou revisão do Plano Diretor também é a oportunidade de mobilizar os esforços para tornar efetivos os instrumentos previstos na legislação. Durante a elaboração do Plano Diretor, é possível avaliar se determinado instrumento é coerente com a conjuntura social e econômica da cidade, e pode produzir bons resultados para a gestão urbana.

O momento da revisão do Plano Diretor permite reavaliar as condições de aplicação dos instrumentos. Uma nova conjuntura pode justificar a regulamentação de um instrumento que antes se considerava menos importante. Além disso, o próprio amadurecimento da gestão urbana após alguns anos de aplicação de um Plano Diretor permite argumentar sobre o esgotamento de ferramentas atualmente aplicadas, exigindo aperfeiçoar os instrumentos.

Assim, devem ser observados os instrumentos existentes no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor que incidem na gestão urbana, com importantes variações no viés dos instrumentos. O caráter dos instrumentos atualmente adotados no Brasil é diversificado. Existem instrumentos de caráter tributário, como o IPTU progressivo no tempo, de caráter fundiário, como o parcelamento compulsório, o direito de preempção, a concessão de direito real de uso, etc., de caráter construtivo e financeiro, como a outorga onerosa e as operações urbanas.

A questão fundiária tem muita importância para o estudo dos instrumentos, dado que muitos comandos legais do planejamento urbano, desde sempre, se manifestam como limitações ao exercício do direito de propriedade. Cada vez mais os instrumentos tributários são considerados também como parte integrante do conjunto de ferramentas disponíveis à gestão urbana, comprovada a influência que impostos como o IPTU podem produzir na dinâmica da cidade. Os instrumentos de caráter construtivo e financeiro dependem de condições específicas e podem se revelar úteis para a gestão urbana.

Por fim, deve ser dedicada bastante atenção aos mecanismos de legitimação do planejamento urbano, com o intuito de contribuir para sua eficácia. Regras construídas coletivamente podem ser mais facilmente aceitas e respeitadas. Também devem ser evitados conflitos que resultem de decisões tomadas de forma arbitrária. A realização de debates, audiências públicas e conferências para a gestão urbana são exigências fundamentais para garantir a legitimidade das decisões. Além disso, outros instrumentos de consulta à população tornam-se mais frequentes e necessários, como os Estudos de Impacto de Vizinhança.

5.2.1.2. *Atividade 9 – Leitura dos Marcos Jurídicos*

A leitura dos marcos jurídicos permite a análise das condições legais e institucionais da situação atual do Plano Diretor, oferecendo subsídios para a melhor compreensão do ordenamento jurídico do Município de Guarulhos.

A gestão urbana, como todos os segmentos da administração pública, deve obedecer aos estritos princípios constitucionais, entre eles o da legalidade. Deste princípio resultam duas garantias fundamentais: 1º está assegurado aos cidadãos que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude da lei, e 2º a administração pública deve atuar exclusivamente no cumprimento de comandos legais.

Assim, os marcos legais são balizas indispensáveis para a gestão urbana. As dificuldades que se impõem para o controle da cidade e que variam conforme as escalas urbanas, exigem um contexto legal adequado que contenha comandos claros e objetivos a serem obedecidos pelas atividades na cidade e também instrumentos acessíveis ao uso da administração pública. Por isso, todo o conteúdo de leis, decretos e outros atos normativos relevantes para a gestão urbana serão objeto de análise por meio desta dimensão, e será dedicada especial atenção à eficácia e aplicabilidade das normas existentes.

Serão identificados como resultados os atuais entraves dos procedimentos existentes, indicando lacunas e contradições da legislação que possam produzir limites indesejáveis à ação da administração pública. Além disso, serão analisadas as necessidades de regulamentar e detalhar instrumentos já existentes.

5.2.1.3. Atividade 10 – Leitura comunitária

A Leitura Comunitária tem por objetivo produzir um diagnóstico sobre a cidade a partir das impressões daqueles que vivenciam diariamente os problemas, os conflitos e as oportunidades ali produzidas. Assim, essa leitura busca aproximar, qualificar ou mesmo questionar os dados produzidos pela Leitura Técnica. Para a produção de um olhar amplo e ao mesmo tempo diverso sobre a cidade, serão realizadas oficinas de Leitura Comunitária divididas por segmentos sociais e por regiões de Guarulhos, totalizando 13 oficinas²⁰.

O primeiro conjunto de oficinas, por segmentos sociais, busca capturar um olhar a partir de grupos previamente organizados que, em tese, apresentam interesses, perspectivas e projetos políticos estruturados. A realização de oficinas com diferentes segmentos permitirá posteriormente mapear distintos projetos para a cidade. Portanto, serão realizadas cinco reuniões por segmentos, os quais são classificados da seguinte forma: (i) empresários; (ii) entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; (iii) movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; (iv) vereadores; (v) conselheiros vinculados à política urbana e ao orçamento participativo²¹. Essa estrutura busca agregar a leitura comunitária por meio de um enfoque direcionado por perspectivas de segmentos sociais. Por óbvio que internamente aos segmentos não há uma leitura absolutamente homogênea, sendo plenamente possível que surjam leituras e interesses divergentes sobre a cidade.

O segundo grupo de oficinas de Leitura Comunitária será direcionado à produção de uma análise sobre a cidade a partir do local de residência ou de trabalho. Tais oficinas tendem a incluir um olhar mais regionalizado, capturando as diferenças socioespaciais entre as várias porções do território, além de garantir que pessoas que não estejam vinculadas a nenhum segmento ou organização participem também da revisão do Plano Diretor. Contudo, uma vez que as oficinas são territorializadas, possuem um caráter mais plural, tanto de perspectivas quanto da composição dos participantes, que podem inclusive contar com a inserção de indivíduos que representam interesses vinculados a grupos organizados. Para as oficinas territorializadas serão consideradas as Unidades de Planejamento Regional (UPR) que são “porções do território municipal que apresentam características físico-territoriais e administrativas semelhantes” (Arts. 1º e 2º do Decreto nº 25.303/2008). Dessa forma, Guarulhos está dividida em 11 UPRs, a saber: Centro; Vila Galvão; Taboão; São João; Bonsucesso; Cumbica; Pimentas; Cabuçu; Tanque Grande; Capelinha, e Jaguari. Serão realizadas 08 oficinas regionais nas seguintes UPR²²:

²⁰ Tal definição foi feita nas reuniões ao longo da Etapa 01 e aprovada na Oficina de Consolidação do Plano de Trabalho, conforme relatado no anexo.

²¹ As organizações a serem convidadas para cada uma das oficinas estão listadas no Anexo.

²² Algumas unidades de Planejamento foram agregadas em razão de possuírem características socioeconômicas e espaciais mais homogêneas.

- I. Capelinha e Jaguari
- II. Centro e Vila Galvão
- III. Taboão
- IV. São João
- V. Bonsucesso
- VI. Cumbica
- VII. Pimentas
- VIII. Cabuçu e Tanque Grande

FIGURA 3 - MAPA UPR – UNIDADES DE PLANEJAMENTO REGIONAL



Fonte: PMG – Decreto Nº 25303/2008 (Anexo XII), 2008.

As oficinas de Leitura Comunitária têm por objetivo também retirar de cada oficina 01 (um) representante que irá se juntar ao CMDU para acompanhar todas as demais atividades participativas da revisão do Plano Diretor, por meio da Comissão de Acompanhamento (CA). Assim, portanto, mais uma instância de representação dos interesses da sociedade civil estará presente nesse processo. Em cada oficina os segmentos participantes terão total autonomia para indicar o seu representante. Dessa forma, o representante poderá tanto ser nomeado de forma direta pelos seus pares ou eleito por meio de processos mais formais, como eleições. Os critérios para a indicação dos representantes será definido pelos participantes em cada oficina.

5.2.1.4. Atividade 11 – Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária

Com base nos resultados das leituras realizadas na atividade 10, será realizada sistematização destacando os pontos onde há divergência e onde há convergência, ou até refinando a leitura realizada. Neste sentido, a sistematização das leituras apresenta os conflitos e disputas evidenciados na atividade anterior e que serão objeto de análise da construção de cenários. Esta sistematização constituirá um material a ser apresentado para Prefeitura Municipal e CMDU de forma a validar o conteúdo.

5.2.1.5. Atividade 12 – Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.

Na atividade 12 será realizada a devolutiva das leituras, com a apresentação da sistematização elaborada. A devolutiva será realizada por meio do CMDU e Comissão de Acompanhamento.

5.2.1. Eventos Etapa 02 | Análise da Situação Atual

LEITURA COMUNITÁRIA - OFICINAS POR SEGMENTOS E POR TERRITÓRIO

DATA: janeiro e fevereiro de 2012

OBJETIVOS: realizar diagnóstico comunitário por meio de oficinas territoriais e por segmentos sociais; retirar representantes das oficinas que irão formar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor.

PÚBLICO ALVO: empresários; entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; vereadores; conselheiros vinculados à política urbana e do Orçamento Participativo; moradores das 11 Unidades de Planejamento Regional (UPR)

CARÁTER: propositivo

DURAÇÃO: 3 horas cada oficina

DEVOLUTIVAS PÚBLICAS DOS RESULTADOS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA.

DATA: Março de 2012

OBJETIVOS: Apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica e pactuar o diagnóstico.

PÚBLICO ALVO: CA e CMDU

CARÁTER: propositivo

DURAÇÃO: 4 horas

PRODUTO 02 | Relatório da Análise da Situação Atual

5.3. ETAPA 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

O objetivo da Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão é construir cenários para o período 2011-2021 a partir dos eixos estratégicos repactuados e dos resultados da etapa 02 e definir propostas para revisão do Plano Diretor.

A Etapa 03 está dividida em três atividades, apresentadas a seguir.

5.3.1. Atividades Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

5.3.1.1. *Atividade 13 - Construção de cenários futuros*

Conforme descrito na metodologia, a projeção de cenários será realizada tendo em vista de um lado a leitura da realidade e de outro o conjunto de valores expressos nos eixos estratégicos. Devem-se identificar os processos latentes até definir uma combinação de hipóteses plausíveis sobre o futuro das incertezas (BUARQUE, 2003).

Desta equação que envolve hipóteses de futuro e leitura da realidade, serão construídos cenários alternativos, que constituem diferentes resultados a partir da construção de diferentes comportamentos para os indicadores. Para a formulação dos cenários são definidas metas e indicadores, bem como as propostas para revisão do Plano Diretor.

Além disso, neste momento serão trabalhados os instrumentos do Plano Diretor, bem como o sistema de gestão, de forma a amarrar a construção dos cenários e suas propostas com o conteúdo do Plano.

A atividade 13 prevê a construção preliminar dos cenários em oficina interna, com a participação da CG, GTP e GTI e uma oficina pública, com CA e CMDU.

5.3.1.2. *Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal*

A partir da formulação preliminar dos cenários na atividade anterior, e das contribuições das oficinas realizadas, os cenários e propostas são readequados, passam por ajustes e refinamentos tanto do ponto de vista técnico, tendo em vista sua viabilidade, quanto do ponto de vista político, tendo em vista a aceitação e pactuação dos atores sociais envolvidos na revisão do Plano. As propostas são então apresentadas para a gestão municipal.

5.3.1.3. *Atividade 15 - Discussão pública e pactuação das propostas para a revisão*

Por fim, na atividade 15 há uma apresentação das propostas para a revisão junto aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Acompanhamento para pactuação das propostas para a revisão, e, posteriormente a construção de cenários e propostas é finalizada em oficina interna.

5.3.1. Eventos Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

DATA: Abril de 2012

OBJETIVOS: pactuação dos eixos estratégicos, revisão das estratégias de ação a partir da apresentação de cenários futuros (2011-2021) e elaboração de propostas (de alteração da Lei e construção de instrumentos, diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento).

PÚBLICO ALVO: CA e CMDU

CARÁTER: Propositivo/Consultivo

DURAÇÃO: 5 horas

PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

DATA: Abril de 2012

OBJETIVOS: Aprovação das propostas de alteração da lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento.

PÚBLICO ALVO: CA e CMDU

CARÁTER: Deliberativo

DURAÇÃO: 4 horas

PRODUTO 03 | Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

5.4. ETAPA 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

Na Etapa | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor o objetivo é construir a minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

A etapa está dividida em quatro atividades.

5.4.1. Atividades Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

5.4.1.1. Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

Trata-se da Redação preliminar da Revisão da Lei do Plano Diretor, contendo as propostas pactuadas anteriormente, remetendo-o à sua origem no processo realizado até o momento, quando necessário. Além disso, aponta as diretrizes e instrumentos relevantes para a modificação das leis complementares existentes e/ou para a criação de novas leis e procedimentos importantes que darão suporte as propostas integrantes da revisão do Plano Diretor.

5.4.1.2. Atividade 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.

A proposta desenvolvida na etapa 17 é levada para debate com o corpo técnico/político da prefeitura e com o CMDU para pactuação de seu conteúdo.

5.4.1.3. Atividade 18 – Realização de Audiência Pública.

A proposta consolidada internamente e com CMDU é apresentada e debatida em audiência pública aberta à população.

5.4.1.4. *Atividade 19 – Finalização da minuta de Lei.*

Após o debate público, procede-se a adequação da proposta de lei com base nas observações efetuadas pela população e entidades participantes do processo, dando legitimidade à minuta da Revisão da Lei do Plano Diretor a ser enviada para a Câmara dos Vereadores.

5.4.1.5. *Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.*

Elaboração de Relatório de Memória Técnica com a apresentação de todo o material relativo ao processo participativo de construção da Revisão do Plano Diretor, organizado ao longo das etapas 01, 02, 03 e 04. Tal relatório deve evidenciar o histórico do trabalho, destacando as concepções adotadas e fazendo referência aos produtos elaborados.

5.4.1. Eventos Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DATA: Maio de 2012

OBJETIVOS: Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;

PÚBLICO ALVO: Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, GTI

CARÁTER: Deliberativo

DURAÇÃO: 8 horas

PRODUTO 04 | Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica

6. CRONOGRAMA

A Revisão do Plano Diretor de Guarulhos tem duração prevista de 08 meses conforme o cronograma seguinte.

FIGURA 4 - CRONOGRAMA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

Atividades	2011			2012					
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
ETAPA 1 – Planejamento	■	■	■						
Atividade 1 – Constituição da Coordenação Geral.	■								
Atividade 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.	■								
Atividade 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.				■					
Atividade 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.	■	■							
Atividade 5 - Análise Prévia e Consolidação dos Dados e materiais existentes no município.	■	■							
Atividade 6 – Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.	■	■							
Atividade 7 – Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação			■						
PRODUTO 1			■						
ETAPA 2 – Análise da situação atual			■	■	■	■	■		
Atividade 8 – Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.			■	■	■	■			
Atividade 9 – Leitura dos Marcos Jurídicos			■	■	■	■			
Atividade 10 – Leitura comunitária				■	■	■			
Atividade 11 – Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária					■	■			
Atividade 12 – Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.						■			
PRODUTO 02						■			
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão						■	■	■	
Atividade 13 - Construção de cenários futuros						■	■	■	
Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal							■	■	
Atividade 15 - Discussão pública e pactuação das propostas para a revisão								■	
PRODUTO 03								■	
ETAPA 4 – Elaboração da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.								■	■
Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD.								■	■
Atividade 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.								■	■
Atividade 18 – Realização de Audiência Pública.								■	■
Atividade 19 – Finalização da minuta de Lei.								■	■
Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.						■	■	■	■
PRODUTO 04									■

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Benedicto de. **Contabilidade pública**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 1981
- AZEVEDO, S. **Governança Democrática e Poder Local**. Rio de Janeiro: Revan/Fase. 2004.
- BRASIL. **Caderno de Referencia para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana – PLANMOB**. Governo Federal, Ministério das Cidades, 2007.
- BUARQUE, Sérgio C. **Texto para Discussão No 939: Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais**. IPEA, fev. 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1894
- CONSELHO DAS CIDADES. **Resolução nº 25 de 18 de março de 2005**. Disponível em: www.cidades.gov.br, acessado em 11/09/2010.
- CONSELHO DAS CIDADES. **Resolução nº 34 do Conselho das Cidades, de 1º de julho de 2005**. Disponível em: www.cidades.gov.br, acessado em 11/09/2010.
- CYMBALISTA Renato. **Conselho de Habitação e Desenvolvimento Urbano - Caderno Polis 1**. São Paulo, Polis, 2001, 56 p.
- DE VILLA, Bona. **IPTU Progressivo no Tempo, Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001, pp. 238-254.
- DI SARNO, Daniela Campos Libório, **Função Social da Propriedade, Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001, pp. 70-81.
- EMPLASA. **Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e Regionalização do Estado de São Paulo**. Extrato Documento 2 Resultados. *Emplasa, São Paulo, 2011*.
- FUNG, A. COHEN, J. **Democracia Radical**. Florianópolis: Revista Política & Sociedade, nº 11, outubro de 2007.
- GUARULHOS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS**. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 2011.
- HABERMAS.J. A. **Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política**. São Paulo:Loyola, 2007.
- HABERMAS.J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova nº.36 São Paulo, 1995. In: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>. Indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.
- IBGE: **Pesquisa do perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC**.
- KOHAMA. Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 5.ed., São Paulo, Atlas, 1996.
- LEAL, Rogério Gesta. **A função social da propriedade e da cidade no Brasil. Aspectos jurídicos e políticos**. Porto Alegre, Universidade de Santa Cruz do Sul, 1998, 174 p.
- LEAL, V. N. **Problemas de Direito Público**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMAR, P. **Usucapião Especial Urbano e Concessão de Uso para Moradia** », **Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001, pp. 254-276.

LUCHMANN, L.H.H. BORBA, J. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes** (2007). In: <http://www.npms.ufsc.br/lpublic/Artigo%201.doc>

MARICATO Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. São Paulo, Vozes, 2001, 204 p.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J.;ZALD. **Oportunidades, estruturas de mobilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales**. In: McAdam, D.; McCarthy, J.;Zald, M.(ORGs.) **Movimientos Sociales: perspectivas comparadas**. Madri: Ed. Istmo, 1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Planejamento territorial urbano e política fundiária**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010, 123p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. 3ª edição. Brasília: Ministério das Cidades e CONFEA/CREA, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria nº 511, de 7 de dezembro de 2009**. Disponível em: www.cidades.gov.br, acessado em 11/09/2010.

MOREIRA, Antonio Cláudio Moreira Lima e. **Plano Diretor e a Função Social da Propriedade Urbana, Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001, pp. 119-163.

OLIVEIRA, F. L. **Competitividade e pragmatismo no Rio de Janeiro: a difusão de novas práticas de planejamento e gestão das cidades na virada do século**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPU/UFRJ, 2003.

PILOTTO, A., VARGAS DE FARIA, J.R. e ARAÚJO, R.R. **Interesses em disputa em planos diretores da RMC**. In: Rosa Moura; Olga Lucia C. de F. Firkowski. (Org.). **Dinâmicas Intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2009, v. 1, p. 341-361.

RIBEIRO, L. C. de Q; CARDOSO, A. L. **Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade**. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RIZEK. C. **São Paulo: orçamento e participação**. In: OLIVEIRA. F.,RIZEK,C (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ROLNIK, R. (org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida: implementando os instrumentos do estatuto da Cidade**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ROLNIK, R. **Planejamento e Gestão: um diálogo de surdos?, Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001.

SANTOS JUNIOR, O. A. de; MONTANDON, D. T. (Org.) **Os Planos Diretos Municipais Pós-Estatuto da Cidade : balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro : LetraCapital, 2011.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978

SANTOS, M. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Prefeitura Municipal de São Paulo, editora SENAC, 2004

SAULE JR, N. **Estatuto da Cidade: instrumento de reforma urbana**. São Paulo, Mimeo, 2001, 15 p.

SAULE JR, N. e ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana**. São Paulo: Polis (Cadernos Polis,4),2001.

SCHERER-WARREN, I. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília: v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SILVA, J. A. **Capítulo V – Direito de propriedade, Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo, Malheiros, 1996, pp. 262-275.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, M. K; ZANATA Jr., R. **Associativismo e desigualdade: uma análise sobre oportunidades políticas e recursos associativos em duas Associações de Moradores de Porto Alegre**. In: Latin American Sociological Association Congress, 2009, Rio de Janeiro (LASA 2009 Congress Paper Archives).

SOMEKH N. **Função Social da Propriedade e da Cidade, Estatuto da Cidade**. São Paulo, CEPAM, 2001, pp. 81-88.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. **Planejamento Municipal**. Publicado em Jornal Estado do Paraná, 2006.

8. ANEXO | RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 01 PLANEJAMENTO

A Etapa 01 | Planejamento envolveu a execução de uma série de atividades descritas a seguir. Os resultados obtidos em cada atividade estão relatados, bem como a memória das reuniões e oficinas que ocorreram. O Plano de Trabalho apresentado neste produto reflete o conteúdo desenvolvido nestas atividades.

8.1. ATIVIDADE 1 – Constituição da coordenação geral²³

A primeira atividade prevista era a constituição da Coordenação Geral e das demais equipes e grupos de trabalho. Conforme descrito no item 4. Processo Participativo, estes grupos de trabalho são as instâncias internas para revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Foram definidas ao longo da Etapa 01 as seguintes instâncias internas: Coordenação Geral (CG); Grupo de Trabalho Permanente (GTP); Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI).

Destaca-se a seguir os membros que constituem tais grupos.

A COORDENAÇÃO GERAL é formada pelos Secretários das seguintes pastas:

- Secretaria de Governo
- Secretaria de Administração e Modernização;
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- Secretaria de Trânsito e Transporte
- Secretaria de Meio Ambiente
- Secretaria de Obras
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Serviços Públicos
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria de Trabalho
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Assistência Social
- Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Segurança Pública
- Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

O GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE, formado por técnicos da SDU, possui os seguintes membros:

- Álvaro Antonio Garruzi
- José Maria Giroldo
- Plínio Soares Santos
- Ana Lúcia Rodrigues Malufi
- Sandra Martines Lopes
- Gláucia Varandas
- Márcia Ribeiro Rosa
- Ricardo Zarzour
- Vantuil Fernandes dos Santos
- Thiago Perez Sávio
- Ana Rosa Metram
- Fátima Cantadeiro
- Gisele Cassina
- Valesca Tavares dos Santos
- Lucas
- Márcio Caropreso

²³ Atividade sob responsabilidade da SDU.

- Suely Akemi Fugiwara Siro
- Márcia Hisae Morita
- Kátia Ayumi Tani
- Luciana de Oliveira Santos
- Potyra Tibiriça Sartori
- Robson
- Sueli Allara
- Cristina Brazan
- Noemia

Formam o GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS, os seguintes técnicos:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- Álvaro Antonio Garruzi;
- Plínio Soares Santos;
- Ana Lúcia Rodrigues Malufi;
- Sandra Martines Lopes;
- Glaucia Varandas;
- Márcia Ribeiro Rosa;
- Ricardo Zarzour;
- Suely Akemi Fugiwara Siro;
- Márcia Hisae Morita;
- Kátia Ayumi Tani;

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:

- Guilherme Bagattini

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

- Renata Paula Lucas
- Marco Antonio Teixeira da Silva
- Andrea Straccia;
- Luiz Carlos Gaeta;
- Marineia Lazzari Chiovatto;
- Marcio Cordeiro de Andrade;

SAAE

- Lygia Felix Pereira;
- Aginaldo Marques Barbosa;
- Cristiane T. Marins;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Marinilzes Moradillo Mello;
- Josefa Gonçalves de Santana Leôncio;
- Lourde Bora Zanian;
- Rubens Paulo da Silva;

SERVIÇOS PÚBLICOS

- Maria Helena Ribeiro;
- Jefferson Chagas;
- Rui Barbosa de Alencar;
- Rosaria Camargo;

OBRAS

- Marcelo Cruz;

TRÂNSITO

- Claudio Attili;
- Carla Angelini Lazur.

8.2. ATIVIDADE 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal²⁴

Ao longo da Etapa 01 foram realizadas diversas reuniões tendo em vista a articulação com os diferentes setores do poder executivo. As reuniões e oficinas que contaram com a participação da Ambiens estão relatadas ao longo das atividades a seguir e os órgãos e instituições envolvidas aparecem nas listas de presença.

8.3. ATIVIDADE 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a revisão do plano diretor²⁵

O Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor não foi realizado até o momento.

²⁴ Atividade sob responsabilidade da SDU.

²⁵ Atividade sob responsabilidade da SDU.

8.4. ATIVIDADE 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas

A atividade 4 da Etapa 01 deveria envolver, de acordo com o Termo de Referência, a discussão e consolidação, junto aos diversos setores do governo municipal acerca das concepções básicas que deverão orientar a revisão do Plano Diretor; a identificação dos diversos atores envolvidos no processo; a definição das estratégias de mobilização e participação social; a elaboração do Plano de Comunicação; a definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas. Para realização desta atividade foram realizadas diversas reuniões de trabalho relatadas a seguir.

O resultado desta atividade aparece na descrição do processo participativo (item 4) e das etapas e atividades a serem desenvolvidas (item 5) do Plano de Trabalho. A identificação de atores que serão envolvidos no processo, o detalhamento dos eventos participativos com a definição das metodologias e ferramentas, a orientação para avaliação das oficinas e audiências e as atas das reuniões desta atividade, são apresentados a seguir.

8.4.1. Identificação de Atores

A identificação de atores sociais²⁶ é um pré-requisito básico para a realização de processos participativos, uma vez que poderá fornecer elementos que irão qualificar a definição das instâncias de participação, as estratégias de mobilização e os métodos a serem utilizados em cada evento público.

Para o mapeamento dos atores sociais que deverão ser mobilizados para participarem do processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos foram utilizadas as seguintes estratégias: (i) o resgate da memória do processo participativo do Plano Diretor de 2004 visando identificar os atores e segmentos que estiveram envolvidos na elaboração; (ii) a produção de listas de atores e instituições por meio da metodologia “bola de neve”, tomando como ponto de partida a lista de atores de 2004; (iii) debate com membros do CMDU, SDU, GTI e CG para a complementação das listagens.

A identificação destes grupos sociais é fundamental para a concretização do objetivo da participação no processo de revisão do Plano Diretor. Os atores não só serão agentes privilegiados em relação às informações a serem repassadas para seus grupos e comunidades, como sua participação é central para que sejam incorporadas demandas, reivindicações e projetos para a cidade advindos dessas diversas organizações.

Lista de Organizações Envolvidas no Plano Diretor de 2004

SEGMENTOS		ORGANIZAÇÕES
1	Associações Empresariais	Associação de Empresários da Av. Amâncio Gaioli – ASSEMAG, Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos - ACEG; Associação dos Comerciantes Industriais de Guarulhos - ACIG; Associação de Empresários de Cumbica – ASEC.

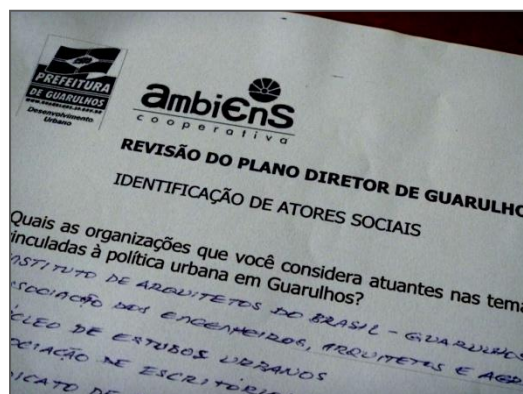
²⁶ Para fins deste trabalho definimos atores sociais como grupos ou organizações formais ou informais que se estruturam minimamente por meio de projetos políticos, identidades ou reivindicações comuns.

2	Profissionais	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Guarulhos - ASSEAG; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Associação Guarulhense de Administradores e Corretores de Imóveis – AGACI
	Acadêmicos	UNG, FIG,
	ONGs	Agencia de Desenvolvimento e inovação - AGENDE -;
3	Movimentos Sociais e Organizações Populares	Movimento Luta por Moradia - MLM; Movimento Paulo Conarin - More Bem, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST; Comunidade Negra,
	Sindicatos	Central Única dos Trabalhadores - CUT, Força Sindical, Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo.
4	Conselhos	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Conselho Municipal de Portadores de Deficiência e Assistência Social; Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Turismo
5	Poder Público	Coordenadoria de Ação Local, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Habitação, Comissão Municipal de Saúde - Grupo de Políticas Públicas, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
6	Orçamento Participativo	Água Chata, Pimentas I, II, e III; Cidade Satélite, Jd. Cumbica, Ponte Alta e Bonsucesso; Presidente Dutra, Cidade Jardim, Cumbica, São João e Lavras; Vila Augusta, Tranquilidade, Vila Galvão, Bom Clima, Centro e Bela Vista; Taboão, Recreio São Jorge, Jardim Adriana, Cocaia e região.
7	Outras Associações	Lions Clube; Maçonaria, Rotary Club, Associação dos Sítiantes e Agropecuaristas de Itaverava.

Atividade “identificação de atores”

A produção da identificação de atores foi realizada por meio de questionários aplicados para membros do CMDU, CG, GTI e CGP, durante as reuniões do dia 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011. Essa listagem baseou-se nas seguintes questões:

- 1) Quais as organizações que você considera atuante nas temáticas vinculadas ao Plano Diretor em Guarulhos?
- 2) De que forma essas organizações participam e influenciam na orientação de políticas urbanas ou projetos para o município?



Essa atividade resultou na indicação de diversas organizações, sendo a listagem avaliada e complementada durante as oficinas de consolidação do Plano de Trabalho (06 de dezembro de 2011). Essas organizações - indicadas no quadro seguinte - representam entidades que deverão ser mobilizadas a fim de participarem das oficinas de segmentos referentes a Atividade 10 (Leitura Comunitária) da Etapa 02 | Análise da Situação Atual.

Listagem de Organizações Identificadas

SEGMENTOS		ORGANIZAÇÕES
1	Associações Empresariais	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP; Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos - ACEG; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Associação de Empresários de Cumbica - ASEC; Associação dos empresários de Bomsucesso.
2	Profissionais	Associação dos Servidores Municipais de Guarulhos- ASMG; Conselho de Arquitetos e Urbanistas - CAU, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Guarulhos - ASSEAG; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI; OAB; IAB; Associação Guarulhense de Administradores e Corretores de Imóveis;
	Acadêmicos	UNIFESP; UNG; FIG; USP; Núcleo de Estudos Urbanos; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
	ONGs	AGENDE - Agencia de Desenvolvimento e inovação; Viva Guarulhos
3	Movimentos Sociais e Organizações Populares	Associação de Moradores nas Áreas invadidas e de Risco, MNLM, MNM, Mov. Paulo Conarin - More Bem, Movimento Cabuçu, Comunidade Negra, Sociedade Amigos dos Bairros; Associação Arte Nativa; Grita Povo.
	Sindicatos	CUT, Força Sindical, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP; Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil
4	Vereadores	Nenhuma sugestão
5	Conselhos	Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG; demais conselhos

8.4.2. Detalhamento dos Eventos Participativos

Para todas as reuniões comunitárias deverá ser elaborado material de comunicação (divulgação) ou material didático, em linguagem acessível e com informações claras a respeito do trabalho. É importante destacar que as oficinas deverão ser registradas através de fotografias, lista de presença e elaboração de ata que deverá conter o teor da discussão e os encaminhamentos.

Descreve-se a seguir o detalhamento dos eventos participativos, conforme acordado em reunião com Grupo de Trabalho Permanente.

OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO²⁷

ETAPA 01	Planejamento.
DATA	06 de dezembro de 2011.
OBJETIVO	Aprovar o Plano de Trabalho para a revisão do Plano Diretor.
PÚBLICO ALVO	CG, GTP, CTI, CMDU.
CARÁTER	Propositivo.
DURAÇÃO	3 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	Contexto para Revisão do Plano Diretor (e avaliação do PD).
	Metodologia para Revisão do Plano Diretor e etapas, atividades, produtos e cronograma.
	Processo participativo: concepção, espaços e instâncias.
	Debate, sugestões e encaminhamentos.
MÉTODOS FERRAMENTAS	E Exposições sobre contexto de revisão do plano, etapas do processo de revisão do Plano Diretor, metodologia e metodologia do processo participativo.
	Debate e encaminhamentos.

EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

ETAPA 01	Planejamento.
DATA	Janeiro de 2012.
OBJETIVO	Publicizar o processo de revisão do Plano Diretor e mobilizar atores para participação do plano.
PÚBLICO ALVO	Aberto à sociedade.
CARÁTER	Informativo.
DURAÇÃO	3 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	Exposição sobre o processo de elaboração do PD 2004; Apresentar os Princípios e Diretrizes do Plano, indicar os desdobramentos e resultados do PD 2004.
	Os limites da atuação do plano em relação ao contexto de Guarulhos 2011/12.
	Contextualizar o atual momento de revisão do Plano (apresentação dados, grandes projetos de intervenção em Guarulhos, dinâmica urbano-metropolitana - desafios e a importância do processo de revisão).
	Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma; equipe prefeitura, equipe Ambiens.
	Levantar grupos para participar, temáticas específicas que o PD irá abordar e apresentar limite do Plano.
MÉTODOS FERRAMENTAS	E Falas expositivas (apresentação síntese do Plano de 2004 e seus limites; contexto atual sobre política urbana e a inserção de Guarulhos; apresentação da equipe e da metodologia de revisão do Plano Diretor, importância processo de revisão).
	Debate Público (Levantar questões, críticas e sugestões acerca da metodologia e temáticas específicas sobre o limite do Plano)

²⁷ CF. anexo 8.7

LEITURA COMUNITÁRIA - OFICINAS POR SEGMENTOS E POR TERRITÓRIO

ETAPA 02	Análise da Situação Atual.
DATA	Janeiro e fevereiro de 2012.
OBJETIVO	Realizar diagnóstico comunitário por meio de oficinas territoriais e por segmentos sociais; retirar representantes das oficinas que irão formar a Comissão de Acompanhamento (C.A) do Plano Diretor.
PÚBLICO ALVO²⁸	Empresários; entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; vereadores; conselheiros vinculados à política urbana e do orçamento participativo; moradores das 11 Unidades de Planejamento Regional (UPR).
CARÁTER	Propositivo.
DURAÇÃO	3 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma.
	Problematizar Guarulhos dos últimos 10 anos, evidenciando o processo de planejamento e as transformações recentes.
	Identificação de interesses e demandas específicas.
	Produção de diagnóstico acerca da realidade municipal.
	Eleger a Comissão de Acompanhamento.
MÉTODOS FERRAMENTAS	Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma e panorama sobre as transformações urbanas dos últimos 10 anos).
	Divisão de grupos por eixos temáticos (número de grupos de acordo com o número de participantes em cada oficina). Produção de debate nos subgrupos a partir de questões problemas, buscando localizar (sempre que possível) as questões levantadas no mapa do Município.
	Apresentação das questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes, levantando apontamentos e questões conflituosas em tarjetas síntese do teor do debate.
	Debate: levantar questões, críticas, pontos de vistas diferentes sobre uma mesma problemática, pactuação da Leitura Comunitária.
	Eleição do membro da comissão de acompanhamento.

FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

As oficinas de Leitura Comunitária que serão realizadas com diferentes segmentos e em diversas regiões do município, tem por objetivo também retirar de cada oficina 01 (um) representante que irá se juntar ao CMDU para acompanhar todas as demais atividades participativas da revisão do Plano Diretor. Assim, portanto, mais uma instância de representação dos interesses da sociedade civil estará presente nesse processo. Em cada oficina os segmentos participantes terão total autonomia para indicar o seu representante. Dessa forma, o representante poderá tanto ser nomeado de forma direta pelos seus pares ou eleito por meio de processos mais formais, como eleições. Os critérios para a indicação dos representantes será definido pelos participantes em cada oficina.

PRODUTOS

- Produção de cartilha síntese sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de 2004, contendo eixos temáticos e demais diretrizes.

²⁸ As oficinas territoriais serão realizadas durante a semana (exceto sexta-feira) no período da noite e aos sábados pela manhã. O horário para a realização das demais oficinas será posteriormente acordado com os segmentos.

DEVOLUTIVAS PÚBLICAS DOS RESULTADOS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

ETAPA 02	Análise da Situação Atual.
DATA	Março de 2012.
OBJETIVO	Apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica e pactuar o diagnóstico.
PÚBLICO ALVO	CA e CMDU.
CARÁTER	Propositivo.
DURAÇÃO	4 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	Apresentar a metodologia do processo participativo. Apresentação da Leitura Técnica, Jurídica e Comunitária. Debate: levantar questões, críticas acerca da Leitura Comunitária.
MÉTODOS FERRAMENTAS	E Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma e eixos estratégicos). Apresentação da Leitura Técnica, Jurídica e Comunitária. Produção de destaques e justificativas acerca da Leitura Técnica e Comunitária (utilização de tarjetas). Apresentação dos destaques e justificativas e fixação da síntese dos destaques (tarjetas) em painel. Debate e pactuação acerca da leitura técnica e comunitária.
PRODUTOS	Produção de quadro síntese das leituras técnica e comunitária no formato cartilha.

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

ETAPA 03	Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão.
DATA	Abril de 2012.
OBJETIVO	Pactuação dos eixos estratégicos, revisão das estratégias de ação a partir da apresentação de cenários futuros (2011-2021) e elaboração de propostas (de alteração da lei e construção de instrumentos, diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento).
PÚBLICO ALVO	CA e CMDU.
CARÁTER	Propositivo/Consultivo
DURAÇÃO	5 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma. Apresentação dos eixos estratégicos. Pactuar Eixos Estratégicos. Apresentação metodologia construção de cenários e pré-cenários. Oficina para Construção de Cenários.
MÉTODOS FERRAMENTAS	E Falas expositivas; apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma, eixos estratégicos e síntese das leituras Técnica e Comunitária (cartilha para consulta) e metodologia construção de cenários. Pactuar os Eixos Estratégicos: apresentação dos destaques e de justificativas para a modificação dos eixos; fixação da síntese dos destaques (tarjetas) em painel. Realização de Debate para a pactuação ou modificação dos eixos.

	<p>Construção de cenários. Divisão por grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização de debates nos subgrupos acerca das dos possíveis cenários, propostas de intervenção (legislação, programas e macrozoneamento) e produção de justificativas; Produção de debate nos subgrupos a partir de questões problemas, localizando (sempre que possível) as questões levantadas no mapa do Município;</p>
	<p>Apresentação das questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes, levantando apontamentos e questões conflituosas em tarjetas síntese do teor do debate.</p>
	<p>Debate e encaminhamentos.</p>
PRODUTOS	<p>Apresentação da síntese das leituras técnica e comunitária – formato cartilha para consulta.</p>

PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

ETAPA 03	Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão.
DATA	Abril de 2012.
OBJETIVO	Aprovação das propostas de alteração da lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento.
PÚBLICO ALVO	CA e CMDU.
CARÁTER	Deliberativo
DURAÇÃO	4 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	<p>Apresentar a metodologia do processo participativo.</p> <p>Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento.</p>
MÉTODOS FERRAMENTAS	<p>Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma).</p> <p>Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento</p> <p>Pactuação dos cenários (divisão em grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de revisão do plano, instrumentos e macrozoneamento; produção de justificativas para modificação das propostas.</p> <p>Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos</p> <p>Debate em plenária sobre as propostas de modificação. Não havendo propostas de exclusão ou modificação, o texto estará automaticamente validado.</p>

AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

ETAPA 04	Elaboração da Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.
DATA	Mai de 2012.
OBJETIVO	Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.
PÚBLICO ALVO	Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, GTI.
CARÁTER	Deliberativo
DURAÇÃO	8 horas.
CONTEÚDO/ATIVIDADES	<p>Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma, síntese dos resultados do processo participativo.</p> <p>Apresentação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.</p>

MÉTODOS E FERRAMENTAS	Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma, histórico da participação no processo de revisão do Plano Diretor).
	Apresentação do projeto de revisão do Plano Diretor.
	Pactuação do projeto de revisão do Plano Diretor (divisão em grupos por interesses por blocos de capítulos); realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de alteração da minuta; produção de justificativas para Exclusão, Modificação e Inclusão de propostas.
	Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos.
	Debate em plenária sobre as propostas de modificação. Não havendo propostas de exclusão ou modificação, o texto estará automaticamente validado.

8.4.3. Orientações para Avaliação das Oficinas/Audiências

Os tópicos seguintes consistem em temas a serem debatidos posteriormente à realização das atividades participativas, objetivando avaliá-los e corrigir eventuais erros na estratégia metodológica do processo de revisão do plano.

- Condições para a realização da reunião: infra-estrutura; localização, local, data, período (manhã, tarde, noite), duração da reunião, se foi adequada ou não.
- Participação: número de participantes (quantos do poder público e da sociedade civil); segmentos que participaram; avaliar se houve esvaziamento da reunião, caso sim, quais os prováveis motivos, se a prefeitura estava envolvida no processo, se a divulgação foi adequada.
- Metodologia: questionar se a metodologia proposta atingiu o seu objetivo, se foi de fácil compreensão para o grupo, se a pauta foi seguida.
- Debates: analisar se houve debates entre os segmentos presentes, se o debate foi polarizado por algum (s) segmento (s), se houve estímulo ou negativas a participação (fala) das pessoas, se algum (s) segmento (s) teve sua fala privilegiada e legitimada em detrimento de outros, quais grupos pautaram e definiram decisões da reunião, se o evento produziu os resultados esperados, se houve denunciamento (acusação à prefeitura de não fazer determinadas coisas, caso sim, como isto foi contornado, principais temas que foram discutidos na reunião e quais foram mais polemizados).
 - Encaminhamentos: esclarecer quais encaminhamentos foram tomados.

8.4.4. Reunião técnica – 20 de outubro de 2011

8.4.4.1. Ata

No dia vinte de outubro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo Técnico Permanente). Esta reunião de trabalho teve como objetivos: (i) apresentar equipe da Ambiens; (ii) iniciar atividades da revisão do PD; (iii) acordar cronograma de atividades e atribuições.

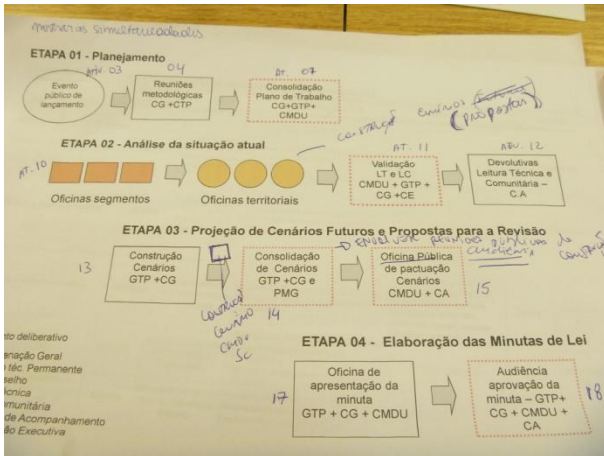
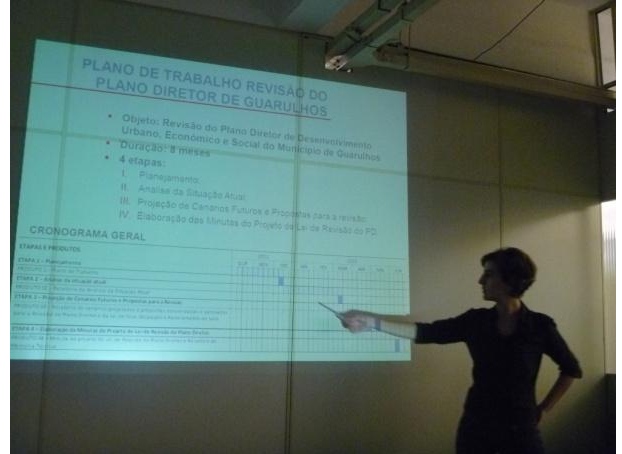
A abertura da reunião ficou sob responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que fez um relato sobre o processo de revisão do Plano Diretor, a estrutura de funcionamento da SDU e as atribuições dos quatro departamentos. Em seguida, deu-se a apresentação de Plínio Soares Santos, Diretor do Departamento de Gestão Urbana, que ressaltou a necessidade de construir uma agenda interna de trabalho para a construção efetiva da revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Nesse sentido, apontou a importância de articular as diversas secretarias para a realização do processo, indicando que já se encontram em andamento a formação do Grupo Técnico Permanente e da Coordenação Geral. Em seguida, foi dada sequência à apresentação da pauta de reunião, estruturada da seguinte forma:

- Apresentação da consultoria Ambiens Cooperativa, da equipe para revisão do PD e da estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do PD Guarulhos, sob responsabilidade de Ângela Pilotto;
- Apresentação da proposta preliminar de organização do processo participativo para revisão do PD, realizada por Ramon Gusso;

- Indicação de Desafios para implementação dos Planos Diretores e questões para debate, conduzido por Bruno Meirinho.

Após a realização das apresentações iniciaram-se debates e sugestões em relação às atividades propostas para Plano de Trabalho e a estrutura do processo participativo. Essa reunião produziu modificações sobre a proposta preliminar para o processo participativo, tais como: a realização do evento de lançamento do Plano Diretor ao final da Etapa de Planejamento; a inclusão de conselheiros municipais durante o processo participativo, além dos conselheiros do CMDU; a criação de uma comissão de acompanhamento do Plano, com representantes eleitos após as reuniões por segmentos e territoriais; a inclusão de mais uma oficina para a construção de cenários, com a participação dos conselhos municipais e da comissão de acompanhamento.

8.4.4.2. Fotos



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

8.4.4.3. Apresentação de slides Power Point

<p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p>  	<p>ETAPA 01 PLANEJAMENTO REUNIÃO TÉCNICA 01 INÍCIO DAS ATIVIDADES</p> <p>20.10.2011</p>
<p>CONTEÚDO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Revisão do Plano Diretor de Guarulhos2. Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA e da estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos;3. Proposta Preliminar para o Processo Participativo;4. Desafios para implementação dos Planos Diretores: questões para debate;5. Constituição do Grupo de Trabalho Permanente e encaminhamentos.	<p>Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA</p>
<p>AMBIENS APRESENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Fundação: no ano 2000 na cidade de Curitiba.▪ Adotou o cooperativismo como perspectiva de organização por defender relações de trabalho democráticas, emancipatórias, criativas e enraizadas em uma ética socializante.▪ Atua no planejamento e organização do ambiente urbano e rural, desenvolvendo atividades de execução e monitoramento de projetos, pesquisa, educação e desenvolvimento institucional.▪ Equipe multidisciplinar: arquiteto urbanista, agrônomo, engenheiro civil, psicólogo, advogado, turismólogo, cartógrafo, biólogo, sociólogo, economista.	<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PLANEJAMENTO URBANO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos Diretores em Regiões Metropolitanas: Viamão (RS), Peruíbe (SP), Quatro Barras (PR), Maringá (PR);▪ Planos Diretores: Cambará do Sul (RS), São José dos Ausentes (RS), Guaira (PR), Paranavai (PR), Quedas do Iguaçu (PR), Castro (PR);▪ Outros trabalhos: Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado da Lapa (PR), Consultoria na Análise, Avaliação e Elaboração de Parecer Técnico sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso (MS), Estudos de viabilidade urbanística, legal e ambiental, Instrumentos de Política Urbana – Plano Diretor de Pinhais (PR)
<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PLANEJAMENTO DO TURISMO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos de Fortalecimento Institucional: Teresina (PI), Pomerode (SC), Guaira (PR), Blumenau (SC)▪ Avaliação Ambiental Estratégica AAE - Polo Costa do Delta e Polo das Origens (PI), Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS - Polo de Teresina (PI), Assessoria para Elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul <p>HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí (PEHIS-PI), Plano de Regularização Fundiária Sustentável de 11 Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG);▪ PLHIS – Balneário Camboriú (SC), Regularização Fundiária – São José (SC), Regularização Fundiária e Urbanística Moradias Sabará – Curitiba (PR), Programa Habitar Brasil/BID – Londrina (PR), PEMASHBB – Colombo (PR).	<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PESQUISA E EXTENSÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos Diretores: Avaliação dos Planos Diretores Participativos do Paraná – IPPUR/UFRJ; Pesquisa em extensão universitária: Plano Diretor de Itaperuçu (PR); Projeto de Pesquisa dos Planos Diretores R.M. Maringá (PR); Banco de Experiências Plano Diretor Participativo – Ministério das Cidades▪ Consultoria para a série "Região Metropolitana em Debate" do Senge/PR; Instituto do Milênio/Observatório das Metrôpoles: Análise de Planos Diretores da R.M. de Curitiba e Escola de Práticas Metropolitanas; Pesquisa Outorga Onerosa do Direito de Construir – Instituto Polis <p>SEMINÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Seminário Política e Planejamento - PPLA 2010 e PPLA 2008; Seminário Nacional Plano Diretor – Curitiba/2005; Seminário Nacional sobre Reforma Urbana e Estatuto da Cidade - Curitiba/2002.

AMBIENS | AÉRAS DE ATUAÇÃO

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- Cursos: Gestão Urbana para técnicos do IPGUL - Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda; Programa de Capacitação de Servidores Municipais nas Áreas de Planejamento e Gestão Urbano-Ambiental e Habitacional – Itabuna (BA); Capacitação Estatuto da Cidade Curitiba (PR);
- Participação, Assessoria para realização da Oficina Participativa no Workshop Baixa de Luanda - Princípios e Diretrizes para a Preservação da Memória e o Desenvolvimento Urbano - Luanda/Angola; Elaboração de metodologia de participação comunitária – Belém (PA)
- Campanha Plano Diretor Participativo – 2005/2006

CONFERÊNCIAS DAS CIDADES

- Organização e participação nas Conferências: Curitiba, Araucária, Pinhão, Paranaíba, Campo Largo (PR)
- Relatoria e sistematização de propostas da 4ª Conferência Estadual das Cidades – PR

AMBIENS | AÉRAS DE ATUAÇÃO

JOGOS DIDÁTICOS

- Jogo do Patrimônio Histórico – IPHAN-PR
- Jogo do Direito à Cidade



- Realização de atividades de capacitação técnica para aplicação dos jogos para gestores municipais, profissionais da área, estudantes, pesquisadores e movimentos sociais

Estrutura geral do PLANO DE TRABALHO para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos

Atividades	2011			2012					
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento									
Atividade 1 - Construção da Coordenação Geral.									
Atividade 2 - Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.									
Atividade 3 - Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.									
Atividade 4 - Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.									
Atividade 5 - Realização e consolidação dos dados e materiais existentes no município.									
Atividade 6 - Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.									
Atividade 7 - Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação.									
PRODUTO 1 - Plano de Trabalho									
ETAPA 2 - Análise da situação atual									
Atividade 8 - Leitura Técnica Coletiva, levantamento e sistematização de dados e informações.									
Atividade 9 - Leitura dos Marcos Jurídicos									
Atividade 10 - Leitura comunitária									
Atividade 11 - Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária									
Atividade 12 - Diálogos públicos dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.									
PRODUTO 2 - Relatório de Análise da Situação Atual									
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão									
Atividade 13 - Construção de cenários futuros									
Atividade 14 - Consolidação das propostas para a Revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal.									
Atividade 15 - Divulgação pública das propostas para a revisão									
PRODUTO 3 - Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo									
ETAPA 4 - Elaboração da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor									
Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD									
Atividade 17 - Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16									
Atividade 18 - Realização de audiência pública									
Atividade 19 - Finalização da minuta de Lei									
Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica									
PRODUTO 4 - Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica									

PLANO DE TRABALHO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

- Objeto: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos
- Duração: 8 meses
- 4 etapas:
 - Planejamento;
 - Análise da Situação Atual;
 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a revisão;
 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do PD.

CRONOGRAMA GERAL

ETAPAS E PRODUTOS	2011			2012					
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento									
PRODUTO 1 - Plano de Trabalho									
ETAPA 2 - Análise da situação atual									
PRODUTO 2 - Relatório de Análise da Situação Atual									
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão									
PRODUTO 3 - Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo									
ETAPA 4 - Elaboração da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor									
PRODUTO 4 - Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica									

PLANO DE TRABALHO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

- Realização de Reuniões Técnicas ao longo das Etapas, com conteúdos específicos

ETAPA 01:

- 20.10 – Início dos Trabalhos
- Nov/11 – Metodologia de Participação
- Nov/11 – Avaliação dos Conteúdos da Implementação da Lei do Plano Diretor

ETAPA 02:

- Leitura técnica: Oficinas internas temáticas (ex.: vetores de crescimento, uso do solo, instrumentos, sistema de planejamento,...)
- A definir na Etapa 01...

EQUIPE TÉCNICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

COORDENAÇÃO GERAL

- Executiva: **Angela Pilotto**, Mestre em Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP
- Técnica: **Tomás Antonio Moreira**, Ph.D. em Estudos Urbanos/Universit  du Québec   Montréal

EQUIPE

- Jurídico: **Bruno Meirinho**, advogado mestrando em Geografia UFPR
- Finanças públicas: **Artur Coelho**, Mestre em Des. Econômico UFPR
- Metodologia participativa e dimensão social: **Ramon José Gusso**, sociólogo mestrando em Sociologia-Política/UFSC
- Urbanismo e Geoprocessamento: **Alexandre Pedrozo**, arquiteto especialista em Gestão do Solo Urbano/Lincoln Institute
- Ambiental: **Josias Rickli Neto**, biólogo mestrando IPPUR/UFRJ

CONSULTORES

- Mobilidade: **Alan Cannell**, Mestre em Transportes, University of Leeds/UK
- Infraestrutura: **Juliana Seixas Pilotto**, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental/UFPR
- Demografia: **Cássio Freitas Almeida**, Mestre em Estatística/UFRJ

Proposta Preliminar para o PROCESSO PARTICIPATIVO

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO

- Coordenação Geral (CG)
- Grupo Técnico Permanente (GTP)
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)
- **Coordenação Executiva (CE)** → proposta
- **Comissão de Acompanhamento (CA)**
- Audiências Públicas
- Oficinas

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

COORDENAÇÃO GERAL

- acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar do processo participativo;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

- disponibilizar informações e documentos;
- acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- aprovar os produtos.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- disponibilizar informações e documentos;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

- realizar comunicação direta com a equipe consultora;
- disponibilizar informações e documentos;
- coordenar prazos e atividades;
- organizar documentos;
- organizar eventos participativos e reuniões técnicas;
- publicar agendas do PD para sociedade;
- acompanhar plano de comunicação; mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- Delegados eleitos nas oficinas por segmentos e territoriais, com papel de:
- disponibilizar informações e documentos;
 - publicar agendas do PD para sociedade;
 - mobilizar atores internos e externos à prefeitura para participar da revisão do PD;
 - avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
 - participar dos espaços de deliberação e devolutivas.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

OFICINAS PÚBLICAS

- Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo.

OFICINAS PÚBLICAS DE CONSOLIDAÇÃO

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo;

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo

ETAPA 01 - Planejamento



ETAPA 02 - Análise da situação atual



ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão



Evento deliberativo
CG – Coordenação Geral
GTP – Grupo Técnico Permanente
CMDU – Conselho
LT – Leitura Técnica
LC – Leitura Comunitária
CA – Comissão de Acompanhamento
CE – Coordenação Executiva

ETAPA 04 - Elaboração das Minutas de Lei



QUADRO ETAPAS E EVENTOS PROCESSO PARTICIPATIVO REVISÃO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS						
ETAPA	TÍTULO DO EVENTO	OBJETIVO	ATRIBUIÇÃO/CONTEÚDO	PÚBLICO ALVO	DATA PREVISTA	CARÁTER
ETAPA 1 - Planejamento						
Atividade 1 - Constituição da Coordenação Geral	OFICINA INTERNA	Constituir a Coordenação Geral	incorporar todos os etapas do Plano, participar do processo participativo, avaliar publicamente, avaliar o retorno e a implementação, avaliar e apoiar a implementação em relação ao contexto técnico e político.	Sociedade FPMG + ODEU	21/03/2011	
Atividade 2 - articulação entre os diversos setores da cidade e com o legislativo municipal	REUNIÃO	Promover articulação entre secretarias e legislativo	avaliar o retorno técnico e político, promover a participação do cidadão do PD, Definição e consolidação dos componentes de revisão do PD, Definição dos setores e e etapas do processo participativo.	secretaria de Recursos Humanos	abr/11	
Atividade 3 - Estudo para a divulgação de meio dos trabalhos para o envio do Plano Diretor	LANÇAMENTO	Realizar estudo de divulgação de meio distribuído de revisão do PD	apresentar o metodologia do processo participativo, etapas e cronograma, realizar a reunião e constituir comissão para avaliar a etapa de lançamento de trabalho, realização de trabalho de divulgação do plano diretor, realização de trabalho de divulgação do plano diretor, realização de trabalho de divulgação do plano diretor.	Sociedade Civil - realização de trabalho de divulgação do plano diretor	abr/11	CONSULTIVO
Atividade 4 - Planejamento preliminar de atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas	OFICINA INTERNA	Definição das metodologias, estudos, grupos técnicos para a realização de oficinas e avaliação da participação	Identificação de setores, definição de estratégias de mobilização, definição de metodologias de participação, definição de metodologias de participação, definição de metodologias de participação, definição de metodologias de participação.	CS + CE-GTP	abr/11 nov/2011	PROPOSITIVO
Atividade 5 - Análise Preliminar Constituição de dados e métodos						
Atividade 6 - avaliação dos conteúdos da implementação do PD						
Atividade 7 - Constituição do Plano de Trabalho junto a Coordenação	OFICINA	Analisar Plano de Trabalho	Constituir Plano de Trabalho	CS-GTP+ODEU	abr/11	DELIBERATIVO

QUADRO ETAPAS E EVENTOS PROCESSO PARTICIPATIVO REVISÃO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS						
ETAPA	TÍTULO DO EVENTO	OBJETIVO	ATRIBUIÇÃO/CONTEÚDO	PÚBLICO ALVO	DATA PREVISTA	CARÁTER
ETAPA 2 - Análise da situação atual						
Atividade 8 - Leitura Técnica						
Atividade 9 - Leitura dos trabalhos						
Atividade 10 - Leitura comunitária	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Apresentação da metodologia dos dados, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11/12	CONSULTIVO
Atividade 11 - Leitura comunitária	OFICINA	Realizar oficinas por segmentos da comunidade para a identificação de demandas e necessidades específicas	Apresentação da metodologia dos dados, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 12 - Leitura comunitária	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Apresentação da metodologia dos dados, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 13 - Leitura comunitária	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Apresentação da metodologia dos dados, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 14 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 15 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 16 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 17 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 18 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 19 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO
Atividade 20 - Sistematização dos dados	OFICINA	Realizar oficinas comunitárias para a identificação de demandas e necessidades específicas	Sistematização dos resultados das oficinas participativas, identificação de demandas e necessidades específicas.		abr/11	CONSULTIVO

QUADRO ETAPAS E EVENTOS PROCESSO PARTICIPATIVO REVISÃO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS						
ETAPA	TÍTULO DO EVENTO	OBJETIVO	ATRIBUIÇÃO/CONTEÚDO	PÚBLICO ALVO	DATA PREVISTA	CARÁTER
ETAPA 3 - Projeto de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão						
Atividade 13 - Constituição de cenários futuros	OFICINA	Constituir cenários futuros e propostas de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	realização de oficinas para a produção de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	CS+GTP	mae/abr/12	CONSULTIVO
Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal	OFICINA INTERNA	Constituir cenários futuros e propostas de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	realização de oficinas para a produção de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	CS+GTP	abr/12	DELIBERATIVO
Atividade 15 - Discussão pública e participação das propostas para a revisão	Audiência Pública	Aprovar proposta de revisão do PD	Apresentação das propostas para a revisão junto aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano para a participação das propostas para a revisão.	ODEU + SC+CA	abr/12	DELIBERATIVO
ETAPA 4 - Elaboração da minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor						
Atividade 16 - Constituição da minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD	OFICINA	Constituir cenários futuros e propostas de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	realização de oficinas para a produção de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	GTP+CS+ODEU	mae/12	CONSULTIVO
Atividade 17 - Consolidação da minuta elaborada atividade 16	OFICINA	Constituir cenários futuros e propostas de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	realização de oficinas para a produção de cenários, propostas de alteração de legislação da cidade, constituição de instrumentos	GTP+CS+ODEU	mae/12	PROPOSITIVO
Atividade 18 - Realização de Audiência Pública	Audiência Pública	Aprovar minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD	Apresentação das propostas para a revisão junto aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano para a participação das propostas para a revisão.	GTP+CS+ODEU+CA+SC	mae/12	DELIBERATIVO
Atividade 19 - Finalização da minuta de Lei						
Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Referência Técnica						

Desafios para implementação dos Planos Diretores: QUESTÕES PARA DEBATE

DEBATE

- Legislação do Estado e do Município
- Resultados do Plano Diretor de 2004
- Resultados esperados com a revisão do PD
- A eficácia das regras e outras dimensões do PD
- A apropriação do Plano Diretor
- Novas questões

Constituição do GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE e encaminhamentos

Ambiens Sociedade Cooperativa
 angela@coopere.net
 www.coopere.net
 (41) 3013-2160/ 3013- 2161
 (11) 7688-7601

FIM – Obrigado!

Fonte: elaborados por Ambiens Cooperativa

8.4.4.4. Lista de presença



revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 01 PLANEJAMENTO

Reunião Técnica 01
 Início das atividades para Revisão do Plano Diretor
 Quinta-feira | 20.10

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
RAMON gusso	AMBIENS	41-3013-2161	RAMONGUSSO@hotmail.com
ANGELA PILOTTO	"	11.76887601	angela@coopere.net
Jose Maria Girólido	SDU- Gabinete	11-9700-1647	jmgiroldo@gmail.com
GLAUCIA VARANDAS	SDU 01	11 24536706	glauCIAvarandas@yahoo.com
Marcia Ribeiro Rosa	SDU 0109		
RICARDO ZARZOUR			
Ricardo Zarzour	SDU 0106	11 86770304	marciarrosa@hotmail.com
Suelcy Akemi Fujiwara Siro	SDU- Gestão Urbana	24536711	RZARZOUR@gmail.com
MARCIA HISAE MORITA	SDU- 01.08	24536720	AKEMI_FUJIWARA@ig.com.br
SANDRA MARTINES LOPES	SDU 01	24536713	MORITA@GLOBO.COM
Ana Lucia Rodrigues Malufi	SDU 01	24536719	martinesrosi@ig.com.br
ALVARO GONZAGA	SDU 02	24536702	anamalufi@vol.com.br
PLINIO CARLOS SANTOS	SDU	24536725	ALVARO GONZAGA@GUARULHOS.SP
BRUNO CESAR DEUSILMO MOURA	SDU / PMG	2453-6719	PLINIOSANTOS@VOL.COM.BR
KÁTIA AYUMI TANI	AMBIENS	3013 2160	
	SDU	11.2453-6730	katiatani@guarulhos.sp.gov.br

8.4.5. Reunião técnica – 21 de outubro de 2011

8.4.5.1. Ata

No dia vinte e um de outubro de 2011, reuniram-se no Centro de Eventos Adamastor membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa, da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo de Trabalho Permanente - CTP) e técnicos e secretários de outras secretarias municipais (Coordenação Geral - CG).

Esta foi a primeira reunião de trabalho ampliada entre equipe consultora, GTP e CG e tendo como objetivos: (i) apresentar equipe da Ambiens; (ii) iniciar atividades da revisão do PD; (iii) acordar cronograma de atividades e atribuições. Diante desses objetivos a reunião foi estruturada da seguinte forma:

- Fala de abertura sobre a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos – SDU.
- Apresentação da consultoria Ambiens Cooperativa, da equipe para revisão do PD e da estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do PD Guarulhos.
- Apresentação da proposta preliminar de organização do processo participativo para revisão do PD, que incluiu uma discussão sobre a definição de atividades, os prazos, as etapas e as atribuições do processo participativo de revisão do PD.
- Desafios para implementação dos Planos Diretores.

A abertura da reunião ficou sob responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que fez um relato sobre o Plano Diretor de 2004, as atribuições do Grupo Técnico Permanente e o papel da Coordenação. Em seguida, seguiu a apresentação de Plínio Soares Santos, Diretor do Departamento de Gestão Urbana, que ressaltou a necessidade de construir uma agenda de trabalho que envolva as secretarias para a construção efetiva da revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Em seguida, foi dada sequência à apresentação da pauta de reunião.

Após a realização das apresentações iniciaram-se os debates e sugestões em relação às atividades propostas no Plano de Trabalho, sobre a estrutura do processo participativo e debate sobre os entraves e as dificuldades na implementação do PD, além de levantar as principais expectativas com relação à revisão do PD.

Assim, os principais pontos levantados foram:

- Maior integração entre secretárias e técnicos;
- Trabalhar o zoneamento junto como o macrozoneamento;
- Quais as perspectivas para a utilização dos instrumentos de outorga onerosa e operação urbana;
- Levantar o quê na prática não se concretizou com o plano diretor de 2004;
- Colocar desafios para uma cidade mais justa;
- Controle do desenvolvimento e da dinâmica urbana;
- O plano focará outras dimensões para além da questão territorial;
- Garantir a construção participativa no processo de revisão do plano;
- Garantir a autoaplicabilidade do plano;
- Dimensão ambiental como questão transversal;
- Atuar sobre a concentração da pobreza e o crescimento populacional;
- Articular com plano de desenvolvimento econômico e social;




- Incluir a perspectiva da inclusão social;
- Debater sobre os incentivos fiscais;
- Como incluir questões relativas a política de saúde, educação, economia solidária, trabalho;
- Maior apropriação sobre o Aeroporto;
- Abordar a problemática da mobilidade urbana versus o boom imobiliário.

8.4.5.2. Fotos



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

8.4.5.3. Apresentação de slides Power Point

 <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	
<p>CONTEÚDO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA;2. Perspectivas para implementação dos Planos Diretores: questões para debate;3. Estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos;4. Proposta Preliminar para o Processo Participativo	<p>Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA</p>
<p>AMBIENS APRESENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Fundação: no ano 2000 na cidade de Curitiba.▪ Adotou o cooperativismo como perspectiva de organização por defender relações de trabalho democráticas, emancipatórias, criativas e enraizadas em uma ética socializante.▪ Atua no Planejamento e organização do ambiente urbano e rural, desenvolvendo atividades de execução e monitoramento de projetos, pesquisa, educação e desenvolvimento institucional.▪ Equipe multidisciplinar: arquiteto urbanista, agrônomo, engenheiro civil, psicólogo, advogado, turismólogo, cartógrafo, biólogo, sociólogo, economista.	<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PLANEJAMENTO URBANO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos Diretores em Regiões Metropolitanas: Viamão (RS), Peruipe (SP), Quatro Barras (PR), Maringá (PR);▪ Planos Diretores: Cambará do Sul (RS), São José dos Ausentes (RS), Guaira (PR), Paranavai (PR), Quedas do Iguaçu (PR), Castro (PR);▪ Outros trabalhos: Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edifício da Lapa (PR), Consultoria na Análise, Avaliação e Elaboração de Parecer Técnico sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso (MS), Estudos de viabilidade urbanística, legal e ambiental, Instrumentos de Política Urbana – Plano Diretor de Pinhais (PR)
<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PLANEJAMENTO DO TURISMO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos de Fortalecimento Institucional: Teresina (PI), Pomerode (SC), Guaíra (PR), Blumenau (SC)▪ Avaliação Ambiental Estratégica AAE - Polo Costa do Delta e Polo das Origens (PI), Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS - Polo de Teresina (PI), Assessoria para Elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul <p>HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí (PEHIS-PI), Plano de Regularização Fundiária Sustentável de 11 Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) ;▪ PLHIS – Balneário Camboriú (SC), Regularização Fundiária – São José (SC), Regularização Fundiária e Urbanística Moradias Sabará – Curitiba (PR), Programa Habitar Brasil/BID – Londrina (PR), PEMAS HBB – Colombo (PR).	<p>AMBIENS ÁERAS DE ATUAÇÃO</p> <p>PESQUISA E EXTENSÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planos Diretores: Avaliação dos Planos Diretores Participativos do Paraná – IPPUR/UFRJ; Pesquisa em extensão universitária: Plano Diretor de Itaperuçu (PR); Projeto de Pesquisa dos Planos Diretores R.M. Maringá (PR); Banco de Experiências Plano Diretor Participativo – Ministério das Cidades▪ Consultoria para a série "Região Metropolitana em Debate" do Senge/PR; Instituto do Milênio/Observatório das Metrópoles: Análise de Planos Diretores da R.M. de Curitiba e Escola de Práticas Metropolitanas; Pesquisa Outorga Onerosa do Direito de Construir – Instituto Polis <p>SEMINÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Seminário Política e Planejamento - PPLA 2010 e PPLA 2008; Seminário Nacional Plano Diretor – Curitiba/2005; Seminário Nacional sobre Reforma Urbana e Estatuto da Cidade - Curitiba/2002.

AMBIENS | AÉRAS DE ATUAÇÃO

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- Cursos: Gestão Urbana para técnicos do IPGUL - Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda; Programa de Capacitação de Servidores Municipais nas Áreas de Planejamento e Gestão Urbano-Ambiental e Habitacional - Itabuna (BA); Capacitação Estatuto da Cidade Curitiba (PR);
- Participação: Assessoria para realização da Oficina Participativa no Workshop Baixa de Luanda - Princípios e Diretrizes para a Preservação da Memória e o Desenvolvimento Urbano - Luanda/Angola; Elaboração de metodologia de participação comunitária - Belém (PA)
- Campanha Plano Diretor Participativo - 2005/2006

CONFERÊNCIAS DAS CIDADES

- Organização e participação nas Conferências: Curitiba, Araucária, Pinhão, Paranaíba, Campo Largo (PR)
- Relatoria e sistematização de propostas da 4ª Conferência Estadual das Cidades - PR

AMBIENS | AÉRAS DE ATUAÇÃO

JOGOS DIDÁTICOS

- Jogo do Patrimônio Histórico - IPHAN-PR
- Jogo do Direito à Cidade



- Realização de atividades de capacitação técnica para aplicação dos jogos para gestores municipais, profissionais da área, estudantes, pesquisadores e movimentos sociais

EQUIPE TÉCNICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

COORDENAÇÃO GERAL

- Executiva: **Angela Pilotto**, Mestre em Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP
- Técnica: **Tomás Antonio Moreira**, Ph.D. em Estudos Urbanos/Université du Québec à Montréal

EQUIPE

- Jurídico: **Bruno Meirinho**, advogado mestrando em Geografia UFPR
- Finanças públicas: **Artur Coelho**, Mestre em Des. Econômico UFPR
- Metodologia participativa e dimensão social: **Ramon José Gusso**, sociólogo mestrando em Sociologia-Política/UFSC
- Urbanismo e Geoprocessamento: **Alexandre Pedrozo**, arquiteto especialista em Gestão do Solo Urbano/Lincoln Institute
- Ambiental: **Josias Rickli Neto**, biólogo mestrando IPPUR/UFRJ

CONSULTORES

- Mobilidade: **Alan Cannell**, Mestre em Transportes, University of Leeds/UK
- Infraestrutura: **Juliana Seixas Pilotto**, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental/UFPR
- Demografia: **Cássio Freitas Almeida**, Mestre em Estatística/UFRJ

Perspectivas para implementação dos Planos Diretores

PERSPECTIVAS

- Resultados urbanísticos de normas jurídicas
- Autoaplicabilidade das regras do Plano Diretor
 - Regulamentação de instrumentos
 - Controle e gestão urbanos efetivos
- Orientação da paisagem urbana
- Uso eficiente da infraestrutura e dos serviços
- Recuperação de valores

PERSPECTIVAS

- Paisagem urbana - escalas de controle



Parcelamento e ocupação

Usos e atividades



Estrutura geral do PLANO DE TRABALHO para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos

PLANO DE TRABALHO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

- Objeto: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos
- Duração: 8 meses
- 4 etapas:
 - Planejamento;
 - Análise da Situação Atual;
 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a revisão;
 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do PD.

CRONOGRAMA GERAL

ETAPAS E PRODUTOS	2011				2012				
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento									
PRODUTOS - Plano de Trabalho									
ETAPA 2 - Análise da situação atual									
PRODUTOS - Relatório de Análise da Situação Atual									
ETAPA 3 - Projeto de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão									
PRODUTOS - Relatório de cenários prospectivos e propostas para a revisão do Plano Diretor de Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo									
ETAPA 4 - Elaboração de Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor									
PRODUTOS - Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica									

Atividades	2011				2012				
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 – Planejamento									
Atividade 1 – Construção da Coordenação Geral.									
Atividade 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.									
Atividade 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.									
Atividade 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.									
Atividade 5 – Realização Pública e Consolidação dos Dados e materiais coletados no município.									
Atividade 6 – Avaliação do conteúdo da implementação da Lei do Plano Diretor.									
Atividade 7 – Consolidação do Plano de Trabalho junto a Coordenação									
PRODUTO 01 – Plano de Trabalho									
ETAPA 2 – Análise da situação atual									
Atividade 8 – Labora Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.									
Atividade 9 – Labora dos Marcos Jurídicos									
Atividade 10 – Labora comunitária									
Atividade 11 – Sistematização das Laboras Técnica e Comunitária									
Atividade 12 – Distribuição pública dos resultados das Laboras Técnica e Comunitária.									
PRODUTO 02 – Relatório de Análise da Situação Atual									
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão									
Atividade 13 – Construção de cenários futuros									
Atividade 14 – Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal									
Atividade 15 – Divulgação pública e apresentação das propostas para a revisão									
PRODUTO 03 – Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Diretrizes Fundamentais do Selo									
ETAPA 4 – Elaboração da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.									
Atividade 16 – Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD.									
Atividade 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.									
Atividade 18 – Realização de Audiência Pública									
Atividade 19 – Finalização da minuta de Lei.									
Atividade 20 – Elaboração do Relatório de Memória Técnica									
PRODUTO 04 – Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica									



ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

INSTÂNCIAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

- Coordenação Geral (CG)
- Grupo Técnico Permanente (GTP)
- Conselhos Municipais
- Comissão de Acompanhamento (CA)
- Audiências Públicas
- Oficinas

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

COORDENAÇÃO GERAL

- Gestão Técnica e Política
- Acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar do processo participativo;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

- disponibilizar informações e documentos;
- acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar atores internos
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- aprovar os produtos.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

CONSELHEIROS MUNICIPAIS

- disponibilizar informações e documentos;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Delegados eleitos nas oficinas por segmentos e territoriais, com papel de:

- disponibilizar informações e documentos;
- publicar agendas do PD para sociedade;
- mobilizar atores internos e externos à prefeitura para participar da revisão do PD;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- participar dos espaços de deliberação e devolutivas.

ETAPAS - PROCESSO PARTICIPATIVO

OFICINAS PÚBLICAS

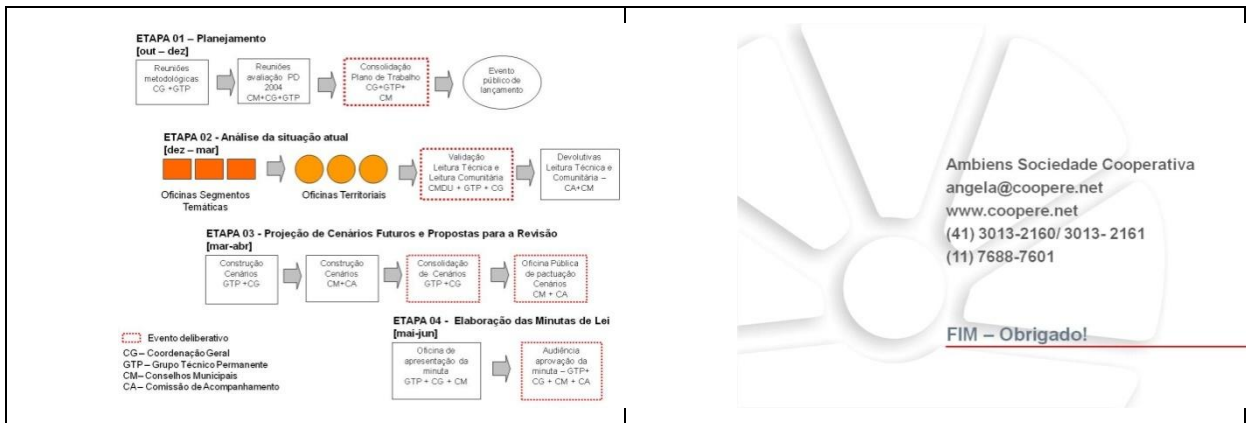
- Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo.

OFICINAS PÚBLICAS DE CONSOLIDAÇÃO

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo;

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo



Ambiens Sociedade Cooperativa
 angela@coopere.net
 www.coopere.net
 (41) 3013-2160/ 3013- 2161
 (11) 7688-7601

FIM - Obrigado!

Fonte: produzidos por Ambiens Cooperativa

8.4.5.4. Lista de presença



revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 01_PLANEJAMENTO

Reunião Técnica 01
Início das atividades para Revisão do Plano Diretor
Sexta-feira | 21.10

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
RAMON JOSÉ GUSO	AMBIENS	41-3013-2161	RAMON@COOPERE.NET
ANGELA SEIXAS PILOTTO	"	11-7688-7601	ANGELA@COOPERE.NET
BRUNO CESAR DESCHAMPS MEIRINHO	"	41-3013-2160	BRUNO@COOPERE.NET
KÁTIA AYUMI TANI	SDU	11-2453-6730	katatani@guarulhos.sp.gov.br
GUILHERME BAGATTINI	SM	11-2441-4661	guilhermebagattini@guarulhos.sp.gov.br
Renata Paula Lucas	SH	11-2088-5609	rpluka@yahoo.com.br
Maria Helena R. Beirão	SSP	11-24667209	mariazibeiro@guarulhos.sp.gov.br
Luciana Marques de Sá Cordeiro	Obras	11-2475-9917	lucianamsc@terra.com.br
CLAUDIO AFFILI	STT	11-24026204	CLAUDIOAFFILI@GUARULHOS.SP.GOV.BR
MARCOA TEIXEIRA DA SILVA	SH	11-20885621	stamp203@hotmail.com
RICARDO ZARZONA	SDU	11-24536711	RZARZONA@GMAIL.COM
Maria Ribena Rosa	SDU 01	11-24536739	mariaarosa@guarulhos.sp.gov.br
Suely Akemi Fujiwara Siro	SDU	11-24536720	SUELYAKEMI@GUARULHOS.SP.GOV.BR
Renata Perez	SDU	11-24536726	renata.perez@guarulhos.sp.gov.br
Sandra Martinez Lopez	SDU 01	11-24536719	martinezs@ig.com.br
ELAUCIA VARANDAS	SDU 01	11-24536706	glaudivarandas@guarulhos.sp.gov.br
Aparecida de Fátima P. Sanchez	SDU 01	11-24536719	fatima.pereira@guarulhos.sp.gov.br
ANDREA STRACIA	SH - PMG	2088-5601	andrea.stracia@gmail.com
Luiz Carlos Garcia	SH	2088-5610	garcia@pop.com.br
Márcia Maria da Silva Chievello	SH	2088-5610	marciameia.chievello@terra.com.br
MARCIA CORDEIRO DE ANDRADE	SH	2088-5615	CORDEIRO.MARCIA@IG.COM.BR
Jefferson Chagas	FUNEARIA	2087-6820	jefferson.guarulhos@gmail.com

8.4.6. Reunião CMDU – 03 de novembro de 2011

8.4.6.1. Ata

A equipe da Ambiens participou da reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano no dia 03 de novembro de 2011 com objetivo de apresentar a empresa, a estrutura do plano de trabalho e dos eventos participativos programados. Após a apresentação os membros do CMDU fizeram suas considerações com relação ao conteúdo apresentado. A descrição completa encontra-se na ata da reunião ordinária.


8.4.6.2. Fotos





Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

8.4.6.3. Apresentação de slides Power Point

<p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p>  <p>ambiens cooperativo</p>	<p>ETAPA 01 PLANEJAMENTO REUNIÃO CMDU 03.11.2011</p>
<p>CONTEÚDO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA;2. Estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos;3. Proposta Preliminar para o Processo Participativo;4. Perspectivas para revisão do Plano Diretor: questões para debate	<p>Apresentação da AMBIENS COOPERATIVA</p>
<p>AMBIENS APRESENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Fundação: no ano 2000 na cidade de Curitiba.▪ Adotou o cooperativismo como perspectiva de organização por defender relações de trabalho democráticas, emancipatórias, criativas e enraizadas em uma ética socializante.▪ Atua no Planejamento e organização do ambiente urbano e rural, desenvolvendo atividades de execução e monitoramento de projetos, pesquisa, educação e desenvolvimento institucional.▪ Equipe multidisciplinar: arquiteto urbanista, agrônomo, engenheiro civil, psicólogo, advogado, turismólogo, cartógrafo, biólogo, sociólogo, economista.	<p>AMBIENS ÁREAS DE ATUAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planejamento Urbano▪ Planejamento do Turismo▪ Planejamento Rural▪ Patrimônio Histórico e Cultural▪ Habitação▪ Regularização Fundiária▪ Atividades de Pesquisa e Extensão▪ Capacitação e Desenvolvimento▪ Seminários▪ Conferências das Cidades▪ Jogos Didáticos
<p>PLANEJAMENTO URBANO</p> <p>Planos Diretores em Regiões Metropolitanas</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Plano Diretor de Viamão (RS)▪ Plano Diretor de Pêruibe (SP)▪ Plano Diretor de Quatro Barras (PR)▪ Plano Diretor de Maringá (PR) <p>Planos Diretores</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Plano Diretor de Cambará do Sul (RS)▪ Plano Diretor de São José dos Ausentes (RS)▪ Plano Diretor de Guaíra (PR)▪ Revisão e Atualização do P. D. de Paranavaí (PR)▪ Plano Diretor de Quedas do Iguaçu (PR)▪ Plano Diretor de Castro (PR)▪ Plano Diretor de Paranavaí (PR)	<p>PLANEJAMENTO URBANO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado da Lapa (PR)▪ Consultoria na Análise, Avaliação e Elaboração de Parecer Técnico sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso (MS)▪ Estudos de viabilidade urbanística, legal e ambiental▪ Instrumentos de Política Urbana – Plano Diretor de Pinhais (PR)

PLANEJAMENTO DO TURISMO

- Avaliação Ambiental Estratégica AAE - Polo Costa do Delta e Polo das Origens (PI)
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS - Polo de Teresina (PI)
- Assessoria para Elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008-2020

Planos de Fortalecimento Institucional

- Plano de Fortalecimento Institucional – Teresina (PI)
- Plano de Fortalecimento Institucional – Pomerode (SC)
- Plano de Fortalecimento Institucional – Guaira (PR)
- Plano de Fortalecimento da Gestão Pública – Blumenau (SC)

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em âmbito estadual e metropolitano

- Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí
- Plano de Regularização Fundiária Sustentável de 11 Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)

Em âmbito municipal e local

- PLHIS – Balneário Camboriú (SC)
- Cadastro social e físico – São José dos Pinhas (PR)
- Regularização Fundiária – São José (SC)
- Regularização Fundiária e Urbanística Moradias Sabará – Curitiba (PR)
- Programa Habitar Brasil/BID – Londrina (PR)
- Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais Programa Habitar Brasil/BID – Colombo (PR)

PESQUISA E EXTENSÃO

- Avaliação dos Planos Diretores Participativos do Estado do Paraná – IPPUR/UFRJ
- Projeto de pesquisa em extensão universitária: Plano Diretor de Itaperuçu (PR)
- Projeto de Pesquisa dos Planos Diretores Região Metropolitana de Maringá (PR)
- Consultoria Técnica ao Senge/PR para Elaboração da série "Região Metropolitana em Debate"
- Instituto do Milênio - Observatório das Metrôpoles: Análise de Planos Diretores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Escola de Práticas Metropolitanas
- Banco de Experiências Plano Diretor Participativo – Ministério das Cidades
- Pesquisa Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC – Instituto Polis

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- Curso Gestão Urbana para técnicos do IPGUL - Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda
- Assessoria para realização da Oficina Participativa no Workshop Baixa de Luanda - Princípios e Diretrizes para a Preservação da Memória e o Desenvolvimento Urbano - Luanda/Angola
- Capacitação Técnica no Processo de Elaboração do Plano Diretor Participativo de Criciúma (SC)
- Detalhamento e Implementação de Programa de Capacitação de Servidores Municipais nas Áreas de Planejamento e Gestão Urbano-Ambiental e Habitacional de Municípios – Itabuna (BA)
- Elaboração de metodologia de participação comunitária – Belém (PA)
- Campanha Plano Diretor Participativo – 2005/2006
- Plano Territorial de Qualificação Profissional – PLANTEQ
- Curso de Capacitação Estatuto da Cidade Curitiba (PR)

SEMINÁRIOS

- Seminário Política e Planejamento - PPLA 2010
- Seminário Política e Planejamento - PPLA 2008
- Seminário Nacional Plano Diretor - Curitiba (PR) - 2005
- Seminário Nacional sobre Reforma Urbana e Estatuto da Cidade - Curitiba (PR) – 2002
- Seminário e Workshop Caminhos da Sustentabilidade Rural - 2001

CONFERÊNCIAS DAS CIDADES

- Organização e participação em diversas Conferências das Cidades: Curitiba, Araucária, Pinhão, Paranavai, Campo Largo (PR)
- Relatoria e sistematização de propostas da 4ª Conferência Estadual das Cidades – PR
- A Âmbiens tem conselheiros no:
 - Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA
 - Conselho Estadual das Cidades – Paraná
- Integra o Observatório de Políticas Públicas do Paraná (ligado ao Observatório das Metrôpoles)

JOGOS DIDÁTICOS

- Desenvolvimento dos jogos didáticos:
 - Jogo do Patrimônio Histórico – IPHAN-PR
 - Jogo do Direito à Cidade



- Realização de atividades de capacitação técnica para aplicação dos jogos para gestores municipais, profissionais da área, estudantes, pesquisadores e movimentos sociais

EQUIPE TÉCNICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

COORDENAÇÃO GERAL

Coord. Executiva: **Angela Pilotto**, Mestre em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP

Coord. Técnica: **Tomás Antonio Moreira**, Ph.D. em Estudos Urbanos Université du Québec à Montréal

Jurídico: **Bruno Meirinho**, advogado mestrando em Geografia UFPR

Finanças públicas: **Artur Coelho**, Mestre em Des. Econômico UFPR

EQUIPE

Metodologia participativa e dimensão social: **Ramon José Gusso**, sociólogo mestrando em Sociologia-Política/UFSC

Urbanismo e Geoprocessamento: **Alexandre Pedrozo**, arquiteto especialista em Gestão do Solo Urbano Lincoln Institute e

Fernando Boari, arquiteto

Ambiental: **Josias Rickli Neto**, biólogo mestrando IPPUR/UFRJ

Mobilidade: **Alan Cannell**, Mestre em Transportes, University of Leeds UK

CONSULTORES

Infraestrutura: **Juliana Seixas Pilotto**, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental UFPR

Demografia: **Cássio Freitas Almeida**, Mestre em Estatística UFRJ

Estrutura geral do PLANO DE TRABALHO para Revisão do Plano Diretor de Guarulhos

PLANO DE TRABALHO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

- Objeto: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos
- Duração: 8 meses
- 4 etapas:
 - Planejamento;
 - Análise da Situação Atual;
 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a revisão;
 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do PD.

CRONOGRAMA GERAL

ETAPAS E PRODUTOS	2011			2012		
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR
ETAPA 1 - Planejamento						
PRODUTO 1 - Plano de Trabalho						
ETAPA 2 - Análise da situação atual						
PRODUTO 2 - Análise da Situação Atual						
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão						
PRODUTO 3 - Relatório de Análise da Situação Atual e propostas para a Revisão do Plano Diretor e de Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo						
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor						
PRODUTO 4 - Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica						

Atividades	2011			2012		
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR
ETAPA 1 - Planejamento						
Atividade 1 - Constituição da Coordenação Geral						
Atividade 2 - Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.						
Atividade 3 - Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a revisão do Plano Diretor.						
Atividade 4 - Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nos esforços por FOGAR/AR.						
Atividade 5 - Análise prévia e conciliação dos Dados e materiais existentes no município.						
Atividade 6 - Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.						
Atividade 7 - Constituição do Plano de Trabalho junto à Coordenação						
PRODUTO 1 - Plano de Trabalho						
ETAPA 2 - Análise da situação atual						
Atividade 8 - Leitura Técnica, Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.						
Atividade 9 - Leitura dos Marcos Jurídicos						
Atividade 10 - Leitura comunitária						
Atividade 11 - Sistematização das leituras Técnica e Comunitária						
Atividade 12 - Securitização pública dos resultados das leituras Técnica e Comunitária.						
PRODUTO 2 - Relatório de Análise da situação atual						
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão						
Atividade 13 - Construção de cenários futuros						
Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal						
Atividade 15 - Divulgação pública e pacificação das propostas para a revisão						
PRODUTO 3 - Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e de Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo						
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor						
Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD.						
Atividade 17 - Consolidação da minuta elaborada na atividade 16.						
Atividade 18 - Realização de audiência pública.						
Atividade 19 - Finalização da minuta de Lei.						
Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.						
PRODUTO 4 - Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica						

Proposta Preliminar para o PROCESSO PARTICIPATIVO

PROCESSO PARTICIPATIVO

INSTÂNCIAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

- Coordenação Geral (CG)
- Grupo Técnico Permanente (GTP)
- Conselhos Municipais
- Comissão de Acompanhamento (CA)
- Audiências Públicas
- Oficinas

ETAPA 01 - Planejamento

[out - dez]



ETAPA 02 - Análise da situação atual

[dez - mar]



Comissão de Acompanhamento - CA

ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

[mar-abr]



Evento deliberativo

CG - Coordenação Geral

GTP - Grupo Técnico Permanente

CMU - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

CA - Comissão de Acompanhamento

ETAPA 04 - Elaboração das Minutas de Lei

[mai-jun]



PROCESSO PARTICIPATIVO

COORDENAÇÃO GERAL

- Gestão Técnica e Política
- Acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar do processo participativo;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido

PROCESSO PARTICIPATIVO

GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

- disponibilizar informações e documentos;
- acompanhar todas as etapas do Plano;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar atores internos
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- aprovar os produtos.

PROCESSO PARTICIPATIVO

CMDU

- disponibilizar informações e documentos;
- participar reuniões técnicas e eventos participativos;
- mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

PROCESSO PARTICIPATIVO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Delegados eleitos nas oficinas por segmentos e territoriais, com papel de:

- disponibilizar informações e documentos;
- publicar agendas do PD para sociedade;
- mobilizar atores para participar da revisão do PD;
- avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- participar dos espaços de deliberação e devolutivas.

PROCESSO PARTICIPATIVO

OFICINAS PÚBLICAS

- Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo.

OFICINAS PÚBLICAS DE CONSOLIDAÇÃO

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo;

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo

Perspectivas para revisão do
Plano Diretor

Perspectivas para revisão do
Plano Diretor

Angela Pilotto
Ambiens Sociedade Cooperativa
angela@coopere.net
www.coopere.net
(41) 3013-2160/ 3013- 2161
(11) 7688-7601

FIM – Obrigado!

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

CONTEÚDO/ATIVIDADES

- Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma;
- Apresentação dos eixos estratégicos e síntese das leituras Técnico e Comunitária;
- Apresentação metodologia construção de cenários e pré-cenários;
- Oficina para Construção de Cenários.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

MÉTODOS E FERRAMENTAS

- Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma, eixos estratégicos e síntese das leituras técnica e comunitária - cartilha para consulta - e metodologia construção de cenários, quadro de pré-cenários);
- Construção de cenários. Divisão por grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização nos subgrupos acerca dos possíveis cenários, propostas de intervenção (legislação, programas e macrozoneamento) e produção de justificativas; Produção de debate nos subgrupos a partir de questões problemas, localizando (sempre que possível) as questões levantadas no mapa do Município

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

MÉTODOS E FERRAMENTAS

- Apresentação das questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes, levantando apontamentos e questões conflituosas em tarjetas síntese do teor do debate;
- Debate e encaminhamentos.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

- ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão;
- DATA: abril de 2012
- OBJETIVO: Aprovação das propostas de alteração da Lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento;
- PÚBLICO ALVO: Comissão de Acompanhamento e CMDU
- CARÁTER: deliberativo
- DURAÇÃO: 4 horas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

CONTEÚDO/ATIVIDADES

- Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma;
 - Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento;
 - Pactuar cenários.
- #### MÉTODOS E FERRAMENTAS
- Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma);
 - Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

MÉTODOS E FERRAMENTAS

- Pactuação dos Cenários (divisão em grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de revisão do Plano, instrumentos e macrozoneamento; produção de justificativas para Modificação das propostas;
- Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos;
- Debate em plenária sobre as propostas de modificação. Não havendo propostas de exclusão ou modificação o texto estará automaticamente validado.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- ETAPA 04 -Elaboração da Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;
- DATA: maio de 2012
- OBJETIVO: Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;
- PÚBLICO ALVO: Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, Grupo Intersecretarial
- CARÁTER: deliberativo
- DURAÇÃO: 8 horas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS










AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

CONTEÚDO/ATIVIDADES

- Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas, síntese dos resultados do processo participativo;
 - Apresentação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor
 - Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor
- #### MÉTODOS E FERRAMENTAS
- Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas, histórico da participação no processo de revisão);
 - Apresentação do projeto de revisão do Plano Diretor – acompanhamento em texto base;



<p style="text-align: center;">AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pactuação do projeto de revisão do Plano Diretor (divisão em grupos por interesses (blocos de capítulos); realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de alteração da minuta; produção de justificativas para Exclusão, Modificação e Inclusão de propostas; ▪ Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos; ▪ Debate em plenária sobre as propostas. Não havendo propostas de exclusão, modificação e inclusão o texto estará automaticamente validado <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS/AUDIÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições para a realização da reunião: infraestrutura; localização, local, data, período (manhã, tarde, noite), duração da reunião, foi adequado ou não; ▪ Participação: número de participantes (quantos do poder público e da sociedade civil); segmentos que participaram; houve esvaziamento da reunião, se sim quais os prováveis motivos; a prefeitura estava envolvida no processo, a divulgação foi adequada; ▪ Metodologia: a metodologia proposta atingiu o seu objetivo; foi de fácil compreensão para o grupo; a pauta foi seguida; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS/AUDIÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Debates: houve debates entre os segmentos presentes, o debate foi polarizado por algum(s) segmento (s); houve estímulo ou negativas a participação (fala) das pessoas; se algum (s) segmento (s) teve sua fala privilegiada e legitimada em detrimento de outros; quais grupos pautaram e definiram decisões da reunião; o evento produziu os resultados esperados; houve denunciismo (acusação a prefeitura de não fazer/fazer determinadas coisas, caso sim, como isto foi contornado), principais temas que foram discutidos na reunião e quais foram mais polemizados; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Técnica e Política ▪ Acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ participar do processo participativo; ▪ mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura; ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <p>GRUPO TÉCNICO PERMANENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ disponibilizar informações e documentos; ▪ acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ participar reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ mobilizar atores internos ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido; ▪ aprovar os produtos. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <p>CMDU</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ disponibilizar informações e documentos; ▪ participar reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura; ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;"> Ambiens Sociedade Cooperativa ambiens@coopere.net www.coopere.net (41) 3013-2160/ 3013- 2161 </p> <p style="text-align: center;">FIM – Obrigado!</p> <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	

Fonte: elaborados por Ambiens Cooperativa.

8.4.7. Reunião técnica – 29 de novembro de 2011: Planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo.

8.4.7.1. Ata

No dia vinte e nove de novembro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e membros do Grupo de Trabalho Permanente – CTP. Esta reunião teve como objetivo debater o planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo. A estrutura da reunião abordou as seguintes questões:

- I. Definição de atividade para Identificação de atores sociais;
- II. Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária;
- III. Definição de estratégias de mobilização e Elaboração do Plano de Comunicação;
- IV. Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas.

A partir da apresentação desses tópicos foram realizados diversos apontamentos e ajustes em relação ao planejamento preliminar das atividades. As questões e alterações seguem descritas abaixo:

Questões gerais:

- Álvaro Antonio Garruzi e Plínio Soares Santos apontam que ainda há Indefinição quanto à realização do evento de abertura, sendo análises outras possibilidades para a definição da melhor data.
- Realização das oficinas de segmentos e territórios a partir da segunda quinzena de janeiro até a primeira semana de fevereiro.
- Melhorar a resolução do fluxograma.
- Definição da hierarquia entre as instâncias: CG - GTP – GTI.

Identificação de atores sociais:

- Deixar clara qual a definição de atores sociais para o processo participativo.
- A partir da lista de organizações envolvidas no PD 2004, não se consegue qualificar se a participação foi efetiva ou não.
- Na listagem não apareceram as entidades religiosas nem como se deu a participação da Câmara?
- Modificar questionário – alteração sugerida: quais as organizações que você considera atuantes nas temáticas vinculadas a política urbana e Plano Diretor em Guarulhos? De que forma essas organizações participam e influenciam na orientação de políticas urbanas ou projetos para o município?

Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária;

Leitura Comunitária

Alteração da estrutura de reuniões para leitura comunitária – alteração proposta:

Oficinas por Segmentos:

- Empresários (industriais e comerciais)

- Entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs;
- Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores;
- Vereadores;
- Conselheiros vinculados à política urbana e ao Orçamento Participativo.

Oficinas por Território: Unidades de Planejamento Regional (UPR)

- Centro e Vila Galvão;
- Taboão;
- São João;
- Bonsucesso;
- Cumbica;
- Pimentas;
- Cabuçu e Tanque Grande;
- Capelinha e Jaguari.

Definição de estratégias de mobilização e Elaboração do Plano de Comunicação:

- Houve um conversa preliminar com a secretaria de comunicação, será agendada uma nova reunião para estruturar a participação da secretaria no processo de revisão do Plano.
- Incluir link do Plano Direto junto à página da prefeitura, não foi definido prazo para estar no ar.
- Criar perfil do plano nas redes sociais virtuais, como título próximo a “Guarulhos 2022” [exemplo do São Paulo 2040] ou algo assemelhado, que não divulgue informações só sobre a revisão do Plano Diretor, mas sim um debate sobre a cidade. Isto será definido junto com a Secretaria de Comunicação.

Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas;

- Produzir textos bases para serem divulgados junto às mídias.

Oficina do plano de trabalho - 06 DE DEZEMBRO

- Incluir devolutiva da avaliação.
- Pela manhã será agendada reunião interna sobre o plano de comunicação.

Evento de lançamento

- Definir o tamanho do evento?
- Convidar toda população ou só os segmentos?
- Tirar a aplicação do questionário do “bola de neve”. Já vai estar definido os grupos os atores que participarão das reuniões por segmentos;
- A definir – tamanho (no mínimo as organizações listadas no “bola de nove” – 150 a 200 pessoas – territoriais: lideranças do OP, CGSaude e CGCras) e data;

Leitura comunitária

- Oficinas por segmentos serão realizadas durante o período do dia, de preferência pela manhã;
- Produzir convites direcionados para as organizações.
- Oficinas por Território serão realizadas durante a noite de segunda a quinta e aos sábados no período da manhã.
- Convite aberto à sociedade.
- Deve se cuidar para não levar a discussão só para o bairro e perder a visão do município.
- Começar com uma problematização dos últimos 10 anos, desde o Plano Diretor, evidenciando o processo de planejamento e as transformações recentes.
- Fazer sempre previa da metodologia com a prefeitura.
- Definição da comissão de acompanhamento comum papel de acompanhamento e não de deliberação, com a função de articulação com as bases, realizando devolutivas sobre o processo.
- De cada oficina um representante será apontado;
- Oficinas de Leitura Comunitária iniciam em 23 de janeiro e vão até 04 fevereiro.
- Definir data para as oficinas técnicas internas.
- Devolutiva leitura - Plínio apresenta dúvida com relação aos Eixos Estratégicos.
- A prefeitura precisa ter uma fala comum com relação a manutenção ou não dos eixos.
- Não usar “validação”, mas pactuação dos Eixos Estratégicos.
- A pergunta sobre os eixos não é a principal. A principal é a devolutiva e a partir dela ve se os eixos continuam fazendo sentido.
- Tira votação dos eixos.
- Verificar o melhor momento para pactuação dos Eixos Estratégicos.

Construção de cenários

- Produção de cartilha da leitura da realidade, produção no começo da Etapa 2.
- Aumentar tempo de debate e reduzir tempo de fala expositiva.
- Viabilizar material para subsidiar a construção de propostas.

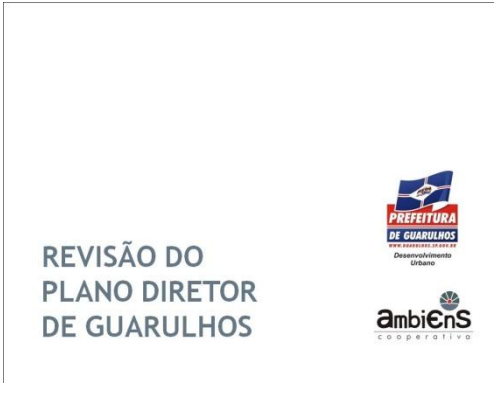
Pactuação de cenários

- Já definir o novo macrozoneamento.
- Rever o caráter deliberativo do CA e CMDU.

Audiência

- Possibilidade de juntar a audiência com a conferência das cidades.
- Possibilidade de realização da audiência para um período posterior as eleições municipais.
- Fazer debate a partir dos pontos de revisão.
- Indefinição quanto à data da audiência.

8.4.7.2. Apresentação de slides Power Point



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

ETAPA 01 | PLANEJAMENTO

Atividade 04

29.11.2011

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

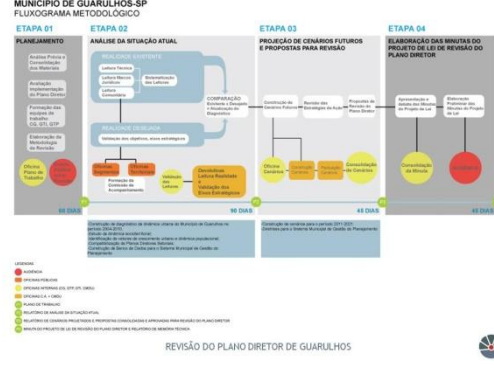
CONTEÚDO

Planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo

1. Identificação de atores sociais;
2. Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária;
3. Definição de estratégias de mobilização e elaboração do Plano de Comunicação;
4. Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS-SP FLUXOGRAMA METODOLÓGICO



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

IDENTIFICAÇÃO DE ATORES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

IDENTIFICAÇÃO DE ATORES

- Resgate da memória do processo participativo do Plano Diretor de 2004, a fim de identificar os atores e segmentos que estiveram envolvidos na elaboração do Plano;
- Aplicação de Questionários com técnicos da SDU e membros do CMDU;
- Produção de listas de atores e instituições por meio da metodologia "bola de neve".

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

Lista de Organizações Envolvidas no Plano Diretor de 2004

PODER PÚBLICO	Coordenadoria de Ação Local	Secretaria de Planejamento	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Habitação	Comissão Municipal de Saúde	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
ASSOCIAÇÕES	Lions Clube e Rotary Club	Associação de Empresários da Av. Andréia Dias - ASSEIAG	Associação dos Comerciantes Industriais de Guarulhos - ACIG	Maçonaria	Associação Guarulhera de Administradores e Controladores de Imóveis	Associação dos Senhores e Aproprietários do Itaipava
CONSELHOS	Conselho Municipal de Políticas de Cultura e Assistência Social	Conselho Municipal de Saúde	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Conselho Municipal de Turismo	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico	
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	Pres. Dutra, Cid. Jd. Curitiba, São João e Laranjeira	Cid. Satélite, Jd. Curitiba, Ponte Alta e Bonsucesso	V. Augusta, Tranquilidade, V. Galvão, Bom Clima, Centro e Bela Vista	Taboão, Rocio São Jorge, Jd. Adriana, Coxas e Telóio	Água Chata, Pimentas I, II e III	
PROFISSIONAIS	CREA	OAB	CRECI - Conselho Regional de Construtores de Imóveis	Assoc. Eng. Arquitetos e Agrônomos de Guarulhos - ASSEAG		
MOVIMENTOS SOCIAIS	Movimento Luta por Moradia - MLM	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST	Movimento de Moradia Paulo Carim	Comunidade negra		
SINDICATOS	CUT	Força Sindical	Sindicato dos Construtores de Imóveis do Estado de São Paulo			
SETOR ACADÊMICO	Faculdades Integradas de Guarulhos - FIO	Faculdades de Guarulhos				
ONGs	Agência - Agência de Desenvolvimento e Inovação - OSCIP					

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

- Quais as organizações que você considera mais atuantes nas temáticas vinculadas ao Plano Diretor em Guarulhos?
- De que forma essas organizações participam e influenciam na orientação de políticas urbanas ou projetos para o Município?
- Liste outras organizações relevantes que devem ser mobilizadas para o processo participativo da revisão do Plano Diretor

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária

- Oficinas por Segmentos: (i) empresários; (ii) entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; (iii) movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; (iv) Vereadores; (v) Conselheiros vinculados à política urbana e ao Orçamento Participativo.
- Oficinas por Território: Unidades de Planejamento Regional (UPR) - Centro; Vila Galvão; Taboão; São João; Bonsucesso; Cumbica; Pimentas; Cabuçu; Tanque Grande; Capelinha, e Jaguari.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Divulgar datas, locais e pautas dos eventos em Edital (nota pública, diário oficial, página principal prefeitura), com no mínimo 15 dias de antecedência, conforme resolução nº 25 do Ministério das Cidades e Conselho Nacional das Cidades;
- Criar um canal de comunicação por meio da internet (página prefeitura, facebook e/ou twitter), para a disponibilização de cronogramas de atividades, notícias sobre a realização de eventos (locais e horários dos eventos, fotos e síntese dos debates), divulgação de dados e informações produzidas para o Plano Diretor, relatórios e produtos;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Divulgar datas, locais e pautas dos eventos por meio de cartas (e-mails) direcionadas para organizações, segmentos sociais, imprensa e atores sociais relevantes, com no mínimo 15 dias de antecedência;
- Produzir cartazes divulgando datas, locais e pautas dos eventos, disponibilizados em locais de grande circulação de pessoas, tais como equipamentos públicos, transporte coletivo, associações comunitárias, universidades, supermercados etc, sobretudo para os eventos de lançamento, oficinas territoriais e audiência da minuta de lei do Plano Diretor;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Produzir faixas ou banner indicando o local e a data do evento;
- Produzir outdoor para divulgar o evento de encerramento do Plano;
- Inserir pautas sobre o Plano Diretor em rádios e jornais locais, informando o andamento do processo;
- Publicar informativo (meio impresso) divulgando o andamento do Plano, bem como seu cronograma, locais e pautas dos eventos participativos;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Disponibilizar cópias dos produtos, dados e informações produzidas para o Plano Diretor, relatórios por meio digital ou impresso para membros dos CMDU, C.A e segmentos interessados.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- METAS**
- elaboração de no mínimo () canais de comunicação (internet);
 - produção de listagem (mailing) das entidades que serão enviados os convites;
 - Produção de () cartazes por evento;
 - Produção de () faixas e banners;
 - Produção de () outdoor, localizados nas regiões () da cidade;
 - Inserção de () vezes nas rádios () e nos jornais ();
 - elaboração de () informativos por etapa; produzir () cópias.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

- Constituem-se em atividades de publicização e convencimentos acerca da importância da participação de atores no processo de revisão do Plano Diretor. Tais atores após serem convencidos poderão mobilizar e informar outros atores da rede da sociedade civil

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

- Identificar atores-chave, capazes de replicar as informações e conteúdos produzidos pelo Plano;
- enviar cartas (e-mail e meio impresso) para os atores identificados, informando sobre a revisão, bem como convidá-los para a participarem dos eventos participativos;
- A realização de telefonemas para atores-chave, buscando informá-los acerca do processo participativo;
- A realização de reuniões (conversas) com atores-chave no intuito de sensibilizá-los acerca do processo.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

ETAPA 01 – Planejamento

- DATA: dezembro
- OBJETIVO: Aprovar o Plano de Trabalho
- PÚBLICO ALVO: Coordenação Geral, Grupo Técnico Permanente, Grupo Técnico, CMDU Intersecretarial,
- CARÁTER: Propositivo/Deliberativo
- DURAÇÃO: 3 horas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

CONTEÚDOS E ATIVIDADES

- Etapas do processo de revisão do Plano Diretor – Termo de Referência;
- Metodologia geral para o processo de revisão do Plano, contendo o fluxograma das etapas e atividades;
- Metodologia do processo participativo, incluindo as estratégias de comunicação e mobilização de atores da sociedade civil.

MÉTODOS E FERRAMENTAS

- Exposições sobre as etapas do processo de revisão do Plano Diretor e sua metodologia e Metodologia processo participativo;
- Debate, proposições e encaminhamentos

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

ETAPA 01 – PLANEJAMENTO

- DATA: dezembro de 2011
- OBJETIVO: Publicizar o Processo de Revisão do Plano Diretor; mobilizar atores para participação do Plano;
- PÚBLICO ALVO: Aberto à Sociedade
- CARÁTER: Consultivo
- DURAÇÃO: 3 horas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

CONTEÚDO/ATIVIDADES

- Exposição sobre o processo de elaboração do PD 2004; Apresentar os Princípios e Diretrizes do Plano, indicar os desdobramentos e resultados do PD 2004;
- Os limites da atuação do plano em relação ao contexto de Guarulhos 2011/12;
- Contextualizar o atual momento de revisão do Plano (apresentação dados, grandes projetos de intervenção em Guarulhos, dinâmica urbano-metropolitana - desafios e a importância do processo de revisão);
- Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma; equipe prefeitura, equipe Ambiens
- Levantar grupos para participar, temáticas específicas que o PD irá abordar e apresentar limite do Plano.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

MÉTODOS E FERRAMENTAS

- Falas expositivas (apresentação síntese do Plano de 2004 e seus limites; contexto atual sobre política urbana e a inserção de Guarulhos; apresentação da equipe e da metodologia de revisão do Plano Diretor, importância processo de revisão);
- Aplicação de questionário sobre a indicação de atores;
- Debate Público com objetivo de levantar questões, críticas e sugestões acerca da metodologia e temáticas específicas sobre o limite de intervenção do Plano.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS











LEITURA COMUNITÁRIA









ETAPA 02 – Análise da Situação Atual







- DATA: dezembro (segmento) e janeiro (território)
- OBJETIVO: realizar leitura da realidade comunitário por meio de oficinas regionais e por segmentos sociais; retirar representantes das oficinas que irão formar a Comissão de Acompanhamento (C.A) da Revisão do Plano Diretor.
- PÚBLICO ALVO: empresários; entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; Vereadores; Conselheiros; moradores das 11 Unidades de Planejamento Regional (UPR)
- CARÁTER: Consultivo
- DURAÇÃO: 3 horas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <p>CONTEÚDO E ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma; ▪ Produção de leitura da realidade da dinâmica urbana de Guarulhos entre 2004-2011; ▪ Levantamento de propostas e demandas; ▪ Eleger a Comissão de Acompanhamento. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma); ▪ Divisão de grupos por eixos temáticos (número de grupos de acordo com o número de participantes em cada oficina), para a produção de mapas participativos, a partir de questões-problema sobre as mudanças no espaço urbano desde 2004, buscando localizar (sempre que possível) as questões levantadas no mapa do Município. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação das questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes, levantando apontamentos e questões conflituosas em tarjetas síntese do teor do debate; ▪ Debate (Levantar questões, críticas, pontos de vistas diferentes sobre uma mesma problemática, pactuação da leitura comunitária). ▪ Eleição do membro da comissão de acompanhamento. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <p>COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Um (01) representante de cada UPR; ▪ Um (01) representante de todos os segmentos: vereadores; empresários; entidades profissionais e acadêmicas; ONGs; Movimentos Sociais; Sindicatos; Conselhos. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">DEVOLUTIVAS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA</p> <p>ETAPA 02 – Análise da Situação Atual</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ DATA: março 2012 ▪ OBJETIVO: Apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica; validação dos Eixos Estratégicos ▪ PÚBLICO ALVO: CMDU e Comissão de Acompanhamento ▪ CARÁTER: Deliberativo ▪ DURAÇÃO: 4 horas <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">DEVOLUTIVAS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA</p> <p>CONTEÚDO/ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a metodologia do processo participativo, etapas e cronograma; ▪ Apresentação do quadro síntese das leituras Técnica, Jurídica e Comunitária; ▪ Debate (Levantar questões, críticas, pactuação da leitura comunitária e dos eixos estratégicos). <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma e eixos estratégicos); ▪ Apresentação do quadro Síntese das Leituras Técnica, Jurídica e Comunitária; ▪ Debate sobre o quadro síntese das Leituras Técnica, Jurídica e Comunitária; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">DEVOLUTIVAS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Validação dos Eixos Estratégicos (divisão em grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização de debates nos subgrupos acerca das definições contidas nos eixos; produção de justificativas para a Exclusão, Modificação e Inclusão de novos eixos; ▪ Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos; votação em plenária das propostas, não havendo propostas de exclusão ou modificação os eixos estratégicos são automaticamente validados. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; ▪ DATA: abril de 2012 ▪ OBJETIVO: revisão das estratégias de ação a partir da apresentação de cenários futuros (2011-2021) e elaboração de propostas (de alteração da Lei e construção de instrumentos, diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento). ▪ PÚBLICO ALVO: Comissão de Acompanhamento e CM ▪ CARÁTER: Consultivo; ▪ DURAÇÃO: 4 horas <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 

<p style="text-align: center;">CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <p>CONTEÚDO/ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma; ▪ Apresentação dos eixos estratégicos e síntese das leituras Técnico e Comunitária; ▪ Apresentação metodologia construção de cenários e pré-cenários; ▪ Oficina para Construção de Cenários. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma, eixos estratégicos e síntese das leituras técnica e comunitária - cartilha para consulta- e metodologia construção de cenários, quadro de pré-cenários); ▪ Construção de cenários. Divisão por grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização nos subgrupos acerca dos possíveis cenários, propostas de intervenção (legislação, programas e macrozoneamento) e produção de justificativas; Produção de debate nos subgrupos a partir de questões problemas, localizando (sempre que possível) as questões levantadas no mapa do Município <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação das questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes, levantando apontamentos e questões conflituosas em tarjetas síntese do teor do debate; ▪ Debate e encaminhamentos. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; ▪ DATA: abril de 2012 ▪ OBJETIVO: Aprovação das propostas de alteração da Lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento; ▪ PÚBLICO ALVO: Comissão de Acompanhamento e CMDU ▪ CARÁTER: deliberativo ▪ DURAÇÃO: 4 horas <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <p>CONTEÚDO/ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas e cronograma; ▪ Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento; ▪ Pactuar cenários. <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas e cronograma); ▪ Apresentação das propostas de revisão, instrumentos e macrozoneamento; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS</p> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pactuação dos Cenários (divisão em grupos por interesse nas temáticas dos eixos estratégicos; realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de revisão do Plano, instrumentos e macrozoneamento; produção de justificativas para Modificação das propostas; ▪ Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos; ▪ Debate em plenária sobre as propostas de modificação. Não havendo propostas de exclusão ou modificação o texto estará automaticamente validado. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ETAPA 04 -Elaboração da Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor; ▪ DATA: maio de 2012 ▪ OBJETIVO: Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor; ▪ PÚBLICO ALVO: Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, Grupo Intersecretarial ▪ CARÁTER: deliberativo ▪ DURAÇÃO: 8 horas <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR</p> <p>CONTEÚDO/ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a metodologia do processo participativo; etapas, síntese dos resultados do processo participativo; ▪ Apresentação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor ▪ Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falas expositivas (apresentação da metodologia do processo participativo; etapas, histórico da participação no processo de revisão); ▪ Apresentação do projeto de revisão do Plano Diretor – acompanhamento em texto base; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 

<p style="text-align: center;">AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR</p> <hr/> <p>MÉTODOS E FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pactuação do projeto de revisão do Plano Diretor (divisão em grupos por interesses (blocos de capítulos); realização de debates nos subgrupos acerca das propostas de alteração da minuta; produção de justificativas para Exclusão, Modificação e Inclusão de propostas; ▪ Apresentação das discussões e propostas dos subgrupos; ▪ Debate em plenária sobre as propostas. Não havendo propostas de exclusão, modificação e inclusão o texto estará automaticamente validado <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS/AUDIÊNCIAS</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições para a realização da reunião: infraestrutura; localização, local, data, período (manhã, tarde, noite), duração da reunião, foi adequado ou não; ▪ Participação: número de participantes (quantos do poder público e da sociedade civil); segmentos que participaram; houve esvaziamento da reunião, se sim quais os prováveis motivos; a prefeitura estava envolvida no processo, a divulgação foi adequada; ▪ Metodologia: a metodologia proposta atingiu o seu objetivo; foi de fácil compreensão para o grupo; a pauta foi seguida; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS/AUDIÊNCIAS</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Debates: houve debates entre os segmentos presentes, o debate foi polarizado por algum(s) segmento (s); houve estímulo ou negativas a participação (fala) das pessoas; se algum (s) segmento (s) teve sua fala privilegiada e legitimada em detrimento de outros; quais grupos pautaram e definiram decisões da reunião; o evento produziu os resultados esperados; houve denunciismo (acusação a prefeitura de não fazer/fazer determinadas coisas, caso sim, como isto foi contornado), principais temas que foram discutidos na reunião e quais foram mais polemizados; <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <hr/> <p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Técnica e Política ▪ Acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ participar do processo participativo; ▪ mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura; ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 
<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <hr/> <p>GRUPO TÉCNICO PERMANENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ disponibilizar informações e documentos; ▪ acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ participar reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ mobilizar atores internos ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido; ▪ aprovar os produtos. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 	<p style="text-align: center;">PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <hr/> <p>CMDU</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ disponibilizar informações e documentos; ▪ participar reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura; ▪ avaliar e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;"><small>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</small></p> 

8.5. ATIVIDADE 5 - ANÁLISE PRÉVIA E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E MATERIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

A atividade 5 previa: (i) identificação das fontes de dados, das bases cartográficas, entre outros; (ii) levantamento dos Planos, Projetos e Estudos Setoriais existentes; e, (iii) verificação da consistência dos dados e materiais. Para realização desta atividade foi feita solicitação à SDU dos materiais necessários para análise²⁹. A partir dos materiais recebidos foi feita sistematização dos mesmos tendo em vista o reconhecimento, organização e análise, verificando a consistência de cada material.

Apresenta-se a seguir análise de cada um dos materiais organizados da seguinte forma:

1. TITULO

- a) Identificação:
- b) Instituição responsável:
- c) Descrição:
- d) Análise da Consistência *:

* A análise da consistência dos materiais foi orientada pelas seguintes questões: (i) relação do material com o Plano Diretor; (ii) consistência das informações; (iii) possibilidade de utilização como base para Etapa 02 da Revisão; (iv) relação com os eixos estratégicos do Plano Diretor. Os materiais analisados foram:

- Plano Diretor de Guarulhos, 2004
- Desenvolvimento de Estudos para Subsidiar a Elaboração do Plano Estratégico de Uso e Ocupação do Solo No Município De Guarulhos
- Plano de Saneamento (Água e Esgoto)
- Plano Diretor de Drenagem
- Plano Diretor de Resíduos Sólidos
- Plano de Habitação de Interesse Social – Plhis
- Mapa da Exclusão Inclusão Social
- Dinâmica Imobiliária (Estudo Preliminar)
- Apa Cabucu-Tanque Grande
- Plano de Mobilidade (Versão Preliminar)
- Plano Cicloviário (Versão Preliminar)
- Projeto Bases Geoambientais de Guarulhos
- Pdits - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
- Base Cartográfica Municipal

²⁹ Conforme Ofício nº54/2011, de 26 de outubro de 2011. Alguns materiais, como a base para tributação de IPTU e os resultados das Conferências das Cidades não foram disponibilizados e por isso não foram analisados.

- Outros Materiais

Foram elaborados, e estão sendo elaborados, importantes planos setoriais que buscam complementar o Plano Diretor detalhando diretrizes específicas. Este material será de grande utilidade para o desenvolvimento da Etapa 02 | Análise da Situação Atual. Tendo em vista a necessidade de se pensar no sistema de gestão do plano diretor, deve-se trabalhar no sentido de uma leitura integrada entre os planos setoriais. Esta integração pode ser realizada a partir dos eixos estratégicos do PD.

1. PLANO DIRETOR DE GUARULHOS, 2004

a) Identificação: arquivos referentes a elaboração do Plano Diretor em 2002 (Relatórios das etapas I, II, III, IV e V)

b) Instituição responsável: Instituto Pólis

c) Descrição: diagnóstico referente à dimensão social, análise três temáticas, a saber: dinâmica populacional na região metropolitana e em Guarulhos, infraestrutura de serviços de educação, cultura e saúde e dados relativos à violência.

d) Análise da Consistência: O conjunto do trabalho apresenta informações relevantes e consistentes ao longo de todas as etapas, em especial sobre o comportamento do mercado imobiliário formal e informal. Toda análise é acompanhada da devida espacialização o que permite uma apropriação clara dos conteúdos em todas as etapas de elaboração do plano.

Nos produtos disponibilizados não foi evidenciada a relação do conteúdo das leituras com as etapas seguintes, em especial com as teses e propostas situadas no campo estratégico. Todavia, as teses elaboradas na etapa III que resultam em hipóteses de intervenção e proposta preliminar de eixos estratégicos são consideradas consistentes e respondem a leitura da realidade. Neste conteúdo - etapa III - é ressaltado um dos principais aspectos do plano iniciado em 2002, o processo participativo, tanto com instituições da sociedade civil quanto no diálogo com a equipe gestora local.

Fica evidente a construção gradativa que culminou, entre outros resultados, na configuração do macrozoneamento, na definição dos 7 eixos estratégicos e na organização de unidades de planejamento regional, entre outros conteúdos trabalhados durante o processo participativo.

Em relação à dinâmica populacional os dados e análises se apresentam de forma consistente, sendo apresentado todo o histórico de ocupação do município, em relação à dinâmica populacional da região metropolitana. Nesse sentido, diversos fatores contribuem para o entendimento desse processo, tais como: a concentração industrial no Estado de São Paulo, os fluxos migratórios e o preço da terra na RMSP. Nesse sentido, cabe à revisão do Plano Diretor atualizar essa análise a partir do censo 2010, verificando quais foram os movimentos populacionais nos últimos 10 anos e quais os motivos para as possíveis modificações. O ponto analisado vincula-se a infraestrutura de serviços, que orienta a análise para a espacialização dos equipamentos e relação com dados populacionais (número total de habitantes). Contudo, tal análise poderia ser mais refinada a partir da complementação de entrevistas com gestores, leitura comunitária ou utilizando-se de outros dados como capacidade das escolas, acesso a transporte escolar, população por faixa etária, etc. Os dados relativos à violência focam a análise a partir do número de homicídios para o período de 2000 a 2001, distribuídos por bairros, mostrando grandes diferenças entre as regiões, indicando, por um lado, a não existência de homicídios em determinados locais e, por outro, a grande concentração destes em algumas localidades. Contudo, é notória a dificuldade para o acesso a informações sobre violência no Brasil, sobretudo, quando desagregados por dados intramunicipais, permitindo uma análise comparativa em longo prazo. Nesse sentido, deve-se avaliar em conjunto com a GTP a possibilidade de se produzir dados consistentes que permitam subsidiar propostas ao alcance do Plano Diretor.

2. DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATEGICO DE USO E OCUPACAO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE GRARULHOS

a) Identificação: relatórios referentes ao Desenvolvimento de Estudos para Subsidiar a Elaboração do Plano Estratégico de Uso e Ocupação do Solo no município de Guarulhos

b) Instituição responsável: FESP/SP

c) Descrição: apresenta análise inicial para alteração da lei de zoneamento vigente até 2007, com propostas específicas/preliminares de instituição de outorga onerosa, 3 operações urbanas consorciadas e transferência de potencial construtivo;

Do conjunto de relatórios disponibilizados se destacam os "diagnósticos de centralidades", integrantes dos "estudos para implementação dos programas de desenvolvimento regional e transformação urbana do Município de Guarulhos": 1. Presidente Dutra ("v1"); 2. Taboão ("v2"); 3. Pimentas ("v3"); 4. São João ("v4"); 5. Cidade Satélite de Cumbica (com a anotação "v14").

Todos os volumes trazem, com maior ou menor detalhamento, leitura sobre uso, ocupação do solo, mobilidade e infraestrutura existente.

d) Análise da Consistência:

Trata-se de uma referencia consistente sobre uso e ocupação por localidades/centralidades. Apresenta diversas fontes institucionais e trabalho de campo, com informações relevantes, embora os relatórios demonstrem fragilidade no método, em especial no diagnóstico geral e nos resultados disponibilizados. Como finalização demonstra aderência com as estratégias gerais do Plano Diretor (2004) e aponta projetos específicos e estudos mais aprofundados para as "centralidades" identificadas, além de "premissas" e sugestões preliminares para instrumentos de gestão urbana. Apresenta diretrizes para instrumentos e reafirma/analisa diretrizes viárias relevantes no âmbito local, metropolitano e regional.

3. PLANO DE SANEAMENTO (ÁGUA E ESGOTO)

a) Identificação: Plano de Saneamento

b) Instituição responsável: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

c) Descrição: O Plano de saneamento foi elaborado em fevereiro de 2011 pelo do Município de Guarulhos. Consiste em uma apresentação da situação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município de Guarulhos, já estabelecendo as metas em uma projeção para o ano de 2039. Assim como, também, apresenta o planejamento e valores de investimento das obras tanto para o sistema de água como para o de esgoto com a evolução da demanda de água projetada. No caso do sistema de esgoto são apresentadas alternativas de tratamento para as sub-bacias de esgotamento, com custos de investimento até 2039. O Plano apresenta sete indicadores de Infraestrutura e cobertura dos serviços que devem ser avaliados a cada dez anos em função das metas estabelecidas. Acrescenta que no caso em que existam desconformidades devem ser geradas propostas de correção de rumo para garantir que os investimentos propostos sejam realizados. As informações utilizadas para a produção do plano são de origem do próprio órgão, de levantamentos de campo e indicadores já utilizados pelo serviço.

d) Análise da Consistência:

No que refere-se a relação com o Plano Diretor atende ao estabelecido no art. 117, onde dispõem que o Município deverá elaborar e dar o encaminhamento a uma série de planos, dentre eles no inciso II do mesmo artigo evidencia os "Planos Diretores de Saneamento e Meio Ambiente (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, áreas verdes e arborização)". Sendo assim o Plano de Saneamento complementa as informações e disposições do Plano Diretor de

2004. Tal plano setorial tem avanços na definição de metas para aumento no atendimento de água e esgoto, que se mostrava deficiente em 2002, principalmente com relação ao SES que tinha 65% de coleta de esgoto sem tratamento e no plano de saneamento já apresentam o valor de 75% ainda sem tratamento, mas com metas já estabelecidas. Outro fator que também avançou foi aumentar a produção de água em 500l/s e não depender tanto da água que vem do sistema da SABESP (em 2002 era 95%). O que não houve mudanças foi com relação intermitência no abastecimento de determinadas zonas de abastecimento e índice elevado de perdas.

Os principais indicadores utilizados são: (i) perdas de água por ramal, (ii) perdas na distribuição, (iii) eficiência do processo de tratamento de esgotos, (iv) Paralisações no Abastecimento, (v) cobertura de abastecimento de água, (vi) cobertura da coleta de esgotos e (vii) tratamento dos esgotos coletados.

No que consiste a aderência com os eixos estabelecidos pelo PD, tem vínculo mais direto com o eixo 2, na resolução de questões do desenvolvimento da Função Social.

4. PLANO DIRETOR DE DRENAGEM

a) Identificação: Plano Diretor de Drenagem: Diretrizes, Orientações e Propostas (PDD)

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos

c) Descrição: O Plano consiste em quatro grandes blocos de análise e proposição. A primeira parte tem uma abordagem global e conceitual tratando das cheias e inundações de maneira a contextual e científica: (i) interferências e intervenções urbanas; e (ii) consequências e perspectivas de agravamento. A segunda parte trata da situação de Guarulhos com os principais desafios: (i) caracterização geral; (ii) situação socioeconômica; (iii) condição de utilização das águas; (iv) aumento do risco das inundações e agravamento das suas consequências; e (v) gestão municipal. Já na terceira parte são trabalhadas as diretrizes do PDD com: (i) principais desafios; (ii) objetivos e prioridades; e (iii) síntese de diretrizes por tema. E por fim a quarta parte faz uma síntese geral das propostas.

d) Análise da Consistência:

O material é atual datado de dezembro de 2008, com fontes adequadas de informação. As principais fontes de dados utilizados são: (i) Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), (ii) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), (iii) Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB); e (iv) Mapeamento de riscos associados a escorregamentos em encostas e solapamento de margens de córregos nas áreas de assentamento precário do Município de Guarulhos – PMG, 2002.

Este plano faz uma leitura territorializada das áreas de inundação e risco, assim como em alguns casos, as ações têm uma distribuição espacial. Porém não possui orçamento para tais ações.

Os indicadores contribuem para a compreensão da produção do espaço, porém tem um limite por ser um plano setorial e por sua conclusão ser em 2008. No plano há uma série de informações que podem ser utilizadas como complemento para novas análises ligadas ao saneamento ambiental e a produção do espaço municipal. Os principais indicadores utilizados são: (i) drenagem urbana; (ii) erosão; (iii) assoreamento; (iv) inundação; (v) risco;

No que consiste a relação deste plano com o Plano Diretor (PD), o Plano Diretor de Drenagem (PDD) é um plano complementar setorial. No Art. 58 do capítulo II do PD dispõe uma série de diretrizes para drenagem urbana e por fim estabelece no inciso III do artigo 117 a meta de elaboração do plano setorial. Desta forma a elaboração do PDD é um desdobramento específico de uma política setorial dentro do planejamento geral. Tal plano vem com a especificação do tema drenagem e detalhamento de ações específicas.

No que se refere aos eixos propostos pelo Plano Diretor, o PDD tem aderência aos seguintes:

Eixo 1: Faz parte das diretrizes da moradia adequada e da qualidade ambiental do meio urbano;

Eixo 2: Melhoria dos do ambiente público de qualidade e infraestrutura urbana;

Eixo 6: Dentre as diretrizes do PDD esta a criação de canais para a participação cidadã na deliberação sobre as políticas municipais nesse campo, ou com interfaces sobre ele;

5. PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

a) Identificação: Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Guarulhos (PDRS)

b) Instituição responsável: Prefeitura de Guarulhos/ Secretaria de Serviços Públicos/ Departamento de Limpeza Urbana.

c) Descrição: O Plano Diretor de Resíduos Sólidos (PDRS) estabelece um panorama geral da situação dos resíduos sólidos por tipo, volume e condição. Também estabelece metas de correção e evolução no serviço público municipal com a finalidade de redução do volume gerado, reciclagem e disposição correta. Além disso, propõem a estrutura gerencial, parcerias e projetos paralelos.

d) Análise da Consistência *:

O material é atual datado de julho de 2011, o qual utiliza principalmente dados do IBGE e Departamento de Limpeza Urbana do município (DELURB), desta forma grande parte dos dados foram gerados pela própria prefeitura ao longo do tempo. O PDRS tem o levantamento de informações e a promoção de metas territorializadas, desta forma dispõem de algumas metas para atuação em bairros por habitante. Assim como também, apresenta estimativa de recursos destinados por área de atuação.

Os indicadores apresentam limites para a compreensão da produção do espaço, porém auxiliam no o entendimento da evolução de uma política pública específica. Sendo assim, podem ser utilizados os objetivos gerais, projeções de ampliação, universalização e formato da gestão. Os indicadores apresentados no plano estão em torno de: (i) Resíduos sólidos domiciliares secos; (ii) Resíduos sólidos domiciliares úmidos; (iii) Resíduos sólidos domiciliares indiferenciados; (iv) Resíduos volumosos; (v) Resíduos de construção e demolição; (vi) Limpeza corretiva; (vii) Varrição; (viii) Resíduos de drenagem; (ix) Lodos; (x) Resíduos verdes de parques, praças e jardins; (xi) Resíduos sólidos cemiteriais; (xii) Resíduos de serviços de saúde; (xiii) Resíduos eletroeletrônicos; (xiv) Resíduos de óleo doméstico; (xv) Resíduos industriais; (xvi) Resíduos sólidos especiais; (xvii) Resíduos aeroportuários; (xviii) Parcerias; (xix) Coleta; (xx) Reciclagem.

O Plano de Resíduos Sólidos trata-se de um plano complementar setorial, em virtude que no PD são estabelecidas estratégias gerais para a geração, coleta e destinação de resíduos e no inciso II do art 117 a meta de elaboração do plano setorial com este caráter. Por fim estabelece no art. 61 do Cap IV que cabe ao Município, com a estruturação do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, estabelecer os procedimentos, compreendendo o planejamento e controle da geração, acondicionamento, transporte, tratamento, reciclagem, reaproveitamento e destinação final dos diversos tipos de resíduos.

Desta forma, a elaboração do PDRS é um desdobramento específico de uma política setorial dentro do planejamento geral.

No que se refere aos eixos propostos pelo Plano Diretor, o PDD tem aderência aos seguintes:

Eixo 1: De acordo com o PD no art. 53 "Para que a cidade e a propriedade cumpram sua função social é dever de todos preservar, usar adequadamente e recuperar o meio ambiente, em especial a vegetação, os mananciais superficiais e subterrâneos, cursos e

reservatórios de água, o relevo e o solo, a paisagem, o ambiente urbano construído, limitando a poluição do ar, visual e sonora, evitando a destinação inadequada do lixo e de outros resíduos sólidos, de poluentes líquidos e gasosos".

Eixo 5: O PDRS dispõe de uma Estratégias de Recuperação de Custos com: (i) Objetivos Específicos; (ii) Metas e Prazos; (iii) Agentes Envolvidos; e (iv) Instrumentos de Gestão.

Eixo 6: Dentre os objetivos para o Plano Diretor do Manejo dos Resíduos Sólidos de Guarulhos está estabelecido: ampliar os processos e espaços de participação e controle social. Dentre as estratégias do plano está o controle social. Ainda, tem a mobilização social estruturada da seguinte forma: (i) conferência participativa; (ii) gestor público; (iii) documento guia; (iv) conferência preparatória; e (v) conferência municipal.

Eixo 7: O PDRS dispõe de uma proposta de Gestão Associada e Consorciamento com: (i) Objetivos Específicos; (ii) Metas e Prazos; (iii) Agentes Envolvidos; e (iv) Instrumentos de Gestão.

6. PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS

a) Identificação: PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos e Integra Sociedade Cooperativa

c) Descrição: O Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) pretende definir princípios, diretrizes e objetivos para estabelecimento de uma política habitacional municipal que atenda o déficit habitacional e as carências de infraestruturas urbanas do Município. Para isso, o Plano procura articular os programas nacionais, estaduais e municipais, que atuam no sentido do enfrentamento do déficit habitacional e da carência de infraestruturas urbanas com a expansão dos recursos financeiros disponíveis. O PLHIS dialoga com a Política Nacional de Habitação (PLH), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Plano Nacional de Habitação (PLANAB).

d) Análise da Consistência:

Este Plano foi desenvolvido em 2011 e complementa as ações do Plano Diretor de Guarulhos. Contudo, apesar de recente, o PLHIS utiliza o Censo 2000, para o cálculo do déficit habitacional no Município, e necessita ser atualizado com os novos dados do Censo 2010. A metodologia utilizada para caracterização deste déficit é a da Fundação João Pinheiro (FJP). O Plano também desenvolve cenários e metas para 15 anos (até 2025) e indicadores para monitoramento e avaliação da implementação do Plano, bem como para revisão de suas ações.

O Plano de Habitação do Município de Guarulhos complementa as ações e diretrizes do Plano Diretor, uma vez que tem por objetivo: assegurar a moradia digna; promover qualidade urbanística; habitacional e a regularização fundiária; dar acessibilidade a captação de recursos financeiros; estimular o investimento em habitação no município. Para atingir tais objetivos, o PLHIS articula os planos e fundos nacionais, estaduais e locais para desenvolvimento da habitação e infraestruturas urbanas adequadas. Também define metas e ações no território para cumprir tais objetivos. Para o enfrentamento do déficit habitacional e das carências de infraestrutura urbana, o PLHIS faz estimativa de recursos no horizonte temporal definido pelo Plano. A partir da articulação entre essas estimativas orçamentárias com do déficit habitacional atual e projetado, é possível traçar três diferentes cenários para o enfrentamento da questão habitacional no Município.

As ações e objetivos do PLHIS articulam-se com os eixos do Plano Diretor da seguinte maneira:

Eixo 1: O Plano busca garantir a função social da propriedade; desenvolver a produção pública para atendimento da demanda habitacional; promover a regularização

fundiária bem como garantir integração urbana e dotar de infraestruturas moradias irregulares; ampliar estoques de terras municipais para HIS; demarcar áreas ZEIS G - áreas livres ou glebas de terras não utilizadas ou subutilizadas. Inclusive define metas normativas para garantir que esses instrumentos sejam aprovados por legislação específica.

Eixo 2: O PLHIS desenvolve ações no que diz respeito ao adequado atendimento de serviços e ambientes públicos de qualidade, à infraestrutura urbana completa e à moradia adequada e regularizada. Pretende desenvolver instrumentos e metas para enfrentamento do déficit habitacional e das carências de infraestruturas urbanas estabelecendo um plano local para habitação e que considera as políticas nacionais para desenvolvimento habitacional e de infraestruturas, como o PAC, PMCMV, SNHIS e FNHIS, visando alargar os recursos financeiros para atingir as metas. Também se articula com fundos estaduais como FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social. Também tem como princípio a gestão democrática e participativa da política habitacional.

Eixo 3: Em parte, pois articula diversos planos e fundos destinados à produção habitacional pública, mas também para o alargamento do mercado habitacional privado, fomentando esta atividade econômica. Também promove iniciativas de autogestão e de associação por ajuda mútua, com base na economia solidária.

Eixo 4: Em parte, pois pretende incentivar o uso habitacional no centro ou nas áreas urbanas consolidadas. Dessa forma, busca garantir acesso às infraestruturas urbanas completas, incluindo a infraestrutura de transporte, possibilitando maior fluidez urbana.

Eixo 5: O PLHIS pretende expandir os recursos financeiros disponíveis para o enfrentamento do déficit habitacional através da captação de recursos disponibilizados pelos fundos e programas nacionais e estaduais para desenvolvimento da habitação e infraestruturas urbanas. Também prevê garantir fluxo no FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para atingir os objetivos do PLHIS. Além disso, o Plano prevê medidas compensatórias por impactos negativos na implantação de grandes empreendimentos quando afeta a questão da moradia.

Eixo 6: O PLHIS tem por objetivo dar continuidade à discussão sobre a questão habitacional principalmente pela Conferência da Cidade e da Conferência de Habitação de Guarulhos. Também procura apoiar iniciativas de autogestão e o associativismo pela ajuda mútua.

Eixo 7: Em parte, pois determina a necessidade de articulação com demais municípios para que o Estado estabeleça a aplicação de percentual do ICMS para a habitação. Também estabelece a necessidade de o Município participar das discussões sobre impactos de grandes empreendimentos, principalmente aqueles com grande número de remoções de população de baixa renda na região metropolitana.

Para avaliação e monitoramento da implementação e ações decorrentes do PLHIS, se estabelecem alguns indicadores: indicadores de eficácia (ou quantitativos), Eficiência (ou qualitativos) e efetividade (ou de impacto) em relação ao atendimento do déficit habitacional. Também discute a necessidade de criar um banco de dados relativo à questão habitacional para monitoramento do Plano, além de subsidiar uma política municipal de habitação. Esses indicadores, além de monitorar as ações do Plano, qualificam os cenários projetados até 2025.

7. MAPA DA EXCLUSÃO INCLUSÃO SOCIAL

a) Identificação: Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Guarulhos - 2003

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos

c) Descrição: O Mapa de Exclusão/inclusão social de Guarulhos foi produzido por meio de uma demanda do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Instituto Pólis. O levantamento foi realizado no ano de 2002 e publicado em 2003. Para a produção do Estudo

foram avaliados os 47 bairros da cidade, de forma a identificar em cada porção do território os padrões básicos de inclusão social. A partir desse levantamento se construiu um ranking entre os bairros a partir das condições de desigualdades, “medindo as discrepâncias a partir das distâncias sociais entre as condições de vida reveladas pelos dados utilizados na construção dos indicadores de exclusão/inclusão social (PMG, 2003, p. 08)”.

d) Análise da Consistência: Para definição dos padrões mínimos de inclusão considerou-se que a definição do conceito como das variáveis foi um escolha política construída a partir da participação dos atores, que definiram as variáveis e seus relativos pesos. Assim, as variáveis utilizadas basearam-se em indicadores de qualidade de vida, desenvolvimento humano, equidade de gênero, autonomia. As fontes de dados se deram particularmente a partir de fontes secundárias (censo 2000) e de estudos, cadastros e pesquisas municipais. O mapa da inclusão/exclusão de conclui que “Guarulhos mostram uma cidade onde o padrão de apropriação das riquezas sociais da cidade é marcadamente concentrador, desigual e excludente. Essa realidade é fruto de todo um modelo de produção e utilização da terra urbana igualmente concentrador, desigual e excludente. Trata-se de um modelo de urbanização que resulta em pequenas porções de cidade que contam com as melhores oportunidades de desenvolvimento humano e grandes extensões compostas por bairros populares onde essas oportunidades são mais escassas e as condições de vida são piores (PMG, 2003, p. 122)”. A classificação do ranking mostra que dos 47 bairros poucos são classificados com índices de inclusão social positivos.

Os resultados deste estudo mostram-se consistentes, podendo ser utilizados para o processo de revisão do Plano Diretor, devendo ser realizadas comparações como novos dados apresentados pelo IBGE ou outros dados relativos ao município, para que assim possa se analisar que foi o movimento dos últimos 10 anos relativo ao grau de inclusão e exclusão nos bairros do município. Da mesma forma, essa análise poderá ser complementada a partir de entrevistas com técnicos municipais e com a população a partir das leituras comunitárias.

8. DINÂMICA IMOBILIÁRIA

a) Identificação: Estudo preliminar da dinâmica imobiliária de Guarulhos

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Departamento de Gestão Urbana

c) Descrição: compreende a produção imobiliária e diferenças entre bairros/regiões do município segundo licenciamentos por tipologia de usos (residencial, galpões, etc.) e ocupação (verticalização, etc.). segundo autores o estudo "foi realizado a partir da sistematização dos dados relativos ao licenciamento de construções prediais no período compreendido entre 2007 e 2010, com base nos registros da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, (alvarás para construção e concessão de certidão de conclusão de obra - habite-se), além das estatísticas referentes à legalização das edificações existentes, amparados pela lei Municipal nº 6.049/04 (Lei de Anistia) e regularizações feitas através do Código de Edificações.

d) Análise da Consistência:

Com dados recentes, complementa leitura do plano anterior que já apresentava análise do mercado imobiliário em 2004, por meio de informações relativas a anos anteriores. Utiliza como principal fonte de consulta, o número de alvarás concedidos e categorias de usos produzidas no período, bem como a produção de empreendimentos vinculados ao programa MCMV, espacializando informações por unidade de planejamento regional.

9. APA CABUCU-TANQUE GRANDE

a) Identificação: (i) Lei nº 6798/2010 que dispõem sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande; e (ii) Atlas Geoambiental da região Cabuçu Tanque Grande;

b) Instituição responsável: (i) Prefeitura Municipal de Guarulhos e (ii) Universidade Guarulhos.

c) Descrição: A legislação dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental Cabuçu - Tanque Grande, com a qual produz as diretrizes da unidade de conservação com seus limites e zoneamento ecológico econômico. Estabelece também os parâmetros para o parcelamento e o uso e ocupação do solo. Além disso, dispõe sobre o manejo e gestão da área. Já no atlas traça um perfil socioambiental da área do Cabuçu-Tanque Grande, com uma série de mapas.

d) Análise da Consistência:

O Atlas é de 2008 e a legislação são de dezembro de 2010, sendo materiais recentes para a utilização em outros estudos. As fontes são científicas e de legislações brasileiras, sem o detalhamento de campo de um plano de manejo, mas configurando o perfil socioambiental da área.

Tem um limite temporal pela conclusão do atlas ser do ano de 2008, mas com o complemento de informações é possível verificar o adensamento e desmatamento da APA, já com relação a lei dispõem de parâmetros de uso e ocupação do solo. Enquanto indicadores principais, apresentam a (i) Cobertura vegetal e (ii) ocupação da área.

No que consiste a relação deste material com o PD, de acordo com os art. 27 e 28 do plano a área era considerada como macrozona de proteção ambiental e a APA é constituída para dar institucionalidade de Unidade de Conservação para a região. Além dos parâmetros a legislação, define ZEE, mas não há um Plano de Ação para investimentos na área. Desta forma, complementa a intenção de proteção ambiental instituída pela macrozona de proteção ambiental do PD, com a qual protege uma área de interesse ambiental já delimitado pelo PD.

Não apresenta aderência específica junto aos eixos instituídos pelo PD.

10. PLANO DE MOBILIDADE (VERSÃO PRELIMINAR)

a) Identificação: PLANO DE MOBILIDADE (VERSÃO PRELIMINAR)

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos

c) Descrição: segundo material disponibilizado, o plano de mobilidade está em processo de "concepção". o termo de referencia, que integra processo de concorrência pública previsto, trata de obras viárias relativas a dois eixos estruturantes do sistema de transporte: eixo norte e eixo sul. o mapa disponibilizado em .pdf espacializa a rede de corredores exclusivos para transporte coletivo, malha cicloviária e terminais.

d) Análise da Consistência:

A proposta desenvolve estratégias de mobilidade por meio de projetos específicos de estruturação viária, entretanto, não foi disponibilizado material base ou diagnóstico que fundamente a proposta.

11. PLANO CICLOVIÁRIO (versão preliminar)

a) Identificação: Plano cicloviário

b) Instituição responsável: Prefeitura Municipal de Guarulhos e empresa contratada (LENC)

c) Descrição: O material disponibilizado é preliminar e segundo autores "o Plano Cicloviário engloba 13 ciclovias que se integram interligando toda a cidade. Estes trechos foram propostos em estudo anterior e deram base para a realização deste Plano". a

proposta define ciclovias e ciclofaixas integrando um único sistema. Segundo outra fonte, mais recente, seriam 14 e não 13 os trechos de integração por meio de ciclovia (<http://eba.arq.br/ciclo.html>)

d) Análise da Consistência:

Material relevante e consistente para o tema mobilidade. Segundo autores foi utilizada "pesquisa de Origem e Destino do Metrô (2007), com destaque para os dados sobre as viagens diárias internas e externas por modo principal, buscando facilitar a compreensão sobre as características dos deslocamentos e o potencial para uso da bicicleta.

Além disso, foram coletados dados de pesquisa da Secretaria de Transporte e Trânsito do município (STT/PMG, 2005) sobre o uso da bicicleta em Guarulhos. Foram coletados dados sobre o perfil dos ciclistas do município (gênero, renda, atividade, idade, etc.), seus principais pontos de origem e destino, os índices de acidentes, as principais dificuldades, reclamações, etc. Essas informações foram atualizadas e complementadas pela contagem de tráfego e entrevistas com ciclistas realizadas pela LENC Engenharia em setembro de 2010".

"A Pesquisa OD 2007 Metrô também apresentou dados específicos sobre o uso da bicicleta em Guarulhos. O MAPA 4.4-1 apresenta o quantitativo de viagens realizadas, dentro do município. Através dele é possível observar como o fator renda é relevante para a opção de meio de transporte".

Outra informação relevante é o levantamento de empresas, instituições e equipamentos urbanos que geram deslocamento e, portanto, demanda para este modal específico. "O QUADRO 5.1.1-1 apresenta os galpões e indústrias existentes no município de Guarulhos e o MAPA 5.1.1-1 (ANEXO 01) localiza estes equipamentos urbanos."

12. PROJETO BASES GEOAMBIENTAIS DE GUARULHOS

a) Identificação: Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos – 2009.

b) Instituição responsável: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e Universidade de Guarulhos

c) Descrição: O trabalho consiste na produção das Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do Município de Guarulhos através de uma série de estudos no período de 2006 a 2009. O material consiste na identificação metodológica de levantamento das informações e avaliações no campo geoambiental. A produção da informação está dividida em 14 grande temas, que são: (i) Materiais e Métodos; (ii) As Regiões; (iii) Aspectos históricos de Guarulhos; (iv) Aspectos Climáticos de Guarulhos; (v) As bacias hidrográficas no município de Guarulhos; (vi) A geologia de Guarulhos; (vii) O relevo de Guarulhos; (viii) Os solos de Guarulhos; (ix) O uso do solo do município de Guarulhos; (x) O uso do solo do município de Guarulhos; (xi) Qualidade das águas dos mananciais de superfície; (xii) Problemas e riscos geoambientais; (xiii) As unidades geoambientais de Guarulhos; e (xiv) As unidades geoambientais de Guarulhos. Desta forma o documento, com certo limite, trata das formações mais específicas geoambientais até modificações e apropriação social.

d) Análise da Consistência:

A produção do documento é recente (2009), sendo assim, torna-se de grande valia para a base da construção de outros estudos. As informações são de caráter científico, com categorias próprias deste tipo de estudo, tal questão é importante já que o acesso a estas informações é apenas de um público especializado, não atingindo grande parcela dos cidadãos do município. Como indicadores são levantados aspectos físicos e biológicos específicos, que indicam a qualidade ambiental da área estudada.

Com relação a aderência ao Plano Diretor, este estudo não tem uma relação direta já que é um projeto científico executado pela universidade, não transformando-se diretamente em um instrumento de gestão. Porém, cabe ressaltar que mesmo não tendo esta característica, tem importância fundamental como base de dados para a leitura da produção do espaço do Município de Guarulhos.

Enquanto potencializador do desenvolvimento dos eixos propostos pelo Plano Diretor não pode ser afirmada esta relação.

13. PDITS - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

a) Identificação: PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Guarulhos - 2011

b) Instituição responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

c) Descrição: O trabalho se propõe a ser um instrumento orientador para a iniciativa pública e privada no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo. A base do estudo é a gestão da demanda turística, visto que pressupõe rígida a oferta de bens e serviços turísticos pelo município, seu foco principal é o segmento de eventos e negócios admitindo que esse segmento pode alavancar as receitas municipais e dar maior dinamismo a economia local. Suas informações estão divididas em tópicos que podem o planejamento municipal, sendo mais importantes para o PD a Análise da infraestrutura básica e serviços gerais e análise institucional.

d) Análise da Consistência: O PDTIS é recente e está na sua versão preliminar (2011), por esse motivo pode ser usado como referência para algumas áreas da revisão do plano diretor. As informações estão sistematizadas atendendo a metodologia específica do Ministério do Turismo com caráter de cientificidade, e as ações propostas para infraestrutura são convergentes com os objetivos da Revisão do PD-Guarulhos, principalmente no que diz respeito as áreas de infraestrutura urbana e gestão ambiental..

O PDTIS não faz referências direta ao Plano Diretor, porém pode ser complementar ao mesmo uma vez que muitas ações implicam em modificações na infraestrutura urbana do município. Suas ações a serem implementadas não estão espacializadas pelo território, bem como não apresenta a fonte de investimentos para o cronograma de execução apresentado no plano de ação.

O PDTIS apresenta ações transversais aos eixos de desenvolvimento propostos pelo PD, o que pode ser considerado um fator positivo se forem efetivadas pois podem ser fator potencializador do PD.

14. BASE CARTOGRÁFICA MUNICIPAL

Tanto o material disponibilizado pela Prefeitura Municipal, quanto as bases públicas disponíveis em instituições do governo estadual e organizações não governamentais, compõe uma rica e dispersa fonte de informações geográficas com arquivos de imagens ou extensão específica para cad e georeferenciamento (.dwg, .shp, entre outros formatos) com temas variados que atendem diversos componentes da revisão do Plano Diretor.

QUADRO 1 - BASES CARTOGRÁFICAS CATALOGADAS

tema	sub-tema	nome do arquivo	tipo de arquivo
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	export_articulação_5000_ponto	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	export_articulação_1000	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	export_articulação_5000_ponto	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	hidrografia_-_drenagem	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	export_marcos_geodesicos_	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	export rodovias	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	vias-caixas	.shp, .dbf, .shx
base cartográfica municipal	Arquivos SHP	guarulhos_ruas	.shp, .dbf, .shx
Dados socio-economicos	Censo 2000	censo2000_Project	.dbf, .prj, .shp
Dados socio-economicos	Censo 2001	censo2000_utm-sad69	.prj, .shp
Dados socio-economicos	Censo 2002	censo2000_utm-sirgas2000	.dbf, .prj, .shp
Dados socio-economicos	Anos de estudo do ch de família	anos_estudo_	.shp
Dados socio-economicos	Anos de estudo do ch de família	estudo	.shp
Dados socio-economicos	Informações geral_Censo_IBGE	censo 2000	.shp, .dbf, .shx
Dados socio-economicos	Informações geral_Censo_IBGE	censo 2000limnovo	.shp, .shx, .dbf
Dados socio-economicos	Informações geral_Censo_IBGE	informações do censo de 2000	.xls
Dados socio-economicos	Informações geral_Censo_IBGE	informações gerais	.shp, .shx, .dbf
Dados socio-economicos	Informações geral_Censo_IBGE	informações gerais 07	.shp, .shx, .dbf
Dados socio-economicos	População por faixa etária	populacao_faixa_etaria	.shp, .dbf, .shx
Dados socio-economicos	Renda do município	renda_familiar_	.shp, .shx, .dbf
Dados socio-economicos	Valor adicionado 2006 SDE	export_valor_adicionado_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Bairros	bairros	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Distrito Saúde	export_distrito_saude_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Distrito UBS	export_distrito_ubs_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Limite Município	Limite_municipio_Glhos	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Malha_Censo 2000	export_censo2000_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Municípios RMSP	export_cidades_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Região Saúde	export_regiao_saude_	.shp, .shx, .dbf
Divisões Territoriais	Unidade de planejamento regional	expo_upr_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Centro Cidadania	export_centro_cidadania	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Conselho Tutelar	export_conselhos	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Cras	export_cras	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Cultura	export_cultura	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Equipamento Saúde	export Equipamento_saude	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Equipamentos Sociais	export Equipamentos_sociais	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Escolas Conveniadas	export_escola_conveniada	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Escolas Estaduais	export_escola_estadual	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Escolas Municipais	export_escola_municipal	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Escolas Particulares	export_escola_particular	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Esportes	export_esportes_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Facil.	export_facil_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Funerária	export_funeraria_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Pev.	export_pev_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Pontos cultura	export_pontoscultura	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Praças	export_praças_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Pontos turismo	export_pontosturismo_	.shp, .shx, .dbf

Equipamentos Comunitários	Feiras	export_feiras_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	SAS	export_sas_	.shp, .shx, .dbf
Equipamentos Comunitários	Segurança	export_segurança_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Esgoto	export_esgoto_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Gás	export_gas_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Iluminação Pública	export_iluminação_publica_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Pavimentação	export_pavimentação_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Postes	export_postes_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Instalação Telefônica Aérea	export_telefonica_aerea_	.shp, .shx, .dbf
Infraestrutura Urbana	Instalação Telefônica Canalizada	export_telefonica_canalizada_	.shp, .shx, .dbf
Macrozoneamento	Macrozoneamento	Macrozoneamento	.kmz
Macrozoneamento	Macrozoneamento	macro_zoneam_dxf Polygon selection	.shp, .dbf, .shx
Agricultura	Agricultura	export_agri_	.shp, .shx, .dbf
Empresas	Empresas	export_empresa_guarulhos_	.shp, .shx, .dbf
Hotéis	Hotéis	export_hoteis_	.shp, .shx, .dbf
Shoppings	Shoppings	export_shoppings_	.shp, .shx, .dbf
Censo 2010	Setores GRU	Censo_2010_Setores_GRU	.shp, .shx, .dbf
Regiões OP 2011	Regiões OP 2012	Regioes_OP2011	.shp, .shx, .dbf
Zoneamento_Sirgas 2000	Zoneamento	Zoneamento	.shp, .shx, .dbf
Base cartográfica	base	vários	.dwg
Mapas diversos	Bairros	Bairros	.jpg
Mapas diversos	Bairros	Bairros_ung	.jpg
Mapas diversos	Uso de solo	Mapa_uso do solo_guarulhos	.jpg
Mapas diversos	imagem satélite	Satelite_guarulhos	.jpg
Mapas diversos	Índice de Vulnerabilidade Social	Guarulhos_mapa_ipvs	.pdf
Mapas diversos	Atlas do Uso e Ocupação do Solo	Atlas_Guarulhos_s_emplasa	.pdf
pd_2004_inst_polis	(vários)	(vários)	.dwg
plano cicloviario	rede de ciclovias proposta	rede	.dwg

15. OUTROS MATERIAIS

PROGRAMA URB-AL

O programa URB-AL é um programa de cooperação internacional descentralizada da Comissão Europeia que visa o intercâmbio de experiências e a associação entre coletividades locais (cidades, províncias e regiões) da União Europeia e da América Latina, na procura de soluções concertadas para o enfrentamento de problemas comuns das cidades, no atual contexto de globalização.

Segundo notícias encontradas, a Prefeitura Municipal de Guarulhos apresentou pedidos de subvenção para a execução de três projetos comuns de tipo A, no âmbito de três diferentes redes temáticas, nas duas convocatórias lançadas em 2004 pelo Programa URB-AL, e obteve aprovação da Comissão das Comunidades Europeias para a concessão de subvenção tendo em vista execução dessas três ações, conforme a seguir especificado:

- projeto comum “Potencialização do uso de sistemas de informação georreferenciados nos projetos de combate à pobreza de jovens da periferia urbana”, aprovado no âmbito da Rede 10 – Luta contra a Pobreza Urbana;

- projeto comum: “Metodologias de microcrédito como instrumento de fomento à emancipação econômica e à inclusão social das mulheres”, aprovado no âmbito da Rede 12 – Participação das Mulheres nas Instancias de decisão Local;

- projeto comum: “O protagonismo do governo local como articulador na integração de políticas de segurança cidadã”, aprovado no âmbito da Rede 14 – Segurança.

Por tratar de indicadores georeferenciados específicos, entre outros de interesse na revisão do Plano Diretor, este programa deverá ser analisado durante a próxima etapa.

LEI DE USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO [Lei 6.253/2007]

Regulamenta o uso e ocupação do solo, ordenado inicialmente no macrozoneamento do plano diretor (2004) e apresenta alterações posteriores, que respondem projetos e situações específicas, com inclusão e alteração de artigos, incisos, etc.

Segundo diálogos iniciais realizados durante o desenvolvimento das primeiras atividades de revisão do Plano Diretor foram questionadas as várias alterações realizadas, o que demonstra, ao mesmo tempo, flexibilidade, detalhamento e, possivelmente, contradição com os objetivos iniciais contidos na lei do PD:

- Lei nº 6.284, de 24/09/2007;

- Lei nº 6.308/2007 regulamenta o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

- Lei nº 6.570/2009 delimita a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS-A, referência 84 deste Anexo.

- Lei nº 6.552/2009 altera o perímetro da Zona Industrial - ZI, constante no Anexo 19 para Zona Mista B - ZM-B, conforme delimitações definidas e identificadas.

- Lei nº 6.457/2008 altera os perímetros das Zonas de Comércio e Serviços - ZCS, Zona Mista A - ZM-A e Zona Habitacional - ZH, (Anexo 19).

- Lei nº 6.383/2008 excluiu o número de referência 3 do Anexo 14.

- Lei nº 6.382/2008 cria Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS-L.

- Lei nº 6.284/2007 altera o perímetro da Zona de Comércio e Serviços (Anexo 19).

- Lei nº 6.776/2010 altera perímetros (Anexo 19).

- Lei nº 6.804/2011 altera art. 34 e revoga art. 38

CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E LICENCIAMENTO URBANO [LEI Nº 6.046/2004]

Lei dispõe sobre a necessidade de licenciamento, projeto e execução das edificações e diretrizes urbanísticas, de forma a garantir o controle municipal sobre as edificações, uso e ocupação do solo urbano. Dessa forma, pretende-se atribuir qualidade urbana e ambiental à cidade.

O Código de Edificações e Licenciamento Urbano não utiliza dados ou indicadores específicos datados, ou seja, o material é atual. Além disso, esta Lei complementa o Plano Diretor, uma vez que busca garantir diretrizes urbanísticas como uso e ocupação do solo estabelecido no Plano Diretor.

O Código de Edificações e Licenciamento Urbano incide sobre a necessidade de licenciamento para mudança de uso do solo desde que compatível com a Lei de Zoneamento. Este instrumento se relaciona com às ações do Plano Diretor no que se refere à adequação à Lei de Zoneamento.

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Define parâmetros para elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e de Relatório de Impacto de Vizinhança (EPIV-RIVI). Estabelece que tipo de empreendimento deve fazer o Estudo e o Relatório tendo em vista a dimensão do empreendimento e possíveis impactos de acordo com o uso do empreendimento. Estabelece ainda que os órgãos públicos municipais e a sociedade civil podem exigir EPIV-RIV independente do empreendimento se enquadrar ou não nas condições da Lei. Determina as diretrizes a serem seguidas na elaboração do EPIV-RIVI. Atribui as responsabilidades de prevenção, compensação e redução de impactos negativos e intensificação de impactos positivos, além de exigir a proposição de medidas mitigadoras ou compensatórias dos impactos negativos.

A Lei não utiliza nenhum dado ou indicador específico datado, portanto permanece atual. Define que para cada empreendimento enquadrado na exigência de desenvolver o EPIV-RIV, será desenvolvido Termo de Referência Específico no qual deverá ser estabelecido o conteúdo mínimo e a área de influência para desenvolvimento do estudo.

Como o Plano Diretor estabelece a possibilidade de exigência de EPIV-RIVI para atividades modificadoras do meio-ambiente (Título III. capítulo 1. Art. 14), a Lei complementa o Plano Diretor.

8.6. ATIVIDADE 6 – AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO PLANO DIRETOR.

Para avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor foram desenvolvidas duas atividades principais:

- Aplicação de dois questionários on-line de avaliação, um destinado aos técnicos da prefeitura e outro destinado aos membros do CMDU;
- Realização de três oficinas de avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor, conforme os pontos solicitados no Termo de Referência.

Os questionários foram elaborados pela equipe consultora e enviados pela equipe da SDU. Foram 17 respostas da Prefeitura (9 SDU, 3 Secretaria de Habitação, 3 Secretaria de Serviços Públicos, 1 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e 1 SAAE) e cinco respostas do CMDU. O modelo do questionário e a íntegra das respostas compõem o item 8.9 deste Anexo. Seus resultados foram apresentados nas oficinas de avaliação.

As oficinas de avaliação, por sua vez, foram realizadas nos dias 30/11, GTP, CG e GTI, e 1/12, com CMDU. Foi utilizada a mesma metodologia para as três oficinas, que consistiu na divisão de grupos de trabalho para discussão dos seguintes pontos:

- Análise crítica dos Eixos Estratégicos_ artigo 2º
- Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas_ artigo 117
- Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo_ artigos 12 a 52

Para cada um dos pontos foram elaboradas perguntas orientadoras do debate, que podem ser verificadas na apresentação de *power point* e ata das oficinas.

Além disso, com o GTP foi realizada atividade no dia 16/11, antes da Oficina portanto, com apresentação do conteúdo sobre o contexto nacional de avaliação e revisão de planos diretores, conforme item 8.6.3.

Os resultados da avaliação (questionários e oficinas) foram apresentados na Oficina de Consolidação do Plano de Trabalho, realizada no dia 06/12. Vale destacar que os conteúdos desta atividade serão retomados na Etapa 02 | Análise da Situação Atual.

8.6.1. Sistematização das atividades de avaliação

A síntese dos questionários e das oficinas tem como premissa básica a percepção do interlocutor (entrevistado via questionário e participante das oficinas). A metodologia de análise do material coletado leva em consideração, primeiramente, os apontamentos dos interlocutores, sem interpretações respeitando a colocação de cada pessoa, para, posteriormente, construir grupos de interpretações: a) elementos de destaque dos entrevistados e participantes das oficinas; b) expectativas dos entrevistados.

Síntese dos QUESTIONÁRIOS

Elementos de destaque dos entrevistados:

- Ausência de desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004, apesar de ter ocorrido algumas influências em políticas, programas, projetos ou ações das secretarias:
 - Em aspectos relativos à questão habitacional, mobilidade e saneamento ambiental;

- Relativos à articulação de secretarias e órgãos municipais;
- Elaboração e ajustes da legislação de zoneamento e das macrozonas.
- Conflitos entre as regras estabelecidas no Plano Diretor com as demandas efetivas do que se quer fazer na cidade.
- Focos e incongruência da definição de investimentos no município, ressaltando que nem sempre ocorre sistematicamente pela inexistência de um sistema de informações com dados municipais consolidados;
- Em relação à ausência de regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor que não garante a aplicação dos eixos do Plano Diretor.

Expectativas dos entrevistados:

- Autoaplicação do Plano Diretor e aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Assegurar o processo participativo e a constituição do sistema de planejamento participativo;
- Que a revisão seja feita com mais assembleias e reuniões em todas as regiões da cidade, para atender maior número de participantes;
- Diminuir conflitos das legislações.

Síntese das OFICINAS

Elementos de destaque dos participantes das oficinas:

- Com relação aos eixos:

As colocações apontam para a reafirmação dos eixos estratégicos com pequenos ajustes na sua explicação, bem como o apontamento da implementação de um novo eixo que aborde questões ambientais.

- Com relação aos planos setoriais:

As colocações apontam a necessidade de uma maior interface entre os planos setoriais, bem como os processos participativos ainda estão bem aquém do ideal e existem ainda lacunas entre os planos setoriais/leis e as práticas.

- Com relação ao uso e ocupação:

Em casos específicos o macrozoneamento não foi respeitado e as zonas especiais precisam ser adequadas;

Constantes alterações na Lei de Zoneamento devido a interesses específicos.

FIGURA 5 - OFICINAS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR: RESPOSTAS DAS TARJETAS DOS GRUPOS DE TRABALHO

OFICINA 01 - GTP - EIXOS		OFICINA 01 - GTP - PLANOS SETORIAIS		OFICINA 01 - GTP - USO E OCUPACAO	
Devem ser novamente pactuados com a sociedade civil	g1	Devem ser adequados as novas diretrizes da política nacional	g1	Macrozoneamento foi respeitado	g1
		Precisam ser compatibilizados entre si		Zonas especiais precisam serm adequadas	
		Os planos devem virar instrumentos legais?		Expansão urbana, uso do solo e parcelamento. Respeitadas, alteradas, problemas frente ao mercado	
		Necessidade de realizar o art.118 - sistema municipal de gestão do planejamento (integrar/desfragmentar)			
Reafirmação de todos os eixos. Sugestão de se pensar em um novo eixo ambiental	g2	Apesar dos eventos dos Planos Setoriais não houve participação dos técnicos da SDU na sua elaboração	g2	Prever uso e ocupação do solo compatibilizando com a instalação dos grandes equipamentos (trem, metrô, etc)	g2
Enfatizar o tratamento dos grandes equipamentos no impacto urbano (eixo 7)		Houve processo participativo, porém ninguém desse grupo participou e observamos que as discussões não foram trazidas para o âmbito		ZEIS: Faltam estudos para ZEIS G; Morosidade na regulamentação de cada ZEIS específica.	
		Faltam planos de mobilidade e revisão da hierarquização viária		Constantes alterações na Lei de Zoneamento devido à interesses específicos	
		Identificada a falta de articulação e monitoramento entre Planos		Existe, hoje, o uso rural?	
Complementar Eixo 1: em relação à garantia da função social da cidade e da propriedade	g3	Em relação às Leis pós P.D.: Lei de Zoneamento, não houve processo participativo de fato para sua elaboração	g3	Expansão urbana, uso e parcelamento: não foram totalmente respeitadas, principalmente por conta da demanda por áreas para habitação e áreas para expansão das indústrias	g3
Complementar Eixo 4 - através de rede adequada de vias públicas e de meios de transporte acessíveis do ponto de vista material, econômico e humano		Lei APA Cabuçu - Tanque Grande, houve processo participativo. Ficou quase 2 anos na Câmara para ser aprovado		Zonas especiais: objetivos não foram alcançados devido a dificuldades de falta de infraestrutura e corpo técnico (desenvolvimento institucional). Essas ações não foram consideradas prioritárias	
Necessário complementar Eixo 3: incentivo ao desenvolvimento das atividades de agricultura		Na maioria dos casos, temos conhecimento da existência dos Planos Setoriais através da divulgação no site da Prefeitura		Macrozoneamento: necessário revisar os perímetros do macrozoneamento e os objetivos para ele traçados	
Complementar Eixo 3: articular desenvolvimento das atividades econômicas nas regiões do Município com as demais políticas setoriais (centralidades)				O objetivo traçado para a Macrozona de Urbanização Consolidada, conflitua com o macrozoneamento	

OFICINA 02 - CG/GTI - EIXOS	OFICINA 02 - CG/GTI - PLANOS SETORIAIS	OFICINA 02 - CG/GTI - USO E OCUPACAO
Podemos reafirmar todos os eixos	<p>Houve Planos Setoriais com interfaces das diversas secretarias, embora não completamente estruturadas</p> <p>g1 Processo participativo ainda está aquém do ideal. Os Planos setoriais responderam às necessidades dos setores de forma parcial. Ainda há muito a realizar</p>	<p>Em casos específicos o macrozoneamento não foi respeitado.</p> <p>ZEIS - não foram contempladas. As demais Zonas especiais cumprem seu papel.</p> <p>g1 Dificuldades quanto a gestão compartilhada da zona aeroportuária entre Município e Estado.</p> <p>O parcelamento do solo segue a Lei, porém faltou análise macro quando das aprovações.</p> <p>Macrozoneamento não foi totalmente respeitado, por exemplo, a Macrozona de Uso Rural e Urbano. Conflito do zoneamento com o macrozoneamento, portanto gera problemas no abastecimento de água, de esgoto, na mobilidade urbana, etc.</p> <p>g2 Pouco conhecimento de parte do grupo em relação ao zoneamento</p>
Podemos reafirmar todos os eixos.	<p>g2 Planos que o grupo tem conhecimento: Uso e ocupação, parcelamento do solo; Sistema viário, transporte; Abastecimento de água e esgoto; Resíduos sólidos; drenagem; habitação (Participativos ou não - com as Secretarias ou sociedade civil).</p>	<p>Necessidade de revisão.</p> <p>De forma geral a LUOS não respeita o Macrozoneamento.</p> <p>g3 Zonas especiais: não foi implementada a ZEIS G (vazios) - não delimitadas e não regulamentado os instrumentos como o parcelamento compulsório</p>
Os eixos podem ser reafirmados e continuam representando os valores desejados com algumas ressalvas: Eixo II - infraestrutura adequada (o termo infraestrutura urbana completa pode não ser adequado todas as Macrozonas, p.e. Macrozona de Uso Rural-Urbano); Eixo III: retirada do termo forte e tradicional; Eixo IV - específico de mobilidade, retirando a questão dos espaços e equipamentos e a questão ambiental; Incluir novo eixo específico sobre meio-ambiente.	<p>g3 O grupo tem conhecimento do PLHIS, Plano de Drenagem, de transporte e de saneamento. Com as devidas ressalvas, a elaboração dos Planos foi participativa. Os Planos e Leis representam as necessidades. Em parte respeitam os objetivos e eixos estratégicos do Plano Diretor.</p>	<p>g3</p>

OFICINA 03 - CMDU - EIXOS	OFICINA 03 - CMDU - PLANOS SETORIAIS	OFICINA 03 - CMDU - USO E OCUPACAO
Questão ambiental: discutir o destaque a ser dado nos eixos estratégicos ou criar um novo eixo	Planos setoriais: drenagem, resíduos sólidos, habitação de interesse social, água, esgoto, transporte, uso e ocupação do solo, educação (em elaboração), turismo (em elaboração)	Macrozonas: densidade populacional, por exemplo, Jd. Fortaleza X Cond. Vila Augusta (impacto urbano); ação legislativa (CMG) em desacordo: retalhos; Zoneamento: parcial desrespeito às macrozonas
Eixo 4 - Integração (vínculo) entre organização territorial e meio ambiente	Planos setoriais e leis representam as necessidades? - Sim, mas, no geral, há uma lacuna entre os planos setoriais/leis e as práticas. Há casos em que o diagnóstico foi baseado em dados desatualizados, dessa forma, não atende as necessidades, por exemplo, Plano de Resíduos Sólidos.	Vila Augusta: macrozona dinamização econômica favorece implantação habitacional em área com grande impacto para a moradia
Destacar ou incluir eixo estratégico: estratégia + prática	Participação - Habitação: baixo nível de participação; apenas participação técnica na maioria dos Planos; a participação se deu em diferentes níveis, ou seja, cada plano utilizou uma metodologia diferente de participação	Conflito entre diretrizes municipais e regionais: aeroporto, Rodoanel, eixo viário aeroporto-porto.
	Instrumentos: incentivos fiscais; ilhas verdes; recadastramento imobiliário; micro e pequena empresa.	Papel do CMDU no processo de elaboração de leis de modificação do zoneamento. Conflito entre CMG/CMDU; Crítica à zona mista ("baixa" qualidade de vida)
	Assistência social; esportes	Necessidade de definir: estrutura urbana; plano urbanístico; ZEIS: implementação dificultada por leis específicas.

8.6.2. Atas, apresentações, fotos e listas de presença das Oficinas de Avaliação

8.6.3. Reunião técnica – 16 de novembro de 2011

8.6.3.1. Ata

No dia 16 de novembro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo de Trabalho Permanente). Esta reunião de trabalho teve como objetivo iniciar reflexão sobre o Plano Diretor de Guarulhos a partir de apresentação sobre avaliação nacional dos planos diretores.

A abertura da reunião ficou sobre responsabilidade de Ricardo Zarzour. Em seguida, seguiu a apresentação de Tomás Antonio Moreira, coordenador técnico da Revisão do Plano Diretor pela Ambiens, sobre “Plano Diretor Participativo e as novas formas de gestão e parcerias”.


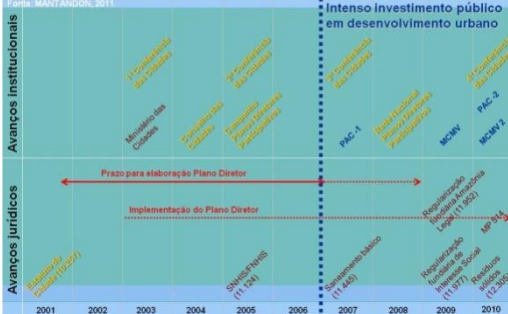

Após a realização da apresentação foi aberto para debates sobre a experiência do Plano Diretor de Guarulhos com alguns apontamentos sobre os desafios que estão colocados e as dificuldades encontradas.



8.6.3.2. Fotos

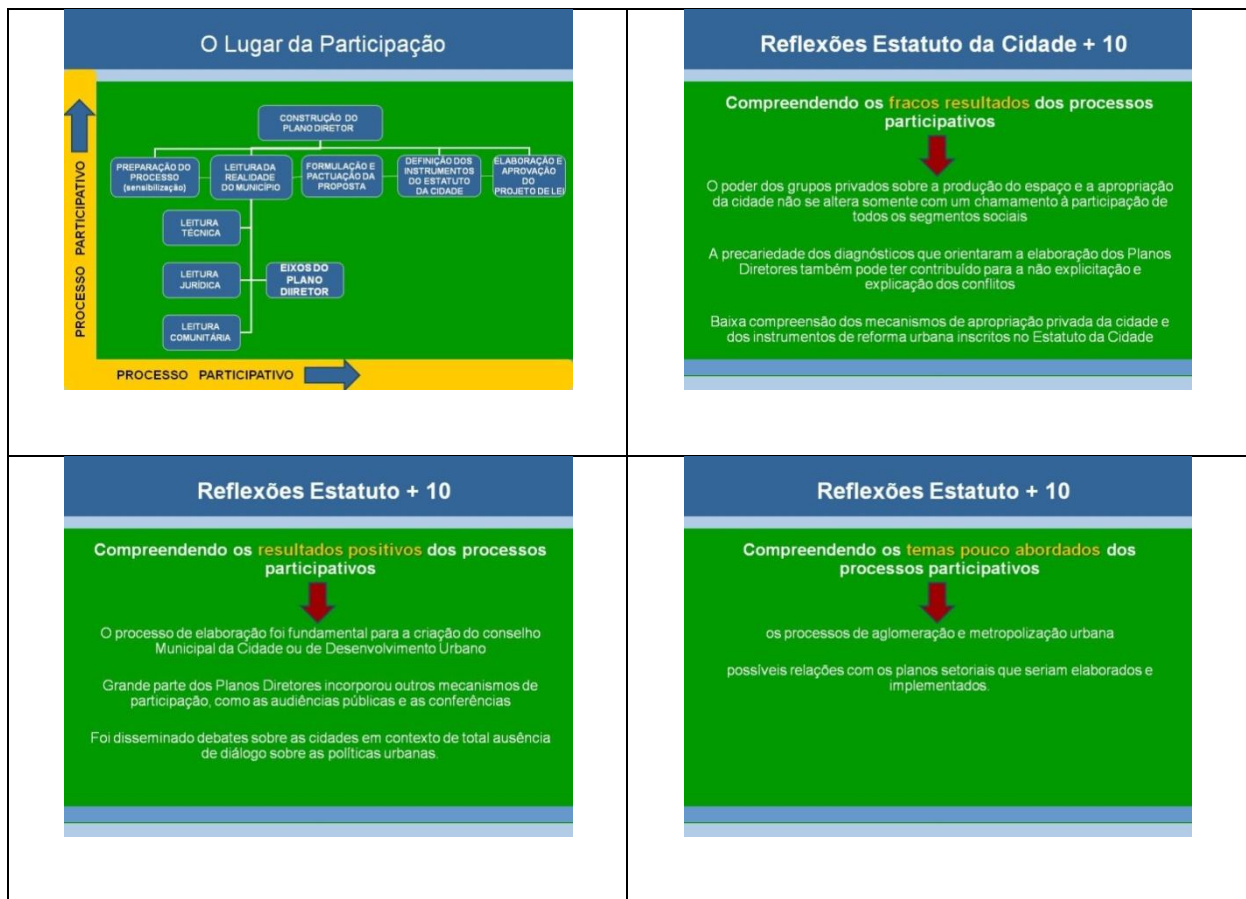


Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa

8.6.3.3. Apresentação de slides Power Point

<p>O Plano Diretor Participativo e as novas formas de gestão e parcerias</p> <p>Discussão PD-Guarulhos</p>	<p>Nossa Conformação Urbana</p> <p>Cidade legal privilegiada</p> <p>Cidade ilegal abandonada</p> <p>Cidade inteira sacrificada</p>  <p>Fonte: Revista Veja, 2000</p>
<p>Avanços jurídicos e institucionais e os planos diretores</p> <p>Fonte: MANT ANGOLO, 2011</p>  <p>Intenso investimento público em desenvolvimento urbano</p> <p>Avanços Institucionais</p> <p>Avanços Jurídicos</p> <p>Prazo para elaboração Plano Diretor</p> <p>Implementação do Plano Diretor</p> <p>2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010</p>	<p>Práticas de Gestão Participativa</p>
<p>Plano Diretor Participativo</p> <p>O Plano Diretor é uma lei municipal criada com a participação de toda a sociedade. Deve contar com a participação popular em todas as etapas da gestão: elaboração, implementação e monitoramento.</p>  <p>Ele deve ser aprovado na Câmara Municipal.</p> <p>De instrumento técnico, passa a ser um instrumento político.</p> <p>Fonte: Pólis, 2001</p>	<p>Práticas de Gestão Participativa</p> <p>Final dos 80/ Início dos 90: surgimento de novas modalidades de gestão</p> <p>↓</p> <ul style="list-style-type: none"> •Orçamento Participativo = ator público + sociedade civil <ul style="list-style-type: none"> •de Porto Alegre aos demais municípios •Consortio de Municípios = ator público + ator público <ul style="list-style-type: none"> •dos ambientais aos de mobilidade urbana
<p>Práticas de Gestão Participativa</p> <p>Final do anos 80 início dos anos 90: indução de práticas de gestão participativa</p> <p>↓</p> <p>Recomendações do BID para novos financiamentos <i>Good Governance</i></p> <p>↓</p> <p>Demanda de Formação de Conselhos Municipais</p>	<p>Gestão e Parcerias nos Planos Diretores Participativos</p>

<p>Diretrizes Gerais da Política Urbana (Artigo 2º do Estatuto da Cidade)</p> <ul style="list-style-type: none"> • II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; • III – cooperação entre os governos, iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; 	<p>Diretrizes Gerais da Política Urbana</p> <p>O Plano Diretor deve contar com a participação popular em todas as etapas da gestão: elaboração, implementação e monitoramento.</p>
<p>Diferentes naturezas dos instrumentos do Estatuto d Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano • Instrumentos de regularização fundiária • Instrumentos de democratização da gestão urbana • Instrumentos tributários 	<p>Instrumentos do Estatuto da Cidade</p> <p>Instrumentos de Indução ao Desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamentos em Títulos; • Outorga Onerosa do Direito de Construir; • Transferência do Direito de Construir; • Operações Urbanas Consorciadas; • Direito de Preempção; • Direito de Superfície; • Consórcio Imobiliário.
<p>Instrumentos do Estatuto da Cidade</p> <p>Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de Impacto de Vizinhança; • Conselhos – Sistemas de Gestão Democrática da Política Urbana; • Audiências e Consultas Públicas; • Conferências sobre Assuntos de Interesse Urbano; • Projetos de Iniciativa Popular. 	<p>Reflexões do Estatuto da Cidade + 10</p>
<p>Reflexões Estatuto da Cidade + 10</p> <p>Gestão Participativa: Elaboração / Implementação / Monitoramento</p> <p></p> <p>Aconteceu mais fortemente nos momentos de elaboração e em alguns processos</p> <p>Os processo são mais informativos que participativos</p>	<p>Reflexões Estatuto da Cidade + 10</p> <p>Por que a participação nos Planos Diretores é frágil?</p> <p></p> <p>Os processos de construção não favorecem a participação</p> <p>A participação ocorreu em momentos pontuais e não como elemento construtivo do processo</p> <p>Os Conselhos são mais deliberativos que consultivos</p> <p>Não há grandes avanços na democratização dos orçamentos</p> <p>Participação informativa X Participação efetiva</p>



Fonte: elaborados por Ambiens Cooperativa.

8.6.3.4. Lista de presença



revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 01 - Planejamento

Reunião Grupo Técnico Permanente
Data 16/11/11

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
Fátima Regina Cantadeiro	SDU 010701	24536706	Fatimacantadeiro@guarulhos.sp.gov.br
Tatiane Percec Savio	SDU 0107.02	24536706	Tatiane.Savio@guarulhos.sp.gov.br
Viviana T. S. Rodrigues	SDU 01 08 01	24536714	viviana - savio@yahoo.com.br
GISELE C. S. MORAIS	SDU 01 08 03	24536736	GISELACASSINA@YAHOO.COM.BR
SUELY AKEMI FUJIMURA SAITO	SDU 01 06 02	24536720	SuelyAkemi@guarulhos.sp.gov.br
Márcia Ribeira Rosa	SDU 01 09	24536739	marciarosa@guarulhos.sp.gov.br
Ana Tereza Neves Metram	SDU 01 07 03	2453.6706	anametram - aiki@hotmail.com
Sandra Martinez Lopez	SDU 01	24536719	sandramartinez@ig.com.br
KATIA AYUMI TANI	SDU 01 06 01	2453-6730	kahatan@guarulhos.sp.gov.br
RICARDO ZARZOVN	SDU 01 06	2453 6711	RZARZOVN@Gmail.com
ANGELA S PILOTTO	AMBIENS	76887601	angela@coopere.net
TOMAS		---	---

8.6.4. Oficinas – dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011

8.6.4.1. Ata

Nos dias 30 de novembro e primeiro de dezembro de 2011, foram realizadas as Oficinas de Avaliação da Implementação da Lei do Plano Diretor, todas no Centro de Eventos Adamastor, com presença de membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e dos grupos de trabalho relativos a revisão do PD, divididos da seguinte forma:

1. 30/11 – manhã - Grupo de Trabalho Permanente – GTP;
2. 30/11 – tarde - Coordenação Geral – CG e Grupo de Trabalho Intersecretarias – GTI
3. 01/12 – manhã - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

As Oficinas tiveram como objetivo produzir coletivamente análise crítica dos eixos estratégicos, dos seus instrumentos e das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo definidos no Plano Diretor. A abertura das oficinas ficou sobre responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em seguida Angela Pilotto apresentou a pauta de reunião do dia. Após apresentação da pauta, foi dada sequência a exposição dos tópicos. Após a realização da apresentação foi dividido em grupos de trabalho, conforme a pauta:



1. Processo de planejamento, revisão e avaliação do Plano Diretor: Esquema elaboração – implementação – revisão; Avaliação do Plano Diretor, resultados do questionário → apresentação da Ambiens
2. Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor: Análise crítica dos Eixos Estratégicos_ artigo 2º; Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas_ artigo 117; Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo_ artigos 12 a 52 → Grupos de Trabalho
3. Apresentação Grupos de Trabalho
4. Debate e encaminhamentos

As Oficinas tiveram como produtos os debates realizados e as respostas às questões formuladas em formato de tarjetas.

8.6.4.2. Fotos



8.6.4.3. Apresentação de slides Power Point

<p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">ETAPA 01 PLANEJAMENTO Oficina de Trabalho Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor</p> <p style="text-align: right;">30.11.2011</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p style="text-align: center;">PROGRAMAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Processo de planejamento, revisão e avaliação do Plano Diretor Esquema elaboração – implementação – revisão Avaliação do Plano Diretor - questionário 2. Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor Análise crítica dos Eixos Estratégicos_ artigo 2º Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas_ artigo 117 Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo_ artigos 12 a 52 3. Apresentação grupos 4. Debate e encaminhamentos Agenda <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">OBJETIVO</p> <p>Produzir coletivamente análise crítica do Plano Diretor, seus eixos estratégicos, instrumentos e diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo definidos no Plano Diretor</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p style="text-align: center;">Processo de planejamento, revisão e avaliação do Plano Diretor</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">PROCESSO DE PLANEJAMENTO</p> <p style="text-align: center;">PROCESSO DE PLANEJAMENTO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS - SP</p>  <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destaque para AVALIAÇÃO do Plano Diretor <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionários Prefeitura _17 [9 sdu, 3 habitação, 3 serviços públicos, 1 sde, 1 saae] CMDU_05 [mov. moradia, ung, asecc, ace, iab] ▪ Oficina de Trabalho Grupo de Trabalho Permanente [GTP] Coordenação Geral [CG] e Grupo de Trabalho Intersecretarial [GTI] CMDU <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">RESULTADOS QUESTIONÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expectativas positivas, autoaplicação ▪ Todos reconhecem avanços no Plano Diretor, mas com debilidades na implementação ▪ Aparecem diversos conflitos, especialmente com relação ao uso e ocupação do solo (macrozona rural-urbana, EPIV RIVI, instrumentos, luos) <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 

QUESTIONÁRIO PREFEITURA

1. PARTICIPOU da elaboração do Plano Diretor 2004?

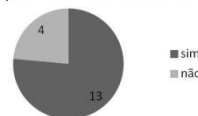


REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

2. Houve, na secretaria, algum DESDOBRAMENTO em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?



▪ Alguns desdobramentos:
LUOS, CMDU, EPIV RIVI, ZEIS, Planos Setoriais, Código de Edificações

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

3. O Plano Diretor de 2004 INFLUENCIOU de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria?



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

•Influências:

-Urbanização de favelas; implementação de equipamentos públicos; de loteamentos de interesse social; regularização fundiária

-Articulação de secretarias e órgãos municipais; participação sociedade civil (com baixa representatividade); atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)

-Lei de Zoneamento; adensamento da Macrozona de Urbanização Consolidada; expansão urbana da Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento; diminuição das ações de urbanização à Norte do Município com a criação de uma Zona de Proteção Ambiental;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

•Influências:

-Planos setoriais; Bilhete Único; Gestão de Resíduos (Plano Diretor de Resíduos Sólidos), cooperativa de catadores (COOP-RECICLÁVEL);

-Melhor atuação e direcionamento de investimentos públicos e privados

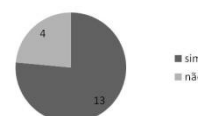
-Delimitação das ZEIS; ações da Secretaria de habitação pautadas pelas exigências do Plano Nacional de Habitação e Ministério da Cidade para obtenção de recursos e não pelo PD; instrumentos do PD não são autoaplicáveis

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

4. Consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de INVESTIMENTOS E PROJETOS?



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



QUESTIONÁRIO PREFEITURA

•Definição de investimentos:

-Adensamento compatível à infraestrutura urbana e aos equipamentos comunitários existentes e previstos.

-Implantação das estações elevatórias de esgoto e água; implementação de reservatórios; etc

-Destinação e localização de áreas para implementação de projetos, p.e. PMCMV

-Implantação de grandes empreendimentos e avaliação de impactos de vizinhança

-Implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV), Centrais de Triagem (CT) e Áreas de Transbordo e Triagem (ATT)

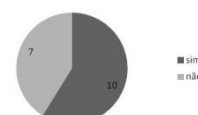
-Nem sempre ocorre sistematicamente pela inexistência de um sistema de informações com dados municipais consolidados

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS












QUESTIONÁRIO PREFEITURA









5. Considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor CONFLITAM com as demandas do que se quer fazer na cidade?



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO PREFEITURA</u></p> <p>*Conflitos:</p> <p>-Ausência de regulamentação dos instrumentos do PD não garante a aplicação dos eixos do Plano Diretor; o setor privado atua sem de forma a obter vantagens sobre na produção da cidade em conflito com os instrumentos do PD; impossibilidade de implementação de instrumentos como EPIV-RIV, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, Lei de Hierarquização Viária</p> <p>-Impossibilidade de reassentar população em zonas da cidade dotadas infraestrutura urbana</p> <p>-Dinâmica de adensamento vertical em conflito com as infraestruturas urbanas de abastecimento e viárias; especulação imobiliária leva a segregação sócio espacial</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO PREFEITURA</u></p> <p>*Conflitos:</p> <p>- Trecho Norte do Rodoanel; implantação de condomínios na macrozona de uso rural-urbano; Zona de Proteção Ambiental e Zona de Desenvolvimento Sustentável</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>						
<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO PREFEITURA</u></p> <p>6. Quais as EXPECTATIVAS da secretaria com relação à Revisão do Plano Diretor?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Auto aplicação; ▪ participativo; ▪ assegure execução da política habitacional; ▪ instrumentos do Estatuto da Cidade; ▪ ocupação do solo digna; ▪ diminuir conflitos da Lei de Zoneamento; ▪ EPIV-RIV; ▪ assegure prática de planejamento não excludente <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO CMDU</u></p> <p>1. PARTICIPOU da elaboração do Plano Diretor 2004?</p> <p>- Todos participaram</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>						
<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO CMDU</u></p> <p>2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no Município?</p> <div style="text-align: center;">  <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>sim</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>não</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	Resposta	Quantidade	sim	2	não	3	<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO CMDU</u></p> <p>Influências ou desdobramentos:</p> <p>Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento; ZEIS; Zona de Proteção Ambiental; Planos Setoriais; Conselhos e Fundos Municipais; Conferência da Cidade</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
Resposta	Quantidade						
sim	2						
não	3						
<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO CMDU</u></p> <p>3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?</p> <p>-Todos consideram que sim</p> <p>* Conflitos:</p> <p>Empreendimentos imobiliários na Macrozona de Uso Rural-Urbana; Plano genérico que não implementa seus instrumentos</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>QUESTIONÁRIO CMDU</u></p> <p>4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?</p> <p>Revisão da Lei de Zoneamento; avançar nas diretrizes para o desenvolvimento de Planos setoriais; basear o plano em informações acadêmicas como o Projeto Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais e Projeto Cabuçu; regulamentar sistema permanente de planejamento participativo</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>						

<p style="text-align: center;">QUESTIONÁRIO CMDU</p> <p>5. Considerações, observações e sugestões para a revisão do Plano Diretor?</p> <p>Transformar eixos estratégicos em ações, programas e projetos; Auto aplicação dos instrumentos do Plano; Coincidir uso e ocupação do solo com questões de mobilidade; Sistema de Planejamento Participativo; Considerar avanço imobiliário sobre a Macrozona de Uso Rural-Urbano e na ZPA, prever conflitos em relação ao Rodoanel e ao especulação imobiliária; Participação</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p style="text-align: center;">GRUPOS DE TRABALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise crítica dos Eixos Estratégicos _ artigo 2º ▪ Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas _ artigo 117 ▪ Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo _ artigos 12 a 52 <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">01 EIXOS ESTRATÉGICOS</p> <p>Artigo 2º</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪Podemos, neste grupo, reafirmar os eixos estratégicos? ▪Os eixos continuam representando os valores/desejos do que se quer? ▪Representam as demandas de transformação da realidade? <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p style="text-align: center;">2 PLANOS DIRETORES ESPECÍFICOS E OUTRAS MEDIDAS</p> <p>Artigo 117</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪Tem conhecimento de quais Planos setoriais e Leis foram realizados após o Plano Diretor? ▪Houve processo participativo? ▪Esses Planos e Leis representam as necessidades? ▪Respondem aos objetivos e eixos estratégicos do Plano Diretor? ▪Em que aspectos, situações e/ou casos concretos isto (não) ocorreu? <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">3 DIRETRIZES DE ORDENAMENTO E CONTROLE DO USO DO SOLO</p> <p>Artigos 12 a 52</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪MACROZONEAMENTO: foi respeitado? em que situações ou lugares isto ocorreu? Quais as principais mudanças e dificuldades com relação a cada macrozona? ▪ZONAS ESPECIAIS: os objetivos das zonas especiais foram alcançados? em que situações ou lugares isto ocorreu? Quais as principais mudanças e dificuldades com relação a cada ZE? ▪EXPANSÃO URBANA, USO E PARCELAMENTO: as regras foram e/ou tem sido respeitadas? Quais os principais problemas? Em que lugar do município? <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p>I - Eixo 1: Garantir as funções sociais da cidade e da propriedade, visando assegurar, de modo cada vez mais universal, aos que vivem ou atuam no Município, os benefícios e os direitos trazidos pelo progresso humano, proporcionando-lhes qualidade urbana, ambiental e social em todas as regiões e locais de moradia;</p> <p>II - Eixo 2: Ampliar as oportunidades para os segmentos da população ora excluída do acesso ao emprego, à renda, ao conhecimento, ao adequado atendimento de saúde, de segurança, de serviços e ambientes públicos de qualidade, à infra-estrutura urbana completa, à moradia adequada e regularizada, ao lazer, à participação nas decisões das instituições públicas de poder, reduzindo assim as desigualdades sociais e regionais;</p> <p>III - Eixo 3: Potencializar e ampliar as atividades econômicas no Município com atenção ao meio ambiente saudável, reforçando a forte e tradicional presença da indústria na cidade com medidas que a desenvolvam; ampliando a atividade e inovando em outros diferentes setores da economia; implementando projetos para o desenvolvimento do entorno do aeroporto internacional e das atividades que com ele se relacionam; fomentando iniciativas das micro e pequenas empresas, das pessoas individualmente, e das cooperativas populares, com base na economia solidária; apoiando o desenvolvimento das atividades econômicas nas diferentes regiões do Município; promovendo para estes fins articulações entre os agentes públicos, privados e da sociedade civil;</p> <p>IV - Eixo 4: Aprimorar a utilização adequada dos espaços e edificações particulares, bem como dos locais e equipamentos de uso público, e elevar a capacidade de mobilidade das pessoas no ambiente urbano, com melhor fluidez e acessibilidade interna ao Município, às rodovias, aos outros municípios da região metropolitana, através de rede adequada de vias públicas e de meios de transporte acessíveis do ponto de vista material e econômico, buscando sempre preservar ou recuperar o meio ambiente;</p> <p>V - Eixo 5: Expandir os recursos financeiros disponíveis para que o poder municipal possa cumprir amplamente suas finalidades, através do crescimento da atividade econômica, da plena utilização dos instrumentos de captação de recursos previstos constitucionalmente e de leis infra-institucionais como o Estatuto da Cidade, da ampliação da base arrecadatória, da recuperação de créditos públicos, do aprimoramento da aplicação dos recursos arrecadados e da contenção de gastos relativos, da obtenção otimizada de recursos de outros níveis de governo ou de instituições de apoio, da regularização e utilização da capacidade de obter empréstimos em condições vantajosas junto a instituições financeiras de fomento nacionais e internacionais e parcerias públicas ou privadas;</p> <p>VI - Eixo 6: Aprimorar as instituições públicas locais conforme os princípios, direitos e deveres constitucionais da democracia, da moralidade, da eficiência, da transparência, aperfeiçoando a participação democrática dos habitantes da cidade na sua gestão e controle, individualmente ou através das associações representativas dos vários segmentos da comunidade;</p> <p>VII - Eixo 7: Promover a articulação, cooperação, consorciação e gestão conjunta dos municípios da região metropolitana ou de interesse de municípios mais próximos, integrando-se nestes objetivos com as instituições do governo estadual, do governo federal e a sociedade civil.</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p style="text-align: center;">01 EIXOS ESTRATÉGICOS</p> <p>Artigo 2º</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪Podemos, neste grupo, reafirmar os eixos estratégicos? ▪Os eixos continuam representando os valores/desejos do que se quer? ▪Representam as demandas de transformação da realidade? <p style="text-align: center;">02 PLANOS DIRETORES ESPECÍFICOS E OUTRAS MEDIDAS</p> <p>Artigo 117</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪Tem conhecimento de quais Planos setoriais e Leis foram realizados após o Plano Diretor? ▪Houve processo participativo? ▪Esses Planos e Leis representam as necessidades? ▪Respondem aos objetivos e eixos estratégicos do Plano Diretor? ▪Em que aspectos, situações e/ou casos concretos isto (não) ocorreu? <p style="text-align: center;">03 DIRETRIZES DE ORDENAMENTO E CONTROLE DO USO DO SOLO</p> <p>Artigos 12 a 52</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪MACROZONEAMENTO: foi respeitado? em que situações ou lugares isto ocorreu? Quais as principais mudanças e dificuldades com relação a cada macrozona? ▪ZONAS ESPECIAIS: os objetivos das zonas especiais foram alcançados? em que situações ou lugares isto ocorreu? Quais as principais mudanças e dificuldades com relação a cada ZE? ▪EXPANSÃO URBANA, USO E PARCELAMENTO: as regras foram e/ou tem sido respeitadas? Quais os principais problemas? Em que lugar do município? <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 

Debate e encaminhamentos

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



DEBATE E ENCAMINHAMENTOS

Agenda:

- 06 dez – 13h30 – Adamastor – OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Identificação de Atores Sociais:

- Questionário

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Ambiens Sociedade Cooperativa
ambiens@coopere.net
www.coopere.net
(41) 3013-2160/ 3013- 2161

FIM – Obrigado!

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



8.7. ATIVIDADE 7 – Consolidação do plano de trabalho junto à coordenação

8.7.1.1. Ata

No dia seis de dezembro de 2011, reuniram-se no Centro de Eventos Adamastor, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa, a Coordenação Geral – CG, o Grupo de Trabalho Permanente – GTP, o Grupo de Trabalho Intersecretarias – GTI e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Esta reunião de trabalho teve como objetivo pactuar junto a essas instâncias o Plano de Trabalho que orientará a condução do processo de revisão do Plano Diretor. A estrutura de apresentação se deu da seguinte ordem:










- I. Contexto para Revisão do Plano Diretor [e avaliação do PD]
- II. Metodologia para Revisão do Plano Diretor e Etapas, atividades, produtos e cronograma
- III. Processo participativo: concepção, espaços e instâncias
- IV. Debate, sugestões e encaminhamentos









A abertura da reunião ficou sobre responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que informou a agenda de reuniões semanal com outras secretarias do governo. Em seguida Angela Pilotto apresentou a pauta de reunião do dia. Após apresentação da pauta, foi dada sequência a exposição dos tópicos. Após a realização das apresentações foi aberto para debates e sugestões em relação às atividades propostas no Plano de Trabalho.

Essa reunião produziu propostas e correções:

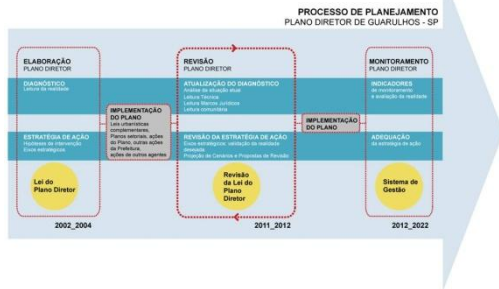
- Com relação aos segmentos para Leitura Comunitária incluir: Profissionais: corrigir Conselho e não Colégio de Arquitetos; Acadêmicos: Incluir Unifesp e Instituto Federal; Movimentos e organizações populares: incluir Associação Arte Nativa, Núcleo de Estudos Urbanos, Grita Povo; Sindicato de Professores passar para o segmento Sindicatos; SASP, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Arquitetos; Refinar os sindicatos para não ficar só com as Centrais Sindicais.
- Ivalto: Sugere oficializar o Presidente da Câmara para exigir a presença dos vereadores no debate do Plano Diretor. Que a câmara envie um membro para participar dos debates, e que seja preferencialmente um mesmo representante ou mais de um, mas que participem com regularidade das reuniões;
- Ângela: Explica que a consultoria apresentou a proposta de uma oficina específica com os vereadores e que esta sugestão pode contemplar a preocupação do Ivalto;
- Moreno: Pede que o Grupo Técnico não seja formado apenas por técnicos da Prefeitura, mas técnicos de fora da Prefeitura também;
- Alguns membros presentes explicam que na visão deles, os grupos da sociedade civil já atendem à expectativa apresentada pelo Moreno, pois estarão presentes os técnicos dos conselhos de classe;
- Moreno: sugere a realização de uma Conferência para discutir a Política Urbana, Econômica e Social. Ele afirma que é importante realizar esta conferência além da audiência. Porque a Conferência é realizada no começo e a audiência é realizada no final. Ele gostaria que fosse realizada uma Conferência nos termos do que é previsto pelo atual Plano Diretor;
- Julio: o processo de elaboração do Plano anterior foi aprovado internamente. Um plano diretor desta importância precisa ser debatido integralmente com a população.
- Ângela: recupera a apresentação a respeito das etapas e do processo de participação. Com a proposta atual, a intenção é justamente garantir a participação da população e todas as etapas;

8.7.1.3. Apresentação de slides Power Point

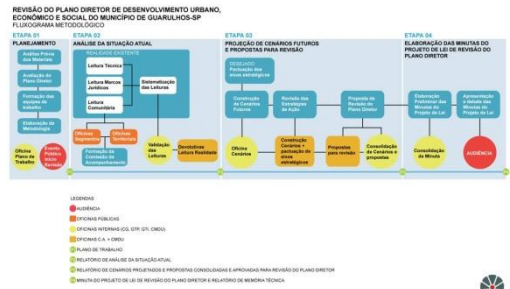
<p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p>  	<p>ETAPA 01 PLANEJAMENTO Oficina Consolidação do Plano de Trabalho [P1]</p> <p>06.12.2011</p> <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p><u>PROGRAMAÇÃO</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Contexto para Revisão do Plano Diretor [e avaliação do PD]2. Metodologia para Revisão do Plano Diretor e Etapas, atividades, produtos e cronograma <p>Intervalo</p> <ol style="list-style-type: none">3. Processo participativo: concepção, espaços e instâncias4. Debate, sugestões e encaminhamentos <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p><u>OBJETIVO DA OFICINA</u></p> <p>Apresentar o Plano de Trabalho, discuti-lo e aprová-lo junto à Coordenação Geral (CG), Grupo de Trabalho Permanente (GTP) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)</p> <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p>Contexto para Revisão do Plano Diretor [e avaliação do PD]</p> <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p><u>CONTEXTO DA REVISÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Conteúdo do Plano Diretor<ul style="list-style-type: none">▪ Eixos de Planejamento<ul style="list-style-type: none">▪ Discurso▪ Desejos▪ Normas de aplicação prática<ul style="list-style-type: none">▪ Objetividade e aplicabilidade das normas <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 
<p><u>CONTEXTO DA REVISÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Revisão do Plano<ul style="list-style-type: none">▪ Ampliar a autoaplicabilidade das normas▪ Desafio político e institucional▪ A aplicabilidade das normas depende de:<ul style="list-style-type: none">▪ Capacidade institucional [estrutura]▪ Formalidades relacionadas à legalidade e ao processo de elaboração da lei▪ Legitimidade construída no processo participativo <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 	<p><u>AValiação DO PLANO DIRETOR</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Questionários Prefeitura _17 [9 sdu, 3 habitação, 3 serviços públicos, 1 sde, 1 saae] CMDU_05 [mov. moradia, unq, asec, ace, iab]▪ Oficinas de Trabalho<ol style="list-style-type: none">1. Grupo de Trabalho Permanente [GTP]2. Coordenação Geral [CG] e Grupo de Trabalho Intersecretarial [GTI]3. CMDU <p>REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS</p> 

<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Resultados preliminares: síntese dos questionários e das oficinas <p>A síntese dos questionários e das oficinas tem como premissa básica a percepção do interlocutor (entrevistado via questionário e participante das oficinas). A metodologia de análise do material coletado leva em consideração, primeiramente, os apontamentos dos interlocutores, sem interpretações respeitando a colocação de cada pessoa, para, posteriormente, construir grupos de interpretações:</p> <p>a) elementos de destaque dos entrevistados e participantes das oficinas; b) expectativas dos entrevistados.</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <p>Síntese dos QUESTIONÁRIOS</p> <p>Elementos de destaque dos entrevistados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ausência de desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004, apesar de ter ocorrido algumas influências em políticas, programas, projetos ou ações das secretarias: <ul style="list-style-type: none"> Em aspectos relativos à questão habitacional, mobilidade e saneamento ambiental; Relativos à articulação de secretarias e órgãos municipais; Elaboração e ajustes da legislação de zoneamento e das macrozonas. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <p>Síntese dos QUESTIONÁRIOS</p> <p>Elementos de destaque dos entrevistados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conflitos entre as regras estabelecidas no Plano Diretor com as demandas efetivas do que se quer fazer na cidade. Focos e incongruência da definição de investimentos no município, ressaltando que nem sempre ocorre sistematicamente pela inexistência de um sistema de informações com dados municipais consolidados; Em relação à ausência de regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor que não garante a aplicação dos eixos do Plano Diretor. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <p>Síntese dos QUESTIONÁRIOS</p> <p>Expectativas dos entrevistados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Autoaplicação do Plano Diretor e aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; Assegurar o processo participativo e a constituição do sistema de planejamento participativo; Que a revisão seja feita com mais assembleias e reuniões em todas as regiões da cidade, para atender maior número de participantes; Diminuir conflitos das legislações. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <p>Síntese das OFICINAS</p> <p>Elementos de destaque dos participantes das oficinas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com relação aos eixos: As colocações apontam para a reafirmação dos eixos estratégicos com pequenos ajustes na sua explicação, bem como o apontamento da implementação de um novo eixo que aborde questões ambientais. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR</u></p> <p>Síntese das OFICINAS</p> <p>Elementos de destaque dos participantes das oficinas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com relação aos planos setoriais: As colocações apontam a necessidade de uma maior interface entre os planos setoriais, bem como os processos participativos ainda estão bem aquém do ideal e existem ainda lacunas entre os planos setoriais/leis e as práticas. Com relação ao uso e ocupação: Em casos específicos o macrozoneamento não foi respeitado e as zonas especiais precisam ser adequadas; Constantes alterações na Lei de Zoneamento devido a interesses específicos. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;">Metodologia para Revisão do Plano Diretor Etapas, atividades, produtos e cronograma</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>OBJETIVOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo Geral Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos. Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none"> Construção de diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos no período 2004-2010; Estudo da dinâmica socioterritorial; Identificação de vetores de crescimento urbano e dinâmica populacional; Compatibilização de Planos Diretores Setoriais; Construção de cenários para o período 2011-2021; Diretrizes para o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>

PROCESSO DE PLANEJAMENTO



METODOLOGIA DA REVISÃO



Etapas, atividades, produtos e cronograma

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

ETAPAS REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- **Objeto:** Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos
- **Duração:** 8 meses
- **4 Etapas:**
 - Planejamento;
 - Análise da Situação Atual;
 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a revisão;
 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do PD.

CRONOGRAMA GERAL

ETAPAS E PRODUTOS	2011	2012							
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento PRODUTO 01 - Plano de Trabalho	█	█							
ETAPA 2 - Análise da situação atual PRODUTO 02 - Relatório de Análise da Situação Atual			█	█	█				
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão PRODUTO 03 - Relatório de Análise de Impactos e Propostas Sociais e Econômicas para a Revisão do Plano Diretor de Lei de 2004, Classificação de Prioridades de Trabalho				█	█	█			
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor PRODUTO 04 - Minuta do projeto de lei de Revisão do Plano Diretor Relatório de Monitoramento							█	█	█

ETAPA 01 | PLANEJAMENTO

- **Objetivo:** construir a metodologia a ser utilizada dispondo sobre os conceitos, os princípios, o processo de elaboração, as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos do trabalho contratado.
- **Duração:** 2 meses
- **Produto:** Plano de Trabalho

ETAPAS	2011	2012							
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento	█	█							
ETAPA 2 - Análise da situação atual			█	█	█				
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão				█	█	█			
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor							█	█	█

ETAPA 01 | PLANEJAMENTO

- **Atividades:**
 - Constituição da Coordenação Geral;
 - Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal;
 - Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor;
 - Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas;
 - Análise Prévia e Consolidação dos Dados e materiais existentes no município;
 - Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor;
 - Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação.

ETAPAS	2011	2012							
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento	█	█							
ETAPA 2 - Análise da situação atual			█	█	█				
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão				█	█	█			
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor							█	█	█

ETAPA 02 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

- **Objetivo:** construir o diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos para o período 2004-2010, no contexto da RMSP, considerando os eixos estratégicos e objetivos aprovados na Lei do Plano Diretor e demais conteúdos relativos a cada tema específico.
- **Duração:** 3 meses
- **Produto:** Relatório da Análise da Situação Atual

Atualização do Diagnóstico:

- Que mudanças ocorreram no período? E por quê?
- Qual a relação destas com os eixos estratégicos e objetivos do Plano?
- O que (não) foi implementado? E por quê?

ETAPAS	2011	2012							
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento	█	█							
ETAPA 2 - Análise da situação atual			█	█	█				
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão				█	█	█			
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor							█	█	█

ETAPA 02 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

- **Atividades:**
 - Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações;
 - Oficinas internas para análise integrada e intersetorial;
 - Leitura dos Marcos Jurídicos;
 - Leitura comunitária
 - Oficinas por segmentos e oficinas territoriais;
 - Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária;
 - Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.
 - CMDU e Comissão de Acompanhamento
 - Produção de documento síntese da Leitura;

ETAPAS	2011	2012							
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
ETAPA 1 - Planejamento	█	█							
ETAPA 2 - Análise da situação atual			█	█	█				
ETAPA 3 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão				█	█	█			
ETAPA 4 - Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor							█	█	█

ETAPA 02 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

▪ Cronograma Etapa 2:

	2011					2012								
	DEZ	2	9	16	23	30	6	13	20	27	5	12	19	26
ETAPA 2 – Análise da situação atual														
Atividade 8 – Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.														
– Oficinas Internas														
Atividade 9 – Leitura dos Marcos Jurídicos														
Atividade 10 – Leitura comunitária														
– Oficinas Comunitárias														
Atividade 11 – Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária														
Atividade 12 – Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.														
PRODUTO 02 – Relatório da Análise da Situação Atual														

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 02 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

▪ Dimensões para Leitura Técnica:

- Inserção metropolitana
- Dinâmica socioeconômica
- Produção e apropriação do espaço: Aspectos físico-territoriais, infraestrutura social e urbana, Uso e ocupação do solo urbano
- Sistema de gestão do planejamento: Orçamento público, UPRs, Regulamentação de Instrumentos e do PD
- Leitura dos Marcos Jurídicos

▪ Leitura da realidade a partir dos Eixos Estratégicos

▪ Identificação e elaboração de indicadores e variáveis para análise da realidade e posterior projeção dos cenários

	2011			2012						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	
ETAPAS										
ETAPA 1 – Planejamento										
ETAPA 2 – Análise da situação atual										
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão										
ETAPA 4 – Elaboração das Minutas de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor										

ETAPA 03 | PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO

- **Objetivo:** construir cenários para o período 2011-2021 a partir dos eixos estratégicos repactuados e dos resultados da etapa 02 e definir propostas para revisão do Plano Diretor.
- **Duração:** 45 dias
- **Produto:** Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Revisão das estratégias de ação:

- Quais as demandas futuras? E as tendências de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico?
- Quais as novas propostas, a partir da realidade atual e do cenário pactuado?
- O que deve ser implementado?

	2011			2012						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	
ETAPAS										
ETAPA 1 – Planejamento										
ETAPA 2 – Análise da situação atual										
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão										
ETAPA 4 – Elaboração das Minutas de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor										

ETAPA 03 | PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO

▪ Atividades:

- 13 - Construção de cenários futuros
Pactuação dos Eixos Estratégicos
Construção do cenário desejado
Revisão das propostas e construção de novas propostas
- 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal
- 15 - Discussão pública e pactuação das propostas para a revisão

	2011			2012						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	
ETAPAS										
ETAPA 1 – Planejamento										
ETAPA 2 – Análise da situação atual										
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão										
ETAPA 4 – Elaboração das Minutas de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor										

ETAPA 04 | ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PD

- **Objetivo:** construir minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.
- **Duração:** 45 dias
- **Produto:** Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica

	2011			2012						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	
ETAPAS										
ETAPA 1 – Planejamento										
ETAPA 2 – Análise da situação atual										
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão										
ETAPA 4 – Elaboração das Minutas de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor										

ETAPA 04 | ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PD

▪ Atividades:

- 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.
- 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.
- 18 – Realização de Audiência Pública.
- 19 – Finalização da minuta de Lei.
- 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.

	2011			2012						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	
ETAPAS										
ETAPA 1 – Planejamento										
ETAPA 2 – Análise da situação atual										
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão										
ETAPA 4 – Elaboração das Minutas de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor										

PROCESSO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, ESPAÇOS E INSTÂNCIAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



















PROCESSO PARTICIPATIVO

1. Concepções de Democracia Participativa;
2. Espaços e Instâncias de Participação;
3. Detalhamento dos Espaços de Participação
4. Estratégias de mobilização e Comunicação;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



<p style="text-align: center;">CONCEPÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concepção de Democracia; ▪ Democracia Participativa e Deliberativa; ▪ Democracia participativa no Brasil; ▪ Democracia participativa nos Planos Diretores. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação Geral (CG) ▪ Grupo de Trabalho Permanente (GTP) ▪ Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI) ▪ Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) ▪ Comissão de Acompanhamento (CA) <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>		
<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão Técnica e Política ▪ Acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ Participar do processo participativo; ▪ Mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura; ▪ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria de Governo; ▪ Secretaria de Administração e Modernização; ▪ Secretaria de Comunicação; ▪ Secretaria de Finanças; ▪ Secretaria de Desenvolvimento Urbano; ▪ Secretaria de Trânsito e Transporte; ▪ Secretaria de Meio Ambiente; ▪ Secretaria de Obras; ▪ Secretaria de Cultura; ▪ Secretaria de Habitação; ▪ Secretaria de Serviços Públicos; <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>		
<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>COORDENAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria de Desenvolvimento Econômico; ▪ Secretaria de Trabalho; ▪ Secretaria de Educação; ▪ Secretaria de Saúde; ▪ Secretaria de Assistência Social; ▪ Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer; ▪ Secretaria de Cultura; ▪ Secretaria de Segurança Pública; ▪ Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários; ▪ Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE <small>* Formado por técnicos da SDU</small></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar informações e documentos; ▪ Acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ Participar reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ Mobilizar atores internos ▪ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. ▪ Aprovar os produtos da consultoria. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>		
<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE <small>* Formado por técnicos da SDU</small></p> <table border="0"> <tr> <td> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Álvaro Antonio Garruzi; ▪ José Maria Giroldo; ▪ Plínio Soares Santos; ▪ Ana Lúcia Rodrigues Malufi; ▪ Sandra Martins Lopes; ▪ Gláucia Varandas; ▪ Márcia Ribeiro Rosa; ▪ Ricardo Zarzur; ▪ Suelly Akemi Fugiwara Siro; ▪ Márcia Hisae Morita; ▪ Kátia Ayumi Tani; ▪ Luciana de Oliveira Santos; </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Potyra Tibiríça Sartori; ▪ Vantull Fernandes dos Santos ▪ Thiago Perez Sávio ▪ Ana Rosa Metram ▪ Fátima Cantadeiro ▪ Gisele Cassina ▪ Valesca Tavares dos Santos ▪ Lucas ▪ Márcio Caropreso ▪ Robson ▪ Sueli Allara ▪ Cristina Brazan ▪ Noemia </td> </tr> </table> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Álvaro Antonio Garruzi; ▪ José Maria Giroldo; ▪ Plínio Soares Santos; ▪ Ana Lúcia Rodrigues Malufi; ▪ Sandra Martins Lopes; ▪ Gláucia Varandas; ▪ Márcia Ribeiro Rosa; ▪ Ricardo Zarzur; ▪ Suelly Akemi Fugiwara Siro; ▪ Márcia Hisae Morita; ▪ Kátia Ayumi Tani; ▪ Luciana de Oliveira Santos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potyra Tibiríça Sartori; ▪ Vantull Fernandes dos Santos ▪ Thiago Perez Sávio ▪ Ana Rosa Metram ▪ Fátima Cantadeiro ▪ Gisele Cassina ▪ Valesca Tavares dos Santos ▪ Lucas ▪ Márcio Caropreso ▪ Robson ▪ Sueli Allara ▪ Cristina Brazan ▪ Noemia 	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <hr/> <p>GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar todas as etapas do Plano; ▪ Contribuir para visão intersecretorial da revisão do Plano; ▪ Disponibilizar informações e documentos; ▪ Participar de reuniões técnicas e eventos participativos; ▪ Mobilizar atores internos; ▪ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Álvaro Antonio Garruzi; ▪ José Maria Giroldo; ▪ Plínio Soares Santos; ▪ Ana Lúcia Rodrigues Malufi; ▪ Sandra Martins Lopes; ▪ Gláucia Varandas; ▪ Márcia Ribeiro Rosa; ▪ Ricardo Zarzur; ▪ Suelly Akemi Fugiwara Siro; ▪ Márcia Hisae Morita; ▪ Kátia Ayumi Tani; ▪ Luciana de Oliveira Santos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potyra Tibiríça Sartori; ▪ Vantull Fernandes dos Santos ▪ Thiago Perez Sávio ▪ Ana Rosa Metram ▪ Fátima Cantadeiro ▪ Gisele Cassina ▪ Valesca Tavares dos Santos ▪ Lucas ▪ Márcio Caropreso ▪ Robson ▪ Sueli Allara ▪ Cristina Brazan ▪ Noemia 		

<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS</p> <p>SDU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Álvaro Antonio Garruzi; • Plínio Soares Santos; • Ana Lucia Rodrigues Malufi; • Sandra Martines Lopes; • Glauca Varandas; • Márcia Ribeiro Rosa; • Ricardo Zarzour; • Sueily Akemi Fugiwara Siro; • Márcia Hisae Morita; • Kátia Ayumi Tani; <p>Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Guilherme Bagattini <p style="text-align: right;">Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renata Paula Lucas • Marco Antonio Teixeira da Silva; • Andrea Straccia; • Luiz Carlos Gaeta; • Marineia Lazzari Chiovatto; • Marcio Cordeiro de Andrade; <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS</p> <p>SAAE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lygia Felix Pereira • Agumaldo Marques Barbosa • Cristiane T. Marins <p>Desenvolvimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marinilzes Moradillo Mello • Josefa Gonçalves de Santana Leônico • Lourde Bora Zanlan • Rubens Paulo da Silva <p style="text-align: right;">Serviços Públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maria Helena Ribeiro; • Jefferson Chagas; • Rui Barbosa de Alencar; • Rosaria Camargo, Obras • Marcelo Cruz; Transito • Claudio Attili; • Carla Angelini Lazur <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar reuniões técnicas e eventos participativos; • Mobilizar politicamente atores da sociedade civil; • Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO</p> <p><small>*Delegados eleitos nas oficinas por segmentos e territoriais</small></p> <ul style="list-style-type: none"> • Publicizar agendas da Revisão do PD para sociedade; • Mobilizar atores da sociedade civil para participar da revisão do PD; • Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão do Plano Diretor. • Construir pautas e propostas oriundas da sociedade civil; • Participar dos espaços participativos; • Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;">ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>EVENTO PÚBLICO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços participativos de caráter informativo; <p>OFICINAS PÚBLICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo; <p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO</p> <p>ETAPA 01 – PLANEJAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • DATA: janeiro de 2012 • OBJETIVO: Publicizar o Processo de Revisão do Plano Diretor; mobilizar atores para participação do Plano; • PÚBLICO ALVO: Aberto à sociedade • CARÁTER: Informativo <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <p>ETAPA 02 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • DATA: janeiro e fevereiro de 2012 • OBJETIVO: realizar leitura da realidade comunitário por meio de oficinas regionais e por segmentos sociais; retirar representantes das oficinas que irão formar a Comissão de Acompanhamento (C.A) da Revisão do Plano Diretor. • CARÁTER: Consultivo/propositivo <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">LEITURA COMUNITÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas por Segmentos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Associações empresariais; 2. Entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; 3. Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; 4. Vereadores; 5. Conselheiros vinculados à política urbana [e ao Orçamento Participativo] • Oficinas por Território: Unidades de Planejamento Regional (UPR) <ol style="list-style-type: none"> 1. Centro e Vila Galvão; 2. Taboão; 3. São João; 4. Bonsucesso; 5. Cumbica; 6. Pimentas; 7. Cabuçu e Tanque Grande; 8. Capelinha e Jaguarí. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>

LEITURA COMUNITÁRIA

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- Um (01) representante de cada oficina de leitura comunitária.
- Os segmentos possuem autonomia para definir a forma de escolha do representante.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



LEITURA COMUNITÁRIA - SEGMENTOS

SEGMENTOS	ORGANIZAÇÕES
1 Associações Empresariais	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP); Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos - ACEG; SENAI, SENAC, Associação de Empresários de Cumbica - ASEC; Associação dos empresários de Bomsumesso
2 Profissionais	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APROESP; Associação dos Servidores Municipais de Guarulhos- ASMIG; Colégio de Arquitetos e Urbanistas - CAU; CREA, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Guarulhos - ASSEAG; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI; OAB- Associação Guarulhense de Administradores e Corretores de Imóveis;
Acadêmicos	UNG- FIG
ONGs	AGNDE- Agência de Desenvolvimento e Inovação; Viva Guarulhos.
3 Movimentos Sociais e Organizações Populares	Associação de Moradores nas Áreas Invasadas e de Risco, MINIM, MNNV, Mov. Paulo Conarim - More Bem, Movimento Galupui, Comunidade Negra.
Sindicatos	CUT, Força Sindical,
4 Vereadores	
5 Conselhos	Consej, Conselhos



DEVOLUTIVAS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

ETAPA 02 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

- DATA: março 2012
- OBJETIVO: Apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica;
- PÚBLICO ALVO: CMDU e Comissão de Acompanhamento
- CARÁTER: consultivo/propositivo

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

- ETAPA 03 - PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO;
- DATA: abril de 2012
- OBJETIVO: pactuação dos eixos estratégicos, revisão das estratégias de ação a partir da apresentação de cenários futuros (2011-2021) e elaboração de propostas (de alteração da Lei e construção de instrumentos, diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento).
- PÚBLICO ALVO: Comissão de Acompanhamento e CMDU
- CARÁTER: Consultivo

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

- ETAPA 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão;
- DATA: abril de 2012
- OBJETIVO: Aprovação das propostas de alteração da Lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento;
- PÚBLICO ALVO: Comissão de Acompanhamento e CMDU
- CARÁTER: consultivo/propositivo

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- ETAPA 04 -Elaboração da Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;
- DATA: maio de 2012
- OBJETIVO: Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;
- PÚBLICO ALVO: Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, GTI
- CARÁTER: deliberativo

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS





ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Divulgar datas, locais e pautas dos eventos em Edital (nota pública, diário oficial, página principal prefeitura), com no mínimo 15 dias de antecedência, conforme resolução nº 25 do Ministério das Cidades e Conselho Nacional das Cidades;
- Criar um canal de comunicação por meio da internet "Guarulhos 2012" (página prefeitura, facebook e/ou twitter), para a disponibilização de cronogramas de atividades, notícias sobre a realização de eventos (locais e horários dos eventos, fotos e síntese dos debates), divulgação de dados e informações produzidas para o Plano Diretor, relatórios e produtos;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



<p style="text-align: center;"><u>ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgar datas, locais e pautas dos eventos por meio de cartas (e-mails) direcionadas para organizações, segmentos sociais, imprensa e atores sociais relevantes, com no mínimo 15 dias de antecedência; ▪ Produzir cartazes divulgando datas, locais e pautas dos eventos, disponibilizados em locais de grande circulação de pessoas, tais como equipamentos públicos, transporte coletivo, associações comunitárias, universidades, supermercados etc, sobretudo para os eventos de lançamento, oficinas territoriais e audiência da minuta de lei do Plano Diretor; <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir faixas ou banner indicando o local e a data do evento; ▪ Produzir outdoor para divulgar o evento de encerramento do Plano; ▪ Inserir pautas e artigos sobre o Plano Diretor em rádios e jornais locais, informando o andamento do processo; ▪ Publicar informativo (meio impresso) divulgando o andamento do Plano, bem como seu cronograma, locais e pautas dos eventos participativos; <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;"><u>ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar cópias dos produtos, dados e informações produzidas para o Plano Diretor, relatórios por meio digital ou impresso para membros dos CMDU, C.A e segmentos interessados. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;"><u>ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituem-se em atividades de publicização e convencimentos acerca da importância da participação de atores no processo de revisão do Plano Diretor. Tais atores após serem convencidos poderão mobilizar e informar outros atores da rede da sociedade civil <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;"><u>ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar atores-chave, capazes de replicar as informações e conteúdos produzidos pelo Plano; ▪ enviar cartas (e-mail e meio impresso) para os atores identificados, informando sobre a revisão, bem como convidá-los para a participarem dos eventos participativos; ▪ A realização de telefonemas para atores-chave, buscando informá-los acerca do processo participativo; ▪ A realização de reuniões (conversas) com atores-chave no intuito de sensibilizá-los acerca do processo. <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">Debate e encaminhamentos</p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>
<p style="text-align: center;"><u>DEBATE E ENCAMINHAMENTOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dúvidas e sugestões com relação do Plano de Trabalho ▪ Em aberto: Data para Evento de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Membros das instâncias (CG, GTP, GTI) ▪ Agenda: 13.dez - Entrega do P1 Plano de Trabalho 14 a 22.dez - Preparação das oficinas internas e externas 16.jan a 17.fev - Oficinas Internas Temáticas 23.jan a 04.fev - Oficinas Segmentos e Territoriais [divulgação a partir do dia 9.jan] <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>	<p style="text-align: center;">Ambiens Sociedade Cooperativa ambiens@coopere.net www.coopere.net (41) 3013-2160/ 3013- 2161</p> <p style="text-align: center;"><u>FIM – Obrigado!</u></p> <p style="text-align: center;">REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS </p>

8.7.1.4. Lista de presença



revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 01 Planejamento

Reunião / Oficina
CONSOLIDAÇÃO PLANO DE TRABALHO
Data 6.12.11 tarde

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
Rubem de Almeida Rodrigues PAULO SÉRGIO LUCAS CUNHA	SDU 01	2453 6719	rubemalmeida2@hotmail.com
João José de Araújo	SDU 02 09	24 536728	PSLUCASCUNHA@GMAIL.COM
JEFFERSON CHATAS	SSPOL	65356354	
SOELEN ALVARA	SSPOL	2087 6620	JEFFERSON.Guarulhos@gmail.com
Maria Cristina Brazan Albertin	SDU 02 07	2453-6714	soellenalvar@uol.com.br
FABIANA FURTADO	SDU 02 07	2453-67-14	cristinabrazan@uol.com.br
ANDREIA STACERA	SDU 01 06 01	2453 6730	fahinfatado@hotmail.com
Lígia Felix Pereira	SHO 1	2088 7201	andrea.stacera@gmail.com
Guilherme Mendes Barbosa	SAAE	2472 5397	ligia.pereira@saae.guarulhos.sp.gov.br
MAURÍCIO ROCHA DA COSTA	SAAE	2472-5331	guilhermebarbosa@saae.guarulhos.sp.gov.br
Luiz Fº de Souza	GOVERNO	2475-8707	MAURICIOCOSTA@gmail.com
Vitoriano Mungelli	GOVERNO	7877-4702	luisfsoz@uol.com.br
ROBERTO DOS SANTOS MORENO	Comunicação - OP	9553-4666	vitoriano.mungelli@vitalico.com.br
ADRIANA FUGA	IAB Guarulhos/ASSEAG	11 9113-8129	moreno57@gmail.com
GUILHERME BAGATINI	SSP	2468-7214	ADRIANA.FUGA@gmail.com
Mélica Alves dos Reis Mungelli	SM- PMG	2441-4661	guilhermefugati@gmail.com
KLÍCIO MARES	SO- DINFRA	2475-9934	melicamungelli@guarulhos.sp.gov.br
José Maria Girólido	SDU	2453-6719	cliciomares@guarulhos.sp.gov.br
KÁTIA AYUMI TANI	SDU	9700-1647	josemariagirolido@guarulhos.sp.gov.br
	SDU	2453-6730	katiatani@guarulhos.sp.gov.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 01 Planejamento

Reunião / Oficina
CONSOLIDAÇÃO PUNTO DE TRABALHO
Data 6.12.11 tarde

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
Luiz Carlos Bonfai	SDE	2408-7646	luizcarlosbonfai@guarulhos.sp.gov.br
MARCELO CRUZ	S.O	2409-5263	marcelocruz@yaho.com.br
Ricardo Louren	S.D.U.	2453.6711	R20R20R@gmail.com
Marcia Ribeiro Rosa	SDU	2453.6739	marciarrosa@hotmail.com
Polyna Virginia Lopes Santoni	SDU	2453.6720	polynasantoni@guarulhos.sp.gov.br
Sidley Akiva F. Silva	SDU	2453.6720	sidleyakiva@gmail.com
JULIO SOTO SAAVEDRA	CONSELHEIRO-SDU	7789-3420	js.arquiteto@uol.com.br
ALEXANDRE EDUARDO JAFFRE	SDU	2453.6700	ALEXANDREJAFFRE@GUARULHOS.SP.GOV.BR
Sandra M. Lopez	SDU	2453.6719	matheuslopes@ig.com.br
Apresentada de Fatima P. Sanchez	SDU	2453.6719	fatima.pereira@guarulhos.sp.gov.br
Tempe Cristina P.	UABG	2087.8025	tempe@netmail.com
MARCIA HISAE MORITA	SDU	2453-6713	MORITA@GLOBO.COM
MARCO ANTONIO TEIXEIRA PASILVA	CMDU - HABITAC	20895621	stamp205@hotmail.com
THIAGO PEREIRA SAMO	SDU	2453.6706	TPSAMO@UOL.COM.BR
CLAUDIO ATTILI	STT	24026204	CLAUDIOATTILI@GUARULHOS.SP.GOV.BR
CARLA ANGEUNI LAZAR	STT	2402-6238	CARLALAZAR@GMAIL.COM

8.8. Outras reuniões e atividades da Etapa 01

Além das reuniões e oficinas descritas nas atividades deste Relatório, a equipe da Ambiens Cooperativa, representada pela coordenadora executiva deste trabalho, arquiteta Angela Pilotto, participou de outras reuniões informais ao longo da Etapa 01 | Planejamento, conforme o que segue:

01. Reunião de apresentação da Ambiens

Data: 22/09/11

Local: SDU

Relato: primeira reunião realizada com parte da equipe da SDU com objetivo de apresentar a Ambiens.

02. Reunião de apresentação da Ambiens com Secretário de Desenvolvimento Urbano

Data: 06/10/11

Local: SDU

Relato: conversa inicial sobre o trabalho com parte da equipe da SDU, inclusive o Secretário de Desenvolvimento Urbano Álvaro Garruzi, em que foram expostas algumas expectativas com relação à Revisão do Plano Diretor.

03. Reunião com técnicos do Departamento de Gestão Urbana

Data: 13/10/11

Local: SDU

Relato: reunião com equipe do Departamento de Gestão Urbana para apresentações iniciais e troca de informações.

04. Reunião sobre Avaliação do Plano Diretor

Data: 26/10/11

Local: SDU

Relato: reunião de trabalho com técnicos da SDU para elaboração de questionário a ser enviado para as secretarias municipais (parte da atividade 6).

05. Reunião com coordenação do GTP

Data: 08/11/11

Local: SDU

Relato: reunião de trabalho para decisão sobre rotina de trabalho e encaminhamentos com relação a agenda de reuniões em novembro e ao questionário de avaliação do Plano Diretor a ser enviado às secretarias.

06. Reunião apresentação coordenação técnica

Data: 16/11/11

Local: SDU

Relato: apresentação do coordenador técnico da equipe da Ambiens para Revisão do Plano Diretor, arquiteto Tomás Antonio Moreira. Acerto da agenda de reuniões e oficinas de novembro e dezembro.

8.9. Questionários de avaliação

Apresenta-se a seguir o modelo de questionário enviado para os técnicos da prefeitura e membros do CMDU e a íntegra das respostas dos questionários de avaliação do Plano Diretor, parte integrante da atividade 6 da Etapa 01.

8.9.1. Modelo questionários de avaliação 01

12/12/11

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvo...

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de GUARULHOS . SP . [v01-pref]

Tendo em vista o início do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos e a necessidade de avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano preparou o presente QUESTIONÁRIO com objetivo de iniciar a discussão intersecretarial de avaliação do Plano e fornecer subsídios para a sua Revisão. Este questionário é o primeiro passo no âmbito das atividades para avaliação do Plano, que terão continuidade nos próximos meses.

As respostas e contribuições das Secretarias e Autarquias Municipais são de extrema importância para subsidiar e qualificar a avaliação.

Solicitamos que as questões sejam respondidas até 18 de novembro.

...

* Required

[01] . INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: *

Secretaria/Autarquia: *

telefone: *

e.mail: *

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004? *

- não
 sim (caso positivo responda a questão seguinte)

1.1. de que forma?

[2] . DESDOBRAMENTOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004? *

Objetiva saber se a partir do Plano Diretor de 2004 a secretaria realizou algum plano, política setorial, programa ou ação como desdobramento do Plano Diretor, isto é, a partir da lei aprovada, das regulamentações posteriores ou dos princípios, estratégias, objetivos, informações ou análises elaboradas na época.

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

2.1. Identifique os desdobramentos:

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

[3] . INFLUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento? *

Objetiva saber se o Plano Diretor interferiu concretamente em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria, contribuindo para melhor condução das políticas públicas, reorientando políticas/programas/ações ou mesmo impedindo alguma atividade.

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

/

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1. Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

/

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

/

[4] . DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTOS E AÇÕES**4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos? ***

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

/

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

/

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento? *

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

4.2.1. De que forma?

/

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

/

[5] . CONFLITOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR**5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade? ***

Objetiva verificar em que medida os projetos e demandas dos diferentes sujeitos/segmentos sociais que atuam na produção da cidade estão de acordo com o Plano Diretor.

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

/

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

/

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

/

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas? *

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

5.5.1. Quais aspectos?

5.5.2. De que forma?

[6] . EXPECTATIVAS

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

8.9.2. Modelo questionários de avaliação 02

12/12/11

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvo...

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de GUARULHOS . SP . [v02-soc]

Tendo em vista o início do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos e a necessidade de avaliação da implementação do Plano, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano preparou este QUESTIONÁRIO para iniciar a discussão com a SOCIEDADE CIVIL sobre a avaliação do Plano e fornecer subsídios para a sua Revisão.

...

Este questionário é o primeiro passo de um conjunto maior de atividades para avaliação do Plano, que terão continuidade nos próximos meses. As respostas e contribuições das entidades organizadas são de extrema importância para subsidiar e qualificar a avaliação.

...

Solicitamos que as questões sejam respondidas até 18 de novembro.

...

* Required

[01] . INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: *

Instituição / Organização: *

telefone: *

e.mail: *

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004? *

- não (caso negativo, responda porque não participou e passe para a questão n°2)
 sim (caso positivo responda como participou e siga com a questão n° 1.1)

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

Quais as principais demandas trazidas pela sociedade civil? Elas foram incorporadas no Plano? Houve conflitos? Eles foram resolvidos?

[2] . DESDOBRAMENTOS E INFLUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR**2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município? ***

Objetiva saber se o Plano Diretor interferiu concretamente, contribuindo para melhor condução das políticas públicas, reorientando políticas/programas/ações ou mesmo impedindo alguma atividade.

- não (caso negativo, pule para a questão nº 03)
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

De que forma se deu esta interferência? Se possível, identifique qual parte do Plano resultou em maiores desdobramentos.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum

espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

/

[3] . CONFLITOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade? *

Objetiva verificar em que medida os projetos e demandas dos diferentes sujeitos/segmentos sociais que atuam na produção da cidade estão de acordo ou não com o Plano Diretor.

- não (caso negativo, pule para a questão nº 3.2)
 sim (caso positivo, responda a questão nº 3.1)

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Se possível identifique com que parte do Plano Diretor há conflito; onde se localizam os conflitos na cidade e quais atores sociais estão envolvidos. (depois vá para a questão nº 3.3)

/

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

/

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas? *

- não (caso negativo, pule para a questão nº 04)
 sim (caso positivo responda a próxima questão)

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

[4] . EXPECTATIVAS

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

[5] . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

8.9.3. Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário CMDU

Nome:

Ivalto José de Araujo

Instituição / Organização:

Movimento Moradia Paulo Canarim

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

Particpei através das assembleias realizadas nos bairros e no auditório do paço municipal. Particpei também de uma assembleia na Asseag.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

O processo participativo foi bom, foram realizadas muitas assembleias consagrando o processo participativo. Foram incorporadas, mas faltaram algumas leis complementares que não foram enviadas para a Câmara Municipal.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?
não

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

sem resposta

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

sem resposta

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Hoje temos um grande número de construções que o Plano Diretor não deu conta.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

O Plano Diretor deveria estar em sintonia com o Estatuto da Cidade, aplicando assim, o Imposto Progressivo e outras penalidade que o Estatuto prevê. Deixando muita terra ociosa (sem cumprir com a sua função social), para especulação imobiliária sem construir habitação de interesse social.

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

É termos um Plano diretor atendendo e dando conta da demanda atual, com revisão na lei de zoneamento, ou seja, que os dois se integrem. Se possível até revisar a lei de zoneamento para adequar com a necessidade da produção de habitação de Interesse Social.

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Que a revisão seja feita com mais assembleias e reuniões em todas as regiões da cidade, para atender o maior número de participantes.

Nome:

Sandra Emi Sato

Instituição / Organização:

Universidade Guarulhos

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

A minha participação se deu por meio de reuniões com o secretário de Desenvolvimento Urbano, Branislav Kontic, os técnicos dessa secretaria e a empresa de consultoria do Plano Diretor. Os objetivos dessas reuniões era apresentar pesquisas desenvolvidas pela Universidade Guarulhos e informações do meio físico (geomorfologia, geologia, pedologia etc.), importantes para critérios da ocupação urbana mais adequadas.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

A principal demanda trazida pela sociedade civil foi a regularização fundiária. Esta questão foi incorporada no plano diretor, houve muitos conflitos, mas alguns casos foram resolvidos, como em algumas ZEIS.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

A parte do Plano que resultou em maiores desdobramentos foram:

- Na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento;
- Nas Zonas Especiais, no caso das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- Zonas de Preservação do Patrimônio - ZPP; Zonas de Proteção Ambiental - ZPA.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

- Na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento foi realizada várias melhorias na região do bairro dos Pimentas, como a qualificação da rede de infra-estrutura urbana e a implantação de equipamentos públicos e comunitários
- Nas Zonas Especiais de Interesse Social, em várias regiões do município de Guarulhos, foram implantados programa habitacionais de interesse social, por meio de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.
- Nas Zonas de Preservação do Patrimônio, por meio do Decreto n. 28300/2010 foi instituído um grupo de trabalho com o objetivo de promover a implantação e forma de gestão do Geoparque Ciclo do Ouro de Guarulhos. Neste grupo encontram-se pesquisadores (geólogos, geógrafos, biólogos, historiadores, sociólogos, engenheiros e advogados), além de membros da sociedade civil e moradores da região.
- Nas Zonas de Proteção Ambiental foram criadas algumas unidades de conservação municipal, como a APA Cabuçu-Tanque Grande, com a participação neste processo da Universidade Guarulhos, ONGs, membros da sociedade civil e moradores da região.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Na Macrozona de Uso Rural-Urbano as ações têm como objetivo principal estimular e preservar a exploração econômica por meio da agricultura, inclusive familiar, agroindústria, mineração, turismo e

lazer compatíveis com a preservação ambiental e com o uso residencial e qualificar os assentamentos habitacionais existentes, dotando-os de rede de infra-estrutura urbana, mas o que se observa atualmente é a especulação imobiliária e a implantação de condomínios residenciais, como no bairro do Cabuçu.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

A expectativa da Universidade Guarulhos com relação à Revisão do Plano Diretor é que não seja baseado somente nas informações das diversas secretarias, mas que as informações acadêmicas atualizadas sejam consideradas, principalmente os dados do Projeto Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do município de Guarulhos, o Projeto Cabuçu e as pesquisas desenvolvidas no mestrado em Análise Geoambiental.

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Será necessário considerar, com grande cuidado, o avanço da expansão urbana nas Macrozonas de Uso Rural-Urbano e na de Proteção Ambiental, prevendo o problema da especulação imobiliária devido a implantação do Rodoanel.

Nome:

Jose Alberto Miranda Cravo Roxo

Instituição / Organização:

ASEC

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

Particpei através do CDMU (Conselho de desenvolvimento urbano)

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

As demandas são de toda ordem e espécie , contudo o conselho se caracteriza por acabar quase sempre defendendo a vontade da Prefeitura , em especial no que tange a burocracia excessiva , e aumento de arrecadação com o encarecimento dos processos de aprovação de novas construções e regularização das antigas.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

Não

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

No geral , o plano diretor teve pouca influencia da sociedade civil , o conselho serve mais para dar um ar democrático as leis e aos planos que a Prefeitura estabelece, e vem buscar na sociedade civil ,uma suposta corroboração .

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Que eu tenha conhecimento não .

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O conflito existe , na forma do que se quer fazer , quase sempre , isto se refle com o encarecimento dos serviços e processos para a população . O que existe é um enorme vácuo , entre o que se precisa , e o que se poderia obter de fato com os recursos e possibilidades disponíveis .

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

O conflito é permanente .

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Vários , não há quantidade de dinheiro público disponível , nem recursos suficientes para atender as demandas , no nível em que se desejam . Ou seja , deseja-se transformar uma cidade da periferia de SP , em uma cidade européia , não esta se levando em conta as nossas limitações sociais .

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

A ASEC , espera a mudança de conduta , com um enfoque , maior no cidadão que paga a conta , seja ele pessoa física ou jurídica . Age-se como se os recursos fossem infinitos , e como se a capacidade de pagamento da população fosse muito maior do aquilo que é .

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

É preciso readequar as exigências ao nível de nossas possibilidades , quer econômicas quer financeiras , quer sociais , é preciso fazer mais com menos , e não fazer o ideal , é preciso entender o nosso próprio quadro , e parar de comprar soluções prontas, que não foram desenvolvidas para o nosso próprio quadro .

Nome:

WILSON J LOURENÇO JUNIOR

Instituição / Organização:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUARULHOS - ACE-GUARULHOS

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

Sem resposta

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

Foi um processo lamentável. Os técnicos contratados se preocuparam em gastar todo o tempo das reuniões com apresentações dos eixos, objetivo do estatuto da cidade e dos esclarecimentos sobre os instrumentos urbanísticos. A sociedade civil pouco pode contribuir. Os mais persistentes da sociedade civil que buscaram pensar a cidade para o futuro (áreas para indústrias, habitacionais, mobilidade, questão das rodovias e aeroporto, saneamento, água, energia, etc) tiveram pouco espaço para apresentar as demandas.

Poucas foram incorporadas ao plano.

Os conflitos ocorridos se devem a falta de visão dos técnicos que desconhecem a cidade e uma parcela barulhenta da sociedade que "defende" interesses da população, reduzindo a visão ao buraco na rua ou a falta do médico no posto de saúde. Plano diretor é algo muito mais do que isso. Houve uma falta de sintonia sobre o que é a séria discussão.

Os conflitos não foram resolvidos e hoje observamos os efeitos por toda a cidade.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?
sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

1. O Macrozoneamento criou uma grande ZONA MISTA por toda a cidade. Efeitos estão hoje por todos os bairros.
2. Falta de critérios para a elaboração da lei de zoneamento.
3. Introdução de alguns dos instrumentos urbanísticos com a suposta ideia de democratizar o uso social da propriedade.
4. Falta de diretrizes para o crescimento e adensamento da cidade.
5. Criação de ZEIS que não saíram do papel, uma vez que burocratizou os processos de regularização.

Os desdobramentos deveriam ser maiores, mas a generalidade do PD impediu um planejamento da cidade.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Houve apenas genericamente. O plano diretor não foi fundamental para os avanços da cidade. Guarulhos se desenvolve sozinho devido a fatores externos e não devido a indução do poder público.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O plano foi muito genérico, sem objetivo. Não define ou induz para o planejamento da cidade. A cidade precisa redefinir sua vocação para os próximos anos, seus interesses, sua expectativa de população, seu crescimento urbano e em que ritmo. Estamos a quase 10 anos nesta discussão e estimo que daqui mais 10 anos iremos falar que a cidade cresceu SEM PLANEJAMENTO. Onde haverá grandes avenidas? Onde é necessário ampliar para a indústria? queremos mais transporte e logística? Qual a população que queremos ter em 2020? Quantos hospitais, escolas? onde devem ser construídas? Água e esgoto quanto é necessário? Habitação popular, horizontal ou vertical? quantos moradores por km²?

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

UMA GRANDE E AMPLA DISCUSSÃO SOBRE A CIDADE. UM PLANO DIRETOR PARA VALER ELABORADO POR QUEM CONHECE, EMPREENDE, MORA, VIVE E AMA GUARULHOS!

5. CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Sugestão: ouvir quem tem a contribuir. Menos política e mais respeito ao futuro da cidade e desta grande população.

Nome:

Roberto dos Santos Moreno

Instituição / Organização:

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

Secretário de Planejamento, coordenador geral do Plano Diretor (2002-2004), coordenador técnico (2033-2004). As respostas às questões foram elaboradas com base na experiência pessoal, pois o prazo definido para isso foi insuficiente para que pudéssemos consultar os colegas arquitetos e urbanistas através do Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Regional Guarulhos.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

A participação de cerca de 2.000 representantes dos vários segmentos da sociedade civil organizada em 72 reuniões ocorreu em todos os momentos da elaboração do Plano, logo após a conclusão do Diagnóstico Preliminar, elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento. Houve momentos de participação dentro do Governo também. O Prefeito teve participação ativa no processo. Os Vereadores participaram somente da fase final. O processo participativo foi resumido na Introdução à Lei do Plano Diretor.

1.2 Quais as principais demandas trazidas pela sociedade civil? As demandas da sociedade civil foram registradas nos produtos do Plano Diretor (2002-2003).

1.3 Elas foram incorporadas no Plano? Foram incorporadas ao Plano através dos eixos estruturais do PDDUES e das diretrizes para ação. O Plano Diretor, concebido originalmente para conter apenas as diretrizes de desenvolvimento urbano, teve seu conteúdo ampliado para conter também as diretrizes de desenvolvimento econômico e social, após as demandas registradas na Conferência da Cidade, onde participaram cerca de mil delegados.

1.4 Houve conflitos? Sim, principalmente em relação ao mercado imobiliário. Os representantes das entidades empresariais e profissionais posicionaram-se contrários à implementação dos instrumentos de desenvolvimento urbano previstos no Estatuto das Cidades, alegando que a sua adoção engessaria a cidade.

1.5 Eles foram resolvidos? Era preciso aprovar o Plano Diretor naquele ano de 2004, pois era o último ano de governo e o município de Guarulhos estava sem diretrizes de desenvolvimento desde 1981, quando venceu o prazo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971). A discussão dos instrumentos de desenvolvimento demandariam um tempo maior e se corria o risco de sua não aprovação. A solução encontrada foi prever a elaboração dos instrumentos através de legislação específica, com prazo para sua elaboração. Para assegurar essa ação, era preciso regulamentar o sistema permanente de planejamento participativo, a partir das diretrizes básicas incorporadas à Lei do Plano.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

Para responder a essa questão, é preciso realizar um levantamento atualizado. No entanto, destacamos algumas ações realizadas durante e após a aprovação do Plano. A discussão do Plano Diretor no âmbito do Executivo possibilitou a incorporação de diretrizes do PDDUES na ação municipal em quase todas as áreas de atuação do poder público. A semente do planejamento participativo germinou e vários planos setoriais foram elaborados, como o de abastecimento de água, o de esgoto, o de drenagem, o de transporte público, o de habitação de interesse social, o de assistência social e o de resíduos sólidos. Durante a elaboração do Plano, construiu-se um novo Código de Edificações e Licenciamento Urbano. Logo após a aprovação do Plano Diretor (2004), foi iniciada a elaboração da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, concluída e transformada em Lei em 2007. Obras e serviços públicos foram realizados no espírito dos eixos estratégicos do Plano Diretor. Conselhos e Fundos Municipais foram criados, com destaque para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que começou a funcionar em 2010. A realização da Conferência da Cidade inspirou a realização de várias Conferências Setoriais.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Um exemplo: quando da mudança de governo municipal em 2001, havia uma grande região excluída dos serviços públicos: a Região dos Pimentas e a grande região leste-nordeste (Bonsucesso, Presidente Dutra, etc). Como os recursos financeiros municipais eram insuficientes para investir em todos os cantos do município, decidiu-se iniciar pela região dos Pimentas. Investimentos públicos da União e do município foram alocados para criar um novo sistema viário próximo ao trevo de Bonsucesso. Com isso, foram atraídos novos investimentos privados: shopping e conjuntos residenciais. Foi construído um hospital municipal e uma universidade pública federal, criado um parque público e outros equipamentos comunitários. O poder público ficou mais presente e a região se transformou.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O Plano Diretor prevê uma integração das normas de uso, ocupação e parcelamento do solo com obras e serviços de mobilidade (transporte, trânsito e sistema viário). Por outro lado, o mercado imobiliário quer uma cidade com plena liberdade de ação para seus agentes. Não querem, ou não queriam em 2004, os instrumentos de desenvolvimento urbano, alegando que engessariam a cidade. No entanto, o tempo de discussão foi insuficiente para estudar esses instrumentos e como poderiam ser utilizados para o objetivo proposto no Estatuto da Cidade e do Plano Diretor. Há entidades que desejam regras de parcelamento do solo mais exigentes que as atuais, por exemplo, lotes com 7,00m de frente do lugar dos atuais 5,00m. Outras desejam que no município possam ser implantados condomínios horizontais e/ou verticais para população de renda maior. Os movimentos de moradia desejam a regularização fundiária e a criação de conjuntos habitacionais com infra-estrutura urbana e social.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

Desafios: regulamentar o sistema permanente de planejamento participativo, de forma a tornar vivas as diretrizes do plano diretor. Avançar nas diretrizes para a elaboração do Plano Urbanístico e Rural, Plano Municipal de Meio Ambiente, Plano Municipal de Infraestrutura, Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, Plano Municipal de Turismo, Plano Municipal de Educação, Saúde, Segurança, Cultura, Lazer, etc, Planos Regionais, Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, Instrumentos de Desenvolvimento. Superar a segmentação setorial, principalmente em relação à necessária integração que deve existir entre as normas de uso, ocupação e parcelamento do solo, a mobilidade urbana e os equipamentos da cidade e da área rural. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária devem espelhar as diretrizes do Plano Diretor.

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Avançar na revisão do PDDUES, de modo a transformar os eixos estratégicos em ações estratégicas, programas e projetos; detalhar mais os instrumentos, de modo a que sejam, pelo menos em parte, auto-executáveis. As normas de uso e ocupação do solo devem estar acopladas às diretrizes de mobilidade (e vice-versa), e definidas no espaço municipal, através de uma estrutura urbana e rural que possa orientar o crescimento e desenvolvimento da cidade. A preocupação ambiental e de saúde pública deve permear todo o Plano Diretor. Criar desde já normas para o funcionamento de um sistema permanente de planejamento participativo é fundamental para a continuidade da implantação do Plano Diretor, assim como a participação efetiva da equipe técnica da Prefeitura no processo de elaboração da revisão do Plano. O Plano Diretor deve deixar clara a relação cidade x aeroporto, de modo a potencializar os impactos positivos e eliminar/minimizar os aspectos negativos.

8.9.4. Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário Prefeitura

Nome:

Luiz Carlos Gaeta

Secretaria/Autarquia:

Habituação

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Ações vinculadas as Zonas especiais de Interesse Social - ZEIS, principalmente as ZEIS A

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Alguns núcleos e a proposta de demarcação de ZEIS G para área particular para produção de loteamento (em elaboração) - Lei municipal 06383/08

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sim através da associação de moradores, proprietária da gleba.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O processo de aprovação dos planos de regularização de ZEIS no legislativo inibiu outras ações

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Estruturado para se auto aplicar.

Ofertar ferramenta de gestão do plano.

Nome:

Marineia Lazzari Chiovatto

Secretaria/Autarquia:

Habitação

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

A implantação de projetos de remoção/recuperação de áreas precárias e áreas de risco.

Elaboração do PMRR Plano Municipal de Redução de Riscos

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O diagnóstico dos setores frágeis sócio-ambientalmente foi realizado em toda a cidade.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

À criação da Secretaria de Habitação em 2003 já deveria ser um sinal clara da importância do tema. (eu entrei na Prefeitura em 2008)

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

A garantia da função social da cidade, com a implantação de projetos voltados para a qualidade social-urbana-ambiental

A participação e discussões dos projetos nas comunidades é uma das premissas.

A implantação do Conselho de Habitação e Fundo de Habitação

A realização da Conferência de Habitação

A realização do PLHIS Plano Local de Habitação de Interesse Social

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Urbanização de favelas da CIS Cumbica (cidade Industrial Satélite)

Urbanização do entorno da CIS Cumbica "

Urbanização de Favelas do Centro Expandido(Santa Cecília/Bela Vista/Santo Agostinho)

Conjuntos Habitacionais do Centenário

Urbanização Integrada Cidade Jardim Cumbica II

Urbanização Integrada Vila Nova Cumbica

Urbanização Integrada São Rafael

Urbanização Integrada Vila Flora

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Projetos desenvolvidos com a colaboração de diversas Secretarias da Prefeitura, uma das premissas do Plano Diretor, a articulação dos órgãos (incluindo aqui, as Secretarias do Trabalho, Saúde, Educação, Assistência Social, Jurídico, SAAE e PROGUARU)

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todas as intervenções da Secretaria houve e há articulação com os demais órgãos municipais.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

a comunidade e os Movimentos de Moradia atuantes na cidade

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Entendo que desde a definição das áreas de intervenção, a áreas de implantação de conjuntos habitacionais o macrozoneamento é consultado.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Todos os projetos.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

o adensamento compatível à infra-estrutura urbana e aos equipamentos urbanos e comunitários existentes e previsto, sempre em parceria com os outros órgãos da municipalidade.

A busca à captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos, administrativos destinados a investimentos habitacionais

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

já listados no item 3.2.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Quando se trata de uma cidade mais justa e igualitária, ainda falta muito, a espacialização do uso da terra é muito segregador.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

A implantação de instrumentos que deveriam ser implantados e ainda não foram.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Está se reforçando e reafirmando a consolidação de áreas já consolidadas.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

O mercado imobiliário está atuando sozinho.

Talvez com exceção do Pimentas, onde está acontecendo a implantação de importantes equipamentos urbanos.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A cidade não foi pensada para o crescimento. Ela nasceu truncada e permanece assim, com ações que enfatizam esse truncamento.

As ruas estreitas, quarteirões imensos que não favorecem o pedestre.

Como seria praticamente impossível reverter esse não-desenho, entendo que a ação deveria se voltar para a descentralização, fortalecendo os centros de bairros, atrelado a uma indução planejada para qualificação das vias estruturais, aberturas de vias, sejam por meio de Operações Urbanas Consorciadas, sejam por desapropriação, mas com foco na fluidez.

Por exemplo:

- Av. Emílio Ribas – importante via arterial, mas com características de rua de bairro. Sem baias de acomodação de coletivos e com grandes equipamentos que necessitam de fluidez, como o Hospital. O acesso ao Teatro Padre Bento que não tem nada que induza ao uso desse equipamento, que poderia ser qualificado com o bosque do hospital, ou seja desenho urbano.

- Av. Otávio Braga de Mesquita – importante via arterial, mas sem desenho urbano, sem compromisso com a paisagem, pelo contrário, no trecho do entroncamento com a Av. Monteiro Lobato, até após o Shopping(????) é degradada, suja, descuidada. Essa via tem um potencial comercial muito grande, com uma ligação até a Praça 8, que também tem uma grande atividade comercial, mas não há desenho urbano.

- Av. Monteiro Lobato – Deveria ser a avenida central, mas... Grandes equívocos nessa via, ela não comporta o tráfego de hoje. Essa via não deveria ter conversão à esquerda para que sai do bairro do Macedo. Os empreendimentos deveriam ter alternativas pelos fundos e laterais para não despejarem os veículos na via diretamente. Não há desenho Urbano, não é uma via com atrativos para o comércio, que existe, mas poderia ser intensificado.

- Av. Salgado Filho – arterial que está recebendo grandes empreendimentos e só. Deveria ser

qualificada a via, incentivado a centralidade do bairro, potencializando os equipamentos existentes, principalmente os educacionais.

- Av Mãe dos Homens - falta de desenho urbano, empreendimentos gigantescos que vão despejar uma quantidade absurda de veículos diretamente na via. Há de ter que utilizar instrumentos de planejamento com urgência.

- Av. José Miguel Ackel – Falta desenho urbano, são importantes as intervenções que estão ocorrendo, inclusive a instalação dos grandes equipamentos, mas há de se ter uma ação orquestrada.

Esses exemplos servem apenas para reforçar a idéia de que é preciso descentralizar o Centro, o modelo de ocupação da cidade não permite grandes empreendimentos, sem que haja ações conjuntas,

Ou seja,

- Descentralizar

- Induzir o fortalecimento e o crescimento dos centros-bairros

- Desenho Urbano a ser praticado com urgência;

- Rua estreitas não comportam grandes edifícios – isso parece que está muito difícil de se entender.

- Entender que a descentralização, com o fortalecimento dos bairros-centro e o desenho urbano induzirá ao adensamento de outros bairros;

- Quadras vizinhas a vias arteriais (e que a largura das vias permitam!) deve ser incentivado o adensamento;

- Utilização de todos os Instrumentos previstos no Plano Diretor, todos.

- Ratificar a proteção ambiental, é proteção mesmo.

- A cidade tem um aeroporto. Ele é no meio da cidade. Isso é um fato. O que não está correto é permitir que ele seja uma nave espacial, ou seja, é preciso inseri-lo na cidade e o aeroporto (Infraero) deve ser responsável por urbanizar o seu entorno imediato (seja de 1/2km) se não há Lei para isso, que se faça uma. Que a cidade dite as regras e não fique a merecer do mesmo.

Nesse caso específico, a cidade precisa ser o que ela é realmente, um município grande, com uma economia grande, e deve ser vanguarda. Ser referencia.

Planejar o crescimento da cidade e para onde ela deve crescer. Como somos “achatados” na linha norte-sul, há de se crescer para o leste-oeste, daí a importância da descentralização dos bairros.

E acima de tudo, que a cidade seja mais humana, mais igualitária, que não se permita a elitização de bairros, isso não é bom como construção de uma sociedade. Há de se respeitar as diferenças, mas a especulação imobiliária está determinando quais serão as áreas “ilhas”..portanto a cidade deve direcionar o crescimento, privilegiando a diversidade territorial, notadamente com análises setoriais.

- Grafar as ZEIS G - inclusive nos grandes vazios centrais....

- Outorga onerosa implantar

- operação urbana consorciada implantar

Nome:

Márcia Ribeiro Rosa

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Lei do Zoneamento, Estatuto da Cidade e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

No Município como um todo

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

1. Não participei do processo
2. Houve participação de todos os seguimentos

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

No plano como um todo.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Unidades de Planejamento Regional - UPR Decreto nº 25303/2008

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A criação das UPRs, não teve a utilização prevista, uma vez que a mesma seria utilizada como regiões de referência para estudos de todas as Secretarias.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?
todo município

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Constantemente

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Diretrizes Urbanísticas

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Revisão dos Códigos de Obras e Posturas, Revisão do Plano Diretor e a intenção da revisão da Lei de Zoneamento.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A Lei de Zoneamento com Plano Diretor e Estatuto da Cidade

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Instrumentos Urbanísticos

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Toda a Cidade

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Todos

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

Mobilidade Urbana, aplicação de instrumentos para uma Cidade Legal.

5.5.2. De que forma?

Ordenar com clareza as necessidades gerais do Município.

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Direcionamento do crescimento da Cidade utilizando de forma precisa, todos os instrumentos e índices urbanísticos, previstos no Plano Diretor

Nome:

ANDREA STRACCIA

Secretaria/Autarquia:

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Os principais desdobramentos foram com relação Título VIII – Capítulo I “Da Habitação”, onde houve um direcionamento das ações para se atingir os objetivos estabelecidos. Nesta direção, atuamos na captação de recursos, elaboração de projetos e execução de obras de Urbanizações Integradas em seus quatro eixos: físico, ambiental, social e fundiário.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O nosso foco de trabalho foi urbanizar assentamento precários em regiões mais centrais, em consonância com o macrozoneamento proposto e com o direcionamento dado pela política de habitação nacional. A grande questão que surge aqui é com relação às áreas de reassentamento que, em alguns casos, ficaram distantes da área da origem. Esta é uma questão importante, pois isto ocorreu, não por falta de vontade técnica ou política, mas por conta da não regulamentação dos instrumentos capazes de interferir na dinâmica imobiliária do município listados pelo plano diretor. O fato de não ter sido gravadas ZEIS-G também é um fator determinante. Que instrumentos seriam estes: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, Transferência do Direito de Construir (que depende do estabelecimento do coeficiente básico que não foi previsto na lei de zoneamento) e outros. Estes instrumentos em consonância com a gravação e regulamentação das ZEIS é fundamental para a geração de uma política de terras que faça frente ao mercado imobiliário, que sem a qual um Plano de Habitação e um Fundo Municipal de Habitação não servem para quase nada. Em decorrência destas omissões, a política habitacional desenvolvida em Guarulhos pouco avançou além do tradicional atendimento de balcão. Claro que tivemos avanços, tais como a elaboração do PLHIS, a regulamentação de uma lei de regularização fundiária, a regulamentação de algumas poucas ZEIS, mas estes marcos normativos não serão eficazes sem os instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Todas as nossas urbanizações foram feitas de modo participativo, mas após uma década de atuação (pós-estatuto), é claro que fazemos uma avaliação crítica com relação à metodologia utilizada para a efetivação da participação dos atores envolvidos, sendo que chegou-se à conclusão de que a participação foi mais quantitativa do que qualitativa. Mas também há um entendimento de que a questão da construção da representatividade é algo bastante complexo, passando pela base educacional brasileira, pelo nosso sistema político / eleitoral, que gera um distanciamento da base de seus representantes. Desta forma, não é apenas uma metodologia que irá qualificar a questão da participação popular no Brasil, rever os métodos ajuda, mas não irá resolver por si só. Claro que a partir das experiências obtidas na participação em micro escala, pode gerar um movimento na macro escala, que pode ser bastante benéfico.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

As nossas demandas, embora constem no Plano Diretor, surgiram mais em decorrência de exigências do Plano Nacional de Habitação e do Ministério das Cidades do que propriamente do Plano Diretor. Para a obtenção de recursos de programas juntamente ao Governo Federal, o Plano Nacional de Habitação colocou como exigência aos municípios, a elaboração do PLHIS, a instituição de um Conselho de Habitação e de um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Na avaliação dos projetos, o próprio Ministério das Cidades exigia muitas das diretrizes / objetivos listados no Título VIII – Do Desenvolvimento Social – Capítulo I – Da Habitação. Então, não diminuindo a importância do Plano Diretor, porque ele tem, e muita, considero que, por conta do fato dos instrumentos contidos nele não serem autoaplicáveis, gerou-se uma letra morta.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Conforme o relatado acima, não acredito que houve uma interferência direta, mas vale listar algumas das ações desenvolvidas por este governo: elaboração do PLHIS, instituição do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, a elaboração de marco regulatório para a regularização de áreas, a obtenção de recursos junto ao Governo Federal para a urbanização de diversas áreas, inclusive contemplando a questão fundiária, o estabelecimento de parcerias com movimentos, onde o setor público ofereceu o apoio técnico no desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social, o estabelecimento de priorização técnica de atuação nos assentamentos (algo importantíssimo). Creio que a única ação que esteve diretamente relacionada com o Plano Diretor foi a regulamentação de algumas ZEIS, pois, como o Plano listou e delimitou parte delas e como estávamos atuando em algumas áreas, foi necessária a regulamentação.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Como considero que a regulamentação das ZEIS foi o que mais teve relação com o PD, vou falar exclusivamente desta ação. Para este trabalho, foi criado um grupo específico para a elaboração deste material, mas creio que também não funcionou muito bem, por diversos motivos, os quais listarei a seguir: o grupo em sua constituição, não tinha um objetivo muito claro; o distanciamento da questão técnica e política que ocorre em todos os setores públicos brasileiros, também foi um empecilho no desenvolvimento das atividades; a desarticulação entre as secretarias municipais também foi um fator que dificultou os trabalhos, a inexistência de uma priorização de atuação do setor público nestas áreas (esta listagem foi publicada há pouco tempo) também contribuiu para a falta de foco do grupo.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Loteamento de Interesse Social Campo da PAZ; Loteamento de Interesse Social Ponte Alta; Sítio São Francisco (área que está sob intervenção da CDHU que possui morfologia heterogênea: assentamento precário, loteamento irregular, conjuntos habitacionais não regularizados, glebas vazias).

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Embora houvesse uma determinação de que para a elaboração do Plano de Regularização Fundiária destas áreas seria obrigatória a constituição de um Conselho Gestor, posso afirmar que se isto aconteceu, o resultado foi uma representatividade muito baixa por parte da sociedade civil, ficando esta discussão concentrada no campo político e técnico.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Ocorre de forma isolada, não sistematicamente. Devo isto ao fato de, ainda, não termos um sistema de informações com dados municipais consolidados (SIG). Vale ressaltar que é possível o acesso do Plano Diretor pelo site da prefeitura, mas a ausência de um banco de dados unificado indica uma ausência de cultura de planejamento nesta cidade que resvala na forma de atuação técnica.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Todos os projetos que são desenvolvidos aqui pela Secretaria de Habitação passam por esta consulta.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Os objetivos contidos no texto do Plano Diretor não conflitam com a ideia de cidade que estamos construindo desde a abertura democrática no Brasil e desde que nos foi possível viabilizar esta ideia a partir do Estatuto da Cidade. Talvez as questões do aeroporto já não estejam mais em consonância com os encaminhamentos atuais, mas de um modo geral, o texto não é conflitante. A questão é que ele se tornou uma letra morta por não ser autoaplicável. O conflito existente é que o texto final que foi aprovado, simplesmente não é representativo de um interesse público maior e não chega ao objetivo final de garantir a função social da cidade.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem a possibilidade de aplicação dos instrumentos de indução de desenvolvimento urbano fica impossível atingir a sustentabilidade urbana almejada pelo Plano Diretor. É impossível garantirmos uma política habitacional global para a cidade sem a instituição destes instrumentos, ficando a atuação fragmentada e refém do setor privado, que acaba por se apropriar da cidade (seus equipamentos, seus acessos, sua infraestrutura) de uma forma muito vantajosa. Se não temos áreas vazias gravadas como ZEIS, se não aplicamos o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios vinculados ao IPTU Progressivo no tempo, se não nos utilizamos do conceito de solo criado (transferência do direito de construir, outorga onerosa), que nos leva além da tão cultuada propriedade no Brasil, separando o direito de propriedade do direito de construir aumentando, assim, a capacidade do poder público em interferir no mercado imobiliário. Sem estes instrumentos, estamos perpetuando a velha e conhecida "gentrification", ou seja, população sendo removida para conjuntos distantes em áreas de difícil acesso, que gera necessidade de super investimentos em infraestrutura, ou seja, a velha cidade que exclui e onera os que não possuem dinheiro.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Como o maior conflito é a impossibilidade de gerar áreas de reassentamento mais próximas das áreas urbanizadas, creio que não há uma localização específica, pois temos projetos de empreendimentos / conjuntos espalhados pelo município todo.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Um plano construído de modo participativo e eficaz, autoaplicável, que realmente assegure a execução de uma política habitacional na proporção necessária à grande demanda existente em Guarulhos e que seja mais um passo em direção à construção de uma prática de planejamento não excludente.

Nome:

Suely Akemi Fugiwara Siro

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

1.1. de que forma?

Oficina de Leitura Técnica na Secretaria de Habitação

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Lei de Uso e Ocupação do Solo

Minuta de Projeto de Lei de Estudo de Impacto de Vizinhança

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O próprio papel desempenhado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Administração Pública Municipal requer a efetivação das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, especialmente as que se referem às macrozonas.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Não consigo visualizar nenhuma intervenção direta e concreta da Secretaria, mas identifiquei o processo de adensamento vertical como um dos desdobramentos do Plano Diretor.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

No estímulo ao adensamento na macrozona de urbanização consolidada para aproveitamento da infraestrutura urbana instalada e na expansão urbana na macrozona de urbanização em desenvolvimento. Como dito anteriormente, não se trata de uma ação direta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas esse processo de adensamento, especialmente vertical, é um processo que deve ser avaliado pela gestão urbana, pois impacta no desenho urbano da cidade, na demanda por infraestrutura urbana e equipamentos públicos e comunitários.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Região central - dotada de infraestrutura urbana e estímulo ao adensamento

Região dos Pimentas - implantação de infraestrutura urbana, equipamentos públicos, dinamização do mercado imobiliário formal, urbanização de favelas, implantação de loteamentos de interesse social, implantação de sistema viário (trevo do Bonsucesso).

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Secretarias Municipais, empreendedores

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Considerando que a Seção Técnica de Informações Socioeconômicas e Territoriais tem por principal atribuição a análise da dinâmica socioespacial e intraurbana do município, a sistematização de dados e realização de estudos sempre leva em conta o macrozoneamento do município e as suas diretrizes.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Definição das áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2010: após a delimitação de áreas homogêneas, em que foram consideradas a paisagem urbana, a função ou uso do solo, os vínculos e identidade comunitários, e os vetores de expansão urbana, sobrepomos essas áreas com o macrozoneamento.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Trecho Norte do Rodoanel

Implantação de condomínios na macrozona de uso rural-urbano

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Proteção ambiental e zona de desenvolvimento sustentável

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Região norte do município, nas áreas de amortecimento das unidades de conservação

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Governo Estadual, movimentos socioambientalistas, Vereadores, Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

Potencial construtivo e dinâmica de adensamento vertical;
Políticas setoriais de mobilidade urbana e desenvolvimento econômico (geração de trabalho e renda).

5.5.2. De que forma?

Ausência de estudo de capacidade de suporte e de limites de adensamento para as diferentes regiões da cidade.

Ausência de diretrizes para o desenvolvimento de novas centralidades.

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A principal expectativa é que cumpra o pressuposto do Estatuto da Cidade no que se refere à construção coletiva e efetivamente participativa.

Deve-se potencializar o momento das oficinas participativas para visibilizar o que é a Política Urbana e as suas interfaces com as Políticas Setoriais.

Nome:

Thiago Perez Savio

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?
sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e a ausência da regulamentação de Leis específicas para os instrumentos urbanísticos previstos no /estatuto das /cidades

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Conflito entre o macrozoneamento e zoneamento

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Em todas as áreas delimitadas pelo macrozoneamento

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

Especulação imobiliária, expansão urbana desordenada, piora na mobilidade urbana, segregação sócio espacial, ausência de desenvolvimento econômico (centros de bairro)

5.5.2. De que forma?

Ausência de políticas públicas integradas e articuladas

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Resgate da importância do Planejamento Urbano, a efetiva implementação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e a valorização das políticas setoriais integradas as políticas urbanas, de forma não segregada

Nome:

Departamento de Planejamento e Projetos

Secretaria/Autarquia:

Autarquia – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Embora os Planos Setoriais (Plano Diretor de Abastecimento de Água –PDSA e o Plano Diretor, Plano Diretor de Esgotamento Sanitário PDSE) elaborados pelo SAAE tenham sido finalizados anterior à elaboração do Plano Diretor Municipal, todas as ações e programas posteriormente desenvolvidos obedecem as diretrizes definidas no Plano Diretor Municipal.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Não há projetos ou programas específicos, entretanto todas as ações de infraestrutura dos sistemas sofrem influencia direta do planejamento da cidade.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A infraestrutura deve atender o crescimento da cidade, conforme ordenado no Plano Diretor.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Na seleção de áreas para a implantação de seus equipamentos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Implantação das Estações Elevatórias de Esgoto, Boosters (Estações Elevatórias de água); Reservatórios etc.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

De forma a atender as necessidades atuais e de crescimento da cidade.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Programa de Tratamento de Esgotos e Melhoria do Sistema de Abastecimento de água.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A expectativa é de que os instrumentos previstos no Estatuto da Cidades sejam de fato implementados no município e que o Planejamento do Território em conjunto com as demais políticas públicas municipais consigam garantir uma ocupação do solo digna e condições de habitabilidade para a população.

Nome:

Jefferson Chagas

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Serviços Públicos - Departamento de Serviços Funerários

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Foi elaborado um plano diretor para o Serviço Funerário, porém aguarda aprovação do Governo

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O plano diretor funerário abrange todo o Município, dá diretrizes para construção de novos cemitérios e crematório e regulamenta os serviços existentes.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

A elaboração do plano diretor contou desde o início com a contribuição das Secretarias do Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Urbano

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Dos Serviços Cemiteriais e Funerários

Art.111. Cabe ao Poder Público Municipal em colaboração com outras instituições, regulamentar a concessão ou permissão dos serviços a particulares ou instituições beneficentes e sua localização, respeitando as normas de proteção ambiental apropriadas, e garantir o acesso de todos a serviços de qualidade, conservando e expandindo os atuais equipamentos funerários e cemiteriais.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano deu subsídios para a elaboração do plano diretor funerário.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A Secretaria participou desde o início na elaboração do plano diretor funerários, buscou conhecer a legislação pertinente, os serviços que realizamos e a situação irregular que se encontra o serviços funerários particulares.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Através do Macrozoneamento podemos avaliar as regiões em crescimento e a necessidade de novos equipamentos públicos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Existe a necessidade de um Cemitério Municipal na região de Cumbica/Pimentas, que irá atender uma região que está em constante crescimento e que não dispõe desse tipo de equipamento público.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Os principais projetos são a aprovação do Plano Diretor Funerário e a Lei de Concessão que estabelece regras para a prestação do serviço através da iniciativa privada.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O artigo 111 define que cabe ao poder publico regulamentar a concessão dos serviços a particulares, porém até o momento a situação não foi regulamentada e as instituições continuam a exercer suas atividades normalmente.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Em relação ao art. 111, as regras do plano diretor não foram observadas e novos empreendimentos estão surgindo na cidade sem a devida regulamentação do serviço.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

No que diz respeito ao serviço funerário em toda a cidade.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Em relação ao Departamento de Serviços Funerários espero que o serviço seja regulamentado, e a necessidade de expansão do serviço seja em acordo com o plano diretor.

Nome:

Rui Barbosa de Alencar

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Serviços Públicos - Departamento de Serviços Funerários

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

foi elaborado anteprojeto de plano diretor funerário que não chegou a ser enviado à Câmara Municipal para votação.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Grupo de trabalho constituído pelo Prefeito. Não realizou audiências com a população.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Não houve

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sim, o Plano Diretor foi a base para a elaboração do anteprojeto de lei Plano Diretor Funerário. Há uma forte demanda pela aprovação de um plano diretor para dar diretrizes ao desenvolvimento do setor em nossa cidade.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Funcionários do Departamento participaram da discussão e elaboração do plano setorial.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

Abre espaço para os entrantes e sem regras definidas. Novos entrantes exploram o serviço e não há controle público sobre a ação desses agentes.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

1. Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Funerário de Guarulhos
2. Anteprojeto de Lei de Concessões Funerárias
3. Anteprojeto de Lei de Regulamentação do Serviço Funerário
4. Projeto de implantação de cemitérios jardim (cemitério parque) nos Cemitérios Vila Rio e Bonsucesso
5. Proposta de implantação de cemitério municipal na região do bairro dos Pimentas

6. Proposta de implantação de crematório municipal
7. Proposta de expansão dos velórios municipais

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Considero que os projetos dos diversos atores que atuam na produção da cidade conflitam com o Plano Diretor quando deveriam respeitá-lo.

Assim, todos os projetos (demandas) relacionados ao serviço funerário pelo menos, são conflitantes pois não obedecem aos ditames da lei federal e municipal, a saber: Constituição Federal, Lei 8987/95 e Lei Orgânica do Município.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Os conflitos não são necessariamente locais, mas sobretudo legais. A legislação é um conjunto de normas que devem ser aplicadas de forma integrada e complementar.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

No caso do Serviço Funerários, todos os serviços que compõem a atividade.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Que seja incluído o Plano Diretor Funerário nesta revisão que será enviado oportunamente ao GT.

Nome:

Katia Ayumi Tani

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Departamento de Gestão Urbana - Seção Técnica de Legislação Urbanística

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Elaboração de leis específicas previstas no PD 2004:

- Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LM 6253/07)
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (LM 6308/07)
- ZEIS (LM 6382/08, 6383/08, 6570/09)

Realização de Conferência da Cidade

Participação em reuniões/oficinas para a elaboração dos Planos Setoriais de Drenagem, Resíduos

Sólidos, Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e Saneamento.
Participação em grupos de discussão de âmbito regional: Sub-comitê de Bacia do Alto Tietê Cabeceiras, Encontros Metropolitanos da Emplasa, elaboração do Plano de Manejo da APA da Várzea do Rio Tietê com vistas a viabilizar a articulação metropolitana.

Participação em grupos de trabalho dos projetos:

- Revitalização do Centro Histórico
- Criação do Geoparque Ciclo do Ouro

Participação em ações estratégicas de governo para implantação de infra-estrutura na região dos Pimentas através de elaboração de estudos, levantamento das áreas públicas para indicação de áreas para construção de equipamentos comunitários, entre outros.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

As legislações e Planos Setoriais trataram de todo o território municipal.

Em relação aos projetos:

- Revitalização do Centro Histórico: corresponde ao perímetro que quase coincide com o perímetro da ZCH definida pela LM 6253/07.
- Criação do Geoparque Ciclo do Ouro: porção norte do município, praticamente os perímetros correspondentes à Macrozona de Uso Rural Urbano e a Macrozona de Proteção Ambiental ao norte.
- Ações estratégicas de implantação de infra-estrutura urbana e de equipamentos públicos: região dos Pimentas

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

A elaboração da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo foi participativa no sentido de que houve a realização de reuniões com a sociedade civil para apresentação daquilo que estava em estudo. Não participei do processo, mas pelo material elaborado à época e pelo relato das pessoas que participaram, assim como ocorreu com a minuta de lei do PD 2004, a minuta de Lei de Zoneamento também foi bastante alterada.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O Título III, que trata do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo traz as diretrizes para o ordenamento territorial.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Lei de Zoneamento e espaços de participação popular como o CMDU.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A SDU é demandada por pedidos de alteração das regras definidas pela Lei de Zoneamento (LM 6253/07) que foi um desdobramento do PD 2004. Frequentemente utilizamos o que está definido no Plano para refutar ou justificar as alterações. O CMDU tem papel importante pois uma de suas atribuições é debater e emitir parecer acerca das propostas de alteração de legislação urbanística.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todo o território municipal, mas, com maior frequência nas áreas onde ainda há vazios, principalmente nas Zonas de Proteção e Desenvolvimento Sustentável - ZPDS. Também nas Zonas Habitacionais - ZH.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Proprietários de terras, setor imobiliário.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O macrozoneamento, uma vez que ele foi a base para a definição dos perímetros da Lei de Zoneamento, assim como algumas das diretrizes e objetivos traçados para essas Macrozonas

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Título III

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Principalmente na Macrozona de Uso Rural Urbano e na Macrozona de Proteção Ambiental

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

proprietários de terras, setor imobiliário e da construção civil

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

Definição dos perímetros do Macrozoneamento.

5.5.2. De que forma?

Ao definir o perímetro da Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana abrangendo áreas vazias inclusive das zonas industriais definidas pela legislação estadual criou-se um grande conflito quando do zoneamento municipal alterou parte dos perímetros para zonas mistas, passando a permitir a instalação de usos habitacionais. Daí surgem os problemas de inadequação da convivência de usos conflitantes, das glebas demasiadamente extensas que assim permanecem recebendo grandes conjuntos habitacionais. Falta de áreas para expansão do uso industrial...

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Particularmente, minhas expectativas são em relação a tornar o Plano Diretor um real instrumento de definição da política urbana e gestão do desenvolvimento da cidade. Espero poder complementar os capítulos que tratam dos instrumentos urbanísticos definindo regras de forma que eles se tornem aplicáveis, que o processo de revisão nos permita diminuir os conflitos provocados pela Lei de Zoneamento, entre outros anseios...

Nome:

Potyra Tibiriçá Lopes Sartori

Secretaria/Autarquia:

PMG\SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

1.1. de que forma?

Pelas oficinas direcionadas aos técnicos de SAS e pelo CMAS , leitura técnica e leitura comunitária,.
Respectivamente

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Garantir durante o processo de RPD estratégias de gestão que possibilite a combinação e complementaridade entre os elementos: setorialidade x intersetorialidade x territorialidade x democratização x participação .

Nome:

marcia hisae morita

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

lei de uso e ocupação do solo, ZEIS , CMDU, códigos de posturas e edificações

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

para todo município

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

houve a participação da sociedade em geral, para sugestões e propostas.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

a regulamentação das leis específicas e do CMDU, possibilitaram melhor avaliação e direcionamento de investimentos públicos e privados no município.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Em projetos públicos e privados , nos planos setoriais (saúde , educação , habitação , lazer e outros).

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

item 3.1

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?
em todo município.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

agentes públicos e privados.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

para elaboração de estudos que envolvem destinação e localização de areas para implantação de projetos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

ex. "Programa Minha Casa Minha Vida"

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

EPIV / RIV, códigos de edificações e posturas, revisões pontuais da Lei de uso e ocupação do solo.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A infra estrutura urbana e os índices urbanísticos estabelecidos na lei de zoneamento tem atraído investimentos imobiliários no Macrozoneamento de Urbanização Consolidada, entretanto se considerarmos os inúmeros empreendimentos previstos para implantação nos próximos anos, o adensamento populacional na Zona Central, provocará sérios problemas , principalmente na estrutura viária e abastecimento na região, que se encontra no limite de sua capacidade, e em alguns locais sem condições de ampliação e manutenção da infra estrutura existente, portanto proposta inicial seria a revisão das ações e objetivos das macrozonas, levando se em conta o contexto real e atual de cada uma, para os próximos anos.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

item 5.1

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

item 5.1

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

agentes públicos e privados, população em geral.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

fornecer diretrizes de desenvolvimento, possibilitando que os instrumentos de planejamento organizem o espaço do território, considerando os novos projetos públicos e privados que serão implantados no município, para melhor desenvolvimento econômico e social da cidade.

Nome:

Roberta Ap. dos Santos de Lima

Secretaria/Autarquia:

SDE/UCP

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

Não sei informar.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Não sei informar.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Não sei informar.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Não sei informar.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Projetos voltados ao turismo:

- 1- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS;
- 2- Elaboração do estudo de viabilidade para a implantação do Centro de Convenções e Eventos; e
- 3- Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo.

obs.: as ações estão sendo executadas pela Unidade de Coordenação de Projetos do Prodetur Guarulhos.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

É especialmente voltada a atividade turística. O plano diretor é uma importante ferramenta para que essa atividade vire pauta dentro do governo, promovendo e fomentando a geração de trabalho e renda.

Nome:

ANA ROSA NEVES METRAM

Secretaria/Autarquia:

PMG/SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

1.1. de que forma?

Participação das Oficinas externas e nas equipes internas da Secretaria

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Elaboração da Minuta de Decreto do Estudo de Impacto de Vizinhaça - Relatório de Impacto de Vizinhaça (EPIV-RIVI)

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Na Secretaria e com os técnicos do Departamento de Gestão Urbana

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Oficinas de apresentação e discussões com entidades de classe e sociais

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Na análise de grandes equipamentos privados e públicos quanto ao aspecto urbanístico e do entorno dos mesmos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Nas intenções de implantação de empreendimentos de grande porte, dando subsídios aos empreendedores quanto à efetivação ou não do interesse.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A efetivação das diretrizes gerais do Plano Diretor, como por exemplo a publicação de legislações específicas quanto ao EPIV-RIVI, instrumentos urbanísticos, entre outros.

Nome:

Valesca T S Rodrigues

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

1.1. de que forma?

1º fase: Leitura Técnica (histórico do uso do solo/ patrimônio Histórico)

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

- Lei de Zoneamento;
- Formação de Conselhos (CMDU);
- ZEIS (Plano de Urbanização);
- Planos Setoriais (não participei)
- Código de posturas
- Código de edificações

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Em todo o território

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sociedade civil em geral e agentes públicos (OP, audiência pública, conselhos, conferência)

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

-O Uso, a Ocupação e Parcelamento do Solo:

- Macrozonas: possibilitou ações conjuntas e investimentos públicos e privados na região
- Parcelamento: reserva de área pública
- Zoneamento: trouxe grande transformação no conceito aplicado ao uso do solo, resultando em pontos negativos e positivos. Exemplo: Positivo grande parte do território passa a conviver com diversas categorias de usos. Negativo: ZPDS, Loteamentos existentes ficaram engessados (atividades, dimensão dos lotes).
- Conselho CMDU (participação de todos os agentes sociais);
- Zeis A e L: com a criação das ZEIS A e L, ocorre um deficit no banco de terras do município para implantação de equipamentos comunitários e de lazer, e onerando os cofres públicos com desapropriações(conciliar)
- ZA menos interferência dentro da cidade.
- ZCS: Novos subcentro em regiões;
- ZPA: preservação ambiental da região;

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

- Programas de infra estrutura urbana;
- Planos setoriais
- Regularização fundiária
- Zoneamento

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Estudos, Elaboração, Regulamentação de Legislações, assim como o monitoramento

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?
Pimentas/ Bonsucesso e área Central

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Executivo (SDU e outros), Legislativo e sociedade civil diretamente envolvida

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

No desenvolvimento de projetos na área de planejamento urbano

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

-Lei de Zoneamento;
-Programas habitacionais (MCMV E PAC);
-Na elaboração de estudos para regulamentação de legislações específicas.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

Não participei

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

-Revisão do plano Diretor;
EPIV/RIVI;

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Zoneamento: ZPDS : Loteamentos existentes
Art 42 PL - Loteamento Fechado x Legislação federal
-Zeis A e L: com a criação das ZEIS A e L, ocorre um déficit no banco de terras do município para implantação de equipamentos comunitários e de lazer, e onerando os cofres públicos com desapropriações(conciliar)
Macrozona rural urbano x Lei de zoneamento
Art 44 e Eixo 7 (rodoanel)

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

ZPDS (Recreio São Jorge/ Fortaleza)
Zona Rural -urbana

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Poder público e sociedade civil

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Todas, pois estaremos planejando, acompanhando e monitorando a cidade para um futuro melhor.

Nome:

Giselle Cassina

Secretaria/Autarquia:

SDU 01

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

1.1. de que forma?

Contribui no levantamento de dados ref. Uso do Solo na elaboração de diagnóstico e leitura técnica preliminar.

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Criação do CMDU, Grupo de ZEIS, Alterações da Lei de Zoneamento, Código de Edificações e Posturas, Conferência Municipal da Cidade.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Em todo o território Municipal

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Orçamento Participativo, Conselhos Municipais...

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

art 2º, título IV e título VI

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Regularização fundiária e urbanística em áreas e assentamentos habitacionais com população de baixa renda;

Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas em todo o território municipal através da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (art. 2º) E incentivo às micro e pequenas empresas;

Criação dos centros regionais no território Municipal e novas unidades - Fácil. (art. 2º VI);

Investimentos Municipais na infra-estrutura urbana/viária e implantação de equipamentos públicos e comunitários na região do Pimentas, objetivando o desenvolvimento urbanístico e econômico e a articulação da região com as demais regiões do Município já consolidadas. (art. 64, III, IV);

Criação do bilhete único e melhoria no transporte coletivo com a implementação dos terminais urbanos (art. 64, X);

Freio ao processo de urbanização ao norte do Município com a criação da Zona de Proteção Ambiental.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

em todo o território Municipal

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

sociedade civil, conselhos municipais e secretarias diretamente envolvidas

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

nas ações e estudos de planejamento urbano

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Os conflitos surgem devido a ausência de regulamentação e impossibilidade de aplicação dos seus instrumentos tais com: EPIV- RIV, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, Lei de Hierarquização Viária etc...

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Sem resposta

Nome:

MARIA HELENA RIBEIRO

Secretaria/Autarquia:

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. de que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS - PDRS (Plano de Saneamento e Meio Ambiente)

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Todo o município, através de oficinas.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Os trabalhos para a elaboração do PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS – PDRS, contaram com a participação da sociedade civil como um todo através de oficinas temáticas, sendo a 1ª oficina com a discussão do diagnóstico dos resíduos sólidos de Guarulhos, em abril/10, com 750 participantes; a 2ª com a discussão do prognóstico dos resíduos sólidos de Guarulhos, em dez/10, com 300 participantes; a 3ª sobre a gestão dos resíduos da construção e demolição, em abril/11, com 240 participantes; a 4ª sobre a gestão dos resíduos recicláveis, em maio/11, com 250 participantes; a 5ª sobre a gestão dos resíduos úmidos, em junho/11, com 170 participantes; e, a entrega do PDRS de Guarulhos em agosto/11, com 750 participantes.

Diversas representações sociais dentre as quais destacaram-se as associações de moradores, associação de catadores de materiais recicláveis, dos feirantes, de atacadistas e distribuidores, de bares e restaurantes, da rede hoteleira, de supermercados, de engenheiros e arquitetos, dos empresários, representantes de outros municípios, ONGs e Institutos do Terceiro Setor, do setor bancário, BNDES, Banco do Brasil, CAIXA, Clubes de Serviços, SINCOMÉRCIO, SINDUSCON, CEMPRE, CREA, UNG, TORRICELLI, USP LESTE, FATEC, ENIAC, FIG-UNIMESP, SENAI, representantes do legislativo municipal, ACE, ASEC, CETESB, CIESP, FIESP, INFRAERO, MNCR, COOP RECICLÁVEL, CONDEMA, UNIMED, PFIZER, TENDA, EXTRA, QUITAÚNA, INSTITUTO GEA, ECOFICINA, I&T, GUARULIX, RECICLA CIDADÃO, CONDEMAT e MMA.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

V – Meio ambiente;

IV – Gestão do lixo e dos outros resíduos

X– Sistema de planejamento e gestão do plano diretor, Capítulo I – Planos diretores específicos – art. 117

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Em função das diretrizes estabelecidas no PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E SOCIAL, na gestão de resíduos, a Secretaria de Serviços Públicos elaborou dentre os planos diretores específicos o PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS, que também está em consonância com POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO (Lei 11.445/2007) e a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (12.305/2010).

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Através da construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV, Centrais de Triagem – C.T (Cooperativa de Catadores de Recicláveis – Coop-Reciclável) e de Área de Transbordo e Triagem – ATT.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Apesar de fisicamente estar em pontos definidos, a abrangência é em todo o território municipal.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

A população (sociedade civil).

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Diagnóstico para cada projeto, consulta ao Departamento de Gestão Urbana quanto à permissividade da atividade em função do zoneamento.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

PEVs , CT e ATT.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Em função do PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS, há de se contemplar as diretrizes estabelecidas, conforme suas metas e prazos estabelecidos.